



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO - PPGTUR**  
**DOUTORADO EM TURISMO**

**WAGNER FERNANDES COSTA**

**TERRITÓRIO COMO RECURSO E COMO ABRIGO: URBANIZAÇÃO TURÍSTICA,  
CONFLITOS E RESISTÊNCIA TERRITORIAL NO LITORAL DO NORDESTE  
BRASILEIRO**

**NATAL/RN**

**2025**

WAGNER FERNANDES COSTA

TERRITÓRIO COMO RECURSO E COMO ABRIGO: URBANIZAÇÃO TURÍSTICA,  
CONFLITOS E RESISTÊNCIA TERRITORIAL NO LITORAL DO NORDESTE  
BRASILEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção de título de Doutor em Turismo, na linha de Pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

**Orientadora:** Dra. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

NATAL/RN

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Costa, Wagner Fernandes.

Território como recurso e como abrigo: urbanização turística, conflitos e resistência territorial no litoral do Nordeste brasileiro / Wagner Fernandes Costa. - Natal, 2025.  
296f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2025.  
Orientação: Profa. Dra. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

1. Conflitos territoriais - Tese. 2. Urbanização turística - Tese. 3. Resistência territorial - Tese.  
4. Nordeste brasileiro - Tese. I. Fonseca, Maria Aparecida Pontes da. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 338.48:911.375.5

WAGNER FERNANDES COSTA

TERRITÓRIO COMO RECURSO E COMO ABRIGO: URBANIZAÇÃO TURÍSTICA,  
CONFLITOS E RESISTÊNCIA TERRITORIAL NO LITORAL DO NORDESTE  
BRASILEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção de título de Doutor em Turismo, na linha de Pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Natal/RN, 14 de março de 2025

Maria Aparecida Pontes da Fonseca, Dra.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).  
Orientadora – presidente da banca examinadora.

Carolina Todesco, Dra.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).  
Membro interno.

Ramon Garcia Marín, Dr.  
Universidade de Murcia (UM).  
Membro externo.

Alexandre Queiroz Pereira, Dr.  
Universidade Federal do Ceará (UFC).  
Membro externo.

Renata Mayara Moreira de Lima, Dra.  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL).  
Membro externo.

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta pesquisa, eu quero agradecer, primeiramente, àqueles que se tornaram meus companheiros durante o processo de escrita: as lideranças comunitárias que me atenderam para a realização das entrevistas e foram meus guias na construção da maior parte do texto. Aos membros da Amajar, da Comissão Titan, do Coletivo Garças do Sanhauá e do Fórum Vila em Movimento. Eu imagino que não foi fácil rememorar frustrações, algumas das quais, confesso, me fizeram travar a garganta. Nesse sentido, expresso meu profundo agradecimento pela colaboração. Mas também agradeço pelo acolhimento nas visitas de campo, pelo relato de suas conquistas e pela gentileza de expor suas medidas de enfrentamento, emanando a esperança de dias melhores. Eu espero que os resultados ora obtidos ajudem outras comunidades nas suas lutas em torno dos seus territórios.

Entre os docentes que me acompanharam na jornada, me faltam palavras para agradecer à professora Maria Aparecida Pontes Fonseca. Nos últimos dez anos, somando outros processos de orientação, os ensinamentos estiveram presentes em cada palavra, cada pausa e cada olhar. Eu já tive a oportunidade de dizer, e aqui reafirmo, que a convivência com Maria reconstruiu minhas referências profissionais ao mostrar como o processo acadêmico se faz com rigor, mas, também, com muita sensibilidade.

Agradeço aos professores Carolina Todesco, Marise Duarte e Alexandre Pereira, cujas contribuições no exame de qualificação abriram horizontes, encorajaram-me ao desafio e impuseram reflexões que refinaram esta pesquisa. A eles, somem-se os demais professores do PPGTUR, cujas aulas foram de grande importância.

Agradeço aos meus colegas e amigos de profissão o encorajamento e as palavras de conforto.

Por fim, com todo amor, agradeço à minha mãe, Iracema, que sempre me incentivou, de forma incondicional; a Raquel, minha esposa, que me afagou nos dias mais difíceis; e a Maria Fernanda, Cecília e Marina, minhas filhas, que tornaram o trabalho mais leve com seus sorrisos e abraços.

COSTA, Wagner Fernandes. **Território como recurso e como abrigo: urbanização turística, conflitos e resistência territorial no litoral do Nordeste brasileiro**. 298f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Turismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

## RESUMO

O interesse sobre as áreas litorâneas cresce à medida que as práticas de lazer e turismo se consolidam como fontes de socialização e de reprodução capitalista. Concomitantemente, a ordem econômica neoliberal e da globalização aceleram a circulação do capital entre circuitos da economia e territórios marginais do mercado global. A combinação dessas situações resulta na ocupação da Zona Costeira para atender as necessidades de veranistas, visitantes e rentistas, convertendo esses espaços em recursos destinados à acumulação financeira. A inserção desse mercado, seus agentes e seus processos, entretanto, desencadeia conflitos com atores que não estão alinhados a tais atividades. Nesse momento, evidencia-se uma outra conotação do território, posto como o abrigo de formas próprias de existência. Com esse contexto, a pesquisa tem o objetivo de investigar os processos de resistência desenvolvidos pelas comunidades afetadas por conflitos territoriais motivados pela espacialização da atividade turística em municípios litorâneos da região Nordeste. Trata-se de uma investigação qualitativa, cuja coleta de dados envolveu observação não participante e entrevistas em comunidades nas cidades de Maceió, Fortaleza, João Pessoa e Natal, além de documentos de diversas fontes (teses e dissertações, processos judiciais, relatórios de governo, entre outras). Os dados apontam uma concentração de conflitos na região Nordeste, cujos interesses de atores hegemônicos da produção do espaço – o setor imobiliário e o Estado – impõem processos de desterritorialização sobre comunidades litorâneas. Além disso, verifica-se que a lógica dos investimentos públicos e privados no litoral nordestino expressa uma tríade relacional – incentivos públicos, desempenho turístico e atuação imobiliária – que reforça o estímulo à urbanização turística, concentrada em municípios com melhores desempenhos nessa atividade, acentuando o desenvolvimento desigual dos lugares e a valorização dos territórios situados à beira-mar. Tomando como amostra quatro comunidades, identifica-se que a resistência aos processos de desterritorialização passa por seis dimensões, definidas a partir da ação-objeto em que foram operadas, a saber: política, urbanística, jurisdicional, ambiental, cultural e econômica. Se, por um lado, as possibilidades e as limitações das medidas desenvolvidas estão dialeticamente relacionadas com a capacidade criativa de contornar a violência do ato ofensivo, expressando o jogo de forças que se impõe aos territórios, por outro, fica evidente que as comunidades que obtêm conquistas mais significativas em seus conflitos são as que densificam a articulação entre diferentes dimensões. Diante disso, conclui-se que promover ações diversificadas e integradas entre as variadas dimensões mostra-se como efetiva estratégia de reterritorialização e expressa a natureza do que pode ser chamada de resistência territorial.

**Palavras-chave:** Conflitos; urbanização turística; resistência territorial; Nordeste brasileiro.

COSTA, Wagner Fernandes. **Territory as a resource and as a shelter: tourist urbanization, conflicts and territorial resistance in the Northeast Brazilian coast.** 298f. Doctoral Thesis. Postgraduate Program in Tourism - Federal University of Rio Grande do Norte, Natal/RN

### **Abstract**

Interest in coastal areas grows as leisure and tourism practices solidify as sources of socialization and capitalist reproduction. Concurrently, the neoliberal economic order and globalization accelerate the circulation of capital between economic circuits and marginal territories of the global market. The combination of these situations results in the occupation of the Coastal Zone to meet the needs of vacationers, visitors and rentiers, converting these spaces into a resource destined for financial accumulation. The insertion of this market, its agents and its processes, however, triggers conflicts with actors who are not aligned with such activities. At this point, another connotation of the territory becomes evident, positioned as the shelter for unique forms of existence. Within this context, the research aims to investigate the resistance processes developed by communities affected by territorial conflicts motivated by the spatialization of tourist activity in coastal municipalities in the Northeast region. This is a qualitative investigation, whose data collection involved non-participant observation and interviews in communities in the cities of Maceió, Fortaleza, João Pessoa and Natal, in addition to documents from various sources (theses and dissertations, legal proceedings, government reports, among others). The data indicate a concentration of conflicts in the Northeast region, in which the interest of hegemonic actors in the production of space – the real estate sector and the State – impose processes of deterritorialization on coastal communities. Furthermore, it is observed that the logic of public and private investments in the Northeast coast expresses a relational triad – public incentives, tourism performance and real estate activity – that reinforces the stimulus for tourist urbanization, concentrated in municipalities with better performance in this activity, accentuating the unequal development of places and the valorization of territories located by the sea. Taking four communities as a sample, it is identified that resistance to such deterritorialization processes involves six dimensions, defined by the object-action in which they were operated, namely: political, urban, jurisdictional, environmental, cultural and economic. If, on the one hand, the possibilities and limitations of the measures developed are dialectically related to the creative capacity to circumvent the violence of offensive act, expressing the power dynamics imposed on the territories, on the Other hand, it is evident that the communities that obtain more significant victories in their conflicts are those that densify the articulation between different dimensions. Thus, diversifying and integrating actions between the dimensions becomes the effective strategy of reterritorialization and expresses the nature of what can be called territorial resistance.

**Keywords:** Conflicts; tourist urbanization; territorial resistance; Brazilian Northeast.

COSTA, Wagner Fernandes. **El territorio como recurso y como refugio: urbanización turística, conflictos y resistencias territoriales en el litoral del Nordeste de Brasil.** 298 y siguientes. Tesis Doctoral. Programa de Postgrado en Turismo - Universidad Federal de Rio Grande do Norte, Natal/RN.

## RESUMEN

El interés por las zonas costeras crece a medida que las prácticas de ocio y turismo se consolidan como fuentes de socialización y reproducción capitalista. Al mismo tiempo, el orden económico neoliberal y la globalización aceleran la circulación del capital entre los circuitos económicos y los territorios marginales del mercado global. La combinación de estas situaciones da como resultado la ocupación de la Zona Costera para satisfacer las necesidades de vacacionistas, visitantes y rentistas, convirtiendo estos espacios en recursos destinados a la acumulación financiera. La inserción de este mercado, sus agentes y sus procesos, sin embargo, desencadena conflictos con actores no alineados con dichas actividades. En este momento se hace evidente otra connotación del territorio, visto como refugio de formas específicas de existencia. En este contexto, la investigación tiene como objetivo indagar en los procesos de resistencia desarrollados por comunidades afectadas por conflictos territoriales motivados por la espacialización de la actividad turística en municipios costeros de la región Nordeste. Se trata de una investigación cualitativa, cuya recolección de datos implicó observación no participante y entrevistas en comunidades de las ciudades de Maceió, Fortaleza, João Pessoa y Natal, además de documentos de diversas fuentes (tesis y disertaciones, procesos judiciales, informes gubernamentales, entre otros). Los datos indican una concentración de conflictos en la región Nordeste, cuyos intereses de los actores hegemónicos en la producción del espacio – el sector inmobiliario y el Estado – imponen procesos de desterritorialización a las comunidades costeras. Además, se observa que la lógica de las inversiones públicas y privadas en el litoral nordeste expresa una tríada relacional – incentivos públicos, desempeño turístico y actividad inmobiliaria – que refuerza el estímulo a la urbanización turística, concentrada en municipios con mejor desempeño en esta actividad, acentuando el desarrollo desigual de los lugares y la valorización de los territorios ubicados junto al mar. Tomando como muestra cuatro comunidades, se identifica que la resistencia a los procesos de desterritorialización involucra seis dimensiones, definidas a partir del objeto-acción en que se operan, a saber: política, urbana, jurisdiccional, ambiental, cultural y económica. Si por un lado las posibilidades y limitaciones de las medidas desarrolladas se relacionan dialécticamente con la capacidad creativa para sortear la violencia del acto ofensivo, expresando el juego de poder que se impone sobre los territorios, por otro lado, es claro que las comunidades que obtienen logros más significativos en sus conflictos son aquellas que densifican la articulación entre diferentes dimensiones. Ante ello, se concluye que promover acciones diversificadas e integradas entre las diversas dimensiones resulta una estrategia de reterritorialización eficaz y expresa la naturaleza de lo que puede denominarse resistencia territorial.

**Palabras clave:** Conflictos; urbanización turística; resistencia territorial; Nordeste de Brasil.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 01 - Recorte espacial da pesquisa .....                                                                                                                                                                  | 32  |
| Figura 02 - Percurso metodológico da seleção de amostra dos conflitos territoriais em municípios defrontantes com o mar em teses e dissertações do BDTD .....                                                   | 33  |
| Figura 03 - Percurso metodológico da seleção de amostra dos conflitos territoriais em municípios defrontantes com o mar em artigos de Geografia e Turismo (Qualis A e B) .....                                  | 37  |
| Figura 04 - Percurso metodológico da seleção de amostra dos conflitos territoriais em municípios defrontantes com o mar catalogados no Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil ..... | 38  |
| Figura 05 - Chegada de turistas internacionais: dados e previsões (milhões) .....                                                                                                                               | 69  |
| Figura 06 - Identificação dos locais e tipos de conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar .....                                                                         | 94  |
| Figura 07 - Identificação dos atores dos conflitos envolvendo o turismo e o imobiliário turístico em municípios defrontantes como o mar .....                                                                   | 95  |
| Figura 08 - Estratificação dos grupos populacionais afetados nos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar .....                                                        | 96  |
| Figura 09 - Dimensão das ações públicas de interesse turístico em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste .....                                                                                    | 107 |
| Figura 10 - Dimensão das ações públicas de interesse turístico desenvolvidas pelo PAC, Prodetur e MTur, em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste .....                                           | 108 |
| Figura 11- Especificação de ações de infraestrutura urbana em Políticas Públicas de interesse turístico em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste .....                                           | 109 |
| Figura 12 - Embarcações de pesca ancoradas na praia do Jaraguá .....                                                                                                                                            | 128 |
| Figura 13 - Rua Sá e Albuquerque, que concentrou as ações do Prodetur, previstas para o Centro Histórico do Jaraguá em Maceió .....                                                                             | 129 |
| Figura 14 - Proposta de construção de Centro Pesqueiro do Jaraguá, a ser construído na área de remoção da Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                                                  | 130 |
| Figura 15 - Projeção do Centro Pesqueiro do Jaraguá .....                                                                                                                                                       | 131 |
| Figura 16 - Conjunto Habitacional ‘Vila dos Pescadores’ que passou a abrigar 450 famílias retiradas da Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                                                     | 132 |
| Figura 17 - Praia do Titanzinho, Fortaleza .....                                                                                                                                                                | 134 |

|                                                                                                                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 18 - Comunidade do Titanzinho, a ser removida (à esquerda) para o projeto urbano Aldeia da Praia (à direita) .....                                     | 136 |
| Figura 19 - Perspectiva de Intervenção Urbana no Antigo Farol do Mucuripe .....                                                                               | 137 |
| Figura 20 - Setores internos da comunidade do Porto do Capim .....                                                                                            | 139 |
| Figura 21 - Praça Antenor Navarro, no Centro Histórico de João Pessoa .....                                                                                   | 140 |
| Figura 22 - Projeção da comunidade do Porto do Capim (em vermelho) e das áreas (1 e 2) a receberem cerca de 420 famílias removidas .....                      | 141 |
| Figura 23 - Perspectiva do Parque Sanhauá .....                                                                                                               | 142 |
| Figura 24 - Anúncio de investimentos federais na comunidade Porto do Capim, por meio do Programa PAC Periferia Viva.....                                      | 144 |
| Figura 25 - Praia de Ponta Negra, com destaque para a Vila de Ponta Negra .....                                                                               | 146 |
| Figura 26 - Construção da Avenida Erivan França, junto à praia de Ponta Negra, no final dos anos 80 .....                                                     | 147 |
| Figura 27 - Reprodução do encarte de uma construtora/imobiliária natalense anunciando a construção/venda de prédios ao lado do Morro do Careca .....          | 149 |
| Figura 28 - Simulação da paisagem do Morro do Careca e dunas associadas, considerando a construção de empreendimentos licenciados entre 2006 e 2010....       | 150 |
| Figura 29 - Resultado da obra de enrocamento (à esquerda) e pedras colocadas na área que pescadores utilizam para atracar suas embarcações (à direita) .....  | 151 |
| Figura 30 - Atividade desenvolvida com apoio de professores universitários na Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                            | 164 |
| Figura 31 - Ato do Movimento Social ‘Abrace a Vila’, no Centro Histórico de Maceió, em 2014 .....                                                             | 166 |
| Figura 32 - Atividade de extensão do Lamur-UFC nas ruas da comunidade do Titanzinho .....                                                                     | 169 |
| Figura 33 - Reunião da Comissão Porto do Capim em Ação, em 2013 .....                                                                                         | 171 |
| Figura 34 - Candidato vencedor da eleição em 2000 na assinatura da Carta de Compromisso do Território Ribeirinho Porto do Capim .....                         | 175 |
| Figura 35 - Posse do Conselho Comunitário de Ponta Negra .....                                                                                                | 178 |
| Figura 36 - Debate de lideranças com vereador atuante na Vila .....                                                                                           | 181 |
| Figura 37 - Reunião extraordinária do Conselho Gestor da Zeis Cais do Porto .....                                                                             | 186 |
| Figura 38 - Exemplos de prédios verticais construídos em importantes ruas da Vila de Ponta Negra, Rua Alto da Boa Vista (acima) e Rua da Campina (abaixo).... | 191 |
| Figura 39 - Reunião entre integrantes do MPF e lideranças comunitárias em 2005.                                                                               | 194 |

|                                                                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 40 – Audiência promovida pela Justiça Federal no âmbito da ACP que cobra oitiva dos pescadores de Ponta Negra em relação à obra da engorda.....                            | 202 |
| Figura 41 - Protestos de rua no centro de Maceió (Rua do Comércio), em 2014.....                                                                                                  | 205 |
| Figura 42 - Antigo Farol do Mucuripe .....                                                                                                                                        | 206 |
| Figura 43 - Placas elaboradas pela Comissão Titan e fixadas nas casas trazem informações sobre a Zeis Cais do Porto .....                                                         | 208 |
| Figura 44 - Grupo de visitantes no Sítio ou Praça mantido pela comunidade do Porto do Capim .....                                                                                 | 210 |
| Figura 45 - Campo do Botafogo da Vila de Ponta Negra sendo usado para apresentações culturais .....                                                                               | 212 |
| Figura 46 - Espaço conquistado por meio de Taus para ancoragem de jangadas em Ponta Negra .....                                                                                   | 213 |
| Figura 47 - Protesto de rua, onde pescadores cobram diálogo com a PMN em relação a obra da engorda de Ponta Negra .....                                                           | 214 |
| Figura 48 - Oficina de percussão do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, desenvolvida na Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                                     | 216 |
| Figura 49 - Grafite “Amo Titan” de autoria do Coletivo Servilost .....                                                                                                            | 218 |
| Figura 50 - Preparativos para a X Mostra Audiovisual do Titanzinho .....                                                                                                          | 220 |
| Figura 51 – Festa da Nossa Senhora da Conceição, no Porto do Capim .....                                                                                                          | 223 |
| Figura 52 - Ponto de Cultura, mantido pelo Coletivo Garças do Sanhauá .....                                                                                                       | 224 |
| Figura 53 - Reunião de rendeiras de bilro, na Vila de Ponta Negra .....                                                                                                           | 225 |
| Figura 54 - Apresentação de grupos folclóricos em frente ao Ponto de Memória Rendeiras da Vila de Ponta Negra.....                                                                | 227 |
| Figura 55- Marisqueiras em atividade no Centro Pesqueiro do Jaraguá .....                                                                                                         | 229 |
| Figura 56 - Escolinhas e surfistas (à frente) e pescadores (ao fundo) dividem o espaço na praia do Titanzinho .....                                                               | 231 |
| Figura 57 - Atividade de TBC ‘Vivenciando o Porto Capim’ .....                                                                                                                    | 234 |
| Figura 58 - Dificuldades cotidianas dos pescadores da Vila de Ponta Negra: acesso das embarcações ao mar (acima) e disputa por espaço com estrutura de restaurantes (abaixo)..... | 237 |
| Figura 59 - Conjunto de articulações entre as dimensões da resistência na comunidade da Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                                      | 261 |
| Figura 60 - Conjunto de articulações entre as dimensões da resistência na comunidade do Titanzinho .....                                                                          | 263 |

|                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 61 - Conjunto de articulações entre as dimensões da resistência na comunidade do Porto do Capim .....      | 265 |
| Figura 62 - Conjunto de articulações entre as dimensões da resistência na comunidade da Vila de Ponta Negra ..... | 267 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 01 - Relação de entrevistas desenvolvidas na pesquisa .....                                                                             | 44  |
| Quadro 02 - Relação de atividades de campo desenvolvidas na pesquisa .....                                                                     | 45  |
| Quadro 03 - Síntese dos procedimentos da pesquisa .....                                                                                        | 48  |
| Quadro 04- Identificação dos motivos dos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar .....               | 88  |
| Quadro 05 - Evolução dos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar .....                               | 100 |
| Quadro 06 - Categorias e subcategorias das ações públicas de interesse turístico em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste ..... | 106 |
| Quadro 07 - Características dos territórios e conflitos aprofundados na análise .....                                                          | 153 |
| Quadro 08: Articulações externas da Vila dos Pescadores do Jaraguá.....                                                                        | 164 |
| Quadro 09: Articulações externas do Titanzinho.....                                                                                            | 168 |
| Quadro 10: Articulações externas do Porto do Capim.....                                                                                        | 173 |
| Quadro 11: Articulações externas da Vila de Ponta Negra.....                                                                                   | 179 |
| Quadro 12 - Ações e limitações presentes na dimensão política (interna) da resistência nas comunidades analisadas .....                        | 241 |
| Quadro 13 - Ações e limitações presentes na dimensão política (externa) da resistência nas comunidades analisadas .....                        | 243 |
| Quadro 14 - Ações e limitações presentes na dimensão urbanística da resistência nas comunidades analisadas .....                               | 247 |
| Quadro 15 - Ações e limitações presentes na dimensão jurisdicional da resistência nas comunidades analisadas .....                             | 249 |
| Quadro 16 - Ações e limitações presentes na dimensão ambiental da resistência nas comunidades analisadas .....                                 | 251 |
| Quadro 17 - Ações e limitações presentes na dimensão cultural da resistência nas comunidades analisadas .....                                  | 254 |
| Quadro 18 - Ações e limitações presentes na dimensão econômica da resistência nas comunidades analisadas .....                                 | 257 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 01 - Distribuição dos estudos envolvendo conflitos em turismo em municípios defrontantes com o mar, em relação aos programas vinculados .....                                                   | 36  |
| Tabela 02 - Identificação dos campos e dos recursos dos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar .....                                                        | 91  |
| Tabela 03 - Identificação dos motivos, campos e recursos envolvidos nos conflitos com a participação do Estado, agentes imobiliários e empresas de turismo em municípios defrontantes como o mar ..... | 98  |
| Tabela 04 - Demais dimensões e tipos de ações em Políticas Públicas de interesse turístico em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste .....                                               | 111 |
| Tabela 05 - Distribuição das ações públicas de interesse turístico, de acordo com a categorização turística (MTur) dos municípios defrontantes com o mar na região Nordeste .....                      | 118 |
| Tabela 06 - Número de municípios defrontantes com o mar na região Nordeste de cada categoria turística (MTur) em relação a quantidade de ações públicas de interesse turístico .....                   | 119 |
| Tabela 07 - Distribuição das ações públicas de interesse turístico entre municípios defrontantes com o mar na região Nordeste de categoria A (MTur) em relação a capitais de estados do Nordeste ..... | 120 |
| Tabela 08 - Comparação entre domínios particulares ocupados e de uso ocasional no Brasil, regiões e estados do Nordeste – 2000 a 2022 .....                                                            | 121 |
| Tabela 09 - Quantidade de unidades e taxa de crescimento de DUO em capitais de estados, outros municípios de categoria “A” (MTur) e demais municípios defrontantes com o mar (MDM) – 2000 a 2022 ..... | 122 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |                                                                                   |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| ABOC     | Associação Brasileira de Empresas de Eventos                                      |
| ACP      | Ação Civil Pública                                                                |
| AEIS     | Área de Interesse Social da Vila de Ponta Negra                                   |
| AEITP    | Áreas Especiais de Interesse Turístico e Paisagístico                             |
| ALPB     | Assembleia Legislativa Estadual da Paraíba                                        |
| AMAJAR   | Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Jaraguá (Vila dos Pescadores)       |
| AMPC     | Associação de Mulheres do Porto do Capim                                          |
| AMT      | Associação dos Moradores da Comunidade do Titanzinho                              |
| APA      | Áreas de Preservação Ambiental                                                    |
| ASMOFAM  | Associação do Moradores do Farol do Mucuripe                                      |
| BDTD     | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações                             |
| BNB      | Banco do Nordeste do Brasil                                                       |
| CADASTUR | Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos                                    |
| CAF      | Banco de Desenvolvimento da América Latina                                        |
| CAPES    | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                       |
| CGPAC    | Comitê Gestor do PAC                                                              |
| CHJP     | Centro Histórico de João Pessoa                                                   |
| CMJP     | Câmara Municipal de João Pessoa                                                   |
| CNPCT    | Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais     |
| CPCA     | Comissão Porto do Capim em Ação                                                   |
| CRDH     | Centro de Referência em Direitos Humanos                                          |
| CRECI/RN | Conselho Regional de Corretores de Imóveis do RN                                  |
| CUEM     | Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia                                    |
| CUT      | Central Única dos Trabalhadores                                                   |
| DP       | Domicílios Particulares Permanentes                                               |
| DPO      | Domicílios Particulares Permanentes Ocupados                                      |
| DPU      | Defensoria Pública da União                                                       |
| DUO      | Domicílios de Uso Ocasional                                                       |
| EC       | Estatuto das Cidades                                                              |
| EFTA     | Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar |
| EMBRATUR | Empresa Brasileira de Turismo                                                     |

|             |                                                                                       |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| ETI         | Empreendimentos Turísticos Imobiliários                                               |
| FIFA        | Fédération Internationale de Football Association                                     |
| FIOCRUZ     | Fundação Oswaldo Cruz                                                                 |
| FLMD        | Frente de Luta por Moradia Digna                                                      |
| FUNGETUR    | Fundo Geral do Turismo                                                                |
| FVM         | Fórum Vila em Movimento                                                               |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                       |
| ICP         | Inquérito Civil Público                                                               |
| ICS         | Instituto de Ciências Sociais                                                         |
| IMA-AL      | Instituto do Meio Ambiente de Alagoas                                                 |
| IPHAN       | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                                |
| LAMUR       | Laboratório de Artes e Micropolíticas Urbanas                                         |
| LEAHB       | Laboratório de Estudos da Habitação                                                   |
| MP-CE       | Ministério Público do Ceará                                                           |
| MP-RN       | Ministério Público do Rio Grande do Norte                                             |
| MPF         | Ministério Público Federal                                                            |
| MTUR        | Ministério do Turismo                                                                 |
| OIT         | Organização Internacional do Trabalho                                                 |
| OMT         | Organização Mundial de Turismo                                                        |
| ONG         | Organizações Não Governamentais                                                       |
| PAC         | Programa de Aceleração do Crescimento                                                 |
| PD          | Plano Diretor                                                                         |
| PDITS       | Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável                            |
| PIRF        | Plano Integrado de regularização Fundiária                                            |
| PMF         | Prefeitura Municipal de Fortaleza                                                     |
| PMJP        | Prefeitura Municipal de João Pessoa                                                   |
| PMM         | Prefeitura Municipal de Maceió                                                        |
| PMN         | Prefeitura Municipal de Natal                                                         |
| PNPCT       | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais |
| PP          | Partido Progressista                                                                  |
| PPG         | Programa de pós-graduação                                                             |
| PRODEMA     | Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente -                        |
| PRODETUR-NE | Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste                                    |

|              |                                                            |
|--------------|------------------------------------------------------------|
| PT           | Partido dos Trabalhadores                                  |
| RBJA         | Rede Brasileira de Justiça Ambiental                       |
| SACI         | Disciplina Saúde e Cidadania                               |
| SEBRAE       | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas   |
| SEINFRA      | Secretaria de Infraestrutura Urbana de Natal               |
| SEMURB       | Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal           |
| SINDUSCON/RN | Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do RN |
| SNUC         | Sistema Nacional de Unidades de Conservação                |
| SPA          | Setor de Preservação Ambiental                             |
| SPR          | Setor de Preservação Rigoroso                              |
| SPU          | Secretaria do Patrimônio da União                          |
| TAC          | Termo de Ajuste de Conduta                                 |
| TAUS         | Termo de Autorização de Uso Sustentável                    |
| TBC          | Turismo de Base Comunitária                                |
| UC           | Unidade de Conservação                                     |
| UFAL         | Universidade Federal de Alagoas                            |
| UFC          | Universidade Federal do Ceará                              |
| UFPB         | Universidade Federal da Paraíba                            |
| UFRN         | Universidade Federal do Rio Grande do Norte                |
| ZEIS         | Zona Especial de Interesse Social                          |
| ZEP          | Zona Especial de Preservação                               |
| ZET          | Zona de Interesse Turístico                                |
| ZIAP         | Zonas de Interesse Ambiental e Paisagístico                |
| ZPA          | Zona de Proteção Ambiental                                 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                     |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                                           | <b>21</b>  |
| <b>2 ABORDAGEM METODOLÓGICA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO .....</b>                                                                                                                                         | <b>30</b>  |
| 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....                                                                                                                                                                  | 31         |
| 2.2 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE PESQUISA .....                                                                                                                            | 35         |
| 2.2.1 Caracterização dos conflitos em municípios brasileiros defrontantes com o mar .....                                                                                                           | 35         |
| 2.2.2 Exame da racionalidade espacial envolvida nos investimentos públicos e privados, para uso nas práticas de turismo, em municípios da região Nordeste situados defrontantes como o mar ...      | 40         |
| 2.2.3 Evidenciar as resistências gestadas nos conflitos, desenvolvidas por atores não hegemônicos, em diferentes contextos de municípios defrontantes com o mar na região Nordeste brasileira ..... | 42         |
| <b>3 CONFLITOS TERRITORIAIS E URBANIZAÇÃO TURÍSTICA: APONTAMENTOS CONCEITUAIS PARA A INTERPRETAÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO.....</b>                                                    | <b>49</b>  |
| 3.1 O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DE CONFLITOS .....                                                                                                                                       | 49         |
| 3.1.1 Território, um conceito multidimensional .....                                                                                                                                                | 49         |
| 3.1.2 Os atores e os processos na formação dos territórios.....                                                                                                                                     | 56         |
| 3.1.3 Cercando o problema: quando estamos falando de conflitos territoriais? .....                                                                                                                  | 60         |
| 3.1.4 Abrindo os horizontes: o território como a dimensão do abrigo e das resistências .....                                                                                                        | 63         |
| 3.2 A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA COMO UMA EXPRESSÃO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO .....                                                                                                                     | 67         |
| 3.2.1 Determinantes globais do turismo e da urbanização na conformação do território como recurso.....                                                                                              | 67         |
| 3.2.2 As particularidades da Urbanização Turística.....                                                                                                                                             | 73         |
| 3.2.3 Direto ao problema: contradições da urbanização turística e as fissuras para os movimentos de resistência .....                                                                               | 83         |
| <b>4 ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS ENVOLVENDO A ATIVIDADE TURÍSTICA NO BRASIL .....</b>                                                                                                        | <b>87</b>  |
| 4.1 AS MOTIVAÇÕES DOS CONFLITOS .....                                                                                                                                                               | 88         |
| 4.2 OS CAMPOS DOS CONFLITOS E SEUS RECURSOS .....                                                                                                                                                   | 91         |
| 4.3 OS ATORES DOS CONFLITOS.....                                                                                                                                                                    | 95         |
| 4.4 A DINÂMICA DOS CONFLITOS .....                                                                                                                                                                  | 99         |
| <b>5 O TERRITÓRIO É RECURSO: ATORES HEGEMÔNICOS E A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO POR MEIO DO TURISMO E LAZER.....</b>                                                                                 | <b>104</b> |
| 5.1 AÇÕES DE ESTADO E A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO .....                                                                                                                                            | 105        |
| 5.1.1 Ações em infraestrutura urbana .....                                                                                                                                                          | 109        |
| 5.1.2 Demais ações de incentivo ao turismo .....                                                                                                                                                    | 111        |
| 5.2 O PADRÃO ESPACIAL DAS AÇÕES PÚBLICAS E SUA REPERCUSSÃO PARA A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA.....                                                                                                         | 115        |

|                                                                                                                                        |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.2.1 Ações públicas em turismo e desenvolvimento desigual do espaço em municípios turísticos defrontantes com o mar no Nordeste ..... | 117        |
| 5.2.2 Produção imobiliária e desenvolvimento desigual do espaço em municípios turísticos defrontantes com o mar no Nordeste .....      | 120        |
| <b>6 O <i>PUSH AND PULL</i> TERRITORIAL: URBANIZAÇÃO TURÍSTICA E CONFLITOS NO LITORAL NORDESTINO .....</b>                             | <b>125</b> |
| 6.1 QUEM PODE, MANDA; QUEM TEM JUÍZO, LUTA E RESISTE: A COMUNIDADE VILA DOS PESCADORES DO JARAGUÁ, EM MACEIÓ-AL .....                  | 126        |
| 6.2 O TITANZINHO É ZEIS! A COMUNIDADE DO TITANZINHO, EM FORTALEZA-CE ..                                                                | 133        |
| 6.3 PARE, OLHE, ESCUTE: AQUI TEM GENTE! A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM, EM JOÃO PESSOA - PB.....                                       | 138        |
| 6.4 BEM-VINDO À VILA, NÃO ESTAMOS À VENDA: A COMUNIDADE DA VILA DE PONTA NEGRA, EM NATAL-RN.....                                       | 145        |
| 6.5 INTERSECÇÕES TERRITORIAIS ENVOLVENDO CONFLITOS E URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM CONTEXTOS URBANOS DE CAPITAIS NORDESTINAS.....           | 152        |
| <b>7 O TERRITÓRIO COMO ABRIGO E AS DIMENSÕES DA RESISTÊNCIA .....</b>                                                                  | <b>158</b> |
| 7.1 A DIMENSÃO POLÍTICA DA RESISTÊNCIA .....                                                                                           | 162        |
| 7.1.1 Organização interna e articulações externas na Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                              | 162        |
| 7.1.2 Organização interna e articulações externas no Titanzinho .....                                                                  | 166        |
| 7.1.3 Organização interna e articulações externas no Porto do Capim .....                                                              | 170        |
| 7.1.4 Organização interna e articulações externas na Vila de Ponta Negra.....                                                          | 176        |
| 7.2 A DIMENSÃO URBANÍSTICA DA RESISTÊNCIA.....                                                                                         | 183        |
| 7.2.1 A Dimensão Urbanística na Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                                                   | 183        |
| 7.2.2 A Dimensão Urbanística no Titanzinho.....                                                                                        | 184        |
| 7.2.3 A Dimensão Urbanística no Porto do Capim.....                                                                                    | 187        |
| 7.2.4 A Dimensão Urbanística na Vila de Ponta Negra .....                                                                              | 190        |
| 7.3 A DIMENSÃO JURISDICIONAL DA RESISTÊNCIA.....                                                                                       | 194        |
| 7.3.1 A Dimensão Jurisdicional na Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                                                 | 194        |
| 7.3.2 A Dimensão Jurisdicional no Titanzinho.....                                                                                      | 196        |
| 7.3.3 A Dimensão Jurisdicional no Porto do Capim.....                                                                                  | 197        |
| 7.3.4 A Dimensão Jurisdicional na Vila de Ponta Negra .....                                                                            | 200        |
| 7.4 A DIMENSÃO AMBIENTAL DA RESISTÊNCIA .....                                                                                          | 203        |
| 7.4.1 A Dimensão Ambiental na Vila dos Pescadores do Jaraguá .....                                                                     | 203        |
| 7.4.2 A Dimensão Ambiental no Titanzinho .....                                                                                         | 205        |
| 7.4.3 A Dimensão Ambiental no Porto do Capim .....                                                                                     | 208        |
| 7.4.4 A Dimensão Ambiental na Vila de Ponta Negra .....                                                                                | 211        |
| 7.5 A DIMENSÃO CULTURAL DA RESISTÊNCIA .....                                                                                           | 215        |
| 7.5.1 A Dimensão Cultural na Vila dos Pescadores do Jaraguá.....                                                                       | 215        |
| 7.5.2 A Dimensão Cultural no Titanzinho .....                                                                                          | 218        |

|                                                                                                          |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 7.5.3 A Dimensão Cultural no Porto do Capim .....                                                        | 221        |
| 7.5.4 A Dimensão Cultural na Vila de Ponta Negra .....                                                   | 225        |
| 7.6 A DIMENSÃO ECONÔMICA DA RESISTÊNCIA .....                                                            | 228        |
| 7.6.1 A Dimensão Econômica na Vila dos Pescadores do Jaraguá.....                                        | 228        |
| 7.5.2 A Dimensão Econômica no Titanzinho .....                                                           | 230        |
| 7.6.3 A Dimensão Econômica no Porto do Capim .....                                                       | 232        |
| 7.6.4 A Dimensão Econômica na Vila de Ponta Negra .....                                                  | 236        |
| <b>8 POSSIBILIDADES CONTRA-HEGEMÔNICAS E RESISTÊNCIA TERRITORIAL<br/>EM CONTEXTOS DE CONFLITOS .....</b> | <b>240</b> |
| 8.1 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES POLÍTICAS DA RESISTÊNCIA .....                                           | 241        |
| 8.2 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES URBANÍSTICAS DA RESISTÊNCIA .....                                        | 246        |
| 8.3 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES JURISDICIONAIS DA RESISTÊNCIA .....                                      | 249        |
| 8.4 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES AMBIENTAIS DA RESISTÊNCIA.....                                           | 251        |
| 8.5 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES CULTURAIS DA RESISTÊNCIA .....                                           | 254        |
| 8.6 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES ECONÔMICAS DA RESISTÊNCIA .....                                          | 257        |
| 8.7 A ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES: É POSSÍVEL FALAR EM UMA<br>RESISTÊNCIA TERRITORIAL?.....           | 260        |
| <b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                       | <b>271</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                 | <b>279</b> |
| <b>APENDECE .....</b>                                                                                    | <b>297</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como contexto a relação estabelecida entre turismo e conflitos territoriais situados na Zona Costeira<sup>1</sup>, particularmente, nos municípios defrontantes com o mar, na região Nordeste. Seu foco está na investigação das estratégias de resistência levadas à frente pelos grupos de populações negativamente impactadas por projetos e investimentos destinados a estimular a prática turística como uma atividade econômica.

Acolhe-se a perspectiva teórica manifestada no II Encontro Nacional de Geógrafos, em que Santos *et al.* (2000) alertam para o duplo sentido do território, que pode ser posto como um recurso, mas, também, compreendido como abrigo. Ou seja, o território não é somente um recurso destinado às lógicas da reprodução do capital, ao qual frações do Estado, aparecem como sócias de segmentos capitalistas. O território é também abrigo de outras atividades e grupos populacionais que se reproduzem de forma diferente dos atores investidores, em termos produtivos, políticos e culturais.

Como ponto de partida, buscou-se identificar se conflitos envolvendo o turismo revelam traços similares aos que foram identificados no estado do Rio Grande do Norte (Costa & Fonseca, 2022), especialmente no que diz respeito ao fato de políticas públicas de adequação às demandas estruturais do turismo converterem áreas litorâneas em recursos a serem captados pelo mercado global, governos e especuladores, gerando conflitos com atores não hegemônicos do território. Motivado por essa questão, o contato com um primeiro conjunto de fontes de dados revelou padrões que serviram de guia para as demais escolhas teórico-metodológicas que orientaram a realização da pesquisa<sup>2</sup>.

O contato exploratório com os dados sinalizou que, na maioria das vezes, os conflitos estão relacionados à coexistência de duas perspectivas de uso e ocupação do território, concretizadas por grupos ou atores que se encontram em diferentes posições nesse processo. É possível defini-los, em termos do contexto da pesquisa, como atores hegemônicos (Estado e o

---

<sup>1</sup> A Zona Costeira é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre (Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988). O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro define que a faixa terrestre é constituída pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira, dividindo-se em: a) os municípios defrontantes com o mar, a serem definidos pelo IBGE; b) os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas - Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

<sup>2</sup> Informações detalhadas dessa etapa da pesquisa serão aprofundadas nos capítulos 2 e 4. Neste momento, é importante esclarecer que a noção de conflito utilizada na pesquisa está vinculada a situações em que impactos negativos gerados pelo turismo são combatidos por um ou mais atores, que se sentem afetados e desenvolvem resistências e mobilizações, a fim de revertê-los.

capital, destacando-se o capital turístico e imobiliário) e atores não hegemônicos, representados pelas populações em suas diversas possibilidades de identificação socioculturais e espaciais.

Outro padrão identificado na fase exploratória colocou os processos de urbanização, destinados a reforçar ou propor uma turistificação<sup>3</sup> dos territórios, no centro dos conflitos. Alinhado a esse modelo de urbanização que possui múltiplas escalas e impactos diversos, identificaram-se conflitos: I - em capitais dos estados que buscam se consolidar como destinos turísticos – e, com isso, excluem parcelas da população das decisões sobre intervenções urbanas, ou mesmo produzem, sumariamente, intervenções urbanas para excluir parcelas da população de seus territórios; II - em núcleos urbanos adjacentes às capitais, que se caracterizam por complementar a oferta turística do principal núcleo – cuja ocupação da orla ocorre à margem de qualquer ordenamento e ensejando uma série de contradições; III - em terras rurais litorâneas e espaços “naturais” cujos usos e ocupação passam a ser definidos por projetos de urbanização que desconsideram usos e práticas históricas.

No plano teórico, parte-se da constatação de que o capital privado, há algumas décadas, tem assimilado as práticas de turismo e outras formas de lazer, em geral, como uma de suas estratégias fundamentais de reprodução. Isso ocorre em função do aumento da demanda, da resignificação dessas práticas no pós-Guerra e por meio da expansão para territórios periféricos ao sistema capitalista, que vislumbram inserir-se no mercado global (Cazes & Courade, 2004). Mas o movimento inverso também se aplica à relevante atuação dos governos em investimentos e incentivos para criar um ambiente de estímulo ao turismo, comportamento recorrente na periferia do capitalismo, onde países consideram essa atividade econômica uma alavanca para o crescimento.

Por outro lado, ao pressupor a vivência de tempos e espaços não cotidianos (Campodónico & Chalar, 2013), o consumo efêmero envolvido no turismo requer um espaço e uma paisagem adequada à satisfação dessa necessidade. Assim, no espaço orientado para seu próprio consumo, as práticas de turismo darão ao espaço o tom de sua forma e conteúdo.

Portanto, deve-se considerar também que a estética dos modelos de consumo assume papel elementar na urbanização para fins de (re)produção do capital (Lefebvre, 2008; 2013; Harvey, 2013, 2011, 20004; Gottdiener, 2016), seja pela expansão absoluta do espaço urbano ou por meio da intensificação do consumo de espaço existente, com a resignificação de partes da cidade, reestruturadas para atender às novas necessidades.

---

<sup>3</sup> Compreendido como o processo em que ocorre a “implementação da infraestrutura turística em lugares com potencial turístico, ou seja, é a apropriação desse espaço, bem como a sua transformação, para atender aos interesses das pessoas de outras localidades que praticam o turismo” (Almeida Filho, 2014, p. 16).

Mullins (1991) foi pioneiro ao chamar de ‘urbanização turística’ a conformação que as cidades assumem para tais práticas, consideradas como processos produtivos marcantes da pós-modernidade. O autor foi categórico em colocar que a urbanização turística é a expressão da urbanização pós-moderna. No que concerne às formas dos objetos representativos de sua composição, destacaremos, prioritariamente, a construção de infraestruturas urbanas e de embelezamento da paisagem urbana, infraestruturas de natureza turística, especializadas no atendimento aos visitantes, e um conjunto de tipologias de imóveis com finalidades e padrões voltados aos momentos de lazer, alinhados ao “imobiliário-turístico” (Silva, 2010). Entretanto é importante esclarecer que a adjetivação “turística” não se restringe às estruturas de atendimento a turistas e excursionistas; inclui também estruturas cujos acesso, permanência e sociabilidade vinculam-se à fruição do lazer e do ócio, como ocorre na busca por segundas residências que apresentem atributos que atendam a tais interesses.

Nesse contexto, o território se reafirma como arena de múltiplos interesses. Não obstante, as ações de agentes externos sobre sistemas de organização local manifestam-se também em processos de desterritorialização de certos grupos populacionais. Haesbaert (2004, 2018) discute a desterritorialização como uma marca da sociedade globalizada, mais particularmente como um momento essencial da pós-modernidade<sup>4</sup>.

Assim, tomando como base as proposições de Mullins e Haesbaert, pode-se supor que propostas de urbanização turística e processos de desterritorialização são movimentos convergentes. Dessa forma, estão explicitados os termos que consideraremos como um recurso na tomada do território.

Os atores hegemônicos, na apropriação do território para seus interesses, se valem de intensa racionalização, ou seja, operam a partir do encontro de objetos carregados de informações associados a ações que são definidas por uma intencionalidade que se impõe como ordem (Santos, 2009).

Entretanto, junto aos atores hegemônicos, em sua tentativa de dominação de territórios, encontram-se as contrafinalidades (Santos, 2009), isto é, a resistência dos grupos considerados não hegemônicos, se comparados aos atores de maior comando (Estado e capital, neste caso, o capital imobiliário-turístico). Para essa população, o território se constitui em um abrigo e é essencial em suas estratégias cotidianas de sobrevivência.

---

<sup>4</sup> Para o autor, o que tem sido denominado desterritorialização é, na verdade, a intensificação de um processo concomitante de destruição e construção de territórios, mesclando diferentes modalidades, múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial.

O abrigo sobre o território foi constatado já nos dados iniciais da pesquisa. Envolvidos nos conflitos, há uma diversidade de identificações (pescadores, extrativistas, agricultores, bem como grupos que se reconhecem etnicamente como indígenas e quilombolas), cujas formas de reprodução social apontam para um modo de vida tradicional, em contextos urbanos ou rurais. Essas comunidades se expressam e ao mesmo tempo dependem de saberes e fazeres tradicionais<sup>5</sup> altamente ligados à terra, ao mar e aos recursos naturais conservados, especialmente para as atividades econômicas de pequena escala.

A partir da problematização delineada acima, entende-se a perspectiva teórica em torno do uso território (recurso e abrigo) e seu significado para diferentes grupos (hegemônicos e não hegemônicos) adequada para balizar esta proposta de pesquisa, e assim será utilizada de forma transversal ao longo do estudo. Essa perspectiva incorpora categorias que subsidiam, de um lado, o debate acerca dos conflitos territoriais, e do outro, revela as formas de existir e de resistir, considerando os processos homogeneizadores e hegemônicos também como nascedouros de resistências.

Trata-se da “força do lugar” (Santos, 2009) que faz emergir, entre os pobres e excluídos, um “desconforto criador” (p. 326) construtor de racionalidades alternativas, de contrarracionalidades. Ou o que Porto-Gonçalves (2002, 2012a, 2012b, 2017) chamou de “re-existir”, referindo-se às formas de recomeço, de regeneração ou de renovação dos sentidos da existência surgidos quando os processos hegemônicos do mundo moderno-colonial se lançaram sobre outros territórios com fins de dominação.

Dessa forma, as respostas dos atores não hegemônicos frente aos conflitos estabelecidos compõem o interesse elementar da presente pesquisa, a finalidade desta jornada investigativa. A identificação dos conflitos, sua explicação a partir dos nexos com os objetos e ações envolvidos na urbanização turística, bem como suas repercussões sobre a organização dos territórios, são caminhos necessários no processo de pesquisa, porém, pelo exposto, somente conta uma parte da história.

Para completar o processo e entender quais alternativas e estratégias de resistências são construídas diante das ameaças e pressões de desterritorializações, foi preciso “pisar” no território. Assim, para compreender contextos de resistências que evidenciam a lógica delineada

---

<sup>5</sup> O tema das comunidades tradicionais possui longo e sólido debate nas Ciências Humanas, especialmente na Antropologia, podendo adquirir diferentes nuances a depender de concepções epistemológicas. Não se pretende avançar nessa discussão e, sempre que nos referirmos a tais grupos, entendemo-los como Diegues (2008), que os define como desenvolvedores de um sistema de uso comum de recursos naturais, cuja produção possui limitações em suas vinculações com o mercado, mantendo relações de parentesco e/ou de ajuda mútua, associadas a um convívio regulado por normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal.

nesta problematização, convida-se a adentrar na realidade de quatro comunidades situadas em quatro capitais da região Nordeste, quais sejam: I – a Vila dos Pescadores do Jaraguá, em Maceió, Alagoas; II – o Titanzinho, em Fortaleza, Ceará; III – o Porto do Capim, em João Pessoa, Paraíba; e a Vila de Ponta Negra, em Natal, Rio Grande do Norte.

Nesses territórios, os moradores foram envolvidas em processos de urbanização turística que apresentam como características comuns:

I - Projetos de revitalização paisagística e urbana propostos pelo poder público contando com elementos de infraestrutura básica e de embelezamento, como praça, reforma de passeio público, mirante, recuperação de prédios históricos, melhoria viária, estacionamento, saneamento; II - Integrados a corredores litorâneos ou históricos, que, a partir da ação pública, passam a se configurar como frentes de expansão imobiliária e especulação fundiária; III - Nos quais as melhorias urbanas não beneficiam os residentes; pelo contrário, impõem-se como objetos e medidas que os afastam do ambiente de trabalho e desconsideram o sentido de pertencimento, ao preverem remoções forçadas ou induzidas; IV - Levados à frente com o uso da força estatal ou das articulações e atitudes ameaçadoras de proprietários fundiários e agentes imobiliários.

Os locais em questão evidenciam cenários de desterritorialização que se vinculam ao avanço de projetos e processos de urbanização. As capitais mencionadas estão entre os principais destinos turísticos da região Nordeste, contando com esforços estatais para dotá-las das condições infraestruturais e urbanas que permitam o incremento dos investimentos privados.

Nosso esforço de pesquisa, portanto, caminha na direção em que o território se mostra abrigo de criatividade, de aprendizagens e reafirmações. E, nesse sentido, contrariando os mecanismos que buscam calar esses movimentos e conhecimentos que se criam nos conflitos, esta proposta de pesquisa se candidata a ser uma página escrita no “contrafluxo” das ideias dominantes e dominadoras.

A pesquisa requer que algumas questões norteadoras sejam esclarecidas, sempre no esforço de abrir o caminho para atingir o objetivo geral do estudo. Dessa forma, a questão problema de pesquisa é: como se desenvolvem as estratégias de resistência de comunidades situadas em destinos turísticos do Nordeste brasileiro, frente aos conflitos instituídos pela difusão da atividade turística?

Num primeiro momento, investigaram-se as características dos conflitos territoriais existentes no litoral brasileiro, particularmente nos municípios defrontantes como o mar. Para isso, questionou-se: quais os atores e seus papéis na ocorrência dos conflitos? Quais as

principais motivações? Onde estão localizados? E qual a escala e recursos envolvidos nesses conflitos?

No decorrer da pesquisa, buscou-se também captar as contradições presentes no nascedouro do problema, desencadeando reflexões acerca do papel da territorialização da atividade turística, do uso do território como recurso para a acumulação e seus desdobramentos em termos de produção urbana. Assim, questionou-se: por que, em termos gerais, as motivações dos conflitos se ligam aos processos de urbanização turística? Quais nexos se estabelecem entre a ação do Estado e a ação privada para a emergência de conflitos territoriais envolvendo esse motivo? Há algum padrão espacial que reforce o interesse sobre os recursos e campos envolvidos nos conflitos?

Por fim, e principalmente, foi preciso indagar como têm ocorrido os movimentos de retorno oriundos dos atores abrigados no território. Ou seja, focar nas respostas que têm sido produzidas pelos grupos definidos como não hegemônicos nos conflitos territoriais. Assim, torna-se fundamental desvelar quais aspectos de territorialidades são base para a articulação das populações nesses enfrentamentos, como esses aspectos são incorporados nos processos de defesa dos seus territórios e quais os resultados das medidas tomadas em resposta às pressões sofridas no desenrolar dos conflitos.

As questões de pesquisa funcionaram como guias para delinear o objetivo central da pesquisa, qual seja: investigar os processos de resistência desenvolvidos pelas comunidades afetadas por conflitos territoriais motivados pela espacialização da atividade turística em municípios litorâneos da região Nordeste.

A operacionalização da pesquisa ocorrerá por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os conflitos territoriais envolvendo a atividade turística, demonstrando o antagonismo existente nas lógicas de uso e ocupação incidentes sobre os municípios situados defrontantes com o mar no Brasil.
- Examinar a racionalidade que permeia a ocupação do litoral da região Nordeste, a partir dos investimentos públicos e privados, para seu uso pelas práticas de turismo.
- Evidenciar as resistências gestadas nos conflitos, desvelando as principais estratégias de reterritorialização desenvolvidas por atores não hegemônicos nos contextos de luta.

Espera-se, portanto, que a investigação, na perspectiva delineada, e as respostas das questões de pesquisa possam confirmar algumas hipóteses levantadas no processo de aproximação com o problema, quais sejam:

- Que os conflitos territoriais envolvendo a atividade turística, ocorridos em municípios situados de frente para o mar, estão, majoritariamente, associados à urbanização turística;

- Que a origem dos conflitos está na valorização das áreas litorâneas, alvo de investimentos públicos e privados, para a produção do turismo, e vinculadas a ideia de desenvolvimento socioeconômico, progresso e modernidade em detrimento das ocupações e práticas pretéritas;

- Que as populações afetadas nos conflitos precisam mobilizar estratégias multidimensionais de reterritorialização, articulando as dimensões em consonância com o movimento de resistência, frente ao conjunto de ofensivas sofridas.

Considerando as ações dos atores hegemônicos e suas formas de territorialização, pautadas na lógica da exploração e manutenção de desigualdades inerentes ao modo de produção vigente, avalia-se que os estudos acadêmicos em turismo devem desenvolver análises críticas que denunciem a construção e execução de processos de dominação, imposição de hierarquias e relações de forças assimétricas em torno dessa atividade<sup>6</sup>. Esta pesquisa se candidata a continuar avançando nas proposições que reconheçam o caráter sociopolítico presente no turismo.

No âmbito acadêmico, a análise crítica da urbanização turística, materializada pela sobreposição de intervenções urbanas e produção imobiliário-turística, tem sido produzida em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a exemplo da Espanha, do México, da Argentina e da Costa Rica (Clave, 1998; González & Mantecón, 2014; Mantecón, Membrado & Huete, 2016; Martínez & Mazón, 2016; Janoschka, 2011, 2013). No Brasil, essa realidade tem sido abordada no plano teórico (Luchiari, 1998; Rodrigues, 1999; Cruz, 2002; Paiva, 2013) e empírico em diferentes escalas (Paiva, Pereira & Diógenes, 2023), com destaque para a região Nordeste (Cruz, 2000; Dantas, Ferreira & Clementino, 2010; Araújo, 2011; Fonseca, 2012; Pereira, 2014; Fonseca & Costa, 2004; Dantas, 2019; Pereira & Dantas, 2021), cujos resultados ligam as ações públicas de incentivo à urbanização turística da Zona Costeira, com o acréscimo de imóveis para a ocupação temporária, à especulação imobiliária, além da conformação de espaços urbanos para o consumo da paisagem, alterando-se o modelo urbano pré-existente e valorizando áreas recém-ocupadas ou reurbanizadas. Nesse sentido, a rapidez e a intensidade das transformações do uso e ocupação costeira pela atividade turística e imobiliária são pontos fundamentais de reflexão sobre o turismo na região, e esta pesquisa dialoga com tal necessidade.

---

<sup>6</sup> Sob esse aspecto, é importante reconhecer os avanços analíticos do que foi chamado de Plataforma de Advertência (Jafari, 2005) na identificação e no alerta para o duvidoso discurso de ganhos “democráticos” da atividade turística. Segundo o autor, após uma fase de apologia quase irrestrita à atividade, pautada apenas na projeção de uma ação direta e positiva sobre as economias nacionais, que se estendeu até a década de 1970, a Plataforma de Advertência pregava a desmistificação dos irrefutáveis benefícios econômicos, chamando a atenção para a destruição da natureza e recursos cênicos, para a mercantilização da cultura, o desequilíbrio social, entre outros aspectos.

A prévia identificação da predominância de estudos (teses, dissertações e artigos) de casos no Nordeste demonstra a relevância do tema para a região, a qual tem no turismo de sol e mar seu principal produto turístico, consolidado a partir da efetivação de políticas de turismo cujas ações estavam voltadas para a reestruturação da infraestrutura urbana.

O conjunto de estudos de impactos negativos do turismo tem relevante produção acadêmica no Brasil, seja em programas de turismo ou outras áreas de interesse. Mas, quando se trata de conflitos territoriais, ou seja, que envolvam também movimentos sociais em resposta a tais impactos, o cenário de estudos não é abrangente<sup>7</sup>. Diante da escassez de estudos desse tema em programas de pós-graduação em Turismo, coube a pesquisadores de outros programas debruçar-se sobre o assunto. O levantamento preliminar na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD identificou teses envolvendo, entre seus objetivos, a análise de conflitos territoriais a partir das atividades de turismo, isolado ou em conjunto com o advento da urbanização turística, em municípios defrontantes com o mar no Brasil, com destaque para as pesquisas de Vieira (2010), Assis (2012), Souza (2014), Lopes (2015), Lopes (2019), Corbari (2020), Silva (2020) e Carvalho (2022).

Os levantamentos exploratórios apontaram lacunas em que se pode avançar. Primeiro, as teses supracitadas se configuram como estudos de casos e abrangem realidades em contexto municipal, sub-regional e estadual. Como diferencial da presente pesquisa, buscou-se compreender as tendências de comportamento dos conflitos em múltiplos casos. Isso nos leva a outro nível de contribuição, no plano da aplicabilidade, qual seja: centrar-se nas formas e padrões das estratégias de territorialização, e, a partir disso, traçar as possibilidades e limites forjados nos movimentos de resistência levados à frente pelos atores que estão abrigados sobre o território.

Portanto a pertinência deste estudo é a construção de uma síntese das similaridades de formas de resistências aos processos de urbanização turística, formatadas pelos atores não hegemônicos envolvidos nos conflitos. Ao final, espera-se ter contribuído para apontar os “descaminhos da racionalidade dominante” (Santos, 2012, p. 13) que indiquem um norte para uma transição política de pensar e fazer o turismo como atividade econômica e prática social justas.

---

<sup>7</sup> No capítulo 3 haverá oportunidade de diferenciar as noções de “impactos” e “conflitos” e como foram considerados no conjunto das análises realizadas neste estudo. Considera-se também que essa diferenciação conceitual tenha contribuído por uma considerável ausência de teses no escopo da amostra da pesquisa. Por exemplo, em levantamento exploratório em periódicos nacionais de turismo com Qualis A2, B1 e B2 (quadriênio 2013-2016), foram identificadas 8 (oito) publicações nos últimos 20 anos (somente 2 nos últimos 5 anos). Além disso, nenhuma tese sobre o assunto foi desenvolvida em programas de pós-graduação em turismo.

Entretanto, ao final desta introdução, é preciso estabelecer três contrapontos: I - Não se pode imputar à atividade turística a responsabilidade por todos os problemas que afetam a Zona Costeira e seus habitantes, uma vez que essa porção do Brasil é alvo de interesse de diversas atividades, tais como a carcinicultura, a produção de energia eólica, a pesca industrial e o petróleo, só para citar algumas, como evidenciado em Duarte *et al.* (2021); II - A urbanização turística não envolve somente o fator turístico. No contexto analisado, serão consideradas as propensões envolvidas nas práticas de lazer, sugestivas de uma produção imobiliária que serve às duas finalidades, por meio da segunda residência na praia; III - Nem todas as iniciativas de turismo são causadoras de impactos negativos ou conflitos. Foi possível, inclusive, identificar apropriações de elementos do sistema de relações turísticas, por parte dos grupos não hegemônicos, na (re)construção de suas lutas.

O corpo do trabalho apresenta a seguir a abordagem metodológica e as estratégias de ação adotadas na pesquisa (capítulo 2), com destaque para as fontes, a coleta e a análise dos dados. No capítulo 3, serão expostos os elementos teóricos que balizam as discussões da pesquisa. Eles estão articulados em torno de dois eixos temáticos: conflitos territoriais e urbanização turística, cujo esforço empreendido foi apontar os limites e possibilidades para a construção de resistências.

Os demais capítulos são dedicados às análises dos dados. Inicialmente, apresentam-se as implicações, lógicas e contradições associadas à conformação dos territórios como um recurso destinado à urbanização turística. Assim, o capítulo 4 retrata a natureza, as motivações, os atores, os campos, os recursos e as dinâmicas dos conflitos que envolvem a atividade turística em municípios defrontantes com o mar; o capítulo 5 dedica-se à lógica e processos decorrentes da atuação pública e privada na constituição do território-recurso para a urbanização turística; o capítulo 6 apresenta as contradições que pulsam nos quatro territórios em que se realizou o trabalho de campo, expondo as ações que ameaçam suas permanências; por fim, o capítulo 7 apresenta as dimensões e respectivas estratégias de reterritorialização levadas pelos atores não hegemônicos, representados pelos grupos afetados nos conflitos, e que completa a proposta teórico-metodológica do território como abrigo.

## 2 ABORDAGEM METODOLÓGICA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Nesta pesquisa, concorda-se que o turismo é um fenômeno integral, multidimensional e complexo, que resulta da inter-relação de múltiplos atores, contextos sociotemporais, motivações e escalas de atividade (Campodónico & Chalar, 2013). Tem-se, portanto, um grande desafio na construção do conhecimento em turismo, especialmente na tarefa de estabelecer conexões e relações entre aspectos, atores e significados envolvidos no fenômeno. Por isso, é necessário questionar, constantemente: quais são, onde buscar, como interpretar e para qual finalidade devem convir os conhecimentos que possam ser produzidos nos estudos sobre turismo?

Sobre a primeira questão, há algum tempo Jafari e Ritchie (1981) apontaram a necessidade de transpor a centralidade do tema do funcionamento do mercado turístico em direção a uma série de outros aspectos relacionados ao turismo, com destaque para as diferenças de valores e expectativas (culturais, econômicas e políticas), entre os envolvidos no fenômeno. Nesse sentido, esta pesquisa dá ênfase à categoria dos residentes, particularmente, os grupos envolvidos em conflitos cujo motivo são os processos de turistificação de seus territórios.

Em relação às fontes de conhecimento à disposição dos estudos em turismo, Tribe e Liburd (2015) ressaltam a pertinência de buscá-los fora das disciplinas tradicionais, nos chamados conhecimentos extracurriculares, os quais, segundo os autores, abrangem o legado histórico-cultural e as relações entre pessoas/povos com o ambiente. A inclusão dessa fonte no sistema de conhecimentos abre espaço para a resistência contra a marginalização, exploração e opressão no turismo exercidas pelo Estado e/ou grupos político-econômicos dominantes. No caso da presente pesquisa, se expressam por meio de estratégias forjadas na resistência, levados por grupos hegemonizados, provenientes de circunstâncias territoriais conflituosas.

Considera-se que as interpretações relativas ao turismo devem alinhar-se à natureza multidisciplinar desse fenômeno. Portanto concorda-se com Tribe (1997) ao afirmar que, enquanto campo de investigação, o turismo se utiliza de disciplinas para explicar seus eventos. Em função do tema desta pesquisa, acredita-se que o principal subsídio teórico provém da disciplina de Geografia, na qual o conceito de território é basilar e envolve noções acessórias, como as dinâmicas de des-re-territorialização. De forma complementar, buscaram-se recursos teóricos em outros campos de conhecimento vinculados às Ciências Sociais, como a Economia Política e os Estudos Urbanos, que auxiliam na interpretação de fatores vinculados à reprodução

do capital e fornecem subsídios para a discussão e análise dos conflitos envolvendo o fenômeno urbano.

Por fim, o percurso metodológico deve pensar a finalidade, a função e a justificativa da produção do conhecimento. Para Nechar (2011), é necessário romper com o interesse dominador no conhecimento positivista, cujos fins utilitários têm sido a condução das sociedades “por uma ideologia capitalista burguesa que se isenta da análise” (p. 522). Nechar, (2011) e Panosso Netto & Nechar (2014) apontam a adoção de uma epistemologia crítica do turismo como chave para essa mudança. Tal proposta epistemológica se propõe a captar a realidade em transformação frente a tantos conhecimentos e realidades possíveis. Assim, consideram que a abordagem crítica reconhece as possibilidades de ganhos, mas também está atenta às limitações e aos impactos negativos gerados às pessoas e localidades envolvidas no fenômeno turístico. Se discursos prontos e convenientes à manutenção da exploração, reproduzidos como verdades universais não se sustentam frente à realidade concreta, a perspectiva crítica poderá propor novos fundamentos para a compreensão e para a mudança nos rumos desse fenômeno.

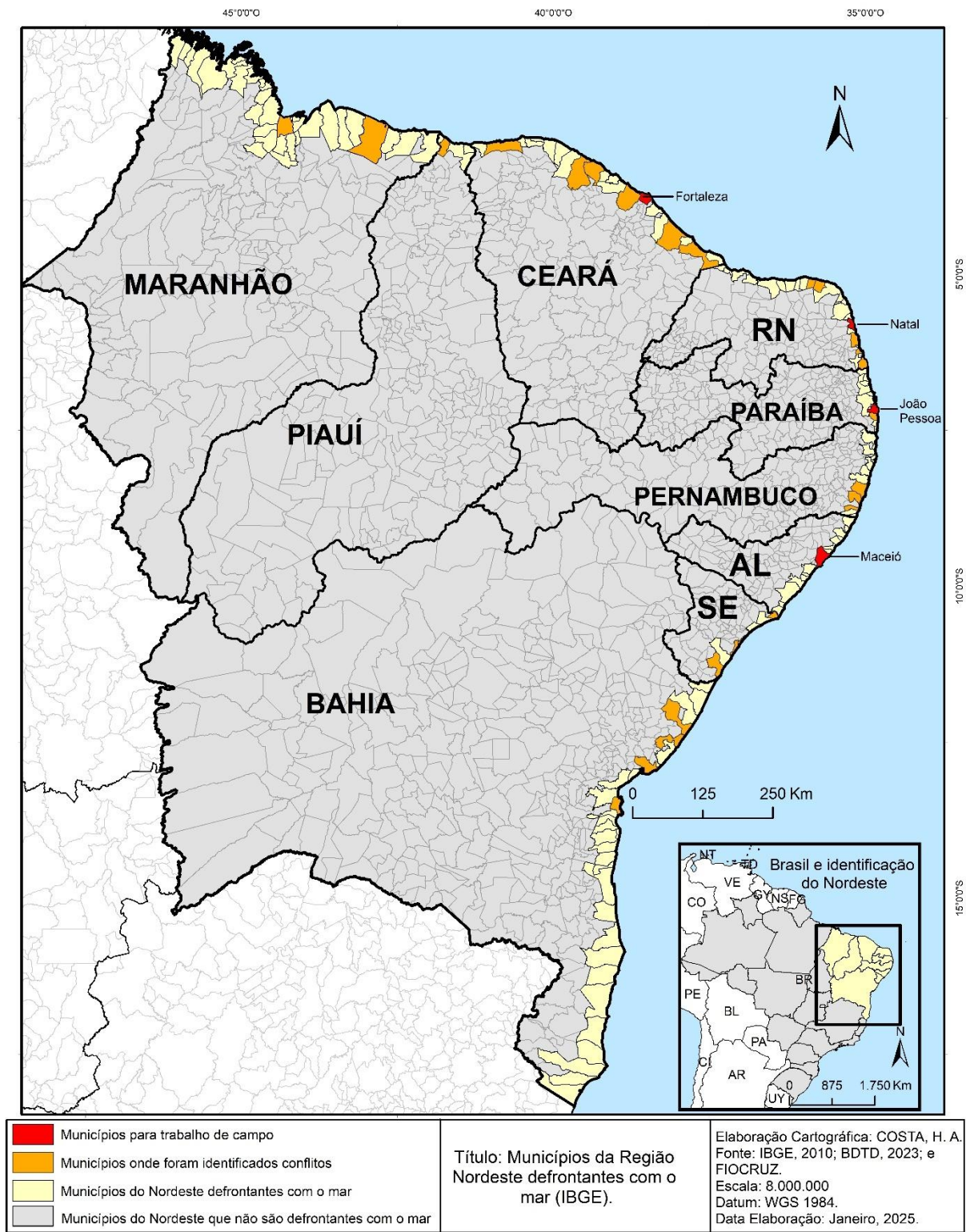
Almeja-se, portanto, que os resultados da pesquisa sejam respostas práticas, concretas e transformadoras no modo de avaliar, planejar e implementar o turismo em territórios cujos aspectos sociodemográficos requerem constante reflexão dos efeitos positivos e negativos, com vistas a tomadas de decisão em defesa dos interesses dos excluídos e explorados sistematicamente.

Após os apontamentos metodológicos fundamentais, passa-se à apresentação dos procedimentos adotados para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Os municípios litorâneos são os locais mais representativos da atividade turística em contexto nacional. Sobre tais municípios, a partir de dados secundários, buscou-se identificar e caracterizar a ocorrência de conflitos ligados ao turismo. Entretanto são os municípios litorâneos da região Nordeste que definem o recorte da pesquisa, por meio do aprofundamento de situações e investigação sobre os conflitos territoriais (Figura 1). Ademais, mediante a uma análise qualitativa, foi selecionada uma amostra de quatro realidades desse conjunto para o aprofundamento do estudo.

Figura 01 – Recorte espacial da pesquisa



Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2023); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de utilizarmos, por vezes, ao longo da problematização, o termo ‘municípios litorâneos’, a pesquisa priorizou os municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira

definidos como defrontantes com o mar, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O recorte temporal da pesquisa esteve circunscrito pelo mais antigo registro de conflito exposto em publicações de três fontes de dados principais, a saber, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, e artigos publicados em periódicos eletrônicos. Desse conjunto de fontes, o mais antigo registro é uma dissertação do ano 1992. Os dados sobre as políticas públicas acompanham esse marco temporal, quando se constatou que os convênios mais antigos entre o então Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) ocorreram na mesma década (1996). Dessa forma, a década de 90 define o recorte temporal da pesquisa

Pelos objetivos da pesquisa, pôde-se enquadrá-la como descritiva e explicativa. Ao descrever acontecimentos, fatos, fenômenos ou situações, essa tipologia estabelece relações entre variáveis (Denker, 1998), cumprindo procedimentos de observação, registro, classificação e interpretação (Andrade, 2010). Apesar de elementar, a descrição dota o pesquisador de compreensões que o conduzem a construções explicativas. Dessa forma, para Gil (2010), quando a pesquisa descritiva avança na identificação de relação entre variáveis e passa a explicar a natureza dessa relação, aproxima-se de uma pesquisa explicativa.

Os esforços explicativos de uma pesquisa, portanto, correspondem a uma etapa posterior e mais aprofundada em relação à descrição. Neste contexto, a análise empregada buscou compreender a relação de causalidade entre duas variáveis (Dencker, 1998; Severino, 2007; Andrade, 2010). Esse é o caso da relação entre os projetos e investimentos destinados, prioritariamente, às atividades turísticas e a emergência de conflitos territoriais no litoral brasileiro. Buscou-se uma explicação para as razões dos conflitos, uma interpretação sobre essas questões, com base no avanço das atividades em discussão, bem como os desdobramentos em formas de organização e aprendizagens resultantes desses movimentos de resistência.

Em pesquisas de âmbito de pós-graduação, quando um conjunto de possibilidades se apresenta para a coleta de dados, é comum que o pesquisador adote mais de um meio de coleta. Nesse sentido, pode-se caracterizar esta pesquisa, no conjunto de suas fontes, em documental e de campo.

O primeiro enfoque valeu-se de dados disponíveis em documentos históricos, jornalísticos, relatórios, peças jurídicas, obras científicas e técnicas, sem deixar de lado, também, as várias possibilidades de registros iconográficos (Godoy, 1995a).

Em relação à pesquisa de campo, os dados tendem a ser coletados pela observação de determinado acontecimento ou pelo questionamento/entrevista de um dado grupo ou pessoa. Pela observação, as ciências sociais analisam o comportamento do fenômeno nas condições ambientais e circunstâncias espontâneas de sua ocorrência. Após, estabelecem-se relações que obtenham o status de resultados de pesquisa (Selltiz, Wrightsman & Cook, 1987; Yin, 2005). As entrevistas buscam captar o nível de conhecimento, as crenças, as motivações, as expectativas, os planos e as atitudes das pessoas (Selltiz, Wrightsman & Cook, 1987). Nesse sentido, foram importantes as observações em campo junto às quatro comunidades selecionadas para aprofundamento do estudo, assim como as entrevistas realizadas com as lideranças comunitárias. Esses procedimentos serão detalhados a seguir.

Os procedimentos de coleta utilizados para o cumprimento dos objetivos indicaram a seleção do procedimento de análise centrado na análise de conteúdo, a qual foi aplicada no conjunto de documentos coletados e sobre o material produzido na observação e entrevistas. Seguindo recomendações (Gomes, 1994; Bauer, 2002; Bardin, 2009), a análise de conteúdo foi desenvolvida em etapas, com ações específicas para cada uma, a saber: a familiaridade com os dados obtidos, a análise “propriamente dita”, a seleção das unidades de contexto, de registro e a definição das categorias, e, por fim, a interpretação das informações obtidas.

Ainda sobre a abordagem assumida nesta pesquisa, Haguette (2010, p. 18-22) esclarece sobre a pertinência das metodologias qualitativas para amenizar as aflições e limitações de pesquisadores compromissados com a justiça e a equidade, ao mesmo tempo que perseguem a manutenção do rigor científico. A autora considera essa abordagem a mais apropriada para captar microestruturas que se formam pelas dinâmicas sociais nas situações de convivência e interação de grupos situados em bairros, comunidades, sindicatos, entre outros, nos quais se concretizam as acomodações ou os protestos, em face das experiências injustas que a eles recaem.

Dessa forma, os procedimentos de coleta e análise estiveram alinhados aos parâmetros qualitativos (Richardson, 1985), já que foram analisados processos dinâmicos, particularmente, no sentido de compreender o significado e as atitudes dos grupos envolvidos nos conflitos. Acrescente-se que a abordagem qualitativa apresenta a vantagem de valorizar a dimensão das descobertas no processo de investigação (Guba, & Lincoln, 1994). O que corrobora o indicado por Godoy (1995b), para quem, numa pesquisa qualitativa, os interesses mais amplos se tornarão mais diretos e específicos no decorrer da investigação, a partir da coleta dos dados, seu exame e confronto com o quadro teórico.

## 2.2 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE PESQUISA

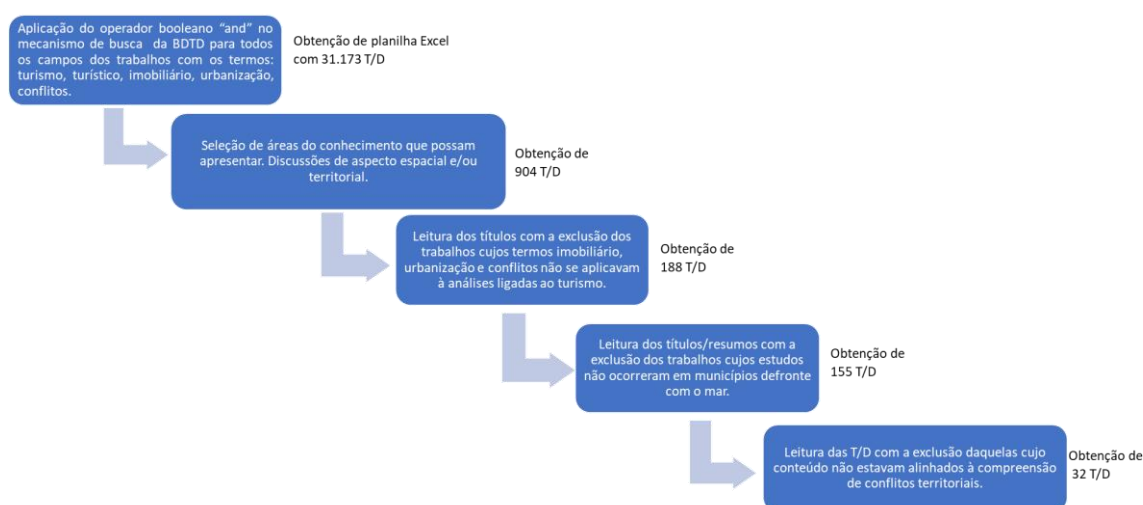
O cumprimento dos objetivos desta pesquisa contou com a adoção de estratégias de coleta e análise de dados que melhor se adequaram às fontes. Tais estratégias serão detalhadas a seguir.

### 2.2.1 Caracterização dos conflitos em municípios brasileiros defrontantes com o mar

Correspondendo à primeira etapa da pesquisa, sua execução esteve apoiada em teses e dissertações de programas de pós-graduação de turismo e áreas afins disponíveis na BDTD. A escolha dessa fonte foi motivada por três fatores principais: primeiro pela sua confiabilidade e amplitude quanto à origem dos dados, fornecidos por 145 (cento e quarenta e cinco) instituições de ensino com programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil; segundo, por permitir a aplicação dos operadores booleanos *and*, *or* e *not* utilizados para filtrar as pesquisas que mais se aproximavam do objeto de estudo; por fim, o fato de a Biblioteca possibilitar o *download* de planilha em Excel com informações básicas dos trabalhos, agilizando o contato inicial com o material por meio do título, das palavras-chave, da área de conhecimento e do programa de origem.

O processo de identificação e seleção das teses e dissertações seguiu o caminho exposto na Figura 02.

Figura 02 – Percurso metodológico da seleção de amostra dos conflitos territoriais em municípios defrontantes com o mar em teses e dissertações do BDTD



Fonte: Autoria própria (2023).

A partir da seleção de áreas do conhecimento que, em geral, apresentam discussões de aspecto espacial e/ou territorial, entre as quais, Turismo, Geografia, Arquitetura, Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia, Planejamento Urbano e Regional, Meio Ambiente, foi possível reduzir a busca dos trabalhos a serem tratados para 904 unidades.

A partir desse ponto, analisou-se o título dos trabalhos apresentados na planilha Excel. O uso dos termos “conflitos”, “urbanização” e “imobiliário”, durante a busca, inseriu produções que não versavam sobre o fenômeno turístico e que correspondiam a outras temáticas. Após essa nova rodada de eliminação, obteve-se o número de 188 teses e dissertações.

Em alguns casos, foi necessário analisar os resumos para selecionar os trabalhos cuja investigação priorizou municípios defrontantes com o mar, como definido pelo IBGE. Após esse último critério de corte, a amostra da análise foi definida em 155 teses e dissertações de pós-graduação sobre as quais se efetivou a leitura de seus conteúdos.

A partir da leitura integral das 155 teses e dissertações, verificou-se que 63 estudos versavam, na verdade, sobre impactos negativos, registrados em quase todos os estados litorâneos (à exceção do Amapá). Outros 60 trabalhos, apesar dos títulos e palavras-chave sugestivos, problematizavam, mas não abordavam ofensivas reais da atividade em tela sobre grupos e populações específicas.

Observa-se, na Tabela 01, a distribuição das teses e dissertações inseridas em contexto de conflitos em relação aos programas vinculados, totalizando 32 trabalhos. Também é possível verificar que o fenômeno tem nos programas de Geografia e Desenvolvimento e Meio Ambiente - Prodema especial atenção.

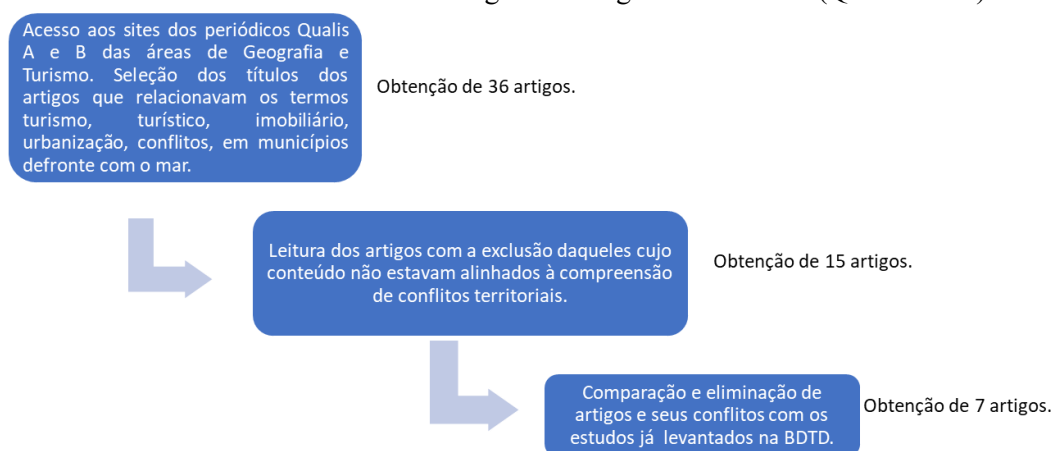
Tabela 01 - Distribuição dos estudos envolvendo conflitos em turismo em municípios defrontantes com o mar em relação aos programas vinculados

| Área/PPG                               | Teses    | Dissertações | Total     |
|----------------------------------------|----------|--------------|-----------|
| PPG em Geografia                       | 5        | 12           | 17        |
| PPG em Des. e Meio Ambiente – Prodema  | 1        | 5            | 6         |
| PPG em Turismo                         | 0        | 3            | 3         |
| PPG em Arquitetura e Urbanismo         | 1        | 1            | 2         |
| PPG em Antropologia                    | 0        | 2            | 2         |
| PPG em Gestão e Políticas Ambientais   | 0        | 1            | 1         |
| PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras | 1        | 0            | 1         |
| <b>Total</b>                           | <b>8</b> | <b>24</b>    | <b>32</b> |

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2023).

Buscando qualificar o processo de pesquisa, optou-se por incorporar o levantamento em periódicos científicos nacionais disponíveis gratuitamente via internet. Em relação a tais fontes, foi dada prioridade às áreas de Geografia e Turismo. A primeira, por se revelar a área de maior recorrência de estudos, depois que foram analisados os dados das teses e dissertações na BDTD; a segunda, por estar ligada ao programa de pós-graduação ao qual a presente pesquisa está vinculada, revelando, para o autor, o estado da arte do tema na referida comunidade científica. O percurso desse levantamento é exposto na Figura 03.

Figura 03 – Percurso metodológico da seleção de amostra dos conflitos territoriais em municípios defrontantes com o mar em artigos de Geografia e Turismo (Qualis A e B)



Fonte: Autoria própria (2023).

Os periódicos consultados corresponderam àqueles classificados com Qualis A e B (quadriênio 2013-2016), representando uma amostra criteriosa em relação aos parâmetros de publicação (totalizando 23 periódicos). A pré-seleção dos artigos em cada periódico priorizou a presença dos mesmos termos booleanos utilizados para a pesquisa na BDTD, abrangendo todas as edições dos periódicos em questão.

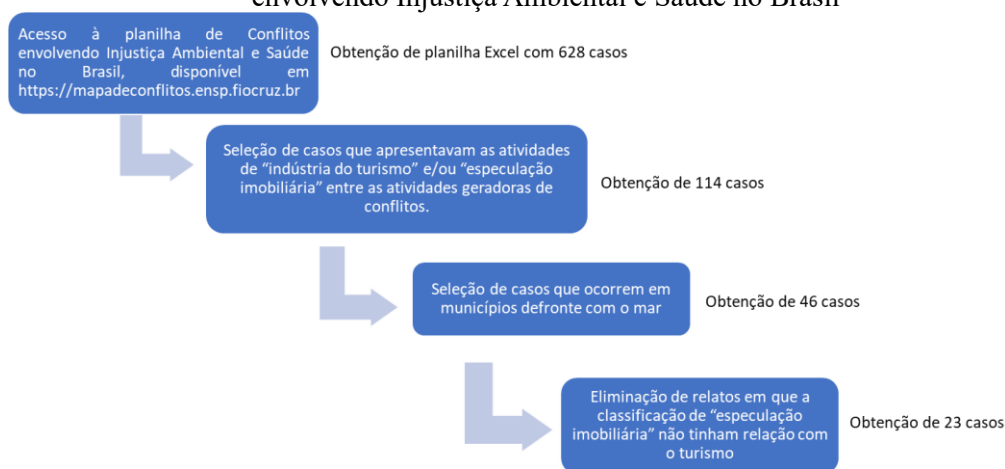
Em um conjunto de 36 (trinta e seis) artigos pré-selecionados a partir da busca de termos, foi realizada a leitura de seus conteúdos para verificar o enquadramento do que foi considerado um conflito de acordo com o referencial teórico-metodológico adotado nesta tese. Ocorreu, por força dessa leitura, a eliminação de 21 artigos que não atendiam aos requisitos, por destoar dos termos conceituais.

Por fim, ainda foi verificado, após comparação com as teses e dissertações, que, dos 15 (quinze) artigos restantes, 8 (oito) se referiam a pesquisas e conflitos já catalogados, tratando-se de sínteses desses trabalhos enviados às revistas dessas áreas. O saldo desse levantamento, ao final, foi a inclusão de 7 artigos adicionados à análise.

A terceira fonte para a realização desse objetivo foi o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil<sup>8</sup>, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. A entidade levanta casos de conflito em todos os estados brasileiros, com intensidade, extensão e mobilizações em várias escalas. Desde o ano de 2008, o levantamento está em contínua reconstrução, aperfeiçoamento e divulgação. Apoia-se em relatórios e artigos desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais, além de grupos acadêmicos, organizados via Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Em agosto de 2023, constavam 628 conflitos ambientais em todo o Brasil, presentes nas 4 regiões brasileiras com litoral. A pertinência da utilização do Mapa - Fiocruz se reforça pela constatação de que, mesmo com particularidades regionais, a luta pela terra é um fator constante nos conflitos catalogados, expressando o caráter territorial, a princípio.

A utilização do Mapa de Conflitos - Fiocruz se mostrou eficaz, não sendo necessário fazer a validação dos casos relatados como característicos de conflitos, uma vez que, como asseguram Porto, Pacheco e Leroy (2013), os casos de injustiça se transformam em conflitos na presença de resistências e mobilizações. Por isso, dentre os casos catalogados, não consta nenhuma denúncia sem que estejam ligadas a reações por parte de uma comunidade, uma organização ou de movimentos sociais. Dessa forma, a identificação dos conflitos foi mais objetiva e rápida em relação à BDTD e aos artigos de periódicos. O processo de identificação e seleção de casos de conflitos catalogados no Mapa seguiu o caminho exposto na Figura 04.

Figura 04 – Percurso metodológico da seleção de amostra dos conflitos territoriais em municípios defrontantes com o mar catalogados no Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil



Fonte: Autoria própria (2023).

<sup>8</sup> Ver <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

O exame mais detalhado de 46 casos previamente selecionados constatou que a categoria de atividade geradora de conflito denominada “especulação imobiliária” se aplicava, em alguns casos, a situações de política habitacional e a projetos de desenvolvimento portuário (químico-industrial-comercial), e, assim, não tinha relação com o turismo. Aplicando-se tal corte, ao final, foram identificados 23 casos para a catalogação.

Sobre todo o universo dessa etapa de pesquisa (Teses e Dissertações da BDTD, artigos de Geografia e Turismo - Qualis A e registros da Fiocruz), foi aplicada a análise de conteúdo, mais especificamente, a modalidade de análise de relações por coocorrências, concomitantemente à modalidade de análise de categorização, conforme propôs Bardin (2009).

A análise de relações por coocorrências buscou confirmar a real existência dos conflitos anunciados no trabalho (não apenas a existência de impactos), ou seja, a confirmação efetiva do conflito e sua vinculação de natureza territorial com as atividades de turismo. A análise de categorização foi aplicada para seleção de áreas de conhecimento, programa de pós-graduação e título das publicações, bem como, para a identificação das variáveis a serem analisadas nos documentos em questão; particularmente, os atores ou grupos envolvidos, as motivações, o campo e as dinâmicas presentes nos conflitos.

Os casos levantados, evidentemente, não expressam a totalidade de estudos publicados (muito menos dos conflitos territoriais envolvendo a atividade turística no litoral brasileiro), uma vez que existem teses e dissertações que não integram a BDTD; bem como, há um número considerável de periódicos de Geografia e Turismo com Qualis C e D e de outras áreas do conhecimento que não foram consultados, pelos motivos já expostos. Entretanto, mais do que inventariar todos os conflitos territoriais, nos municípios defrontantes com o mar, perseguiu-se o objetivo de identificar os traços gerais desses conflitos, apontando seus padrões elementares.

Atento à observação supracitada, antes de avançar no detalhamento dos próximos procedimentos, se esclarece que os resultados obtidos na presente etapa direcionaram as fases subsequentes da pesquisa. Três constatações foram fundamentais, e apesar de serem discutidas à posteriori, precisam ser citadas:

- 1- A primeira constatação é de que a região Nordeste concentra o maior número de casos de conflitos territoriais envolvendo a atividade turística, tal fato, justifica a ênfase do trabalho sobre essa região.
- 2- A segunda constatação é que se reforça a correlação entre turismo e urbanização, cujos interesses transbordam para o setor imobiliário, em seus diferentes agentes de atuação.
- 3- O levantamento prévio apontou que dois grupos populacionais são os mais afetados pelas atividades em questão: comunidades tradicionais, identificadas como pescadores artesanais,

extrativistas e agricultores, e; populações urbanas habitantes de capitais dos estados litorâneos, evidenciando a abrangência e diversidade de contextos que caracterizam o fenômeno.

### **2.2.2 Exame da racionalidade espacial envolvida nos investimentos públicos e privados, para uso nas práticas de turismo, em municípios da região Nordeste situados defrontantes como o mar**

O cumprimento dessa tarefa correspondeu a uma segunda etapa da pesquisa. Verifica-se que nos referidos investimentos se expressam as razões determinantes para os conflitos. Ou seja, compõem a lógica de transformação dos territórios em recursos.

Nesse aspecto, buscou-se compreender os nexos existentes entre os investimentos públicos e privados, e entre estes com a atividade turística e os conflitos territoriais. Dessa forma, a combinação de dois conjuntos de dados subsidiou a análise, como será descrito a seguir.

Como citado, os resultados prévios indicaram a região Nordeste como *locus* dos conflitos territoriais envolvendo a atividade turística ao longo do litoral brasileiro. Dessa forma, opta-se por restringir o campo de análise dos investimentos a tal recorte, em que pesem as omissões sobre as demais, por razões de acesso a dados, repertório teórico-metodológico e tempo para conclusão do estudo.

Essa região apresenta como características fundamentais os processos de ocupação do litoral pelo turismo, determinados pela prevalência e pela importância do turismo de sol e mar, com sua concentração no litoral. Destaca-se também a adesão a uma política de turismo que foi um marco na estruturação do espaço litorâneo, o Prodetur-NE, o qual se baseou em fundamentos políticos e econômicos fortemente sustentados pelo financiamento estatal. Apesar de algumas diferenças locais, o programa privilegiou os mesmos eixos de investimento. Além disso, a região se caracteriza pela alta incidência de empreendimentos imobiliário-turísticos. Para o levantamento das ações executadas em políticas de incentivo ao turismo, serão consideradas três fontes, a partir das esferas de administração do Poder Executivo.

No plano federal, as ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), efetuadas a partir de 2007, foram acessadas no conjunto de relatórios anuais (PAC 1 - 2007/2010 e PAC 2

- 2011/2014) e trimestrais elaborados pelo Comitê Gestor do PAC (CGPAC)<sup>9</sup>. O PAC não apresentou o fomento ao turismo como objetivo central, entretanto, considerando a exigência que a atividade turística cobra por estruturação do território, o Programa efetuou um considerável número de ações ligadas às obras de infraestrutura urbana e logística.

No que diz respeito às ações dos governos estaduais, verificou-se que a gestão dos recursos do Prodetur/NE, realizada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), possibilitou o acesso à alocação das obras públicas por meio de relatórios emitidos pelo próprio banco e/ou via secretarias de governo dos estados do Nordeste aderentes ao programa, a partir dos quais foi possível efetuar a análise de conteúdo. Algumas das ações catalogadas também foram obtidas por meio de outras produções científicas que deram enfoque a essa política. O volume e a seletividade da destinação dos investimentos tornaram-no um marco do turismo no Nordeste, justificando sua inclusão na pesquisa.

Completando as fontes sobre as ações públicas de incentivo ao turismo, foram analisados convênios em âmbito municipal e estadual. Tais convênios, firmados entre municípios e estados com a Embratur e, posteriormente, com o Ministério do Turismo (MTur), se tornaram uma importante política de acesso a recursos para ações consideradas de interesse turístico. Tais incentivos são capitaneados pela administração municipal/estadual por meio da assinatura direta de convênios com o MTur ou por emenda parlamentar cujos objetivos declarados são o fomento do setor. No Portal da Transparência, é possível identificar, com detalhes, dados dos convênios<sup>10</sup>.

As ações previstas nas políticas supracitadas foram classificadas em Infraestrutura Urbana, Infraestrutura Turística, Ordenamento e Gestão do Território, Fomento e Eventos, uma vez que na presente pesquisa o interesse recai sobre as implicações espaciais das ações em questão.

No que concerne ao outro conjunto de investimentos, os privados, tomou-se como fonte os dados do Ministério do Turismo e do IBGE.

O Ministério do Turismo, por meio da categorização turística do Mapa do Turismo Brasileiro (2023), classifica o desempenho da economia do setor em 255 municípios brasileiros, a partir de cinco indicadores, dos quais dois estão relacionados aos estabelecimentos privados

---

<sup>9</sup>Disponíveis em:

<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/browse?type=author&value=Programa+de+Acelera%C3%A7%C3%A3o+do+Crescimento+%28Brasil%29>

<sup>10</sup> Por meio do sítio eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/convenios>, é possível realizar uma busca detalhada dos convênios estabelecidos por diversos ministérios (consideraram-se os convênios com a Embratur e com o Ministério do Turismo) acessando dados relativos aos convenientes (consideraram-se estados e municípios do Nordeste), a situação dos convênios (consideraram-se os convênios concluídos) e o objeto em questão.

de hospedagem (quantidade de estabelecimentos, quantidade de empregos e arrecadação de impostos federais), e dois ligados ao fluxo de visitantes (quantidade estimada de visitantes domésticos e internacionais), que podem ser utilizados como parâmetro da dinamização da atividade. Além disso, sinalizam-se os esforços das administrações municipais em integrar o mercado turístico com a elaboração de legislação relacionada ao turismo, a presença de instâncias de governanças, a participação em programas ou projetos com o MTur, a execução de Plano Municipal de Desenvolvimento Territorial, de Marketing ou Inventário Turísticos, entre outros indicadores.

A outra fonte para a parâmetro de investimentos privados é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que no mais recente Censo, divulgado em 2023, reúne, além dos dados censitários e socioeconômicos referentes às populações municipais, uma série de informações sobre os Domicílios de Uso Ocasional (DUO), definidos como aqueles domicílios particulares utilizados de forma eventual para o descanso de fins de semana, férias ou outras situações. Estima-se que tal informação indique o interesse do setor imobiliário em investir nessa tipologia de imóveis destinada a clientes interessados nas práticas de turismo, lazer e a consequente dinamização dos negócios imobiliários.

### **2.2.3 Evidenciar as resistências gestadas nos conflitos, desenvolvidas por atores não hegemônicos, em diferentes contextos de municípios defrontantes com o mar na região Nordeste brasileira**

Entre as características da pesquisa qualitativa, duas das mais fundamentais para o desenvolvimento do estudo ora proposto são: o fato dessa abordagem buscar significar, entre outras coisas, os comportamentos humanos, e permitir que se incorporem ao processo as descobertas ocorridas no percurso de investigação. Tais premissas ampararam a pesquisa para evidenciar a conversão de formas de organização e conhecimento em formas de compreensão crítica e de estratégias de reterritorialização forjadas nas experiências de lutas coletivas nos conflitos territoriais.

Em função das especificidades da pesquisa qualitativa e dos objetivos traçados, realizou-se uma aproximação contextual com os promotores/lideranças dos movimentos de resistência. Por meio dessa aproximação, revelaram-se as formas principais que os enfrentamentos assumiram dentro de cada sistema de significado analisado. Por isso, ressalta-se a necessidade da aproximação, da observação e do diálogo com os grupos afetados nos

conflitos, que somente foram proporcionados por técnicas de trabalho de campo adequadas aos estudos qualitativos, como sinalizado por Selltiz, Wrightsman & Cook (1987), Goode e Hatt (1979), Yin (2005) e Haguette (2010).

Dessa forma, para cumprir o objetivo, o estudo centrou-se nos procedimentos de entrevistas e de observação (sistemática e não participante), que, segundo Haguette (2010), se prestam adequadamente às situações em que a captura dos dados é articulada com atitudes, motivos, referências e o funcionamento de estruturas e organizações complexas, como os grupos afetados pelos conflitos.

Os territórios objeto de análise foram selecionados entre os conflitos categorizados com base na BDTD (Vila de Ponta Negra e Porto do Capim), no Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil - Fiocruz (Vila dos Pescadores do Jaraguá) e em artigos publicados em periódicos de Qualis A e B (Titanzinho), apresentando como envolvidos populações vinculadas à pesca artesanal, desenvolvida em condições que ainda guardam características de tradicionalidade, e situadas em “eixos turísticos” do espaço urbano de quatro capitais situadas na Zona Costeira do Nordeste: Natal, João Pessoa, Alagoas e Fortaleza, respectivamente.

A escolha das quatro capitais e o contato com os conflitos foram definidos por dois motivos. Primeiro, pela opção de privilegiar a análise dos conflitos ocorridos nas maiores cidades, uma vez que nelas se condensam uma variedade de atividades, sujeitos e interesses que as tornam o lócus das novas dinâmicas econômicas. Portanto, considerando-se as transformações em função dos interesses turísticos, foram as capitais dos estados que ofereceram as melhores oportunidades de identificar a trama de relações que o Estado e os atores privados dos setores turísticos e imobiliário desenvolvem para atribuir aos territórios a condição de recurso, gerando os processos conflituosos e de luta.

A partir do final de 2023, e se estendendo por 2024, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, individuais e coletivas, com lideranças dos movimentos de resistência dos territórios: Fórum Vila em Movimento (Natal), Coletivo Garças do Sanhauá (João Pessoa), Amajar (Maceió) e Comissão Titan e Associação de Moradores do Titanzinho (Fortaleza). Considerou-se que as lideranças locais sintetizam a percepção dos conjuntos de atores constituintes do território, e, portanto, foram priorizadas nas entrevistas. Delas, obtiveram-se informações relevantes sobre as circunstâncias, o impacto e as formas de resistências forjadas na mobilização dos interesses dos grupos que representam, aos quais se seguiram outros procedimentos, como a pesquisa documental e a observação.

Assim, especialmente nos conflitos ligados ao Porto do Capim, Titanzinho e Vila dos Pescadores do Jaraguá, as informações obtidas por esse procedimento, a partir dos apontamentos realizados pelos interlocutores, direcionaram as escolhas dos locais e os eventos das visitas técnicas e a busca por documentos jurídicos/administrativos, perfis (sociais) eletrônicos e notícias, efetuadas também no âmbito dos procedimentos de coleta de dados.

Destacamos que no caso da Vila de Ponta Negra foi possível realizar diálogos com outros atores que em algum momento estiveram envolvidos na série de conflitos que ocorreram/ocorrem nesse território. Eles forneceram informações complementares que nos permitiram interligar fatos, impactos e mobilizações. As lideranças ouvidas ao longo da pesquisa estão listadas no Quadro 01.

Quadro 01 - Relação de entrevistas desenvolvidas na pesquisa

| <b>Interlocutor<sup>11</sup></b>        | <b>Representação</b>                                                                               | <b>Instrumentos/aplicação</b>                               |
|-----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| <b>E.A.</b>                             | Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Jaraguá (Vila dos Pescadores) - Amajar | Entrevista semiestruturada (2h51min) com apoio de gravador  |
| <b>S.G.</b>                             | Assessora do Ponto de Cultura Enseada das Canoas                                                   | Entrevista semiestruturada (40 min) com apoio de gravador   |
| <b>J.A.</b>                             | Integrante da Comissão Titan                                                                       | Entrevista semiestruturada (1h47 min) com apoio de gravador |
| <b>P.F.</b>                             | Integrante da Associação de Moradores do Titanzinho                                                | Entrevista semiestruturada (aprox. 30 minutos) não gravada  |
| <b>R.H, R.H., T.H, S.H., J.L., T.H.</b> | Integrantes do Coletivo Garças do Sanhauá                                                          | Entrevista semiestruturada (53min)                          |
| <b>N.V.</b>                             | Articuladora do Fórum Vila em Movimento                                                            | Entrevista semiestruturada (1h17 min)                       |
| <b>D.H</b>                              | Articuladora do SOS Ponta Negra                                                                    | Entrevista semiestruturada (31 min)                         |
| <b>A.S.</b>                             | Liderança dos pescadores na Vila de Ponta Negra                                                    | Entrevista semiestruturada (40 min)                         |
| <b>T.A.</b>                             | Coordenadora de Projeto de Extensão atuante na Vila de Ponta Negra                                 | Entrevista semiestruturada (aprox. 40 minutos) não gravada  |
| <b>C.M.</b>                             | Mestre de grupo folclórico atuante na Vila                                                         | Entrevista semiestruturada (aprox. 30 minutos) não gravada  |
| <b>D.M.</b>                             | Ambulante e organizadora de feira comunitária                                                      | Entrevista semiestruturada (aprox. 40 minutos) não gravada  |

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No que concerne às atividades de observação, partiu-se da premissa de que, por meio de objetos e ações, os usos do território são definidos a serviço de um grupo ou ator social. Por isso, a observação se dedicou ao registro de elementos materiais (as paisagens e seus elementos

<sup>11</sup> Decidiu-se preservar a identificação dos entrevistados, considerando o estado de tensão que alguns territórios ainda apresentam em relação aos conflitos territoriais.

naturais e artificiais mais significativos) e simbólicos (políticos, artísticos, religiosos) que puderam ser captados em visita a territórios envolvidos nos conflitos nas quatro capitais e em encontros diversos, como reuniões e debates de associações comunitárias, audiências públicas (judiciais e populares), manifestações culturais (folclóricas e religiosas), protestos de rua, entre outros, sempre no intuito de captar mecanismos de resistências efetuados nesses territórios. As ações de observação desenvolvidas ao longo da pesquisa estão detalhadas no Quadro 02.

Quadro 02 - Relação de atividades de campo desenvolvidas na pesquisa

| <b>Data</b>                             | <b>Local</b>                                                  | <b>Atividade</b>                                                                 | <b>Organização</b>                             |
|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Vila de Ponta Negra, em Natal/RN</b> |                                                               |                                                                                  |                                                |
| 02/09/2023                              | Museu da Rampa de Natal                                       | Júri Popular da Orla                                                             | Coletivo Salve Natal                           |
| 26/10/2023                              | Campo do Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra        | Edição do Projeto Cine Circo Potiguar                                            | Coletivo de cinema itinerante Kurta na Kombi   |
| 16/11/2023                              | Salão de Convivência da UBS da Vila de Ponta Negra            | Apresentação do Mapa Social da Vila de Ponta Negra                               | Disciplina SACI, Departamento de Saúde da UFRN |
| 28/05/2024                              | Câmara dos Vereadores de Natal                                | Audiência Pública sobre proposta de regulamentação das ZEIT's de Natal           | Vereador Kleber Fernandes                      |
| 12/06/2024                              | Procuradoria do Estado do RN                                  | Audiência Pública – Análise das regras para construir na orla da cidade do Natal | Ministério Público Estadual                    |
| 16/07/2024                              | Espaço cultural e de formação política Casa Socialista        | Curso “Engorda de Ponta Negra: aspectos ambientais e sociais                     | Vereador Daniel Valença (PT)                   |
| 24/07/2024                              | Av. Engenheiro Roberto Freire                                 | Protesto de rua contra falta de informações da engorda de Ponta Negra            | Pescadores e rendeiras da Vila de Ponta Negra  |
| 29/07/2024                              | Tribunal de Justiça Federal do RN                             | Audiência Pública de conciliação da ACP/MPE Engorda de Ponta Negra               | 5ª Vara Federal do RN                          |
| 12/08/2024                              | Ponto de Memória Rendeiras da Vila                            | Plenária da Chapa 2 para Conselho Comunitário de Ponta Negra                     | Chapa 2 – Ponta Negra que a gente quer         |
| 17/08/2024                              | Ponto de Memória Rendeiras da Vila                            | II Festival Cultural - A Vila Mostra sua Cara                                    | Ponto de Memória Rendeiras da Vila             |
| 31/08/2024                              | Comissão eleitoral para o Conselho Comunitário de Ponta Negra | Posse da Chapa vencedora do conselho comunitário                                 | Sede do Conselho Comunitário de Ponta Negra    |
| 31/08/2024                              | Instituto Ancestral                                           | Circuito de formação Ecopraça                                                    | Rua Vereador Manoel Coringa de Lemos           |
| 12/09/2024                              | Conselho Comunitário de Ponta Negra                           | 1ª Assembleia Geral do Conselho Comunitário de Ponta Negra                       | Sede do Conselho Comunitário de Ponta Negra    |

|                                                                      |                                               |                                                                                      |                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| 22/10/2024                                                           | Conselho Comunitário de Ponta Negra           | Assembleia Comunitária sobre a obra de engorda de Ponta Negra                        | Sede do Conselho Comunitário de Ponta Negra                     |
| 08/12/2024                                                           | Conselho Comunitário de Ponta Negra           | Evento Viver a Vila 391 anos                                                         | Ponto de Memória Rendeiras da Vila                              |
| <b>Porto do Capim, em João Pessoa/PB</b>                             |                                               |                                                                                      |                                                                 |
| 10/10/2023                                                           | Comunidade Porto do Capim                     | Vivenciando o Porto Capim                                                            | Coletivo Garças do Sanhauá                                      |
| 19/02/2024                                                           | Comunidade Porto do Capim                     | Visita à Comunidade                                                                  | Coletivo Garças do Sanhauá                                      |
| Quadro 02 - Relação de atividades de campo desenvolvidas na pesquisa |                                               |                                                                                      |                                                                 |
| 24/04/2024                                                           | Comunidade Porto do Capim                     | Vivenciando o Porto Capim                                                            | Coletivo Garças do Sanhauá                                      |
| 08/12/2024                                                           | Comunidade Porto do Capim                     | Procissão de Nossa Senhora da Conceição                                              | Associação de Mulheres Porto do Capim                           |
| <b>Titanzinho, em Fortaleza/CE</b>                                   |                                               |                                                                                      |                                                                 |
| 10/11/2023                                                           | Comunidade do Titanzinho                      | Apresentação da comunidade                                                           | Comissão Titan                                                  |
| 10/11/2023                                                           | Sede da Associação de Moradores do Titanzinho | Reunião dos conselhos gestores das Zeis Cais do Porto e Serviluz                     | Conselheiros das Zeis Cais do Porto e Serviluz                  |
| 11/11/2023                                                           | Comunidade do Titanzinho                      | Visita ao local e entrevista                                                         | Comissão Titan                                                  |
| 18/11/2023                                                           | Curso <i>on-line</i>                          | Atuação e participação comunitária: (des)construindo saberes, com duração de 6 horas | Instituto Trêsmares                                             |
| 08/12/2023                                                           | Rua General Titan                             | X Mostra Audiovisual do Titanzinho e Festival de Artes Ser Ver Luz                   | Associação de Moradores do Titanzinho/Lamur/Instituto Trêsmares |
| 09/12/2023                                                           | Farol do Mucuripe                             | X Mostra Audiovisual do Titanzinho e Festival de Artes Ser Ver Luz                   | Associação de Moradores do Titanzinho/Lamur/Instituto Trêsmares |
| <b>Vila dos Pescadores do Jaraguá, em Maceió/AL</b>                  |                                               |                                                                                      |                                                                 |
| 27/06/24                                                             | Centro Pesqueiro do Jaraguá                   | Visita ao local e entrevistas                                                        | -                                                               |
| 28/06/24                                                             | Condomínio Residencial Vila dos Pescadores    | Visita ao local e entrevistas                                                        | Amajar                                                          |
| 29/06/24                                                             | Balança de peixe de Jatiúca e Pajuçara        | Visita ao local                                                                      | -                                                               |

Fonte: Dados da pesquisa (2023, 2024).

Dentre os procedimentos de pesquisa, a particularidade da Vila de Ponta Negra em relação aos demais territórios é o maior número de situações de coleta de dados. Fato justificado pela necessidade de estabelecer correlações entre um conjunto de eventos conflituosos que se sobrepõem e se articulam.

Além das entrevistas e das visitas técnicas, se procedeu a análise de decisões judiciais, leis municipais, relatórios técnicos, comunicações institucionais e comunitários (por meio de perfis de redes sociais), matérias jornalísticas, entre outros, que auxiliaram na compreensão das condições e contradições em que ocorrem os conflitos, os caminhos percorridos para as resistências e os desfechos das situações.

Entre os procedimentos de pesquisa, os que se mostraram mais difíceis foram as entrevistas. Com base em trabalhos anteriores, tinha-se noção do desafio que se propunha. Pedir às lideranças que respondam questões sobre os conflitos em que estão envolvidos poderia fazê-los reviver momentos de frustração, indignação, ameaças e até violência – situação que ficou evidente no caso da Vila dos Pescadores do Jaraguá, por exemplo.

Outro cenário esperado nessa investigação era se deparar com negativas em fornecer entrevistas. Nesse aspecto, o caso mais difícil foi o da Comunidade do Porto do Capim. Durante as visitas de campo, em que se optou por participar das atividades de turismo de base comunitária - TBC (Vivenciando o Porto do Capim), os promotores da ação (que são também as principais lideranças da comunidade) expuseram que um dos objetivos das visitas guiadas era relatar para interessados (principalmente o público universitário) os acontecimentos, as estratégias de resistência e os desdobramentos ocorridos no conflito vivenciado pela comunidade. Assim, a indisposição das lideranças em fornecer entrevistas foi superada, prioritariamente, em forma de depoimentos coletados e questionamentos realizados durante duas edições do Vivenciando o Porto do Capim, promovidas pelo Coletivo Garças do Sanhauá. As visitas guiadas por setores do território e as rodas de conversas promovidas na atividade foram momentos oportunos para realizar as indagações necessárias. Também houve a oportunidade de dialogar com o referido coletivo sobre a motivação e as estratégias de ações para o desenvolvimento do TBC em Porto do Capim. Apesar de focar somente um aspecto do conjunto de categorias pertinentes à presente pesquisa, essa foi também uma oportunidade de compreender a relação do turismo com a luta pelo território.

Para facilitar a compreensão dos procedimentos adotados no cumprimento dos seus objetivos da pesquisa, elaborou-se uma síntese metodológica (Quadro 03).

Quadro 03 - Síntese dos procedimentos da pesquisa

| Objetivos                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Categorias de Análise                                                                                                                            | Técnicas de Coleta                   | Fonte                                                                                                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Caracterizar os conflitos territoriais envolvendo a atividade turística, demonstrando o antagonismo existente nas lógicas de uso e ocupação incidentes sobre os municípios situados defrontantes com o mar no Brasil                                                                                 | Natureza dos conflitos                                                                                                                           | Pesquisa bibliográfica e documental  | Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações                                                                                                           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Atores envolvidos nos conflitos                                                                                                                  |                                      | Periódicos de Geografia e Turismo (Qualis A e B)                                                                                                      |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Motivação dos conflitos                                                                                                                          |                                      | Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil - Fiocruz                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Campos dos conflitos                                                                                                                             |                                      |                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Recursos envolvidos nos conflitos                                                                                                                |                                      |                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Dinâmicas efetivadas nos conflitos                                                                                                               |                                      |                                                                                                                                                       |
| Examinar a racionalidade que permeia a ocupação do litoral da região Nordeste, a partir dos investimentos públicos e privados, para seu uso pelas atividades turístico-imobiliárias                                                                                                                  | Ações de incentivo ao turismo efetuadas via políticas públicas                                                                                   | Pesquisa documental                  | Relatórios do PAC e Prodetur e Portal da Transparência                                                                                                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Investimentos privados em turismo                                                                                                                |                                      | Mapa do Turismo Brasileiro (MTur)<br>IBGE                                                                                                             |
| Evidenciar as resistências gestadas nos conflitos, desvelando as principais estratégias de constituição de territorialidades desenvolvidas por atores não hegemônicos frente aos conflitos por território em diferentes contextos de municípios defrontantes com o mar na região Nordeste brasileira | Formas de organização e avaliação de estratégias da resistência na dimensão política, ambiental, cultura, econômica, urbanística e jurisdicional | Pesquisa documental e bibliográfica  | Processos judiciais, matérias jornalísticas, produções acadêmicas                                                                                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                  | Entrevistas e registro de depoimento | Lideranças do Fórum Vila em Movimento (Natal), Coletivo Garças do Sanhauá (João Pessoa), Comissão Titan (Fortaleza) e Amajar (Maceió)                 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                  | Observação sistemática               | Visita aos territórios da Vila de Ponta Negra (Natal), Porto do Capim (João Pessoa), Titanzinho (Fortaleza) e Vila dos Pescadores do Jaraguá (Maceió) |

Fonte: Autoria própria (2024).

### **3 CONFLITOS TERRITORIAIS E URBANIZAÇÃO TURÍSTICA: APONTAMENTOS CONCEITUAIS PARA A INTERPRETAÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO**

#### **3.1 O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DE CONFLITOS**

##### **3.1.1 Território, um conceito multidimensional**

As referências elementares do conceito de território estão ligadas às primeiras formas de organização política, no que concerne ao tamanho, à estrutura e ao uso do território de uma comunidade (Gottmann, 2012), a exemplo da Grécia clássica, mais precisamente em relação às cidades livres gregas. Entretanto, foi com a dissolução do regime feudal, responsável por abrir espaço para a constituição dos Estados modernos, que o conceito adquiriu uma nova variável: a soberania de cada Estado em seu território (Cataia, 2011).

Para Arroyo (2004), a soberania territorial transformada em atribuição do Estado, no controle exclusivo de uma área definida, enfatiza a dimensão política do conceito. Segundo Gottmann (2012), foi entre os séculos XV e XX que o território adquiriu importância como arcabouço político das ideias de soberania nacional e autonomia. Nesse cenário, solidifica-se a ideia de Estado e território como expressões complementares.

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo [...] O Estado nacional, portanto, considerou seu território como o sustentáculo fundamental da segurança e do bem-estar (Gottmann, 2012, p. 528-529).

Segundo Cataia (2011), estaria assim formada uma concepção de natureza política que enfoca o território a partir de três matrizes: a) como objeto do Estado – um elemento natural do Estado; b) como sujeito do Estado – um elemento constitutivo do Estado; c) como função do Estado – onde o Estado exerce seu poder absoluto.

Corroborando, nesse sentido, Castro (2010), para quem a posse, o controle e a submissão do território são a marca da história dos Estados modernos, onde a construção de um imaginário nacional apoia-se na concepção de território como patrimônio da nação, garantido pela ordem estatal para o uso das futuras gerações. Para Haesbaert (2004), esse é o conceito mais tradicional de território, entendido como a área ou o espaço de exercício da soberania de um Estado.

Nessa perspectiva, o solo é o elemento material fundador do Estado sobre o qual se desenvolve todo o trabalho social por meio do controle estatal, havendo, portanto, uma equivalência entre território e Estado (Cataia, 2011). Nessa concepção, o Estado Nacional é o detentor do poder e gerente dos povos sobre os territórios por eles ocupados. Tal formulação considera o Estado como única fonte de exercício de poder, que adquire, por meio do solo, uma expressão espacial.

A concepção dominante que equivale o território e suas fronteiras ao Estado foi questionada por Raffestin (1993). Esse autor propôs definir o território por meio de múltiplas dimensões e escalas de poder, por meio das quais os grupos sociais dominam e se apropriam de uma determinada porção do espaço. Em que pese a capacidade do poder político do Estado em delimitar e controlar o espaço, e que as referências ao conceito de território tenham adquirido ampla tradição no campo político, o exercício do poder não é uma prerrogativa exclusiva desse agente.

A proposta teórica de Raffestin (1993), portanto, coloca o debate sobre o poder como elemento central. Ou seja, para o autor, o território é fruto do poder sobre uma dada parcela da superfície terrestre. Mas, à medida que não existe território sem a mediação do poder, não se pode restringi-lo à forma do Estado-nação, ao território estatal, uma vez que o poder não é exclusivo do Estado.

Assim, a inovação de Raffestin (1993) foi argumentar que o território é produzido por atores que vão do Estado ao indivíduo, passando por escalas variadas. Se o Estado organiza o território por intermédio dos novos arranjos, novas ligações, novos recortes, novas implantações, as empresas ou outras organizações também o fazem sempre que forem necessários à reprodução dos negócios. O mesmo acontece com os indivíduos, numa escala cotidiana (na casa, rua, bairro), que são apontados como atores que constituem territórios. E esse aspecto é elementar nos contextos aqui analisados.

Certamente o que Raffestin (1993) propôs decorre de constatações verificadas na organização social. E, nesse quesito, Arroyo (2004) mostra como a estruturação do capitalismo e a constituição dos mercados deslocam-se de uma dependência inicial do Estado para se constituírem em forças de comando sociais.

A autora explica que foi a formação dos Estados nacionais que permitiu a formação dos mercados nacionais. Ou seja, os Estados, com seu poder de regulação, possibilitam a existência de um sistema econômico integrado por superfícies contínuas e delimitadas. À medida que os Estados passam a competir por poder no sistema político global, passam também a competir por poder econômico, e as categorias de território, mercado e Estado iniciam sua associação,

em que o território, além do habitat das pessoas, seria o receptáculo de suas atividades econômicas.

Para Gottman (2012), a ênfase no desenvolvimento econômico é o germe de se considerar o território, cada vez mais, como uma plataforma para a oportunidade de ganhos, fonte de recursos. Assim, na busca para dinamizar a produção, as empresas não prescindem de artifícios do (re)ordenamento do território.

A concepção político-estatal do território não é substituída por uma concepção de domínio do mercado. Na verdade, elas se sobrepõem e se articulam. Santos (1997) é didático na explicação dessa articulação, ao identificar uma política das empresas no comando dos territórios. Para ele, o avanço da técnica das máquinas proporcionou uma mudança sociotécnica de porções dos territórios, ao passo de constituir-se, atualmente, como um meio técnico científico-informacional, seletivo e a serviço do mercado. Assim sendo, nenhum sentido há em inferir o apagamento do Estado na organização dos territórios, mas, sim, na existência de um Estado flexível o suficiente para preparar o território para a produção.

Santos (1997) desenvolve seu raciocínio afirmando que são as empresas que passam a fazer a política, sugerem normas e sistemas técnicos a serem implantados. O poder do Estado é trasladado para as empresas, fundamentalmente as grandes empresas globais. Elas tratam o território como recurso. Território e mercado passam a ser sinônimos. E o abrigo que marcava a formação dos territórios é gradualmente abandonado pelos Estados, em prol de uma política das empresas.

Esse raciocínio é acompanhado por outros autores. Segundo Haesbaert (2004), o capitalismo recorreu a diferentes estratégias territoriais, especialmente ligadas ao ordenamento geográfico estatal. Para Cataia (2012), os arranjos institucionais, normas e infraestruturas são seletivamente elaborados e implantados pelo Estado para garantir o sucesso dos investimentos dos grandes capitais. Théry (2008), por exemplo, considera que os territórios se assemelham, cada vez mais, às mercadorias que se colocam à venda e à mercê das estratégias das empresas.

Assim, o Estado monopoliza o acesso e a regulação dos recursos do solo em todas as escalas. Mas o faz em sinergia com os interesses das empresas, tais como a abertura de mercados, facilidades de acesso a matérias-primas, aceleração do movimento de mercadorias e a aplicação de capitais no território.

Entretanto, a produção ou a organização espacial não se resumem aos processos econômicos enquanto fator único na constituição dos territórios. Raffestin (1993) também colocou no debate a dimensão da cotidianidade, produzida pelos indivíduos comuns e que pode ser compreendida, somente, a partir das relações que se dão nos contextos socio-históricos e

espaço-temporais próprios a cada grupo. Seguindo tal trilha epistêmica, adquire importância uma perspectiva que percebe o território como um “espaço cultural”, um espaço constituído de valores e ao mesmo tempo “fundador das identidades locais” (Bonnemaison & Cambrezy, 1996, p. 9).

Essa concepção de território fundamenta-se na necessidade que as sociedades têm de estabelecer relações com seu espaço de vivência, que extrapolam a “posse” material de uma porção da superfície terrestre. A dimensão simbólica é evocada para se somar (Haesbaert, 1997; 2004) e mesmo preceder as demais dimensões já citadas anteriormente:

A potência do vínculo territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e tanto mais que precede o espaço econômico<sup>12</sup> (Bonnemaison & Cambrezy, 1996, p. 10).

Considerar a dimensão cultural na produção dos territórios apoia-se em duas constatações importantes na análise socioespacial. Primeiro, o fato de que toda apropriação material carrega um sentido cultural, como explicou Porto-Gonçalves (2002, 2006, 2012a) ao identificar que o processo de reapropriação da natureza na América Latina e no Caribe é acompanhado, ao mesmo tempo, por uma tensa e intensa luta pelos sentidos a ela atribuídos. O segundo fato que justifica a emergência dessa dimensão entre as análises espaciais é de que não se concretizou o nivelamento cultural de um mundo que se globaliza. Os padrões da ação econômica que universalizam os fluxos, as trocas e os mercados, com base nas redes globais, não subtraíram os vínculos culturais. Pelo contrário, para Bonnemaison & Cambrezy (1996), frente às ideologias da uniformização do mundo, ganham força as especificidades locais e regionais que comprovam a ligação entre identidade e território.

Pelo exposto, tem-se também uma lição a tirar sobre a presença do composto cultural na compreensão dos territórios: de que tal dimensão não se permite cartografar por meio das técnicas geométricas tradicionais. Para Bonnemaison e Cambrezy (1996), são as redes múltiplas, mais do que os polígonos; os geossímbolos, mais do que as fronteiras; os percursos, mais do que os espaços contínuos, que definem os territórios constituídos em referenciais culturais.

---

<sup>12</sup> Tradução livre de: La puissance du lien territorial révèle que l'espace est investi de valeurs non seulement matérielles mais aussi éthiques, spirituelles, symboliques et affectives. C'est ainsi que le territoire culturel précède le territoire politique et à plus forte raison qu'il précède l'espace économique (Bonnemaison & Cambrezy, 1996, p. 10).

É uma forma de definir o território dando-se mais importância para a natureza da relação que os homens mantêm com seus espaços de convivência, assumidos como territórios. Para Haesbaert (2004), adotando-se tal perspectiva, o território evidencia a apropriação ou valorização simbólica do espaço vivido pelos grupos que o constituem. Não se trata, pois, de possuí-los, mas, ao contrário, de pertencê-los, estar-se envolvido no território. Sob a perspectiva cultural, o território não é algo externo aos indivíduos, mas os define e completa em sua existência (Bonnemaison & Cambrezy, 1996). Essa concepção territorial mais ligada aos vínculos culturais se aproxima da ideia de relações afetivas com uma porção do espaço, utilizada como equivalente de identificação e pertencimento (Hutta, 2019).

Para completar as possibilidades de domínios e fatores constituintes de territórios, é preciso fazer referência ao substrato espacial natural. Se houve alguma negligência com relação à importância da natureza e seus ecossistemas na interpretação territorial causada pelo viés antropocêntrico – resultado da separação entre natureza e sociedade – não se duvida mais de que a dimensão natural pode se revelar um dos componentes fundamentais do território, como defende Haesbaert (2004), ao alertar para os crescentes conflitos pelo domínio de recursos naturais.

Souza (2019) reflete sobre o papel dos ecossistemas para as vidas e para as relações sociais. Lembra-nos que eles fornecem os recursos, inspirações, experiências, acessos e limites e compõem um campo de forças que permitem a territorialização das sociedades. Por isso, Souza (2019) e Haesbaert (2021) sugerem que se repense a distinção entre território e ambiente, propondo que se passe a considerar o território como uma das formas de interpretar o ambiente. Segundo Haesbaert (2021), essa sobreposição está presente em muitas lutas que se concentram em uma ou mais dimensões “naturais”, como as que ocorrem por acesso à água e à terra para cultivar, ou pela preservação das florestas.

Ainda dentro do que é genericamente chamado de fator ambiental, a pesquisa destacou a relevância das referências do que tem sido chamado de dimensão do corpo-território e do território-corpo, conforme explorado por Haesbaert (2020; 2021). Essa concepção está vinculada à defesa da vida e das condições existenciais, principalmente de grupos historicamente pressionados pelo modelo capitalista moderno-colonial. Para o autor, trata-se de uma forma de pensar o território inscrita no escopo do pensamento decolonial de perspectiva latino-americana, com influências feminista e indígena.

Nesse caso, o corpo-território considera a corporeidade como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência. É o corpo humano como território, e que permite colocar a questão do poder também em nível individual. Essa proposição ficou evidente

no contato com as fontes de pesquisa e na existência de situações de violência física sofrida por grupos e populações dos conflitos aprofundados no plano empírico da pesquisa.

Já o território-corpo incorpora a perspectiva das leituras da terra/Terra como um prolongamento indissociável do corpo humano. Coloca-se como uma interpretação acerca do “território de vida” (Haesbaert, 2020 p. 86) que se constitui tanto pela especificidade de cada grupo cultural quanto por sua forma de interação com a natureza, o que implica reconsiderar o papel da natureza e o debate ambiental em termos de dinâmicas territoriais.

Pelo que se apreende do debate sobre as dimensões constitutivas dos territórios, é possível que surjam definições carregadas de referências à ênfase atribuída, seja política, econômica, cultural ou naturalista. Para citar alguns exemplos, Gottmann (2012, p. 542) entende que o conceito de território deriva da repartição e da organização do espaço por processos políticos, a chamada “tecnologia política” de medida e controle – baseada na técnica e na lei –, perspectiva também reforçada por Elden (2007). Já Bonnemaïson e Cambrezy (1996) atribuem às lógicas e representações culturais um sentido mais amplo na definição dos territórios. De forma similar, Hutta (2019) destaca o peso das dinâmicas afetivas na constituição da territorialidade.

Há, entretanto, definições que procuram conciliar os elementos constitutivos de múltiplos domínios. É o caso de Porto-Gonçalves (2002), para quem as dimensões simbólicas e materiais não podem ser tomadas como unilaterais. Para Cataia (2011), o território, composto por um híbrido de objetos naturais e artificiais e ações sociais, reclama sempre uma análise sistêmica entre as materialidades e os usos – interdependentes e inseparáveis – dadas pelas ações produtivas e políticas humanas. Pensamento similar ao de Raffestin (1993, p. 143), que definiu o território como um espaço, concreta ou abstratamente, apropriado por um ator.

Os aspectos relacionados à construção social e de poder são recorrentes entre autores. Como explicou Théry (2008), enquanto uma construção social, cada território adquire a fisionomia do conjunto das atividades humanas e do projeto social dos habitantes em sociedade. Porto-Gonçalves (2006) também combate a ideia de que o território é uma substância externa à sociedade, indicando que, pelo contrário, é constituído pela sociedade ao mesmo tempo que tece “o conjunto das suas relações sociais e de poder” (p. 13). A questão do poder, centralizada por Raffestin (1993), é justificada pelo fato de que não existe relação social sem relações de poder, que por sua vez irão se projetar no espaço, formando territórios.

Discutindo os fundamentos filosóficos ligados às abordagens sobre território, Haesbaert (2004) propõe dois níveis de compreensão. O primeiro nível de compreensão se refere à acomodação simultânea das abordagens materialistas (natural, econômica e jurídico-política) e

idealistas (dimensão cultural). Isso significa que o território carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica (ou cultural) e uma dimensão material. O segundo nível de discussão está no grau de interação entre essas abordagens. Negando uma visão parcial do território, quando se enfatiza uma única dimensão, seja ela natural, econômica, jurídico-política ou cultural, propõe uma perspectiva integradora de território, cujas abordagens, de forma integrada, dão a real concepção do território.

Haesbaert (2004), portanto, apresenta um desfecho apropriado ao apontar a perspectiva multidimensional (também chamada de integradora) para uma definição de território. Soma-se a ela o caráter multiescalar, que não aceita que o território seja reduzido, por exemplo, à escala nacional ou do poder político em seu sentido mais tradicional. Considera que:

Controle e apropriação do espaço podem estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder de representação e da imaginação e que a todo instante ressignificam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo étnico, etnia, religião etc. (p. 340).

Para o autor, portanto, há a necessidade de conceber o território a partir da concepção de espaço com um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, materialidade e “idealidade”, por meio de escalas que podem se estender do local ao global.

Mas como as dimensões constituintes do território se fazem no plano concreto e se expressam no cotidiano dos grupos sociais e em suas relações? Pode-se encontrar respostas por meio das proposições teóricas de Santos (2009), que elaborou uma teoria do espaço geográfico destacando a dialética estabelecida entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações.

Assim, esse exercício teórico-conceitual requer que se evidencie tanto o plano da vida cotidiana, as intenções, as atitudes, as ações, enfim, o comportamento das pessoas na constituição de suas práticas sociais, como a base material de suas realizações, dada pelo conjunto de objetos. Para o autor, essa relação é estabelecida sob o entendimento de que os objetos são ao mesmo tempo “condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (Santos, 2009, p. 321). Nesses termos, o espaço é um produto dessa relação (objetos-ações) historicamente acumulada, a síntese das modificações sucessivas do uso que se faz e revela as possibilidades existenciais das sociedades. Por isso, Santos defende que o território é fundamentalmente o território usado:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida sobre as quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (Santos, 2012, p. 96).

Logo, sobre a constituição dos territórios, há de se considerar os usos historicamente particularizados. É o uso, por meio do sistema de objetos naturais e artificiais, que dá concretude ao território, somado às funcionalidades, ações e intenções, definidas por um determinado conjunto de população.

A articulação dessas duas premissas teóricas, sintetizadas nas propostas da multidimensionalidade e do uso dos sistemas de objetos e ações, serão fundamentais para a compreensão das estratégias territoriais de resistências evidenciadas ao longo da pesquisa.

### **3.1.2 Os atores e os processos na formação dos territórios**

A inovação teórica trazida por Raffestin (1993), como sinalizado, foi a ideia de que, além do Estado, outros agentes são responsáveis pela formação de territórios, em associação à observação de que o poder não estaria restrito a esse ator. Para o autor, os agentes, motivados por intenções, adotam estratégias, utilizam códigos e componentes espaciais e temporais para atingir seus fins. Enquanto o poder é transversal a todo o processo relacional, os processos e estratégias podem se apresentar de variadas formas, quais sejam, financeiras, discursivas, produtivas, normativas.

Assim, para entender os processos de apropriação e uso dos recursos territoriais, é preciso entender que os grupos possuem papéis determinantes. Como afirma Porto-Gonçalves (2006, p. 11), o espaço que se oferece à apropriação implica o exercício de uma ação nesse sentido e “depende da correlação de forças entre os agentes”.

Para Raffestin (1993), a capacidade de articulação e atuação programada eleva o Estado, as empresas e as instituições ao posto de atores hegemônicos do território. Santos (2008), acerca dos elementos do espaço (homens, firmas, instituições e Estado, meio ecológico e as infraestruturas), corrobora tal interpretação ao chamar a atenção para a intercambialidade e redutibilidade das firmas e instituições/Estado, no atual período histórico, para a produção de

normas, bens e serviços. Aos homens “comuns” cabe, entretanto, também um papel determinante ao expressarem seu dissentimento sobre as decisões das autoridades e imposições dos mercados.

Segundo Haesbaert (2004), são os avanços/retrações dos domínios do poder sobre o espaço, promovidos pelos atores, que caracterizam a multidimensionalidade e multiescalaridade do conceito, sejam esses atores indivíduos, grupos ou classe social, o Estado, as firmas, ou as outras instituições (entidade política, Igreja etc.). Os processos de territorialização e desterritorialização, que correspondem ao avanço e recuo do poder sobre o espaço, são, assim, indissociáveis das ações de cada um desses atores.

Na análise territorial, é preciso compreender como tais processos – territorialização e desterritorialização – estão associados. Para Porto-Gonçalves (2002), na verdade, território-territorialidade-territorialização formam uma “tríade relacional”. Analisar-se-á um pouco mais tais termos.

M. L. Souza (2019) esclarece que enquanto o território é o campo de forças que expressa a relação de poder, a territorialidade é substantivo, está ligada a um determinado modo de projetar poder no espaço. Com o apoio de Haesbaert (2004), vê-se a territorialização como verbo, a ação que expressa o domínio e a apropriação do espaço. Porto-Gonçalves (2001) completa que o desmanche da centralidade do poder do qual gozavam os Estados-territoriais modernos foi substituído por um estado de tensão de territorialidades que se manifesta por meio de processos e sujeitos dispostos em múltiplas escalas, situadas entre o global e o local.

A tensão de territorialidades é decorrente, portanto, dos esforços empreendidos pelos agentes no processo de apropriação e controle do espaço geográfico – incluindo seus recursos e suas gentes (Porto-Gonçalves, 2012a). No contexto da presente pesquisa, é didático esclarecer que a capacidade de exercer a territorialidade não é igual entre os atores, o que leva Haesbaert (2004) a afirmar que tal processo é acompanhado lado a lado pela desterritorialização de um ou mais grupos, colocando em evidência ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam.

Haesbaert (2004), categoricamente, afirma que os processos de territorialização e desterritorialização precisam ser compreendidos conjuntamente: “A desterritorialização é simplesmente a outra face, sempre ambivalente, da construção de territórios” (p. 365). Toda a tensão que marca os territórios deriva dos movimentos de atores nesta dialética: “Onde existe desterritorialização há também reterritorialização. Não há desterritorialização sem territorialização” (p. 246).

O autor, de forma coerente, argumenta que, similar ao conceito de território, os processos de desterritorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados e ligados aos diferentes vetores de apropriação, quais sejam: as dimensões econômica, política e cultural.

Analisando a dimensão econômica da desterritorialização, Haesbaert (2004, p. 173-174) identificou três perspectivas centrais: a) de forma mais ampla, que o processo tem sido associado à globalização econômica, responsável pela formação de um mercado mundial com fluxos (comerciais, financeiros e de informações) sem uma base territorial definida; b) sendo mais restrito, pôde associar os processos de desterritorialização a um dos momentos da globalização, o capitalismo de acumulação flexível, no qual a deslocalização e a descentralização corresponderiam às faces do enfraquecimento das bases territoriais, e; c) de forma mais restrita, vincular-se-ia ao funcionamento do setor financeiro, apoiado na tecnologia informacional – imaterial e instantânea – que sustenta os circuitos do capital financeiro globalizado.

Para o autor, tais perspectivas apresentam um fundo político com o objetivo de desvalorizar o poder do Estado e enaltecer a fluidez do mercado. O resultado, mais do que um processo de desterritorialização econômica, deveria ser considerado como uma nova territorialidade que articula território, tecnologia, Estado e mercados, adequada às estratégias neoliberais, cujas repercussões estão ligadas à expropriação, precarização e/ou exclusão, típicos da lógica de acumulação capitalista (Haesbaert, 2004; Haesbaert & Tramontani, 2004).

Em sua dimensão política, o discurso da desterritorialização vincula-se a uma suposta diminuição dos poderes do Estado territorial. Apoia-se na verificação da abertura às empresas de searas antes de domínio quase absoluto dos governos – a efetivação da política das empresas, como previsto por Santos (1997) – ou a simples extinção de certas responsabilidades atribuídas ao Estado. Entretanto, tais movimentos estão associados, segundo Haesbaert (2004), à constituição de uma nova ordem territorial na qual o Estado é convocado a facilitar a circulação de capitais e mercadorias e a adotar postura contrária sobre a circulação da força de trabalho, por exemplo.

Já no plano cultural, segundo Haesbaert (2004), os processos de desterritorialização envolveriam a dissolução da identidade cultural associada a um determinado território, caracterizando-se como uma espécie de desprendimento que origina culturas desterritorializadas.

No entanto, essa nova ordem territorial que marca o período atual, ao mesmo tempo que sugere uma globalização homogeneizadora e niveladora de culturas, realiza uma fragmentação territorial de forte conotação identitária. Dois movimentos podem decorrer desse processo:

essas mesmas identidades passariam a orientar os atores sociais, oferecendo-lhes sentido e possibilidades de mobilização, e/ou à identidade cultural nacional, fundada na ideia dos territórios contínuos, somam-se outras, apoiadas em diferentes escalas (tribos, guetos, regiões) com diferentes níveis de interação cultural, gerando territórios híbridos em seu aspecto cultural, permitindo diálogos interculturais ou possibilitando que surjam novas ou múltiplas formas de identificação cultural (Haesbaert, 2004).

A desterritorialização ambiental afeta uma dimensão fundamental para as sociedades mais tradicionais, pois o que costumam chamar de natureza, para tais grupos, são também o alicerce das mais importantes relações sociais, como alerta Haesbaert (2004, 2018); ou, como defende M. L. Souza (2019), para além do fornecimento de recursos naturais, os ecossistemas “condicionam limites e propiciam acessos e possibilidades” de existências, a depender do tipo de apropriação que se faz sobre a natureza. Também é preciso considerar as formas de contenção territorial, entendido também como formas de barragens e constrangimentos (Haesbaert, 2018). Nessa perspectiva, inclui-se também a abordagem que relaciona o território à escala do corpo. Segundo Haesbaert (2020, 2021), corpo é ferramenta de luta, a corporeidade é objeto de exercício do poder, e o sujeito corporificado, o ser da resistência.

A partir da interpretação dos movimentos de desterritorialização e territorialização, algumas constatações colocam-se como chave para entender a dinâmica dos conflitos territoriais.

A primeira é que os processos de desterritorialização têm sido interpretados como uma situação elementar da pós-modernidade ou uma face da acumulação flexível (Haesbaert, 2004, 2018) e tudo que tais ideários representam em termos econômicos, políticos e culturais que afetam, de forma articulada, mesmo que desigual, as dimensões do território.

A segunda constatação é de que “a desterritorialização só se define em relação à sua contrapartida indissociável, a territorialização” (Haesbaert, 2004, p. 143). Uma sendo a contraface dinâmica da outra. Ou seja, não existe vácuo de domínio nesses processos, se considerarmos o território como fruto de relações pelo controle do espaço. Se “desterritorializar-se é perder o controle sobre seu espaço de reprodução” (p. 259), não significa que o território se desfaz, mas que alguém perdeu seu domínio (ou uma de suas dimensões) para outro.

As duas constatações anteriores induzem que se deve qualificar o termo “desterritorializado”. Haesbaert (2004, 2018) convida a distinguir entre a desterritorialização dos grupos dominantes e a desterritorialização das classes mais expropriadas, ao sugerir que os processos de constituição e dissolução de territórios podem significar coisas diferentes a partir

do grupo que se toma como referência. Por isso, chama atenção para o fato da desterritorialização ser percebida de forma diferente entre os atores hegemônicos, que estariam “globalizados”, e os grupos subordinados, em geral inseridos de forma mais precária na dinâmica globalizadora.

Considera-se, portanto, que é o território a categoria de análise que permite compreender os conflitos das relações estabelecidas entre os atores sociais e seus interesses na apropriação do espaço. Ademais, se os conflitos expressam toda a contradição dos processos de desterritorialização (Porto-Gonçalves & Cuin, 2016), estudá-los em suas variáveis fundamentais revela-se um caminho apropriado na identificação dos grupos que ganham ou perdem na conformação dos territórios a partir da espacialização das atividades de turismo.

### **3.1.3 Cercando o problema: quando estamos falando de conflitos territoriais?**

Para Nascimento (2001), os conflitos existem desde os primeiros grupos humanos, mas a literatura sobre o tema se estruturou em função das mudanças advindas da modernidade e do conjunto de antagonismos que a acompanharam, tornando-os constituintes das próprias sociedades. Por isso, o debate sobre conflitos encontra na sociologia importantes referências. Silva (2011) sintetizou as duas correntes de compreensão dos conflitos pela sociologia, dividindo-as em: uma que os compreende como patologias, da qual Durkheim é maior expoente, e outra que interpreta o conflito como um fenômeno sociativo, como fazem Weber e Simmel.

Nesta pesquisa, analisam-se conflitos nos quais estão envolvidos espaços, ambientes, terras, para uso e ocupação por segmentos sociais específicos. Assim, sem desconsiderar a gênese social do problema, surgem os questionamentos sobre as formas de percepção, transformação e apropriação humana sobre a natureza (Souza, 2019; 2020; Little, 2001; Acselrad, 2004). Nesse sentido, a relação homem-natureza, centrada no modelo desenvolvimentista capitalista-urbano-industrial, motivou, a partir da década de 1970, a emergência do campo de saber multidisciplinar denominado Ecologia Política, com uma agenda de questionamentos acerca da (ir)racionalidade global de superexploração econômica, degradação e empobrecimento de grupos situados em diferentes polos das relações sociais de produção dominante (Leff, 2003; Souza, 2019, Little, 2001; Bursztyn, 2001; Porto-Gonçalves, 2012a).

Os conflitos dos quais se ocupa a Ecologia Política são os ambientais distributivos (Martínez-Alier, 1997; Leff, 2003; Little, 2006). Nesses conflitos, o cerne da questão reside na luta por distribuição justa dos custos e dos efeitos ecológicos gerados pela apropriação da natureza, que passa a comprometer as condições ecológicas de sobrevivência e a produção sustentável de partes de nações e regiões. Obviamente, a luta em questão passa por espaços concretos, e não somente por relações sociais. Entretanto a escala dos conflitos ambientais distributivos pode ser em uma dimensão supranacional, regional ou nacional, por exemplo<sup>13</sup>. Dessa forma, os conflitos ambientais possuem um amplo espectro de ocorrências, motivações e escalas. Pela sua ampla abrangência espacial, por vezes indefinida, e histórico foco sobre os recursos ambientais, excede o recorte temático da presente proposta.

Outra noção que aqui se precisa demarcar e diferenciar é a de impactos. Para Sánchez (2013), são alterações ocorridas no meio causadas por alguma intervenção humana e que apresentam possibilidade de ocorrência sob aspecto benéfico ou adverso. Há a tendência a evidenciar a dimensão ecológica da intervenção. De Paula (2020), por exemplo, relaciona os conflitos com as intervenções humanas nos ciclos naturais em prol de desenvolvimento econômico, ocasionando efeitos nefastos para o funcionamento da natureza e para grupos humanos que dela dependem.

O mais importante no presente exercício é que nem todo impacto (negativo) se configurará como um conflito. Adotou-se uma premissa também presente nos enfrentamentos jurídicos **em que os** problemas do plano objetivo podem ser oriundos das mais diversas causas. No entanto, na ausência da ação comportamental antagônica, os problemas (no caso, os impactos) adquirem tão somente a forma de contradição, e não propriamente de relação de conflito (Freitas Jr, 2014).

Souza (2019) explica que há condicionamentos socioculturais, políticos, jurídico-institucionais e até psicológicos entre a ocorrência de impactos e a efetiva deflagração de um conflito. Isso representa, em primeiro lugar, que é necessário haver uma autoidentificação de um grupo com a condição de impactado; em segundo lugar, significa compreender que, entre a tomada de consciência e o efetivo conflito (mobilização, protesto e organização populares),

---

<sup>13</sup> As discussões sobre a emissão de gases na atmosfera com divergências e dificuldades das negociações internacionais sobre mudanças climáticas (Souza & Corazza, 2017); a questão da gestão de águas nos espaços transfronteiriços na América do Sul, a partir do uso compartilhado das bacias dos rios Amazonas e Prata (Pires do Rio & Drummond, 2013); e os impasses envolvendo a elite agrária e a classe trabalhadora na transposição das águas do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional (Silva, 2017) são exemplos dessa categoria de conflitos.

pode haver outros desfechos, tais como a acomodação e cooptação, e não indignação; pode também haver uma indignação e tensão, entretanto, permanecerem latentes.

Para que um conflito se manifeste, além da compreensão do impacto negativo como decorrente de processos sociais, é preciso certa vazão dessa indignação no espaço público, por meio da mobilização, organização, resistência e protesto (Souza, 2019) de uma coletividade em torno da defesa do(s) recurso(s) envolvido(s). Caso contrário, tais situações tendem a permanecer invisíveis para a sociedade (Porto, Pacheco & Leroy, 2013). A premissa do confronto foi importante para a seleção dos casos aqui analisados.

Nos estudos em turismo, a discussão sobre impactos mantém a perspectiva de serem de natureza positiva ou negativa; bem como, para fins didáticos, ocorre uma divisão em impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Ruschmann, 1997), além de psicológicos (Beni, 2006). Em geral, as análises voltam-se para os efeitos das transformações e adaptações ocorridas no espaço pelas obras de infraestrutura básica ou turísticas e pela presença dos visitantes. Apresentam variações das mais diversas, em termos de resultados e aspectos, e ocorrem em todos os locais em que a atividade se instala, de forma planejada ou não. Podem não avançar para a situação de um conflito, se não opuserem lógicas e atores, e sua efetivação territorial ocorrer sem uma expressão de reivindicação de algum dos atores impactados pela atividade.

Em resumo, os conflitos ambientais são de difícil demarcação, e sua natureza difusa e ecológica torna a demarcação de seus limites complexos e, por vezes, confunde-se com a extensão de ecossistemas inteiros. Os impactos negativos ou os danos negativos de qualquer atividade, por sua vez, nem sempre se configuram como conflitos, por não serem combatidos com uma reação contrária.

Alinhado ao interesse aqui posto, Little (2001) observou a ocorrência de conflitos com domínio geográfico estabelecido, acarretando o cerceamento de acesso a lugares específicos, geralmente envolvendo áreas que um ou mais grupos reivindicam como seu território de moradia e vivência.

Zhour e Laschefski (2010) destacam a existência de grupos com distintas racionalidades culturais e modos distintos de produção do espaço. Nesse caso, os conflitos ocorrem quando os sistemas de apropriação do espaço se chocam. Por exemplo, quando um grupo cujas relações são mediadas pelo mercado e instituições reguladoras do Estado moderno toma o território como mero instrumento corporativo, opondo-se a outros grupos cujas relações de produção são tradicionais e, por isso, apreendem o território de forma quase orgânica, como uma espécie de patrimônio para a reprodução dos seus modos de vida.

De Paula (2020) destacou a imposição do poder como dificuldade de coexistência dos grupos de diferentes lógicas de reprodução socioeconômica. Nesses casos, as comunidades e atividades preexistentes são negadas pelas investidas de novos comandos que propõem a modernização do território e impõem seu domínio por meio de relações assimétricas ou dissimétricas de poder.

Assertivos foram também Porto-Gonçalves e Cuin (2016), que afirmam serem os conflitos territoriais, por excelência, os eventos portadores da contradição social pulsante. Sua natureza territorial é posta por serem (os conflitos) localizáveis no espaço/tempo, onde ficam evidentes os movimentos contraditórios e desiguais das sociedades que priorizam relações de dominação/opressão/exploração.

A partir dos *insights* conceituais de Freitas Jr (2014) e Souza (2019), concernentes aos necessários movimentos de choque e às variáveis propostas por Little (2001), Zhouiri & Laschefski (2010), De Paula (2020) e Porto-Gonçalves e Cuin (2016) em relação às escalas, antagonismos, racionalidades e contradições, foi possível adquirir subsídios para considerar os conflitos que serão priorizados neste estudo, sob o título de Conflitos Territoriais. Esses conflitos são caracterizados por manifestações relacionadas à tentativa de controle de uma porção delimitada do espaço por grupos ou atores que podem apresentar, ou não, lógicas distintas de reprodução (morada e vivência, atividades econômicas, modelos societários), podendo o predomínio de um grupo ou ator inviabilizar a reprodução de outros.

### **3.1.4 Abrindo os horizontes: o território como a dimensão do abrigo e das resistências**

Se os conflitos territoriais emergem pelas diferentes lógicas de produção do território, onde há a tentativa de supressão de uma delas, inserida, no contexto da pesquisa, nos modelos tradicionais (sejam sociais, econômicas, culturais ou políticos), é porque haverá sempre uma outra história a ser contada.

Apresentar somente a ação de lógicas dominadoras de constituição de territórios por agentes do capital turístico-imobiliário e pelo Estado funcionaria como uma cortina frente ao conjunto de aprendizagens, resistências e vitórias levadas à frente por diversos grupos de população que habitam as áreas litorâneas do Nordeste brasileiro e que devem ser considerados para o aprofundamento da análise da produção do espaço no atual contexto socioeconômico, tendo o turismo, o lazer e a urbanização como fatores relevantes nesse processo.

Entre os autores que apresentam proposições que se vinculam e enxergam um outro curso dessa lógica, Escobar (1995) propôs às comunidades e aos territórios buscar desenvolver formas inovadoras e mais autônomas que acomodem diferentes interesses de classes, gênero e relações étnicas em níveis regionais e locais. Sugere a construção de uma Cultura Híbrida, que resultaria da convergência de realidades que acontecem “em contextos de tradição, capitalismo e modernidade” (p. 220). Para o autor, o hibridismo implica uma (re)criação cultural que não poderia se dar nas mesmas bases do que se tem chamado de formas hegemônicas de dominação, como a ciência moderna, o neoliberalismo e o crescimento econômico como dogma da modernidade.

Não existe uma alternativa universal para a superação da noção de desenvolvimento forjada nas bases hegemônicas de dominação (Escobar, 1995), o que nos conduz ao fato de que cada lugar, como lócus de resistência, oferece uma possibilidade. Cada estratégia de resistência, como uma prática social e política, operando em contextos locais concretos, está carregada de sentidos, ferramentas e práxis para a construção de alternativas ao modelo hegemônico.

Segundo Escobar (1995, 2005a), “desfazer e desaprender o desenvolvimento” e atingir o pós-desenvolvimento requer fazer uma leitura das “práticas populares que surgem em defesa dos direitos e da reapropriação por atores populares do espaço de hegemonia (Escobar, 2005b, p. 223). Assim, estaria no conjunto de culturas o potencial para resistir e subverter os valores do capital e do movimento modernizante, em sua forma hegemônica.

Boaventura Santos (2019) propõe um exercício metodológico de valorizar as Epistemologias do Sul, referentes à representação e validação de “conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado” (p. 16). Tais conhecimentos são carregados de capacidade transformadora porque surgem das lutas sociais e políticas de resistência contra a opressão. São indissociáveis do contexto em que ocorrem e, por isso também, múltiplas e diversas.

Para o autor, os conhecimentos que formam as Epistemologias do Sul, ao jugo das epistemologias dominantes (do Norte global), nem figuram como conhecimentos. Ofuscá-los é estratégico, pois, considerar os múltiplos conhecimentos das lutas sociais vai de encontro à proposta linear de desenvolvimento, que se prega como universal e única válida, seja qual for o local onde se produza esse conhecimento. Isso justificaria a manutenção de uma hierarquia entre países, sociedades, padrões de reprodução social.

Ecologia dos Saberes é o termo proposto por Boaventura Santos (2002, 2019) para a diversidade de conhecimentos e articulações, cuja necessidade de estudar as afinidades, as

divergências, as complementaridades e as contradições tem o resultado positivo de dar-lhes visibilidade e de mostrar que um outro caminho é possível.

Desvelar a Ecologia dos Saberes será possível por meio da Sociologia das Ausências e da Sociologia das Emergências. A primeira é definida pelo estudo de como as forças opressoras produzem exclusões, objetivando inviabilizar, inferiorizar e tornar ameaçadores certos grupos e formas de vida social. Trata-se de um movimento que busca sublinhar e denunciar a supressão das realidades sociais alternativas. A Sociologia das Emergências, por sua vez, olha para o futuro, alargando-o em termos de resultados e possibilidades daquilo que se revela na Sociologia das Ausências, evidenciando o devir, o potencial de ser e conhecer que as lutas contra a dominação proporcionam.

São apresentados três tipos de Emergências: ruínas-sementes, apropriações contra-hegemônicas e zonas libertadas. As ruínas-sementes são um “presente ausente” de concepções, filosofias e práticas originais e autênticas que mesmo sendo historicamente vencidas pelas forças opressoras resistem na memória e/ou às sombras como fonte de dignidade e esperança. As apropriações contra-hegemônicas correspondem a conversões criativas e seletivas que os grupos sociais oprimidos fazem de conceitos, filosofias e práticas dos grupos sociais dominantes como forma de luta e resistência. Por fim, as zonas libertadas são os espaços (mesmo que restritos) estruturados por princípios e normas que se desprendem dos princípios do desenvolvimento como modernidade, marcadas por consenso e a participação de seus membros.

Santos (2012) enxerga ser possível uma outra globalização. Não a globalização que se constrói em uma nuvem de discursos ideológicos de fábulas, como a ideia de uma aldeia global, de um planeta homogêneo, ou a que prega a morte do Estado. Tampouco a globalização que se apresenta aos nossos olhos, que ele chamou de a “fábrica de perversidades” sistêmicas (p. 19), materializada na pobreza, na fome e no desabrigo generalizado, relacionados à adesão da humanidade aos comportamentos competitivos das ações hegemônicas.

Uma outra globalização se construirá utilizando as bases técnicas que caracterizam o mundo atual, porém a serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Para Santos (2012), o horizonte aponta para esse caminho, com sinais visíveis no que ele chamou de sociodiversidade (a mistura de povos, culturas, gostos e novas formas de existir) e na emergência de uma cultura popular que, ao se apropriar dos sistemas técnicos do período atual, enfrenta a cultura de massa hegemônica e homogeneizadora.

Do ponto de vista hegemônico, o movimento de resistência pode parecer irracional, sendo necessário desqualificá-lo como contraproducente e esconder a possibilidade de um

sistema alternativo de ideias que se constrói nos lugares e aponta para um novo período histórico, que Santos (2012) chama de Período Popular da História. Esse autor fala da “força do lugar” (Santos, 2009) como um contraponto à velocidade e à banalidade do movimento que a política da globalização lança aos mais diversos locais. A força do lugar é o contraponto às ações e objetos precisos que criam a racionalidade espacial. É o que faz emergir, entre os pobres e excluídos, um “desconforto criador” (p. 326) como instrumento central de uma nova consciência construtora de racionalidades alternativas, de contrarracionalidades. Assim, o lugar é o abrigo privilegiado do tempo lento e, por excelência, o abrigo das manifestações espontâneas e criativas.

Para Porto-Gonçalves (2012a), não se trata “somente” de resistir. O autor utiliza o termo *r-existir* para se referir a uma forma específica de existir apoiada numa matriz de racionalidade que age nas circunstâncias em que os processos hegemônicos do mundo ocidental se lançam sobre territórios com fins de dominação. Um movimento opressor que se reproduz desde os primeiros momentos da configuração do sistema mundo moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2017).

A *r-existência* está ligada às iniciativas de recomeçar, de regenerar, de renovar os sentidos da existência. Ou seja, nas situações de subalternização, os grupos sociais, para além de resistir – manter-se firme – às relações de poder conflituosas, devem estar em constante reinvenção, reorganização, ressignificação de suas existências. São novas formas de ser, saber e fazer, cuja inspiração vem de suas próprias experiências, nos espaços que ocupam (Hurtado & Porto-Gonçalves, 2022).

Por serem experiências locais de construção de novos sentidos da existência, se constituem como inúmeras possibilidades emancipatórias, o que aponta para incontáveis novas conformações territoriais (Porto-Gonçalves, 2012b). Por isso, afirma-se que estratégias de *r-existências* são também estratégias de reterritorialização em resistência (Hurtado & Porto-Gonçalves, 2022). Retorna-se ao ponto em que o território é, para os atores hegemonizados, um abrigo no qual se busca a constante adaptação (*r-existência*) e se configuram as estratégias de existir nos lugares.

Convicto de que as proposições de Escobar, Boaventura Santos, Santos e Porto-Gonçalves são factíveis, nesta pesquisa busca-se não somente desenvolver análises críticas que evidenciem a construção e execução de processos de dominação, imposição de hierarquias e relações de forças assimétricas em torno dessa atividade, mas, também, apresentar as possibilidades materializadas nos movimentos de resistência.

## 3.2 A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA COMO UMA EXPRESSÃO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO

### 3.2.1 Determinantes globais do turismo e da urbanização na conformação do território como recurso

De início, compreender os processos que originam os conflitos territoriais envolvendo a atividade turística passa pelo reconhecimento dos nexos e práticas do turismo (e lazer) e da urbanização atrelada a essa atividade como funcionais para a acumulação capitalista, cujo resultado tem sido a captura do território como um recurso para os propósitos dos agentes envolvidos nos interesses cumulativos.

Um passo fundamental para a conformação do território como um recurso, no contexto aqui tratado, aconteceu quando a função associada à recuperação das forças de trabalho, que apoiou a conformação do turismo de massa ou fordista (Boyer, 2003; Urry, 1996), particularmente nos anos pós-guerra, foi alterada por transformações no modo de acumulação capitalista após a década de 1970. Nesse período, ocorreram profundas transformações no seio do sistema capitalista (Soja, 1993; Harvey, 2013; Santos, 2009) que alteraram aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, com destaque para as novas configurações do modo de produzir e de consumir, cenário no qual o turismo e o lazer, em geral, apresentam papel de destaque para os processos acumulativos.

Na esteira do novo regime de acumulação, denominado regime de acumulação flexível (Harvey, 2013), opera-se uma combinação de fatores no âmbito do consumo e da produção. Ligado ao processo produtivo, foram incorporadas mudanças que facilitaram a mobilidade do capital na busca das melhores condições de lucro, como a revolução nos métodos organizacionais, inovações tecnológicas e a financeirização. Além disso, foi fundamental a busca de novos produtos que permitam acelerar o tempo de giro do capital empregado (Harvey, 2013; 2018). A prestação de serviços oferece significativa possibilidade dessa aceleração, afinal, a produção ocorre simultaneamente ao consumo. Assim, reforça-se a pertinência da produção de eventos, de espetáculos, de diversão, da indústria cultural e do turismo.

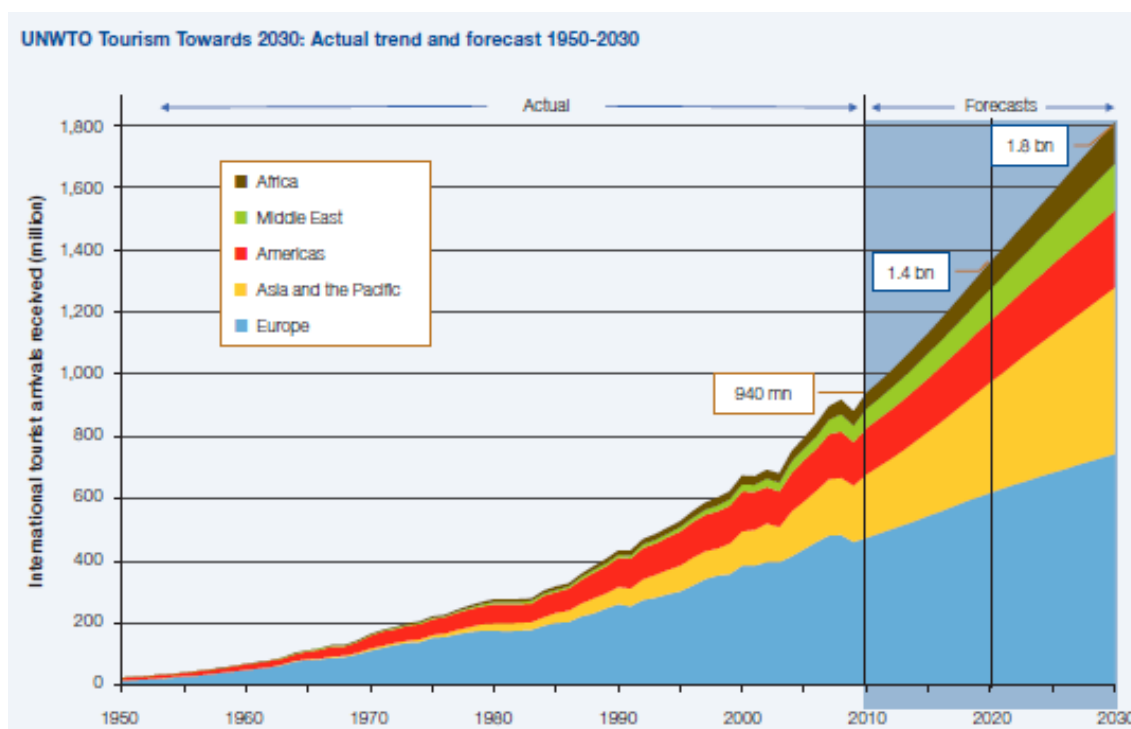
Relacionado às transformações no consumo, podem ser destacados os esforços na geração de novas necessidades e na criação de novos nichos de mercado. Tais aspectos passam pelo estímulo a novos comportamentos sociais e psicológicos, que valorizem a diferenciação

social, como a associação das férias ao equivalente às viagens de turismo e à busca por lazer fora do tempo cotidiano.

Além dos fatores sociais, a ordem geográfica da acumulação desempenha papel fundamental. Destaca-se o deslocamento de exploração da produção e consumo turístico para os países em desenvolvimento. Nesses países, os recursos naturais disponíveis, a oferta de mão de obra barata, as oportunidades de investimentos de capitais fixos, bem como o desejo desse conjunto de países de participar do mercado global, promoveram a base estrutural para eles se tornarem os novos territórios e os novos mercados para os produtos do turismo e do lazer (Cazes & Courade, 2004; Garay & Cànoves, 2011).

Os processos supracitados corroboram os números expostos pela Organização Mundial de Turismo (OMT, 2017). A Figura 05 foi elaborada pela organização e expressa o comportamento passado (em dados reais) e as projeções para deslocamentos de turistas internacionais. Verifica-se que após a década de 1950 ocorre uma expansão constante dos deslocamentos turísticos. Observa-se que a partir da década de 1970 novos comportamentos são percebidos nesse fluxo. Além da expansão dessa prática nos países desenvolvidos da Europa e da América, surgem novos territórios para a operação das atividades do turismo, inicialmente com o aparecimento do continente asiático, e, posteriormente, com a procura da África e do Oriente Médio. As novas áreas de destino dos turistas são exemplos de como novas fronteiras de expansão do capital surgem no contexto das transformações nos padrões de produção e consumo características do novo sistema de acumulação.

Figura 05 - Chegada de turistas internacionais: dados e previsões (milhões)



Fonte: OMT (2017).

Os resultados numéricos dessas mudanças se refletem na ampliação dos tentáculos da atividade. Em anos anteriores à pandemia de covid-19, as viagens internacionais em todo o mundo cresciam de forma considerada excepcional, segundo a entidade: acima dos 7% em 2017, acima dos 6% em 2018 e acima de 4% em 2019, ano em que foi apontada uma série de impactos geopolíticos (como o *Brexit*) e econômicos, que resultaram numa desaceleração econômica global (OMT, 2021).

De qualquer forma, os números desse setor somente eram superados pelo de combustíveis e da indústria química, ficando acima da indústria automobilística e do setor alimentício em escala global. Foi gerada uma receita de US\$ 1,7 trilhões de dólares aproximadamente, o que correspondia a quase 4% do PIB global em 2020 (OMT, 2021). A movimentação internacional de turistas era de 1,5 bilhão e havia 319 milhões de pessoas empregadas nesse setor no mundo (Souza, 2021).

As entidades que monitoram os fluxos internacionais consideram a receita obtida pelos países como ganhos de exportação, uma vez que os recursos provenientes de outros países são deixados nos territórios em que as visitas são feitas. Nesse caso, as “mercadorias” exportadas são as vivências disponibilizadas pela fruição da paisagem, da cultura e do ambiente, de forma geral. Esse tipo de ganho de exportação tem sido significativo nas últimas décadas, ao ponto de superar as receitas de exportações de mercadorias físicas quase todos os anos desde 2010, declinando com essa tendência somente em função da pandemia de covid-19 (OMT, 2021).

A partir da lógica acima empreendida, essa entidade considera que o turismo internacional se torna um fator de equilíbrio para a balança de pagamentos comerciais entre os países, particularmente, os emergentes, compensando déficits provenientes da comercialização de produtos industrializados<sup>14</sup>. Uma acomodação conveniente para reforçar a divisão internacional do trabalho globalizado. Entre os 20 países com as maiores receitas de exportações em turismo, 11 estão no seletor grupo de economias desenvolvidas, e 9 no grupo de economias emergentes.

Entre os fatores que explicam os consideráveis números do setor, a OMT (2021) aponta uma economia global forte, classes médias crescentes, viagens acessíveis e facilitação de vistos, avanços tecnológicos, novos modelos de negócios e o que nos interessa mais nesta pesquisa: rápida urbanização em economias emergentes.

Assim, a crescente participação de países emergentes e em desenvolvimento na produção do turismo global reforça a complexidade da divisão territorial do trabalho no contexto da globalização e impõe, sobre aqueles que já possuem sérios problemas socioespaciais, a necessidade de realizar investimentos para as novas demandas do capital, sob o risco de se tornarem territórios à margem do fluxo de circulação e reprodução capitalista.

Além do turismo e das características que lhe são típicas, em termos de tempo e espaço, há de se considerar outro fenômeno que, historicamente e socialmente, tem se projetado como num campo de práticas de significativa valorização social: a vilegiatura, que, em geral, se concretiza pela propriedade para fins de lazer, de uma segunda residência. Para Dantas (2019) e Dantas e Pereira (2021), associada aos fluxos turísticos, a estada temporária nos moldes da vilegiatura contribui para a compreensão das transformações sociais, urbanísticas, imobiliárias, ambientais e culturais em lugares hoje turistificados, principalmente nos contextos marítimos.

A obra do historiador Alain Corbin (1989) apresenta como a vilegiatura foi uma das práticas responsáveis por uma série de mudanças sociais que direcionam a sociedade europeia, entre os séculos XVIII e XIX, ao desejo da presença à beira-mar, contribuindo para que, por exemplo, o ambiente litorâneo fosse reinterpretado e o uso da praia fosse ressignificado no Ocidente, atribuindo-lhes novos usos.

---

<sup>14</sup> A Organização Mundial do Turismo adota uma proposta do Fundo Monetário Internacional (FMI) que considera os países de economia desenvolvida aqueles com as 39 economias mais avançadas, compostas por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Canadá, entre outros; enquanto os países de economia emergente e em desenvolvimento correspondem ao grupo dos 153 países cujas taxas de exportação de produtos primários e a situação de endividamento e renda os inserem num contexto de fragilidade econômica. É possível obter a lista completa dos países integrantes dos dois grupos em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/April/groups-and-aggregates>.

As visitas ao ambiente litorâneo e à residência secundária na praia (ou balneação marítima, como prefere Marc Boyer), ainda que restritas a uma pequena elite no início do século XX, ampliaram-se: em adeptos, por meio da difusão por imitação; em lugares, com destaque para o Mediterrâneo e a Flórida, nos Estados Unidos; e em suas particularidades locais, como os invernistas na Inglaterra, veranistas na França (termo também recorrente no Brasil) e Espanha ou os esportistas norte-americanos (Boyer, 2003). Chegaram ao Brasil, inicialmente no Rio de Janeiro, com a vinda da família real, e posteriormente expandiram-se pelo país, adaptando-se temporal e espacialmente por fatores locais (Dantas, 2019).

No sistema de acumulação flexível, a tônica tem sido a fluidez. Assim, as conexões globais que aceleram a circulação de pessoas, capitais e informações irá permitir que se repita, também em território nacional, a imbricação entre os fluxos turísticos e o domínio do imobiliário. Um fenômeno de caráter global (González & Mantecón, 2014), cujo modelo ibérico tem servido de inspiração para o Nordeste (Pontes, *et al.*, 2020). Trata-se de uma relação que se explica, portanto, por fatores culturais (Mazón, *et al.*, 2009; Benson, 2015; Dantas, 2019) e por fatores econômicos (Aledo, 2008; Gaja I Díaz, 2013; Demajorovic, *et al.*, 2018), com destaque para um ambiente favorável aos negócios envolvendo o setor financeiro e imobiliário.

O resultado dessa imbricação, cuja denominação possível é “imobiliário-turístico” (Dantas, Ferreira & Clementino, 2010), expressa a complexidade dos modelos de imóveis e de gestão. Em termos de urbanização, essa tem sido a tônica para os projetos e empreendimentos que mesclam função turística e de segunda residência, tipo resorts, flats, apartamentos, condomínios fechados ou mesmo loteamentos, principalmente onde há disponibilidade de terras a baixo custo.

Por isso, um segundo aspecto a se considerar nessa construção teórica é a necessidade de compreender a função da urbanização, em tempos recentes – entenda-se no novo regime de acumulação – para a reprodução capitalista<sup>15</sup>. Acredita-se que a efetivação desse papel tem contribuído para que o processo de urbanização seja o plano de fundo sobre o qual os conflitos territoriais ligados ao turismo se apresentem.

A condição eminentemente social da produção do espaço o torna parte integrante das relações de produção. Isso significa, como expôs Lefebvre (2013), que cada modo de produção

---

<sup>15</sup> Para Brenner (2018), o conceito de urbanização dominante ao longo do século XX esteve baseado em limiares demográficos e/ou gradientes de densidade, explicados pela concentração e expansão de populações, de infraestrutura e de investimento, em determinados lugares. Nesta pesquisa, concordamos com o autor de que é preciso adicionar, entre as expressões desse fenômeno, os “alongamentos desiguais do ‘tecido urbano’, composto de diversos tipos de padrões de investimento, espaços para assentamentos, matrizes de utilização da terra e redes de infraestrutura ao longo de toda economia mundial” (p. 35).

organiza, ao mesmo tempo, certas relações sociais e um espaço que lhe convém, o que nos leva à proposição de que o espaço resultante assumirá uma feição-síntese dessas relações.

Assim, ao avaliar as determinantes sociais do atual modo de produção, Lefebvre (2018) afirma que o urbano é a forma espacial, e a urbanização, o processo que tem dado a sustentação à reprodução do capital. Gottdiener (2016), por sua vez, analisando o atual estágio de desenvolvimento capitalista, afirma que a produção do urbano é uma das mais típicas manifestações espaciais do processo de acumulação.

Compreender tais afirmações requer ir além da noção tradicional e funcional da urbanização para promover a concentração de capital, trabalho e mais-valia de natureza industrial. É preciso, pois, compreender as mudanças na natureza do espaço urbano, que deixa de ser organizado para a produção e passa a ser organizado para o consumo e para os investimentos de capital. Enfim, compreender como produzir o espaço urbano torna-se tão ou mais funcional para a reprodução do capital quanto produzir no espaço urbano.

A importância da urbanização nesse contexto pode ser abordada pela centralidade que o setor secundário da economia assume para a acumulação e recuperação capitalista.

Lefebvre (2006) denomina o circuito secundário da acumulação de setor imobiliário, e afirma que, a partir dos novos padrões de acumulação (flexível), esse circuito passa a primeiro plano da ação capitalista nos grandes países industriais e se estende para o mundo, mesmo que desigualmente, entre os países, os tempos e a conjuntura global. Assim, para esse autor, a centralidade do circuito secundário ocorre como forma de se superar as fricções que existem no setor primário, dos meios de produção (máquinas) ou dos bens de consumo, quando ocorrem tendências de queda nas taxas de lucro médio (Lefebvre, 2006).

Harvey (2011; 2018) nos alerta que o circuito secundário é mais que o imobiliário e atribui a esse circuito a responsabilidade de dar forma ao que chama de ambiente construído, cuja cidade é a expressão mais acabada, por ser o nó de interseção na economia do espaço decorrente da mobilização, extração e concentração geográfica de mais-valia. Considera também que, nesse circuito, os capitais, destinados a fundos de consumo (infraestruturas e condições materiais de reprodução social dos trabalhadores) e capital fixo para a produção, resultam num ambiente que se torna pressuposto para que a produção, a circulação e a acumulação capitalista avancem de maneira mais adequada às suas necessidades.

Em suas argumentações, Harvey (2011; 2018) concorda com Lefebvre (2013) que o incremento desse setor é uma das estratégias de reprodução capitalista na tentativa de absorver os excedentes de capital e de força de trabalho quando a transferência de capitais para atividades

de rentabilidades de médio ou longo prazo irá gerar maiores lucros em períodos subsequentes da produção.

Para Gottdiener (2016), considerar o papel do circuito secundário é introduzir de modo mais explícito a abordagem espacial da acumulação de capital. Nas suas proposições, o autor destaca que os agentes fundiários e imobiliários formam um setor estruturado dentro do circuito secundário, que ele denominou de setor de propriedade; e que as formas espaciais decorrentes dos investimentos do setor de propriedade no circuito secundário ocorrem por uma coalizão de crescimento, em sua maioria, composta de um grupo seletivo de indivíduos que perpassa os setores privado e público, de modo a tornar indistinguíveis os dois setores. Para o autor, o caráter estrutural desempenhado pelos investimentos no circuito secundário, associado à forma como se aglutinam os agentes do setor de propriedade, é o motivo que torna tal setor a linha de frente da produção espacial (p. 218 - 220).

Harvey (2004) explica que uma das condições necessárias para que a circulação do capital ocorra do circuito primário para o secundário é a existência de um Estado provedor de projetos de longo prazo e em larga escala para a construção de um meio ambiente adequado<sup>16</sup>. Nesse quadro, quando não atua explicitamente como um agente da classe capitalista, o Estado assume o papel de coordenador dos investimentos entre os circuitos de capital.

Ao tratar do papel do Estado no circuito secundário, Gottdiener (2016) é mais incisivo, pois afirma que, sobre o comando dos grupos de coalizão de crescimento e com investimentos revestidos de “aparência de produtividade e progresso”, é o setor da propriedade fundiária e imobiliária o que frequentemente mais avança com a ajuda do Estado.

Em todo caso, haverá a oportunidade de verificar que o Estado, com suas ações, é orientado para prover o ambiente necessário para os investimentos que demandam um espaço urbano, e não se trata somente da provisão de aspectos físicos, dos objetos, mas também de intervenções no plano normativo-legislativo, por meio de toda ordem de processos de ordenamento urbano.

### **3.2.2 As particularidades da Urbanização Turística**

Os fenômenos descritos anteriormente – emergência do turismo e da urbanização como duas realizações portadoras de ordens econômicas, políticas e culturais do sistema pós-moderno

---

<sup>16</sup> A outra condição essencial é um mercado financeiro ativo.

ou flexível de acumulação – se interseccionam na efetivação de uma urbanização turística, como identificou Mullins (1991).

A consolidação desse modelo de urbanização não passa alheio às oportunidades de acumulação e geração de renda. Para Clavé (1998), a obtenção de ganhos se dá tanto diretamente, pela incorporação de capital fixo destinado a facilitar os investimentos privados e pela efetivação desses investimentos em serviços turísticos e produtos imobiliários, como indiretamente, quando ocorrem processos especulativos motivados pelo ideário envolvido no mercado de terras. A lógica do movimento, portanto, não difere muito daquela ligada à urbanização “clássica”. As particularidades da urbanização turística, pelo que se poderá apreender, residem nas práticas a que esse modelo se destina, na natureza do mercado (produtores/consumidores) e nos objetos que irão moldá-la.

Em relação à primeira particularidade, a das práticas envolvidas na urbanização turística, Mullins (1991) foi pioneiro em identificar padrões singulares de urbanização em seus estudos sobre destinos turísticos na Austrália. Dessa forma, partindo da relação entre turismo e urbanização, ele adicionou às tradicionais interpretações do desenvolvimento das aglomerações urbanas, historicamente centradas no trabalho e na produção (mais recentemente, industriais), novos nexos explicativos, agora sustentados na oferta de serviços de lazer e turísticos.

Foi esse novo sentido de urbanização que motivou Clavé (1998, p. 28) a afirmar que “la urbanización turística tiende a responder a una práctica urbana singular, funcionalmente y estructuralmente diferenciada de la ciudad convencional”. Ou seja, a função urbana não se sustenta na produção de bens e as estruturas providas não são dedicadas prioritariamente aos residentes da referida cidade.

Assim, para Clavé (1998), a natureza da urbanização turística está pautada em processos pelos quais as áreas urbanas se voltam para a produção, venda e consumo de serviços a visitantes. Segundo Paiva & Diógenes (2017), trata-se de um processo socioespacial de natureza pós-moderno que se ampara também nas práticas do lazer. Mascarenhas (2004) completa esse entendimento ao afirmar que é uma modalidade peculiar de produzir e estruturar o espaço urbano, o qual evidencia os serviços de diversão, prazer, relaxamento e recreação. Dantas & Pereira (2021) nos apresentam um desfecho apropriado para o fenômeno quando atribuem como decisivo na indução da urbanização das cidades e metrópoles litorâneas o papel dos lazeres, destacando não somente o turismo, mas, também, designando a vilegiatura marítima como forte indutora do processo.

Luchiarì (1998), ao considerar que a atividade turística é um dos processos contemporâneos capazes de articular o local e o global, sugere que a urbanização turística

permite aos lugares se inserir no movimento global, e as cidades, por sua vez, no mercado de paisagens, cujas transformações físico-territoriais destinadas à visitação irá delinear. Dessa forma, introduz o elemento que completa a particularidade dessa modalidade de urbanização: a criação de mercadorias, trazendo para o centro do debate o mercado turístico, mas, também, o imobiliário.

Por isso, na análise dos processos vinculados à urbanização turística, como uma mola motriz da tomada dos territórios como recurso, demanda identificar o papel dos agentes mais diretamente ligados à produção do espaço urbano: o Estado, os promotores imobiliários e os detentores dos meios de produção. Vale lembrar que os conflitos caracterizados nos próximos capítulos têm nesses agentes significativa representatividade.

Capel (2013) propôs uma distinção entre o que ele denominou atores e agentes urbanos. Na primeira categoria, estão os grupos e indivíduos presentes na cidade, que nela vivem e se movimentam, cuja capacidade de intervenção é limitada. A segunda categoria é formada por quem tem capacidade de intervir na produção urbana. Nesse grupo estão congregados os proprietários fundiários, os promotores imobiliários – as empresas construtoras, os incorporadores imobiliários e os profissionais ligados à edificação, venda e promoção – e os proprietários dos meios de produção.

O autor ressalta que os conflitos são considerados uma possibilidade real na urbanização, envolvendo de um lado atores urbanos e de outro agentes urbanos, como também no interior desses grupos, por diferença de interesses e atividades. Sobre alianças e descensos, apesar de não podermos desconsiderar a possibilidade de choque de interesses no interior do grupo de agentes urbanos, a realidade presente nesta investigação tem se mostrado mais propensa a uma forte relação de cooperação.

As alianças e relações de cooperação entre os agentes formam, como citado, um setor estruturado (setor de propriedade) dentro do circuito secundário da acumulação, cuja atuação Gottdiener (2016) definiu como coalizão ideológica do crescimento. Além desses agentes, a coalizão pró-crescimento envolve, como já previsto, o Estado, cujas relações são mais intrincadas à medida que se aproximam dos poderes locais, acionados “para canalizar recursos e desenvolvimento em direções espaciais particulares” (Gottdiener, 2016, p. 180). Dessa forma, o crescente entrelaçamento dos atores públicos e privados ocorre tanto pela constituição dos novos arranjos político-econômicos no contexto neoliberal como pela circulação de agentes públicos por segmentos privados de produção urbana, e vice-versa (Capel, 2013).

A seguir, apresenta-se, de forma mais detida, a atuação desses agentes dentro de um contexto ordinário dos processos de urbanização, buscando, sempre que possível, definir a particularidade em relação à urbanização turística.

Os proprietários fundiários são os agentes interessados na extração da renda da terra, sendo, de maior importância, a renda diferencial, obtida pelas características, localização e diferentes tipos de investimentos sobre as terras (Capel, 2013). Assim, o interesse desse grupo é que a terra se converta em um recurso raro, e empenha-se em orientar a construção dos equipamentos e infraestruturas urbanas que garantam as (novas) funções atribuídas aos territórios na direção que o beneficie.

Os benefícios podem ocorrer, por exemplo, em decorrência da provisão de melhorias públicas em infraestrutura no entorno, ou de mudanças de regras urbanísticas, de uso do solo ou zoneamentos, que permitam aumentar o valor do terreno e/ou expandir seu potencial construtivo. Além da negociação de terras demandada, e imediatamente atendida no processo de expansão urbana, os proprietários fundiários são os responsáveis pelas práticas de especulação imobiliária ao reter terras para obter maiores rendimentos num momento futuro. Essa prática se sustenta, por exemplo, ao deixar terrenos vazios intermediários no tecido urbano, antes da construção ou de sua comercialização, aguardando que ocorra uma revalorização (Corrêa, 1995).

Esse agente se soma a outros (ramo de construção e de serviços turísticos) para pressionar os poderes locais a converter zonas rurais em zonas urbanas de uso turístico. No processo de urbanização turística, entretanto, isso só será funcional se não houver impedimento legal-urbanístico para que elementos naturais e artificiais, que definem o valor turístico dessas terras, sejam capitalizados como atributos de sua conversão em produtos imobiliários.

Os promotores imobiliários, segundo Capel (2013), se tornaram os agentes essenciais da construção da cidade, portanto, também dos processos de urbanização, os quais nem sempre resultam em cidades, vale lembrar. Para Corrêa (2015), constituem os empresários urbanizadores que se dedicam a financiar e controlar a urbanização. Podem se dividir ou acumular as funções de construtores e incorporadores.

Os construtores estão envolvidos na produção material dos imóveis. É o segmento que incorpora a força de trabalho em diversas etapas, necessárias à efetivação dos bens, ao passo que quatro de suas marcas recentes de atuação, segundo Capel (2013), têm sido: I - a especialização por tipo de obra (infraestruturas básicas, equipamentos coletivos, habitações, por exemplo); II - a racionalização e normatização que acentuam a standardização, a industrialização e a divisão do trabalho nesse segmento; III - o crescimento de grandes

conglomerados empresariais; e IV - a cada vez mais difícil tarefa de separar a atividade da construção de outras vinculações, como a incorporação e a comercialização imobiliária.

Os incorporadores imobiliários se dedicam à transformação da terra em mercadoria, correspondendo a um coordenador dos demais agentes envolvidos na operação. Assim, com conhecimentos do comportamento dos clientes e tendências do mercado, passam a definir as tipologias imobiliárias e as estratégias de comercialização. Junto a esse grupo, atuam: a) os financiadores dos projetos, necessários para a compra do terreno ou para a construção do imóvel; b) os técnicos que produzem os estudos de viabilidade econômica e de engenharia, adequando-se aos parâmetros construtivos em vigor; e c) os corretores, responsáveis pela distribuição dessas mercadorias no mercado de imóveis ao qual o produto se destina (Capel, 2013; Corrêa, 1995).

Fonseca e Costa (2004) deram exemplos de como os promotores têm contribuído para a urbanização turística. Segundo os autores, isso ocorre: I - à medida que concentram suas operações em áreas de maior apelo turístico, ou seja, que contam com amenidades e ambientes que compõem a oferta turística, como centros comerciais, passeios públicos, praias e áreas verdes preservadas; II - se voltam para atender os interesses dos segmentos turísticos em detrimento da população residente, elaborando projetos para consumidores de segundas residências, seja para usufruto do adquirente ou para inseri-lo no mercado de hospedagem extra-hoteleiro; III - por meio das práticas já conhecidas (também tomadas pelos proprietários fundiários) de estabelecer pressão sobre os poderes locais para alterar as diretrizes urbanísticas que permitam intensificar o uso e ocupação do solo nas zonas turísticas.

Além dos proprietários fundiários e dos agentes imobiliários, o setor privado conta com a atuação dos proprietários dos meios de produção. São os agentes que consomem o espaço urbano para desenvolver suas atividades empresariais e produtivas. Diferem-se dos demais por não estarem interessados em lucrar com o comércio de terras ou sua comercialização depois da efetivação do imóvel-mercadoria, mas, sim, em explorar os requisitos locacionais específicos e de importância para suas atividades. Nesse cenário, processos de valorização e especulação de terras tendem a trazer dificuldades e aumento de custos de produção (Corrêa, 1995).

Dada a natureza da urbanização turística, é necessário, portanto, destacar a atuação do empresariado do setor turístico como integrante do bloco de coalizão pró-crescimento ao qual se refere Gottdiener, ou dos agentes imobiliários que Capel delinea. Esses empresários não somente atuam na adição de equipamentos relacionados às suas atividades. A atuação se faz também de forma incisiva sobre as cobranças para que o Estado provenha a instalação e

manutenção de infraestruturas e o estabelecimento de normas urbanísticas essenciais às suas atividades capitalistas.

Como constataram Fonseca & Costa (2004), os empresários do turismo exercem pressão sobre o poder público para a efetivação de investimentos e melhoramentos urbanos de toda ordem (viários, paisagísticos, sanitários, policiais, entre outros) que minimizem a precariedade dos equipamentos e serviços urbanos considerados incompatíveis com o desenvolvimento satisfatório dos negócios nas áreas em que mantêm suas atividades.

Entre proprietários fundiários, promotores imobiliários e proprietários dos meios de produção, as fronteiras de atuação se tornam mais fluidas à medida que o sistema flexível permite maior mobilidade dos capitais e informações, fato que se repete nas formas derivadas desses agentes na urbanização turística, especialmente nas intercessões entre hotéis, flats, condomínios e os chamados empreendimentos turístico-imobiliários.

Entre os produtores do espaço, o Estado tem sido um ator fundamental. Já houve a oportunidade de expor sua importância no processo de acumulação no circuito secundário. Assim, além de obras e estruturas de capital fixo, com destaque para construção de rodovias e melhoramentos de infraestrutura urbana, o Estado, em sua capacidade de regulação do território, estabelece a racionalidade da acumulação, priorizando certas atividades em detrimento de outras.

Nesse sentido, a ênfase será dada à atuação do Estado em seu nível mais local, representado pelos poderes cuja atuação tem sido apontada por canalizar recursos e oportunidades de ganhos capitalistas para o setor da propriedade. Essa articulação, segundo Gottdiener (2016, p. 260), ocorre: I - por meio da regulação do desenvolvimento do uso da terra, via mudanças de zoneamento, adequação de prescrições urbanísticas e do código de edificações; II - envolvendo a produção do espaço, por construções e melhoramentos de infraestrutura; III - por subsídios públicos, manipulando a arrecadação tributária para sustentar o desenvolvimento econômico da propriedade nas áreas de maior interesse.

Alinhado a essas ideias, Mascarenhas (2004), ao caracterizar a urbanização turística no Brasil, destacou que, sobretudo no Nordeste brasileiro, conta-se com o importante suporte do Estado na dotação de infraestrutura geral. Foi essa a realidade evidenciada por Fonseca e Costa (2004) ao identificar que, na estruturação de um destino turístico, o governo elegeu uma cidade para centralizar suas ações, dividindo-se em idealizador e financiador das políticas de turismo que iriam inserir o território na economia nacional e global. Assim, efetuou intervenções urbanas que beneficiaram a implantação de equipamentos hoteleiros (proprietários dos meios de produção), ao mesmo tempo definindo o eixo da expansão para a urbanização turística local.

Além disso, forneceu a infraestrutura básica (saneamento, vias públicas, iluminação) que contribuiu para a valorização do solo em uma porção da cidade. Nesse esforço, contou-se ainda com a atuação do poder municipal para definir, via zoneamento urbano, a disponibilidade de áreas para a expansão da atividade.

Ao passo que o Estado, os agentes do imobiliário-fundiário e os proprietários dos meios de produção constituem os “personagens” detentores de maior poder no processo e resultado da urbanização, em geral, atuando em conjunto, há de se considerar como atores desse movimento, como definiu Capel (2013), aqueles com menor capacidade de intervenção, mas, nem por isso, impossibilitados.

Dentro do conjunto dos atores que vivem, circulam e consomem o espaço urbano no dia a dia, existem diferenças sociais que marcam o modo de produção capitalista e se traduzem nas formas de experimentar o cotidiano. Enquanto as classes mais favorecidas economicamente possuem maior mobilidade para buscar melhores áreas de habitação e influência para pleitear melhorias, outras, sem condições econômicas de agir da mesma forma, ou com especiais vínculos com seus territórios, precisam travar intensas lutas no que concerne à efetivação dos seus direitos às condições urbanas previstas em lei. Assim, os grupos menos favorecidos merecem atenção dos estudiosos em relação à sua capacidade de atuação sobre o processo de urbanização (Capel, 2013).

Para esse segmento, destaque-se a atuação dos movimentos populares como formas ativas na produção do espaço urbano. Para Capel (2013), tais movimentos elevam a capacidade de pressionar o Estado para rever decisões que atendem os agentes hegemônicos em detrimento de demandas por melhores condições ambientais e habitacionais. Essa posição, como será possível identificar ao longo da pesquisa, se fará no âmbito dos conflitos pelo território e da resistência aos processos de desterritorialização das populações em contextos de avanço da urbanização turística.

Além das elites e camadas populares locais, no âmbito da urbanização turística, é importante ressaltar o papel dos turistas e veranistas (ou vilegiaturistas). São esses os atores que irão impulsionar a demanda por terras e residências secundárias, atraindo a preferência do setor de propriedade fundiária e imobiliária no tocante ao atendimento das necessidades de visitação e lazer desse público. Além disso (e também por isso), a administração local dedica-lhes especial atenção, por meio da estruturação urbana das áreas de circulação e consumo desse valioso público.

Considerando o fluxo internacional em países com significativas diferenças cambiais (como o Brasil e os países da zona do euro ou de moeda dolarizada), elevam-se sobremaneira

as possibilidades de remuneração do capital investido em terras e operações imobiliárias. Trata-se de uma condição (presença de novos grupos de consumidores) que em localidades turísticas de países em desenvolvimento pode ser responsável pela transformação dos mercados de imóveis por meio da adição de uma demanda solvável de consumidores e pelas mudanças nos padrões construtivos dos imóveis, visando atender seus interesses, como identificado por Silva (2010).

Pelos fins e ao público a que se destina, a urbanização turística resulta em objetos que visam atender os visitantes, os veranistas e as classes mais favorecidas das cidades, possuidoras de recursos financeiros para consumir nos espaços criados. Paiva (2013) relaciona os objetos envolvidos nesse modelo de urbanização, dos quais destacaremos: I - uma diversificada infraestrutura turística; II - novas tipologias de segundas residências; III - os projetos ou a consolidação de revitalização/requalificação/reabilitação de espaços degradados ou considerados potenciais para a circulação dos novos consumidores. São objetos que visam estimular a permanência de visitantes, atrair consumidores dos produtos imobiliários, criar ou ressignificar os lugares como atrativos turísticos atrelados à dimensão urbana e construir uma imagem de cidade que possa ser vinculada ao mercado turístico global (Paiva, 2013).

A infraestrutura turística é composta por equipamentos e serviços turísticos, materializados pelos meios de hospedagem, restaurantes, empresas de entretenimento e passeios, centros de visitação e outros locais voltados para o atendimento e visitação turística (Beni, 1998; Lage & Milone, 2001).

Entre essas, a empresa de hospedagem representa o elemento básico da infraestrutura e dos serviços turísticos. É o equipamento que permite que pessoas permaneçam no local visitado. Representa, portanto, a base na qual se estrutura toda a cadeia de serviços turísticos. Uma diversificada oferta de equipamentos de hospedagem possibilita que se atenda um público variado, a partir de sua estratificação motivacional, familiar, financeira, entre outras. Os equipamentos de alimentação nos últimos anos têm exercido papel decisivo no conteúdo turístico das cidades, não somente pela necessidade de alimentação num local de efêmera permanência, mas, principalmente, quando os restaurantes contribuem com a ideia de diferenciação socioespacial na qual a experiência turística se apoia. Já as empresas voltadas para os serviços de entretenimento e centros de visitação – incluindo os culturais e paisagísticos – correspondem às promotoras da fruição e dos comportamentos turísticos. Possuem uma relação próxima com os empreendedores de hospedagem e alimentação, pois funcionam como uma cadeia de experiências e agregam atividades aos dias de permanência dos turistas, estimulando o prolongamento do tempo de visita.

As segundas residências representam os produtos que irão incrementar o mercado imobiliário (Capel, 2013). Esse tipo de imóvel se destaca da residência permanente pelo seu padrão de localização e utilização, ou seja, por sua realização estar alinhada ao espaço-tempo da vivência de lazer, destinado à diversão e ao descanso no tempo livre, seja nos fins de semana ou nas férias (Assis, 2012). Paiva e Diógenes (2017) denominaram alguns dos novos tipos de residência secundária como -“condomínios de lazer”-, cujas características diferenciam-se dos imóveis unifamiliares comercializados nos anos 1970-1990. São compostos de unidades de alto padrão, em forma de apartamentos, condomínios de apartamentos ou de caráter horizontal (casas ou chalés), organizados em torno de áreas de lazer, situados mais próximos à praia.

Não representam exatamente uma proposta nova de utilização, sendo sua matriz originária das práticas de vilegiatura, como já referenciado. Mas expressam a forma contemporânea como certos grupos sociais organizam seus momentos de lazer, pautados numa estada temporária (Pereira & Dantas, 2021) que, ao mesmo tempo, parece se explicar e justifica a oferta do imobiliário-turístico.

Outro marco de novos produtos foram os empreendimentos turístico-imobiliários (ETIs), compreendidos como uma associação entre segundas residências e resorts (Araújo, 2011; 2023), uma vez que, além dos hotéis, oferecem a possibilidade de ocupação residencial, seja por seção locatária, seja pela propriedade integral ou parcial dos imóveis (Pereira & Dantas, 2021). Localizados junto à orla, ocupam significativas áreas para garantir a complementaridade de serviços que se faz entre as unidades de hospedagem e as novas tipologias da segunda residência (Paiva & Diógenes, 2017; 2022), sem deixar de se vincular a elementos de valor subjetivo, como sofisticação, exclusividade, luxo e segurança.

Ressalte-se que a utilização desses novos tipos de habitações secundárias no mercado turístico (Fonseca & Lima, 2012), estabelecido um padrão imobiliário-turístico (estruturas, serviços e modelos de aquisição/gestão), pode atender às demandas dos públicos em turismo, ao mesmo tempo que garante, por um sistema de copropriedade (ou mesmo propriedade integral), rendas extras para seus proprietários, quando inserida no mercado de hospedagens. Ou seja, acomoda os interesses desses dois grupos de consumidores (proprietários e turistas).

Assim, o incremento do setor imobiliário em localidades turísticas pode também ser explicado, além dos interesses em lazer dos adquirentes, como uma forma de investimento para todos os envolvidos no setor de imóveis: 1 - proprietários fundiários, cujos ganhos estão vinculados ao comércio das terras e processos especulativos; 2 - os promotores imobiliários, envolvidos no parcelamento do solo e construção/venda de casas/apartamentos inseridos no

mercado de segunda residência; e 3 - e os consumidores dos produtos, que podem ou visam inseri-los no mercado de alojamento turístico.

Por fim, têm-se os projetos ou a consolidação de revitalização/requalificação/reabilitação, que se inserem no âmbito da valorização do espaço como recurso para a acumulação via urbanização. Nos contextos aprofundados ao longo da pesquisa, destaca-se o que Gottdiener (2016) identificou sobre os lugares historicamente menos privilegiados, em termos de atenção estatal, serem os que são reclamados a subsidiar o futuro desenvolvimento capitalista urbano, em geral, sob o falso desígnio de superar os problemas produzidos por esse mesmo processo histórico. Por isso, em muitos casos (como será evidenciado), travestidos de um discurso de recuperação de áreas degradadas, esses projetos se impõem como as novas feições do espaço dos serviços turísticos e que também dinamizarão o mercado imobiliário. São, portanto, elementos portadores de novas ordens econômicas.

Tais intervenções, sob o signo ideológico de promover crescimento econômico, são propaladas como uma oportunidade de partes da cidade superar o “inconveniente”, virar a página e (re)adquirir o padrão espacial que beneficiará todos, por meio da transformação de áreas urbanas em atrativos que motivem o consumo de uma classe notável de moradores ou de visitantes (Gottdiener, 2016). Mas sua concretização, em geral restrita ao embelezamento do meio físico para agradar as classes mais abastadas e os visitantes, está atrelada à (re)valorização do solo urbano para uma condição de troca, em detrimento do sentido de valor de uso dado pelas características pré-existentes e que as novas intervenções desconsideram (Kowarick, 1993; Carlos, 2007).

Nesse sentido, Mascarenhas (2004) contribui para problematizar a efetivação da urbanização turística, ao associá-la como um dos processos responsáveis por uma higienização do espaço. Para o autor, da mesma forma que as intervenções ocorridas no século XIX, justificadas para eliminar usos e práticas interpretadas como ofensivas à saúde pública antes da descoberta microbiológica, foram bastante funcionais para as elites e para o mercado imobiliário, no Brasil e em outros países, a urbanização turística tem atuado para eliminar usos considerados inadequados aos espaços de realização do consumo e da fruição do turista. Isso é mais evidente quando a reprodução do capital elege partes da cidade como as áreas privilegiadas para sua reprodução, cuja imagem de ordenamento é necessária para a composição dos produtos turístico-imobiliários que virão em seguida.

### **3.2.3 Direto ao problema: contradições da urbanização turística e as fissuras para os movimentos de resistência**

Pelas considerações até aqui realizadas, podemos sugerir que a urbanização turística é o resultado da territorialização de práticas, atores e estruturas na qual as intenções, os esforços e os usos, respectivamente, se voltam para o consumo e a oferta de serviços turísticos e, potencialmente, produtos imobiliários que promovam a fruição, bem-estar e permanência de visitantes, veranistas e demais interessados em lazer.

Mas, além das práticas que prioriza, da atuação dos agentes envolvidos e das formas físicas tributárias da urbanização turística, é preciso destacar as contradições envolvidas no fenômeno.

Pode-se inicialmente seguir a indicação de Lefebvre (2013), ao afirmar que as manifestações contraditórias, e mesmo conflituosas, do processo de urbanização são heranças da natureza fundamental do capitalismo: a universalização das relações de propriedade privada. Para o autor, as ações combinadas do Estado e dos setores econômicos voltam-se, por meio do desenvolvimento e planejamento urbano, para a expropriação do espaço do tecido social, transformando-o numa mercadoria a serviço das forças dominantes. As contradições e conflitos decorrem, portanto, dos esforços dos atores dominantes na produção do espaço urbano para aparelhar os espaços dominados e reduzir os obstáculos e resistências a esse movimento.

Assim, o Estado gera contradições por aplicar uma racionalidade que incita contestações quando são impostas “leis, recortes administrativos e princípios políticos estranhos às qualidades iniciais dos territórios e das populações” (Lefebvre, 2006, p. 221). Para esse autor, por ser uma estrutura prioritariamente utilizada para atender os interesses do capital, o Estado ajuda a constituir um espaço que se nega a ser suporte da vida cotidiana, sempre que é atravessado pela ideologia e planos estratégicos do capitalismo.

Nesse sentido, corrobora Gottdiener (2016), ao afirmar que a intervenção do Estado no plano urbano tende a exacerbar os conflitos socioespaciais, incluindo-se, portanto, os territoriais. Isso porque, no atual sistema de acumulação, esse agente abdica de mediar o interesse geral da sociedade e passa a favorecer a fração mais poderosa, promovendo, com isso, um crescimento circunscrito às coerções políticas e econômicas.

Em combinação com a atuação do Estado, têm-se os agentes privados, especialmente os agentes do setor imobiliário-fundiário e os proprietários dos meios de produção, que integram o grupo de maior poder no processo de urbanização, como nos aponta Capel (2013). Esses

agentes voltam-se para o atendimento das demandas solváveis e cobram dos governos a infraestrutura que irá valorizar diferenciadamente certas áreas da cidade, tornadas alvo de sua ação preferencial: são as áreas nobres, ocupadas, criadas e recriadas segundo os interesses capitalistas.

Considera-se que essa atuação combinada dos agentes hegemônicos é reproduzida no processo de urbanização turística, acentuando as contradições no contexto intraurbano. Nos próximos capítulos, haverá a oportunidade de verificar como mudanças de zoneamento, alteração de planos diretores e padrões construtivos, subsídios públicos, além das obras em si, são algumas das formas pelas quais se manifesta a ideologia de crescimento operada pela articulação Estado – setor da propriedade – e setor turístico, no contexto desse tipo de urbanização.

Como as contradições presentes na urbanização turística se dão nos territórios, os resultados refletem o jogo de forças que se opera entre a dialética global-local. Assim, as implicações são territorializadas levando em consideração não somente as determinantes globais, mas também o que os locais oferecem em termos de possibilidade e contextos, o que pode resultar em modelos específicos de absorção desse fenômeno.

Assim, impossibilitados de abranger as mais diferentes faces da questão, procuraremos enfocar o que nos apresenta Luchiari (1998) ao explicar sobre a natureza das contradições que marcam a urbanização turística no Brasil. A autora deu o tom do contexto ao afirmar que essa forma de urbanização evidencia novos sujeitos sociais e elimina ou marginaliza outros. Em consequência, define novas formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer.

No tocante aos novos sujeitos sociais, constata-se que a inserção dos lugares no mercado global, via turismo, e seu modelo de urbanização são pautados pelos interesses imediatos dos agentes hegemônicos da produção do espaço. Além do Estado, adquirem proeminência os empresários do turismo e os do segmento imobiliário/fundiário que se voltam para atender às demandas do visitante e do consumidor de produtos imobiliários, em detrimento do residente (Fonseca & Costa, 2004; Abrahão & Tomazzoni, 2018; Paiva & Diógenes, 2022).

Dedicadas a atender às demandas de atores externos aos territórios, as novas formas de uso adquirem relevo. Os governos e empresários locais concentram suas ações em pontos privilegiados, para dotá-lo com propostas de ocupação condicionadas à mercantilização. Ocorre um processo em que o valor de uso do espaço cede lugar para o seu valor de troca. Com isso, como aponta Mascarenhas (2004), o espaço deixa de ser organizado para o atendimento das necessidades básicas das populações (moradia, serviços de saúde, educação etc.) e passa a se

configurar como um recurso voltado para favorecer o consumo de bens e serviços de lazer, operando uma verdadeira separação entre visitantes e residentes (que não conseguem se inserir na lógica do consumo).

O foco dos processos de valorização do território, quando não é do interesse que haja uma igualização das condições de melhorias urbanas para todo o conjunto urbano, está, portanto, na paisagem. Sobre ela estão os esforços de se criar valores estéticos urbanos. Mas, como sinalizado, não operam sobre toda a cidade, ocorrendo tão somente nos pontos de maior interesse dos atores hegemônicos. Por isso, Paiva (2013) afirma que a urbanização turística não acarreta somente a expansão do tecido urbano, mas tem sido operada também na reformulação do tecido tradicional existente, de valor histórico ou natural, ressignificando o uso de fragmentos do tecido urbano das cidades.

Pelo exposto, constata-se que a atenção dada ao uso turístico e de lazer dos espaços destinados a públicos externos ao lugar e/ou às porções privilegiadas das cidades contempladas pela urbanização turística, é portadora de uma série de contradições. Algumas, com base em Mascarenhas (2004) Limonad (2011), Dantas (2019); Oliveira, Ramão e Mascarenhas (2020), Pereira e Dantas (2021) Araujo e Abreu (2022), Paiva e Diógenes (2022), Leite e Diógenes (2022), Araújo (2023), Sobral e Diógenes (2023), são:

- Uma crescente desvalorização fundiária, reforçada pela tendência de transformação da terra rural em urbana;
- Aumento da valorização de áreas urbanas, atraindo um crescente fluxo de pessoas e capital;
- Incremento de negócios imobiliários e intensificação da especulação imobiliária em pontos privilegiados;
- Articulações público-privadas que acabam reforçando as assimetrias sociais e o desenvolvimento desigual;
- A supervalorização do comércio local, que se acomoda ao novo público instalando, de maior poder aquisitivo;
- A segregação espacial e exclusão de segmentos da população do consumo desses bens e serviços;
- Os impactos ambientais que inviabilizam a reprodução de populações autóctones de áreas ambientalmente frágeis;
- A desarticulação das atividades econômicas e práticas sociais nativas tradicionais;

- A transformação das praias em áreas de disputas decorrentes de formas tradicionais de uso e formas modernas de valorização de seus elementos ambientais;
- A dispersão ou mesmo a expulsão de habitantes locais, seja pela ação coercitiva do mercado ou pelas medidas autoritárias dos poderes de Estado.

Os casos extremos, como indica Mascarenhas (2004), têm sido a recorrente dotação de novos usos e alterações de tecidos urbanos de viés higienista, a partir da prática de remoção de aspectos e residentes locais considerados inconvenientes às áreas turísticas.

As contradições relacionadas são indicadoras de que as práticas, as formas e as ações dos agentes interessados na urbanização turística reforçam uma das características que marcam o “uso efêmero do território” pela atividade turística sob a lógica da mercadoria: um processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização (Rodrigues, 1999, p. 56), ensejando conflitos, mas também resistências forjadas nesse movimento dialético. Assim, dedicar-nos-emos, na maior parte desta pesquisa, a entender como essas contradições são combatidas para os movimentos de resistência promovidos por grupos afetados pelos processos supracitados.

#### 4 ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS ENVOLVENDO A ATIVIDADE TURÍSTICA NO BRASIL

Neste capítulo, busca-se expor as tendências gerais apresentadas nas situações de conflitos identificadas no conjunto da amostra composta por teses e dissertações, artigos e relatos denunciados ao Mapa de Injustiça Ambiental da Fiocruz. Para isso, torna-se fundamental, como ponto de partida, remeter-se ao que se definiu como conflitos territoriais.

Seguindo tal perspectiva, entre as teses, dissertações e artigos analisados, 191 (cento e noventa e um) no total, 79 (setenta e nove) estudos versavam, na verdade, sobre impactos negativos. Tais trabalhos cumpriram a importante tarefa de identificar as consequências do turismo, marcadas por contradições. Entretanto, apesar do rico conjunto de informações que fornecem, não comporão essa discussão<sup>17</sup>.

Considerando os conflitos catalogados nas três fontes de dados, identificando-os como sendo de natureza territorial e, ao mesmo tempo, envolvendo a atividade turística, a amostra se concentrou em 64 casos<sup>18</sup>. A análise desse conjunto, realizada a seguir, perseguiu as questões de pesquisa definidas na problematização.

Como citado anteriormente, analistas ambientais têm observado um aumento dos conflitos motivados por dinâmicas sociais e econômicas em função do modelo de desenvolvimento capitalista-urbano-industrial. Mesmo que não seja exatamente o foco deste estudo, o estudo dos conflitos ambientais apresenta interessantes chaves metodológicas de análise, como algumas propostas por Nascimento (2001), que se adequaram à presente pesquisa.

Para Nascimento (2001), a natureza dos conflitos pode ser das mais variadas, a depender das circunstâncias, da época, dos espaços ou dos fatores de discórdia envolvidos, como os conflitos de ordem econômica, política, social, ambiental, cultural, doméstica, geracional, de gênero, religiosa, ética e ideológica. Para garantir a exequibilidade do projeto, foi preciso delimitar a análise aos conflitos que guardem, dentre suas características, aspectos de ordem territorial – conflitos territoriais circunscritos no plano conceitual. A partir dessa definição, recorreu-se às categorias sugeridas pelo autor para proceder a caracterização dos conflitos identificados na amostra, quais sejam: atores, motivos, campo e evolução.

---

<sup>17</sup> Outros 50 estudos não foram considerados por outras razões. Vale lembrar que os termos de busca utilizados na pesquisa não incluíam o termo “impactos”, o que é um indicativo de que esse assunto deve gerar um número superior de produções *stricto sensu* no Brasil.

<sup>18</sup> Como exposto nos procedimentos de pesquisa, foram identificados 62 estudos e relatos, entretanto uma tese (Souza, 2014) abordou 3 conflitos ocorridos na Bahia, e por esse motivo trabalharemos com 64 conflitos.

#### 4.1 AS MOTIVAÇÕES DOS CONFLITOS

As motivações para um conflito podem ser materiais ou simbólicas. Em se tratando de territórios, os motivos correspondem aos projetos que definem um tipo de apropriação e uso do espaço a serviço de um grupo ou agente. O conflito, portanto, ocorre considerando as diferenças de percepções entre aqueles que usam ou pretendem usar o território.

O Quadro 04 apresenta os motivos envolvidos nos conflitos presentes na amostra dessa pesquisa.

Quadro 04 - Identificação dos motivos dos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar

| Motivação dos conflitos                                                      |           |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Urbanização difusa – apoiada no modelo Imobiliário-turístico                 | 18        |
| Implantação de um empreendimento turístico-imobiliário de grande porte (ETI) | 14        |
| Projetos de requalificação urbana                                            | 11        |
| Ampliação/dotação da oferta de infraestrutura turística                      | 10        |
| Implantação de unidade de conservação                                        | 10        |
| Projeto de visitação turística                                               | 1         |
| <b>Total</b>                                                                 | <b>64</b> |

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2023); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

As motivações dos conflitos puderam ser classificadas em seis categorias, com incidência numérica superior para aquelas ligadas à urbanização difusa –apoiada no modelo imobiliário-turístico –, que somam 18 casos<sup>19</sup>, seguidas pelos projetos de implantação de empreendimentos imobiliários turísticos de grande porte, os ETIs, com 14 casos.

A predominância do fator imobiliário-turístico, de forma difusa ou isolada, é demonstrativa, como já referenciado, da capacidade que as práticas de lazer e turismo adquiriram em estimular uma produção imobiliária peculiar, concretizada em diversas propostas arquitetônicas, cujo crescimento está numa demanda de consumidores que almejam o lazer “na praia”, associado ou não, à oportunidade de auferir ganhos com o aluguel da unidade, nos períodos desocupados.

Ao nos referirmos a uma urbanização difusa apoiada no imobiliário-turístico, estamos considerando os processos que resultam na oferta de um conjunto de produtos imobiliários,

<sup>19</sup> O termo é empregado para designar o processo de extensão e espraiamento do tecido urbano, que nem sempre segue uma forma contínua às cidades, mas se mantém conectado a elas pelas redes de transportes e comunicação (Sposito, 2009).

podendo ser loteamentos, condomínios horizontais ou verticais, na forma de segundas residências, situados em locais de paisagens atrativas (neste caso, praias), com alguma infraestrutura urbana já instalada (acessos, principalmente), e que buscam, pela variedade de tipologias, atender a diferentes perfis de consumidores unidos pelo desejo de adquirir um imóvel para momentos de lazer, investimentos, especulação ou algum misto desses interesses.

Outra motivação da ocorrência de conflitos, e que se situa no plano satélite da produção do imobiliário-turístico, é a instalação de grandes empreendimentos que se misturam sob o termo genérico de resorts ou empreendimentos turístico-imobiliários (ETIs). Em geral, situam-se em áreas relativamente isoladas, abrangendo dezenas de hectares em sua dimensão, por incorporar instalações e serviços que exigem grandes extensões de terras em sua efetivação: campos de golfe, restaurantes, bares, parques aquáticos, hotel, chalés, casas.

De qualquer forma, esses dois padrões podem ser encarados como uma forma típica da flexibilidade que marca o atual estágio do sistema capitalista. Enquanto os consumidores desenvolvem um comportamento que pode variar entre a migração e o turismo, os produtos podem assumir formas alternativas de comercialização ao se apresentar com combinações entre a aquisição permanente, a aquisição compartilhada, o aluguel por temporada ou mesmo inseridos no circuito turístico tradicional, com aluguéis por diária, por meio de administradoras de reservas.

No que concerne aos projetos de requalificação urbana, foram identificados 11 casos. Expressam os esforços dos poderes municipais e estaduais em prover o embelezamento de vias e os espaços para circulação, dotando-os de instalações ou centros de entretenimento voltados às necessidades de um novo público. Ou seja, o objetivo de (re)criar uma ou mais formas que adquiram *status* de atrativo turístico.

Recebem denominações genéricas de projetos de ordenamento, revitalização ou requalificação urbana, acompanhados por tentativas de qualificá-los como “melhor”, “bela” “maravilha”, mas, na verdade, expressam uma política de desenvolvimento urbano baseada na turistificação seletiva do espaço e na conformação de uma paisagem com conotação de modernidade, aprazível. Assim, visam denotar uma espécie de qualidade de vida urbana a ser consumida por visitantes e classes locais abastadas.

Como discutido, são intervenções carregadas de potenciais conflitos quando buscam remover aqueles que vivenciam a cidade por meio de outras lógicas, cujas práticas não estão alinhadas aos ditames do consumo turístico. Ou seja, para comerciantes e moradores, as intervenções têm significado ameaças de demolições, desapropriações ou realocações para viabilizar tais projetos. Ao longo do estudo, aprofundaremos situações planejadas para a

reconfiguração de tecidos urbanos ocupadas por comunidades inteiras, que desconsideram as suas redes de integração sociais e ambientais, construídas e mantidas por complexos processos de territorialização ao longo de décadas.

Dessa forma, verifica-se que os mais numerosos conflitos estão ligados à urbanização. Entretanto, extrapolando o incremento do setor de construção civil estimulado pela estruturação de acessos e equipamentos turísticos (Valls, 2006), passa-se a transformar o lazer e o turismo em estímulos à produção imobiliária residencial e de obras de reestruturação urbana que ampliam as possibilidades de negócios dentro do espectro da urbanização.

Os conflitos em que a motivação é a ampliação e/ou dotação da oferta de infraestrutura turística somam 10 casos. Dentre esses, 5 estão relacionados com empresas de hospedagem, os hotéis e flats/apart-hotéis considerados ícones da urbanização turística. Outros 3 conflitos envolvem atividades de atendimento ao turista (passeios, serviços de alimentação e instalação portuária). Há ainda 2 conflitos envolvendo cobranças de providências ao poder público contra o avanço desordenado de prestadores de serviços sobre o espaço.

Foram identificados 10 conflitos motivados pela implementação de Unidades de Conservação. O interesse inicial pela catalogação desse motivo de conflito ocorre pela prevalência, entre a amostra analisada, dos Parques<sup>20</sup>, considerados a categoria de UC turística por excelência. Como expõe Diegues (1996), é um problema que adquiriu expressão, sobretudo a partir dos anos 60, com a aplicação de um modelo de áreas naturais protegidas, importado dos Estados Unidos, que não permitia moradores em suas delimitações. E mesmo com a reorganização do arcabouço legal dessas áreas, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no ano de 2000, os impactos da implantação de Unidades da categoria de ‘Proteção Integral’ continuam a penalizar habitantes tradicionais.

Mesmo que os conflitos ligados à implantação das Unidades de Conservação reflitam diferenças entre as lógicas de reprodução social das comunidades locais e as expectativas normativas do Estado e os órgãos de gestão, tais conflitos não serão aprofundados nesta pesquisa. Sua investigação demandaria o debate sobre as vicissitudes da política ambiental brasileira, sobre o par conceitual preservação/conservação, sobre a lógica da sustentabilidade, entre outros temas que não estão alinhados à temática aqui tratada.

---

<sup>20</sup> A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em seu artigo 11, define como “objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

## 4.2 OS CAMPOS DOS CONFLITOS E SEUS RECURSOS

O campo dos conflitos é onde se trava a luta entre os atores, onde são apresentadas as possibilidades e limitações dos movimentos dos envolvidos, bem como onde estão presentes os recursos que os atores podem mobilizar (Nascimento, 2001).

Aplicado aos conflitos territoriais, podemos admitir que o campo seja equiparado a uma escala, representada por uma localidade específica, um distrito, um bairro, uma terra demarcada, uma unidade administrativa, uma região, por exemplo. Por sua vez, os recursos puderam ser compreendidos como os elementos de disputa, representados por terras litorâneas (não urbanas), solo urbano e recursos naturais (como matas, campos, plantações, rios, lagos) para uso extrativista.

Serão expostas as unidades/escalas, considerados os campos onde se desenrolam os conflitos, bem como os recursos envolvidos. A Tabela 02 oferece as primeiras informações dessas categorias por tipo de motivação envolvida nas disputas.

Tabela 02 - Identificação dos campos e dos recursos dos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar

| Categorias de Análise |                            | Urb. difusa | Imp. de ETI | Req. Urbana | Amp. da oferta de inf. Tur. | Imp. de UC | Projeto de visitação turística | Total |
|-----------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-----------------------------|------------|--------------------------------|-------|
| Campo do conflito     | Distrito municipal         | 13          | 10          | 3           | 5                           | 1          | 0                              | 32    |
|                       | Capital de estado          | 4           | 0           | 7           | 2                           | 1          | 1                              | 15    |
|                       | Unidade de Conservação     | 1           | 4           | 0           | 1                           | 8          | 0                              | 14    |
|                       | Sede Municipal             | 1           | 0           | 0           | 2                           | 0          | 0                              | 3     |
| Recursos envolvidos   | Terras litorâneas          | 14          | 14          | 1           | 4                           | 0          | 0                              | 33    |
|                       | Solo Urbano                | 4           | 0           | 10          | 5                           | 0          | 0                              | 19    |
|                       | Acesso a recursos naturais | 0           | 0           | 0           | 1                           | 10         | 1                              | 12    |

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (2023); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz (2023).

A Tabela 02 indica que os conflitos têm ocorrido majoritariamente em distritos/povoados que, em muitos casos, ou são destinos turísticos ou estão situados próximos a eles. Esses locais são os mais recorrentes para os conflitos motivados pela urbanização difusa apoiada no imobiliário-turístico (13 casos), pela instalação de ETI/Resorts (8 casos) e pela ampliação/dotação de infraestrutura turística (7 casos).

As capitais dos estados se apresentam como segundo campo mais frequente de conflitos. Com exceção de conflitos motivados por implantação de ETIs, possui pelo menos um caso de

cada motivação. Nas capitais predominam conflitos motivados por projetos de requalificação urbana (7 casos) que visam ressignificar porções das cidades para fins de interesses turísticos. Verificou-se que 6 desses conflitos ocorrem na região Nordeste, onde estão envolvidos impactos abrangentes e um número significativo de pessoas afetadas.

Entre tais impactos, adquiriram notoriedade os projetos urbanos que envolvem a remoção forçada de comunidades situadas em áreas de interesse turístico das cidades de João Pessoa, Maceió e Fortaleza (com dois casos, nos bairros de Iracema e Cais do Porto). Em Salvador, Natal e São Luís, os projetos não preveem remover comunidades, mas pressionam trabalhadores e moradores a se adaptarem às novas regras urbanísticas, uma espécie de remoção “branda”, gerando conflitos no processo adaptativo que dificultam a permanência desses grupos nos locais.

Já nas Unidades de Conservação, os motivos predominantes dos conflitos decorrem da implantação dessas unidades, muito em função dos rígidos modelos de gestão, que cerceiam o acesso das comunidades previamente instaladas a recursos extrativistas. Mesmo aquelas Unidades de Conservação criadas para frear a especulação imobiliária sobre áreas ecologicamente sensíveis não estão livres de serem campos de conflitos. É o caso da instalação dos grandes empreendimentos turístico-imobiliários (ETIs) em Áreas de Preservação Ambiental (APA) que antagonizam agentes imobiliários e órgãos de controle ambiental, ou mesmo criam conflitos entre esses órgãos, inseridos em diferentes esferas do governo, a partir do apoio ou restrição a tais empreendimentos.

Em relação aos recursos envolvidos nos conflitos, tem-se a busca por terras litorâneas (33 conflitos), o solo urbano (19 conflitos) e o acesso aos recursos naturais (12 casos). Em relação a tais variáveis, os interesses estão bem demarcados: as terras são objeto de interesse das atividades típicas da expansão urbana difusa apoiada no Imobiliário-Turístico e da implementação de estruturas tipo ETIs. Já sobre o solo urbano, predominam conflitos que envolvem projetos de requalificação urbana. Entre o acesso a recursos naturais, gravitam os conflitos relacionados à implantação de Unidades de Conservação.

De fato, os dados da Tabela 02 evidenciam a forte relação dos conflitos com o processo de urbanização, que destaca a centralidade da terra enquanto um recurso escasso. Tais aspectos se apresentam pela pressão exercida pelos projetos de instalação dos ETIs, cujos empreendimentos dependem de largas extensões para ofertar uma série de elementos de diferenciação subjetiva (lazer, habitação, segurança, exclusividade) que completam o produto imobiliário. Essa pressão é potencializada pelos imóveis do modelo imobiliário-turístico, por meio da transformação de terra litorânea em solo urbano, seja pela dotação de infraestrutura

urbana mínima (no caso de loteamentos), seja pela criação de verdadeiras cidades particulares e “independentes” no que concerne aos itens de estrutura urbana.

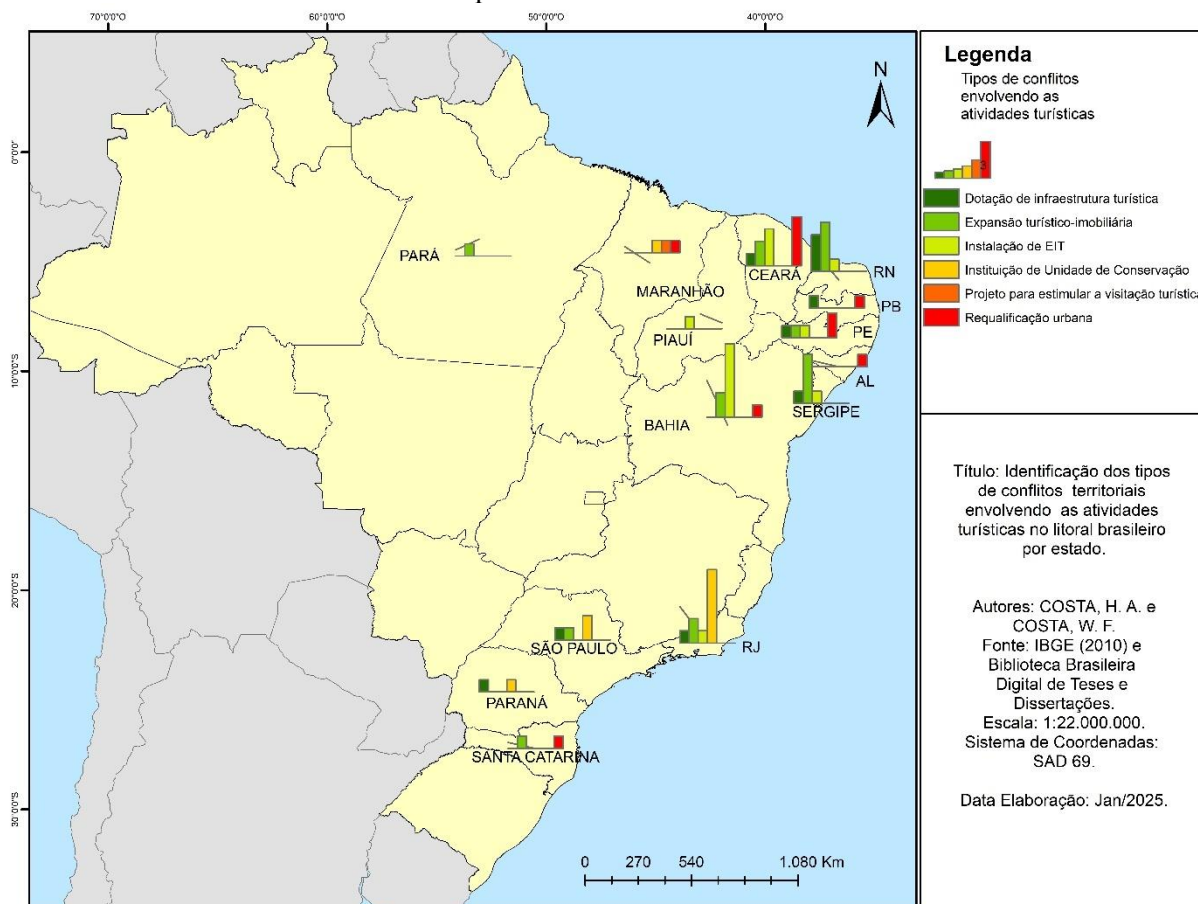
Ademais, em espaços já dotados de infraestrutura, o solo urbano adquire destaque como recurso para os conflitos envolvendo projetos de qualificação que ocorrem em distritos municipais e nas capitais, evidenciando tal fenômeno como o objetivo último das ações sobre os territórios.

Na raiz da questão, está o fato de que, no atual estágio do capitalismo, uma de suas estratégias elementares para fugir de crises encontra-se no urbano. Assim, a extensão do urbano também ocorre concomitante à extensão das relações capitalistas. Mas se, no passado, as cidades eram o local predominante da realização do urbano, produto material da urbanização, no atual momento, o urbano se estende sobre os espaços circundantes (além das cidades) e nem sempre resulta em cidades. A cidade como palco da “urbanização do capital” é desejável, mas não mais exclusiva para tal fim, bastando que se capturem os espaços não urbanos para serem operacionalizados a favor de processos de acumulação do capital. A extensão da urbanização como forma de acumulação está, assim, presente nas grandes cidades, nos pequenos povoados e até nas Unidades de Conservação, como foi possível verificar.

A tarefa de identificar os campos dos conflitos é finalizada com a construção do mapa dos conflitos (Figura 06). Foi constatada uma concentração dos conflitos territoriais na região Nordeste, com 80% do total da amostra, seguido do Sudeste, com 21%, do Sul, com 7% e Norte, com somente 1% dos casos.

Considera-se que tal concentração está ligada ao fato de que em meados dos anos 1990 intensificam-se, nos municípios litorâneos do Nordeste brasileiro, um processo de territorialização cujo Estado foi um ator fundamental por proporcionar as bases de desenvolvimento das atividades de turismo e lazer. Em decorrência dessa reestruturação, guiada pelas políticas públicas, principalmente o Prodetur, derivaram processos de urbanização, dinamização imobiliária e valorização fundiária ao longo da costa, com implicações diversas, todas interligadas pelo fato de se constituírem como novas territorialidades.

Figura 06 – Identificação dos locais e tipos de conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar



Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2023); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz (2023).

Outro dado que chama atenção é a baixa quantidade de conflitos na região Sudeste, que apresenta alguns dos principais indicadores do turismo, com destaque para o eixo Rio-São Paulo (Fonseca *et al.*, 2022). Decerto, os municípios litorâneos do eixo Rio-São Paulo não escaparam de um intenso processo de urbanização com valorização e especulação de terras, com rebatimentos socioespaciais de desterritorialização, à medida que se expandia o setor turístico e imobiliário, como apontado por Souza, Silva e Turetta (2022) e Fontanelli (2018).

A região Sudeste, entretanto, concentra os conflitos instituídos pela criação de Unidades de Conservação. Esses conflitos estão ligados com esforços para preservar os resquícios de Mata Atlântica, o bioma mais atingido pela ação antrópica no país. Essas UCs foram, em sua maioria, criadas na década de 80/90 quando pouca atenção se dava para os direitos dos povos tradicionais. Entretanto, surgiram com pouca consideração aos grupos preexistentes e que seriam submetidos às novas regulamentações de uso que cerceiam as práticas de subsistência.

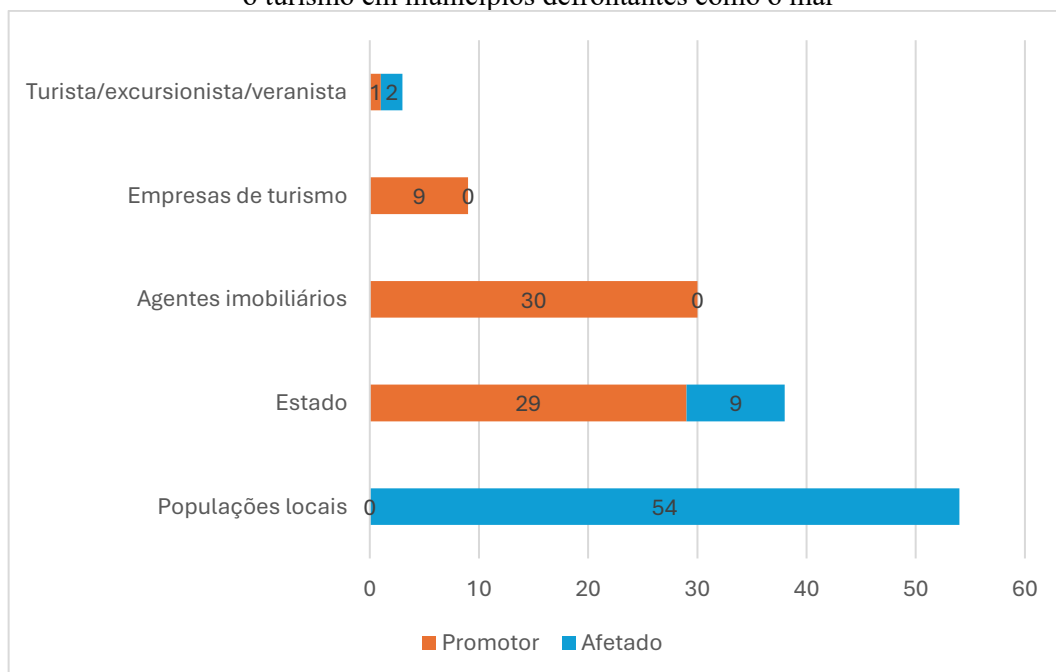
### 4.3 OS ATORES DOS CONFLITOS

Os atores são os indivíduos ou grupos que se articulam ou se opõem, são os sujeitos portadores das intenções. Nascimento (2001) sugere classificá-los em: indivíduos, grupos sociais, organizações, nações, coletividades ou Estados.

Mas, considerando que, de acordo com a natureza dos conflitos, modificam-se os atores envolvidos, nos conflitos de ordem territorial é aceitável que os atores equivalham àqueles definidos como produtores do espaço geográfico. Por isso, a identificação dos atores envolvidos nos conflitos coincide com os produtores do espaço (Santos, 2008; Raffestin, 1993).

Além disso, em função do tema do estudo, foram inseridas as categorias de turistas/excursionistas/veranistas, cuja presença é fundamental na composição do espaço turístico (Valls, 2006; Rodrigues, 1997), bem como a categoria de agente imobiliário, que congregou os promotores imobiliários e os proprietários fundiários, agentes promotores do espaço urbano (Corrêa, 1995; Capel, 2013). A Figura 07 expõe os dados relativos à participação desses atores nos conflitos territoriais<sup>21</sup>.

Figura 07 – Identificação dos atores dos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar



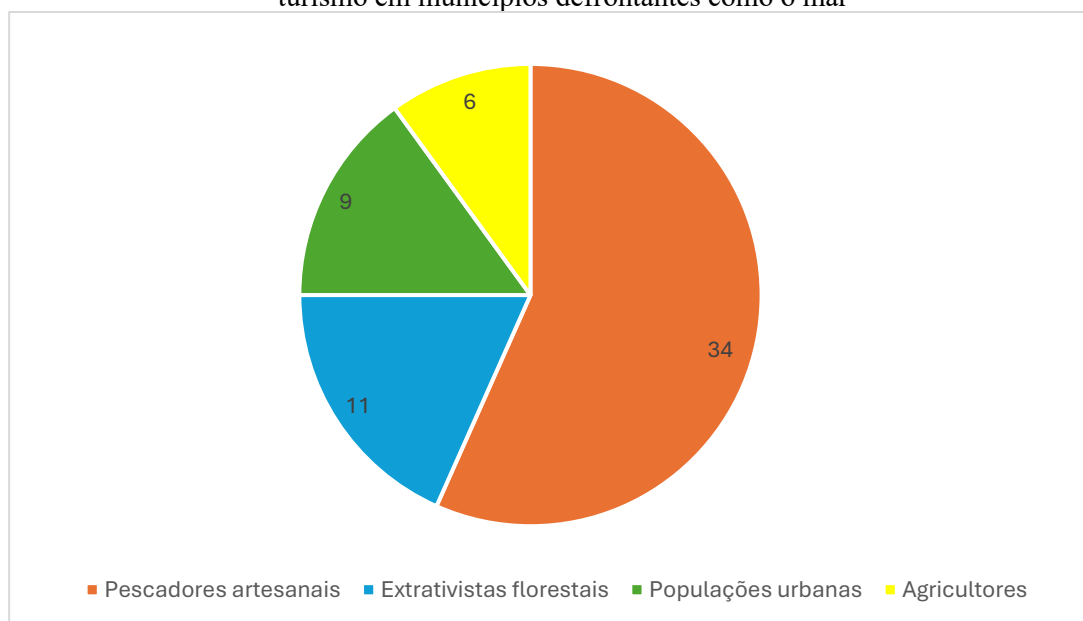
Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2023); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

<sup>21</sup> Os conflitos envolvem sempre dois ou mais atores, por esse motivo, os números da análise ultrapassam o número total de conflitos identificados na amostra.

A população local apresenta a maior frequência em situações conflituosas. É o segmento que sofre a carga dos impactos das atividades em questão. Está presente como impactada de ações ofensivas em 54 conflitos.

Sua estratificação pode ainda apresentar as atividades mais afetadas nesses conflitos (Figura 08). Atente-se que alguns conflitos afetam mais de um grupo populacional, ou o mesmo grupo populacional pode desenvolver mais de uma atividade tradicional. Por isso, podem ocorrer sobreposições de identificação: pescadores também podem ser identificados como agricultores, uma vez que as tarefas podem se alternar por influência dos ciclos da natureza ou ocorrerem de forma concomitante, atendendo à divisão sexual do trabalho. No Mapa elaborado pela Fiocruz, por exemplo, a maioria dos grupos está identificada com mais de uma vinculação econômica. Ao total, foram contabilizados 60 grupos/atividades afetadas.

Figura 08 - Estratificação dos grupos populacionais afetados nos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar



Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2023); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

O destaque está na presença de grupos declarados como pescadores artesanais (34 ocorrências), seguidos de extrativistas florestais (11 casos), populações com ocupações urbanas (9 casos) e agricultores familiares (6 ocorrências). Foram consideradas as populações com ocupações urbanas e os grupos que estão inseridos no contexto citadino e sem vinculação com atividades tradicionais. O elevado número de pescadores artesanais se explica pelo recorte territorial de investigação que tem essa atividade e o ambiente costeiro como espaço de reprodução.

Retornando à Figura 07, é considerável a presença do Estado nos conflitos territoriais (38 casos). Deve-se levar em conta que o Estado é, por excelência, o gestor e regulador do acesso aos recursos do território e desenvolve essa função ora apoiando os projetos de desenvolvimento de cunho neoliberal, ora respondendo às demandas sociais que chegam por meio dos órgãos independentes em relação ao Poder Executivo, principalmente o Ministério Público.

Em 9 conflitos, os órgãos de Estado se apresentaram na condição de afetados por ações ofensivas. A maioria é embate entre órgãos ambientais da esfera federal versus administrações estaduais/municipais, demonstrando discordâncias em relação à aprovação e/ou efetivação de projetos – todas as situações no Nordeste. Outras 3 situações envolvem conflitos com ações ofensivas de setores privados (2 do ramo imobiliário e 1 do setor turístico). Um dos conflitos ocorre entre municípios que disputam um território de expansão turístico-imobiliário.

Entretanto o que fica evidente é a participação das diferentes esferas de Estado como promotores dos conflitos (29 casos). A preponderante atuação do Estado na condição de ator ofensivo reflete seu esforço em prover obras e estruturas, bem como de regular o território em consonância com a racionalidade da acumulação, priorizando não somente certas atividades em detrimento de outras, como públicos específicos nesse processo. Assim, a atuação do Estado nos conflitos da amostra abdica de mediar o interesse geral da sociedade e passa a favorecer algumas frações do capital (até por isso, os dados revelaram que o Estado atua de forma associada na geração de conflitos, e nessa situação há casos em que: I - apresentam mais de uma instituição de Estado como ator promotor; II - ocorrem associações entre órgãos de administração estadual e/ou municipal com agentes imobiliários e/ou com empresas de turismo.

A atuação do Estado como promotor de conflitos tem revelado ações dos governos contra grupos populacionais, prioritariamente (26 casos). Em outros 8 contextos, a complexidade de papéis desenvolvidos pelo Estado leva a conflitos envolvendo outros entes de Estado, de diferentes esferas (municipal, estadual, federal). Não foram encontrados conflitos gerados pelos entes de Estado contra promotores imobiliários.

O terceiro grupo com mais frequência nos conflitos é o dos Agentes Imobiliários. A opção por essa denominação ocorreu porque na maioria das pesquisas acadêmicas e nos relatos do Mapa da Fiocruz não há precisão sobre qual agente da cadeia imobiliária (financiador, incorporador, construtor, vendedor ou proprietário fundiário) está envolvido nos conflitos. São responsáveis por 30 conflitos e em todos figuram como promotores, sendo 3 deles associados aos poderes municipais e/ou estaduais.

As empresas e prestadores de serviços turísticos figuram em quarto lugar entre os atores mais frequentes. Eles estão presentes em 9 conflitos, e em todos apresentam-se como promotores das ações ofensivas.

Entre os atores, o grupo dos turistas/excursionistas/veranistas possui participação insignificante nos conflitos territoriais. Em um dos casos, o dissenso é gerado por prestadores de serviços de alimentação/entretenimento, que buscam afastar os grupos de excursionistas de um sítio de interesse turístico, alegando uma indesejada “popularização” do ambiente. Em outro caso, foi registrada a oposição entre veranistas e excursionistas, em que os primeiros alegam haver sobrecarga dos serviços e infraestrutura ocasionada pelo fluxo dos visitantes.

Acerca dos principais agentes promotores dos conflitos (Estado, agentes imobiliários e empresas de turismo), a Tabela 03 apresenta detalhamentos dos motivos, dos campos e dos recursos envolvidos. É possível verificar que esses atores desenvolvem interesses bastante específicos, correspondendo à natureza de seus papéis na produção do espaço e, em especial, o urbano.

Tabela 03 – Identificação dos motivos, campos e recursos envolvidos nos conflitos com a participação do Estado, agentes imobiliários e empresas de turismo em municípios defrontantes como o mar

| <b>Motivo dos Conflitos</b>                                                  | <b>Estado</b> | <b>Agente Imobiliário</b> | <b>Empresa de turismo</b> |
|------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------------------|---------------------------|
| Urbanização difusa – apoiada no modelo Imobiliário-turístico                 | 2             | 16                        | 0                         |
| Implantação de um empreendimento turístico-imobiliário de grande porte (ETI) | 4             | 13                        | 1                         |
| Requalificação Urbana                                                        | 12            | 0                         | 0                         |
| Ampliação/dotação da oferta de infraestrutura turística                      | 5             | 0                         | 8                         |
| Implantação de Unidade de Conservação                                        | 10            | 1                         | 0                         |
| Projeto de Visitação                                                         | 1             | 0                         | 0                         |
| <b>Campos</b>                                                                |               |                           |                           |
| Distrito/povoado                                                             | 7             | 23                        | 3                         |
| Capital de Estado                                                            | 10            | 3                         | 2                         |
| Sede de município                                                            | 4             | 0                         | 2                         |
| Unidade de Conservação                                                       | 13            | 4                         | 2                         |
| <b>Recursos</b>                                                              |               |                           |                           |
| Terras litorâneas                                                            | 7             | 26                        | 4                         |
| Solo urbano                                                                  | 16            | 3                         | 4                         |
| Acesso a recursos naturais                                                   | 11            | 1                         | 1                         |

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2023); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

Pelo exposto, a participação do Estado está prioritariamente envolvida em conflitos ligados a projetos de requalificação urbana, centrada em capitais, cujo recurso em disputa mais recorrente é o solo urbano. Além disso, constatou-se um elevado número de conflitos em Unidades de Conservação, que apresenta como motivo o apoio desse agente à implantação de ETIs. Outro destaque no que diz respeito à atuação desse agente é o predomínio da participação dos poderes locais (Executivo Municipal e Estadual), refletindo: I – seus papéis na organização do espaço; II – o esforço de se colocar como base territorial para a acumulação; III – a retroalimentação existente entre os poderes políticos e econômicos, cujo resultado imediato é a defesa dos interesses privados pelos gestores públicos locais (Gottdiener, 2016).

Os Agentes Imobiliários envolvem-se em processos de urbanização apoiados no modelo Imobiliário-turístico e em implantação de ETIs. A busca por terras situadas à beira-mar justifica-se pelos tipos de projetos: situados “na areia da praia”, com o objetivo de incorporar tais ambientes de forma privativa. Essas terras estão inseridas em distritos ou povoados rurais com alguma infraestrutura, mesmo que básica, como estrada e iluminação. As preferências de atuação desse agente reafirmam o interesse em obtenção de rendas fundiárias e no controle do solo urbano, como previstos por Capel (2013) e Corrêa (2015).

As empresas do segmento turístico, por sua vez, envolvem-se em conflitos relacionados à ampliação/dotação da oferta de infraestrutura turística, cujos campos são os mais variados e os recursos se dividem entre terras litorâneas e solo urbano. Dessa forma, esse agente não desenvolve interesse em lucrar com o comércio de terras ou de imóveis, mas, sim, em explorar os requisitos locacionais específicos importantes para suas atividades (Capel, 2013; Corrêa, 2015).

#### 4.4 A DINÂMICA DOS CONFLITOS

A dinâmica ou a evolução dos conflitos corresponde à forma como o conflito se desenvolve e que, segundo a sua natureza, apresenta modelos próprios (Nascimento, 2001). Por isso, considera-se que nos conflitos territoriais as tensões resultam das diferentes lógicas e estratégias que cada ator lança mão no processo de apropriação e controle dos recursos dos quais têm interesse (Porto-Gonçalves, 2012). Assim, atento à premissa teórica adotada acerca dos processos de territorialização e desterritorialização, a análise das dinâmicas considerou as estratégias desenvolvidas pelos atores promotores dos conflitos, por serem os portadores de novas ações e objetos que alteram a organização pré-existente.

Ademais, as ações desenvolvidas pelos atores promotores dos conflitos, enquanto expressão dos avanços e recuos do poder sobre o espaço, serão divididas nas formas jurídico-políticas, econômicas, culturais e ambientais, que, como visto, correspondem a dimensões primárias na constituição do território (Haesbaert, 2004). Uma tentativa rígida de classificar a ação dos atores hegemônicos sobre os territórios é obviamente arbitrária, considerando a sua conformação multidimensional. Entretanto adota-se o “risco” na tentativa de tornar a análise didática. As ações são apontadas no Quadro 05.

Quadro 05 – Evolução dos conflitos territoriais envolvendo o turismo em municípios defrontantes como o mar

| <b>Dimensão</b>          | <b>Estratégia</b>                                                                                                                                                                         |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Econômica</b>         | Eliminar as possibilidades de produção e consumo de grupos populacionais e de pequenos comerciantes, via interdições e demolições de estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos. |
|                          | Enganar populações de áreas destinadas a futuros complexos hoteleiros ou turístico-imobiliários, via transações imobiliárias por preços irrisórios.                                       |
| <b>Político-Jurídica</b> | Dominar e utilizar a burocracia estatal para promover alterações de ordem normativa que subsidiem a viabilidade de empreendimentos.                                                       |
|                          | Acionar o aparato jurisdicional nas disputas por terras e na retirada dos povos da área requisitada, via despejo judicial, demolições de casas.                                           |
|                          | Apresentar títulos de terra com origem duvidosa para forçar a retirada de posseiros.                                                                                                      |
| <b>Ambiental</b>         | Conter ou obstruir o fluxo de populações tradicionais em espaços de produção e vivência.                                                                                                  |
|                          | Atentar contra a integridade física e psicológica dos grupos populacionais envolvidos nos conflitos.                                                                                      |
|                          | Degradar áreas de produção dos extrativistas/agricultores.                                                                                                                                |
|                          | Restringir a oferta de serviços públicos essenciais.                                                                                                                                      |
| <b>Cultural</b>          | Eliminar ou desestruturar os valores fundadores das identidades locais que definem os territórios.                                                                                        |
|                          | Conter simbolicamente a circulação de grupos indesejados por meio da construção de imagem de insegurança.                                                                                 |
|                          | Construir discurso, campanha e manifestação que desqualifiquem oposições à instalação de projetos imobiliários.                                                                           |

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2023); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

Enquanto a lógica de desterritorialização econômica pode parecer ideológica e se articular no plano macroeconômico (Haesbaert, 2004; Haesbaert & Tramontani, 2004), vê-se que no território essa lógica opera mecanismos de natureza concreta e amplamente apoiada em formas de precarização da vida material. Assim, ações ofensivas nessa dimensão envolvem o impedimento de exercício das atividades produtivas dos grupos populacionais. São ações materializadas pela destruição de estruturas de apoio à pesca (como ranchos e ancoradouro), pelo cercamento das áreas e bloqueios do acesso às matas e mangues para extração de frutos ou matérias-primas necessárias às atividades artesanais, pela destruição e impedimentos da criação

de roçados, para citar os mais frequentes. Nos casos em que o acesso aos fatores de produção não foi totalmente eliminado, identificaram-se situações em que ocorreu a cobrança de taxas sobre os acessos, como uma espécie de pedágio, de aluguel, ou sobre o volume da produção, situação que inviabiliza as atividades de extrativismo, pesca e agricultura, pois incorporam um custo numa produção que é de subsistência. São medidas que visam eliminar as possibilidades de trabalho, sobrevivência e consumo dos grupos populacionais mais dependentes do trato com a terra e com o mar.

O segundo conjunto de ações na ordem econômica está ligado à conhecida prática de coerção que essas populações sofrem na comercialização dos terrenos ocupados. Agentes imobiliários e investidores aproveitam-se do pouco acesso à informação e de conhecimento sobre o mercado para propor preços irrisórios. Há casos que sequer envolvem o pagamento em moeda, pois, eletrodomésticos, motocicletas, ou outros bens de consumo presentes no imaginário midiático-consumista são utilizados no pagamento. Tal prática, por vezes, é acompanhada de ameaças aos que não aceitam as propostas, forçando-os a transparecer que há ali uma relação “amigável” de compra e venda.

O conjunto de estratégias definido como Político-Jurídico decorre do uso da “tecnologia política” (Elden, 2020) voltada para o controle baseado na técnica e na lei. Esse controle está amplamente relacionado à repartição e à organização dos espaços por processos políticos. As estratégias demandam acesso a estruturas jurídico-normativas e políticas onerosas e distantes da realidade cotidiana das populações tradicionais, além de refletirem a supremacia dos atores hegemônicos no comando dos territórios, via “política das empresas” (Santos, 1997), ao dominar a burocracia do Estado.

A primeira é bem conhecida. Sua lógica se originou ainda no contexto imperial, quando se proibiu a aquisição de terras devolutas que não estivessem respaldadas por um título de compra e venda (Lei de Terras de 1950, Art. 1º). Apoiadas nessa condicionante, são feitas as reclamações por propriedade de terras. São recorrentes os relatos da utilização de títulos de origem duvidosa, ou forjados em cartórios, para demonstrar supostas propriedades de terra, dando-lhes um aspecto “legal”, onde grupos estão situados por décadas sem que houvesse reclames, e até mesmo doadas por antigos proprietários de fazenda e escravos.

Uma segunda forma de operação envolve o uso do aparato jurisdicional nas disputas por terras. Trata-se de um expediente que resulta em decisões de reintegração de posse, desocupação de terrenos ou retirada de famílias, recorrentemente policiadas pelas forças de segurança pública.

Ainda, no mais puro exemplo de obscuras relações de agentes públicos e o segmento da propriedade fundiária e imobiliária, são identificadas articulações com os gestores municipais e estaduais, inclusive por meio de órgãos ambientais, para alterar legislações e zoneamentos ou burlar procedimentos licenciatórios em favor de empreendimentos imobiliários e instalação de resorts e projetos urbanos.

As formas de contenção ambiental se materializam por meio de barragens e constrangimentos (Haesbaert, 2018), frequentemente implementados com o uso de cercas para demarcação de terras, além de práticas como remoção e alteração de opções de transporte em contextos urbanos, fechamento de passagens e caminhos tradicionais para áreas de lazer, pesca, mar, matas, manguezais e mananciais, bem como derrubadas de cercas e invasões de terrenos. Tais práticas atingem não apenas os recursos naturais, mas também os referenciais de limites, acessos e possibilidades de existências dos grupos tradicionais (Souza, 2019) relacionados à degradação florestal: poluição, desmatamento, queimadas e supressão vegetal, afetando extrativistas. Ações que seriam consideradas crimes ambientais caso fossem praticadas por “cidadãos comuns”.

Nessa perspectiva, incluiu-se também a proposição de Haesbaert (2020, 2021), que relaciona o território à escala do corpo como ferramenta de luta, a corporeidade ao exercício do poder. Nesse aspecto, são registradas as ofensivas sobre a integridade física e psicológica dos grupos populacionais envolvidos nos conflitos. São registrados, em profusão, relatos de intimidação física com ameaças armadas, atentados e incêndio criminoso contra residências e aldeias; a utilização de estruturas de segurança privada com a finalidade de constranger posseiros e fazer a vigilância de terras; além da efetivação da retirada forçada de moradores dos locais em que vivem por empresas adquirentes (em geral, duvidosas) das terras.

Ligadas à dimensão simbólico-cultural, verificam-se situações que minam os valores fundadores das identidades locais e em termos práticos interrompem os processos de titulação de terras, pois não se identifica mais o “espaço cultural” ao qual Bonnemaïson e Cambrezy (1996) se referem para definir o território.

Em contextos urbanos, identificam-se sutis medidas de contenção simbólicas (Haesbaert, 2018) aplicadas a grupos que se apoiam na construção de um discurso de marginalização que passa a reclamar o aparato estatal de “monitoramento” sobre tais grupos.

Um segundo conjunto de estratégias é mais recorrente à disputa por terras e empregado por agentes imobiliários que empreendem tentativas de desestruturação das identidades culturais que definem os territórios. Para atingir esse objetivo, os grupos empresariais costumam realizar reuniões e audiências com segmentos das comunidades para expor os

projetos num esforço de dirimir contestações e apresentar argumentos de convencimento. Quando uma resistência inicial é identificada, e sabedores de que a identificação étnico-cultural pode ser a única chance viável para a manutenção do grupo nas terras, costumam realizar promessas e favorecimentos a alguns membros, dentre eles, lideranças. Há casos em que os assédios atingem a essência solidária dos grupos, gerando desentendimentos entre moradores e o rompimento de laços socio-históricos que dividem as pessoas sobre os objetivos comuns de uso da terra.

Percebe-se que os processos de desterritorialização combinam formas/ações simbólicas e materiais, denotando que o território se configura como um híbrido dessas dimensões no exercício de poder. Ao relacionar tais ações, a pesquisa expressa toda a diversidade e complexidade características de tais processos.

## **5 O TERRITÓRIO É RECURSO: ATORES HEGEMÔNICOS E A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO POR MEIO DO TURISMO E LAZER**

Decorrente da constatação de uma maior incidência de conflitos territoriais relacionados à urbanização voltada aos interesses do turismo (e do lazer) no Nordeste, nesta seção foi priorizada a análise dos investimentos de Estado e das movimentações do setor turístico e imobiliário, dentro desse recorte espacial, considerando especificamente os municípios defrontantes com o mar.

É emblemático que essa região tenha apresentado o maior número de conflitos territoriais decorrentes das atividades em questão, uma vez que o turismo se configura como potencializador da urbanização das zonas costeiras dos municípios e das metrópoles nordestinas, apresentando como um dos principais efeitos a valorização desses espaços. As razões desse processo se verificam após algum sucesso nas políticas de “megaprojetos turísticos” (Cruz, 2000) executados na década de 1980. Após isso, o Nordeste do Brasil, segundo Dantas (2010; 2019), começa a mudar a designação de “Região Problema” no contexto de reformulações políticas constitucionais sob as orientações políticas e econômicas neoliberais, que proporcionariam aos governos locais condições para planejar e aplicar políticas de desenvolvimento. Tal situação foi definida por meio da captação de financiamentos internacionais e estímulos a investimentos privados que resultaram na transformação de algumas cidades litorâneas nordestinas em destinos turísticos de projeção nacional.

Entre os programas de estímulo, há consenso de que o Prodetur-NE, concretizado em duas etapas, se destacou na captação de recursos com foco na construção de infraestruturas que permitissem a fluidez territorial aéreo e rodoviário, além de embelezamento urbano, cujo padrão espacial dos investimentos reforçou a região como destinação turística litorânea para o segmento de turismo de sol e praia. Em termos de conformação funcional, as suas capitais se reafirmam como os nós da recepção, permanência e distribuição dos fluxos de visitantes, ao passo que os municípios litorâneos centraram-se na recepção dos fluxos de turistas e de resorts, contando sempre com a Zona Costeira como atrativo fundamental (Dantas, 2019).

Ao inserir-se na ordem econômica global, baseada na atividade turística, abriram-se “caminhos” para os investimentos privados em outras frentes de acumulação, como o setor imobiliário, cuja participação do público internacional, após a efetivação do Prodetur, estimulou a oferta de novos produtos, já referenciados como imobiliário-turístico. Esse impulso, no entanto, não se concretizou somente tendo os visitantes como novos consumidores, uma vez

que já havia, nessa região, a prática do veraneio (ou vilegiatura) das elites locais, estabelecida e consolidada no tecido urbano das áreas litorâneas (Dantas, 2019; Fonseca, 2012), sendo uma prática indicada como um dos vetores da metropolização no Nordeste (Pereira, 2014).

Segundo Dantas (2019) e Silva (2010), o que ocorreu a partir dos anos 2000 foi uma retomada das práticas locais de vilegiatura, redimensionada e requalificada pelo oferecimento das novas concepções de empreendimentos imobiliários. Para o impulso do setor imobiliário no Nordeste, além das demandas existentes e acrescidas, corroboraram as articulações entre empreendedores locais e estrangeiros, atuando como incorporadores imobiliários em contexto de dinamização turística. Esse fato induz Abrahão e Tomazzoni (2018) a sugerirem que se observe com mais atenção o papel do chamado trade turístico (agentes de mercado) na influência da dinâmica econômica de segundas residências da região.

Os resultados espaciais dessa articulação Estado-setor turístico-setor imobiliário foram logo identificados pelo incremento de formas típicas da urbanização turística. Assim, Sabino (2012) constatou que mesmo as regiões Sul e Sudeste liderando a oferta de residências secundárias em números absolutos, no período entre 2000 e 2010 apresentaram menores médias de crescimento do que a região Nordeste, que passou a ser considerada, por esse motivo, como o novo eixo de territorialização desse fenômeno, com crescimento superior à média nacional.

Diante dos argumentos acima relacionados, ao longo deste capítulo passa-se a expor dados que denotam a conversão dos territórios na Zona Costeira em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste, como um recurso destinado às atividades de turismo e lazer. Busca-se capturar, particularmente, os padrões existentes nos movimentos dos atores hegemônicos na produção do espaço. Considera-se uma etapa necessária, pois os projetos e investimentos geram impactos que se manifestam em conflitos territoriais, como já explicados, decorrentes da atuação desses agentes na “captura” do território como um ativo disponível para a acumulação por meio das atividades supracitadas e, em especial, resultando na urbanização turística do espaço litorâneo.

## 5.1 AÇÕES DE ESTADO E A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

A análise buscou compreender se havia uma tendência nos investimentos públicos, em sua natureza e localização, investigando como esse padrão favorecia mudanças no território que o fizessem somar-se aos recursos ativos na acumulação do capital.

As ações públicas realizadas por meio do PAC, do Prodetur-NE e dos convênios firmados entre o Ministério do Turismo e as prefeituras municipais e governos de estados

situados defrontantes com o mar na região Nordeste foram classificadas de acordo com sua natureza e subcategorizadas por afinidade de ação, representadas no Quadro 06.

Quadro 06 - Categorias e subcategorias das ações públicas de interesse turístico em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste

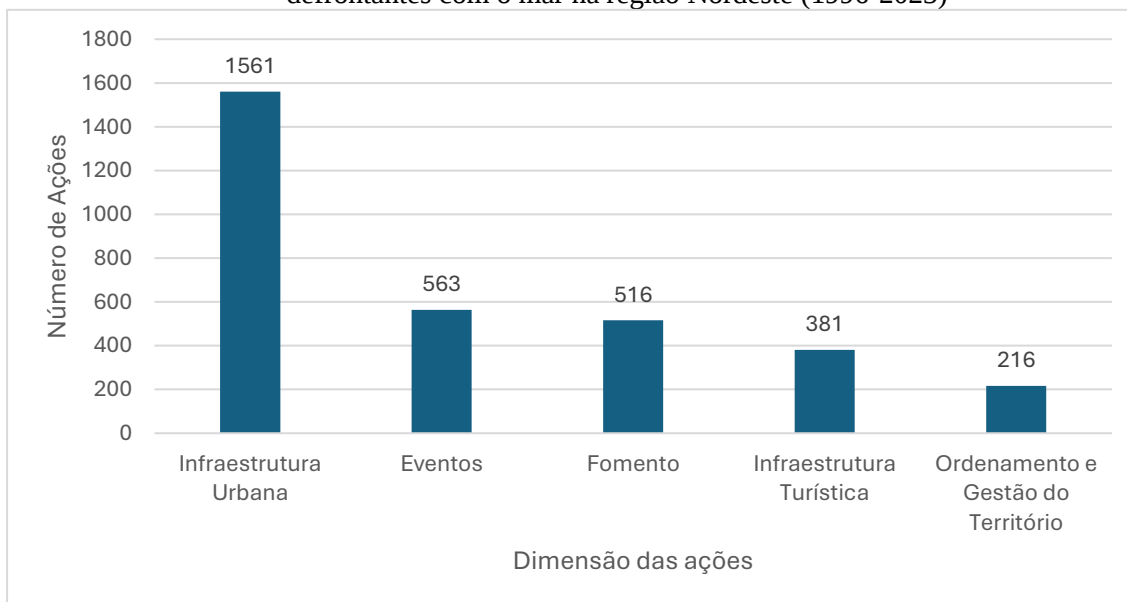
|                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Infraestrutura Urbana</b>                                                     |
| Ferrovias (linhas, terminais)                                                    |
| Portos (atracadouros, terminais)                                                 |
| Aeroportos (construção, reforma)                                                 |
| Rodoviário (estradas, entroncamento, acessibilidade, terminais)                  |
| Praças/Áreas de Lazer/Pórtico/Mirantes                                           |
| Reforma de prédio público                                                        |
| Saneamento                                                                       |
| Urbanização/revitalização urbana                                                 |
| <b>Eventos</b>                                                                   |
| Festas e Festivais                                                               |
| Técnicos e científicos                                                           |
| <b>Fomento</b>                                                                   |
| Divulgação                                                                       |
| Planejamento e Fortalecimento Institucional                                      |
| Capacitação e cooperação técnica                                                 |
| Fomento à iniciativa privada                                                     |
| <b>Infraestrutura Turística</b>                                                  |
| Sinalização Turística                                                            |
| Terminais/Centros de visitação/informação/exposição/eventos/artesanato/culturais |
| <b>Ordenamento e Gestão do Território</b>                                        |
| Plano Diretor Municipal                                                          |
| Plano Saneamento                                                                 |
| Estudos e projetos de engenharia                                                 |
| Medidas de proteção do patrimônio cultural                                       |
| Medidas de proteção ambiental                                                    |
| Outros                                                                           |

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

As categorias de ações apontam intervenções de natureza territorial, algumas de ordem fixa no espaço, e outras que buscam preencher com o conteúdo mais adequado o conjunto das formas incorporadas. Procurou-se atender às mais diversas realidades de ações, resultando

numa síntese das prioridades envolvidas. Num primeiro recorte de análise, buscou-se identificar quais dimensões teriam sido priorizadas nas políticas em questão. A Figura 09 permite que se proceda uma comparação entre os conjuntos de ações desenvolvidas desde a década de 1990.

Figura 09 - Dimensão das ações públicas de interesse turístico em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste (1996-2023)

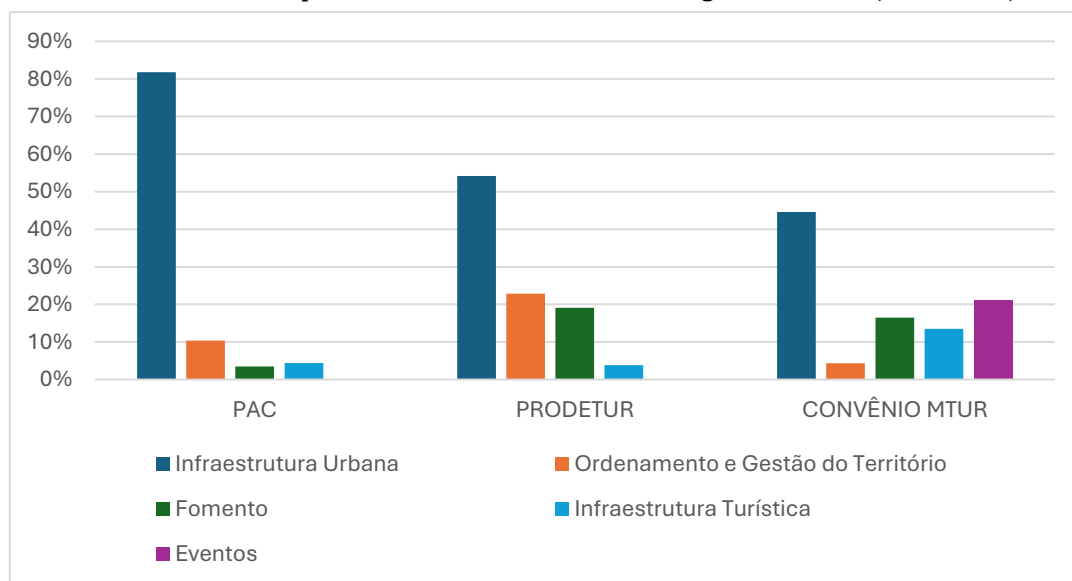


Fonte: Comitê Gestor do PAC (CGPAC), Relatórios BNB, Portal da Transparência (2024).

Verifica-se a primazia das ações ligadas à infraestrutura urbana, as quais representam 48% (totalizando 1.561) do total previsto nas ações de estímulo ao turismo. Isso significa quase três vezes mais do que o que se efetivou em eventos, que correspondem a 17% das iniciativas (com 563 ações), e três vezes o que se realizou de ações de fomento direto ao setor, que recebeu 16% (516 ações) das medidas públicas. As providências em infraestruturas consideradas específicas do setor turístico representaram 12% do conjunto dos dados (381 ações), e aquelas ligadas ao Ordenamento e Gestão do Território seguiram com 6% (216 ações) das medidas. As ações de infraestrutura fornecem indícios da importância da estruturação urbana para a organização territorial destinada à atividade turística, bem como do relevante papel do Estado nas intervenções do espaço turístico.

Num segundo recorte, a análise fragmentou as três políticas e investigou quais dimensões teriam sido priorizadas em cada uma delas (Figura 10).

Figura 10 - Dimensão das ações públicas de interesse turístico desenvolvidas pelo PAC, Prodetur e MTur, em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste (1996-2024)



Fonte: Comitê Gestor do PAC (CGPAC), Relatórios BNB, Portal da Transparência (2024).

Na análise isolada das políticas, é preciso considerar que, concernente ao PAC, foram priorizados os eixos de infraestrutura urbana e logística, o que explica a supremacia da dimensão de “infraestrutura” em relação às demais. Referente ao Prodetur-NE, já se sabe, em função de estudos anteriores (Cruz, 2000; Fonseca, 2005; Dantas, 2010), da atenção dada a esse quesito como estruturador do território da região para viabilizar a atividade turística.

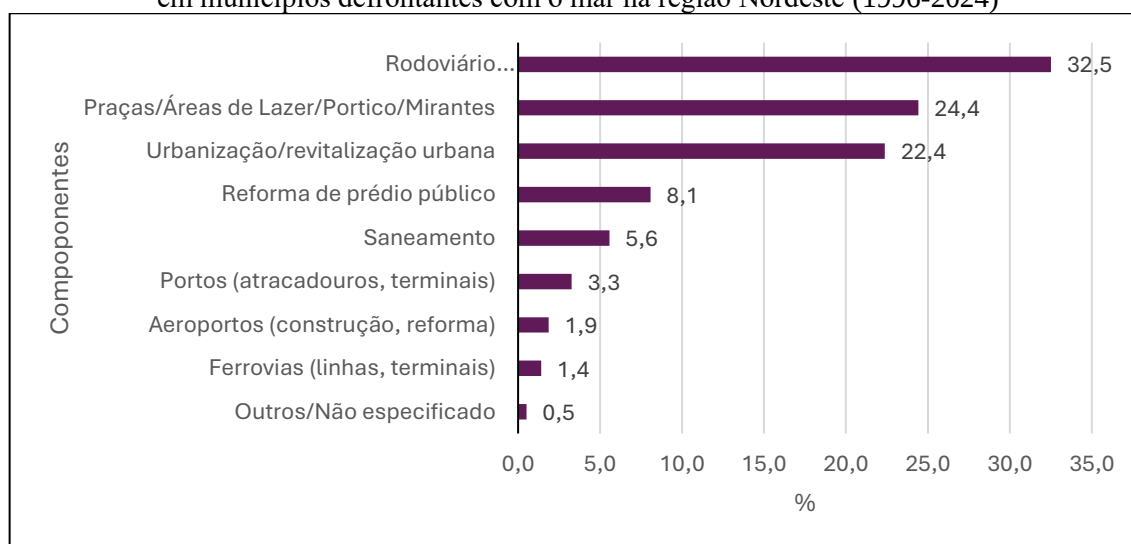
O fato mais surpreendente desse conjunto de dados está relacionado à atuação do Ministério do Turismo e seus convênios com as prefeituras de municípios e governos estaduais. Apesar de o governo federal contar com o Ministério dos Transportes, o Ministério das Cidades, o Ministério dos Portos e Aeroportos e o Ministério dos Esportes, entre outros, o Ministério do Turismo tem atuado fortemente, e prioritariamente, na provisão de infraestruturas de natureza urbana. Essa dimensão foi acionada por 45% das ações previstas em convênios, quase três vezes mais do que o fomento direto do turismo (com 16% dos convênios) e a provisão de infraestruturas específicas de interesse turístico, para os quais foram destinados 13% dos convênios.

### 5.1.1 Ações em infraestrutura urbana

A representatividade das ações de infraestrutura urbana é indicativo da relação intervencionista do Estado em relação ao espaço, particularmente para induzir os investimentos de capital para o circuito secundário. Mais precisamente, como provedor direto de intervenção urbana em projetos, ações e formas que estimulem tais investimentos.

A construção de acessos e os melhoramentos de infraestruturas urbanas públicas de todas as espécies são situações em que o chamado setor da propriedade fundiária avança com a ajuda do Estado (Gottdiener, 2016, p. 260), uma vez que, um dos meios principais de valorização da terra urbana, ou da terra propícia à urbanização, está relacionado à provisão de tais elementos. A especificação das ações de infraestrutura estão representadas na Figura 11.

Figura 11- Especificação de ações de infraestrutura urbana em Políticas Públicas de interesse turístico em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste (1996-2024)



Fonte: Comitê Gestor do PAC (CGPAC), Relatórios BNB, Portal da Transparência (2024).

O primeiro destaque se refere às ações envolvendo elementos do transporte rodoviário, incluindo estradas, entroncamentos, melhorias de acessibilidade e construção e reforma de terminais. Esse conjunto de ações representa 32,5% das intervenções da dimensão ora analisada. O transporte é amplamente reconhecido como um fator condicionante para o desenvolvimento da atividade, mostrando-se essencial para a constituição dos fluxos de visitantes a centros urbanos ou localidades mais isoladas<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> De acordo com Lohmann, Fraga e Castro (2013), as três funções dos transportes no contexto da prática turística são: fazer o deslocamento dos visitantes entre seu lugar de moradia e um determinado destino turístico (função origem-destino); uma vez instalados no destino principal, proporcionar condições de visita a localidades secundárias (função destino principal-destinos secundários); e facilitar a circulação dos turistas entre os atrativos e locais de interesse dentro do destino principal (função deslocamento intradestino).

Ressalte-se, também, o papel desempenhado pelos acessos rodoviários como “parte dos meios de produção” (Gottdiener, 2016, p. 144). Na realidade analisada, as vias e acessos agregaram ao solo um elemento estruturante e essencial da urbanização, fundamental para a conversão de terras rurais em urbanas, determinando o desenvolvimento suburbano e a consequente ampliação do mercado e da especulação imobiliária em localidades litorâneas.

Em seguida, apresentam-se as ações de provisão de praças/áreas de lazer/pórtico/mirantes (24,4%) e obras de urbanização/revitalização urbana (22,4%), seguidas, à distância, pelas reformas de prédios públicos (8,1%) e obras de saneamento (5,6%). Dessas subcategorias, as intervenções de urbanização/revitalização urbana representam obras de maior abrangência, por vezes incluindo a provisão de vários elementos que, em algumas ações, são realizados isoladamente, como praças, áreas de lazer, reformas de prédios, entre outras. Por essa razão, podem ser considerados de maior impacto, prevendo interferências e usos de espaço em áreas de dimensões consideráveis, com a possibilidade de demolição de prédios e residências, expulsão ou relocação de populações indesejadas aos novos projetos e, consequentemente, suscitando maiores questionamentos.

É possível considerar esses quatro conjuntos de ações (praças/áreas de lazer/pórtico/mirantes, urbanização/revitalização urbana, reforma de prédio público e saneamento) como os tributários da paisagem urbana que interessa ao turismo e a todos os setores e mercados que gravitam em sua volta, incluindo o setor do mercado imobiliário.

Os dados refletem a importância de uma produção urbana que visa transformar os espaços urbanos propícios ao consumo. Nesse contexto, o turismo desempenha um argumento-rótulo funcional para justificar os investimentos, uma vez que poucos integrantes da opinião pública resistem e se opõem à condição de vitrine urbana para atrair para a cidade (ou tão somente uma porção dela) visitantes. Ao mesmo tempo, essas intervenções oferecem a possibilidade de maximizar as rendas imobiliárias, capturando as amenidades naturais ou construídas como ativo elementar para o incremento de renda.

Ainda em relação ao conjunto de ações supracitado, ao longo dos próximos capítulos será verificado como a conformação da urbanização turística também exige atributos de ordem ambiental. Por esse motivo, as ações ocorrem, preferencialmente, em áreas de beira-mar (como analisado em Fortaleza e Natal), seguidas dos sítios históricos nas capitais (a exemplo de como será visto em Maceió e João Pessoa). Ou seja, os elementos naturais e históricos fornecem o substrato espacial sobre o qual as intervenções ocorrem, privilegiando-os na composição da paisagem. Sob tais condições, a natureza, a história e toda a rede de relações estabelecidas com

o território assumem a condição de mercadorias e, assim, acompanham a lógica da reprodução, mesmo que revestidas de especificidades.

Por fim, têm-se as ações ligadas a aeroportos (construção, reforma) com 3,3 %, portos (atracadouros, terminais) com 1,9% e ferrovias (linhas, terminais) com 1,4 % – direcionadas para a consolidação das conexões nacionais e globais. Essas cumprem o papel de ligar os locais que sustentam os processos de reprodução do capital com o mundo, estabelecendo, para isso, os fluxos de mercadorias, pessoas e capitais. O número de ações é pequeno, mas os valores investidos são expressivos e refletem a densidade técnica envolvida no aparelhamento do território<sup>23</sup>.

### 5.1.2 Demais ações de incentivo ao turismo

As demais ações de incentivo ao turismo estão expressas na Tabela 04, a seguir. Apresentam-se os tipos de ações que compõem cada dimensão, acompanhados da representatividade percentual para a respectiva dimensão.

Tabela 04 - Demais dimensões e tipos de ações em Políticas Públicas de interesse turístico em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste (1996-2024)

| Dimensões                          | %    | Tipo de ação                                                                     | %    |
|------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------|------|
| Eventos                            | 17,4 | Festas e Festivais                                                               | 80,0 |
|                                    |      | Técnicos e científicos                                                           | 19,0 |
|                                    |      | Outros                                                                           | 1,0  |
| Fomento                            | 15,9 | Divulgação                                                                       | 34,9 |
|                                    |      | Planejamento e Fortalecimento Institucional                                      | 30,0 |
|                                    |      | Fomento à iniciativa privada.                                                    | 19,8 |
|                                    |      | Capacitação e cooperação técnica                                                 | 13,8 |
|                                    |      | Não especificado                                                                 | 1,6  |
| Infraestrutura Turística           | 11,8 | Terminais/Centros de visitação/informação/exposição/eventos/artesanato/culturais | 39,0 |
|                                    |      | Sinalização Turística                                                            | 17,0 |
|                                    |      | Não especificado                                                                 | 45,0 |
| Ordenamento e Gestão do Território | 6,7  | Estudos e projetos de engenharia                                                 | 37,7 |
|                                    |      | Plano Diretor Municipal                                                          | 27,0 |
|                                    |      | Medidas de proteção ambiental                                                    | 21,1 |

<sup>23</sup> A exemplo da aplicação de recursos do Prodetur-NE em aeroportos, com relação ao volume de investimentos totais do programa, demonstrado em Dantas, Ferreira e Clementino (2010).

|  |  |                                            |      |
|--|--|--------------------------------------------|------|
|  |  | Medidas de proteção do patrimônio cultural | 10,8 |
|  |  | Plano de saneamento                        | 0,5  |
|  |  | Outros                                     | 2,9  |

Fonte: Comitê Gestor do PAC (CGPAC), Relatórios BNB, Portal da Transparência (2024).

A dimensão dos eventos, que representa 17,4% das ações públicas, está ausente nas ações do Prodetur/NE e PAC. Tais políticas não contemplavam esse tipo de ação entre seus objetivos. Entretanto é marcante nos convênios firmados com o MTur, ao ponto compor 21,2% do universo de ações dessa política, que em sua ampla maioria são festas e festivais.

Os eventos já se notabilizaram como medidas que regiões ou lugares adotam para participar da ordem da economia globalizada, como a busca por sediar jogos olímpicos, torneios de Copa do Mundo - FIFA, entre outros. Mesmo que os eventos promovidos pelos convênios não apresentem tal magnitude, não se pode descartá-los enquanto uma atividade de mercado constituído que agrega, além de empreendedores especializados, segmentos do setor turístico, como restaurantes e hotéis (Matias, 2013)<sup>24</sup>. Pequenos ou grandes, é inegável que os eventos compõem o rol de formas de mercantilização de experiências, carregando em sua essência símbolos dos valores sociais ligados ao consumo.

A dimensão de fomento envolve ações de estímulo especializado para o setor de turismo em diversos aspectos. Essas ações são destinadas a organismos públicos e privados responsáveis pelo ordenamento jurídico-administrativo das atividades de turismo.

De forma destacada, os esforços estão direcionados para estimular fluxos regionais, nacionais e internacionais para o Nordeste, por meio da promoção e divulgação de destinos turísticos, correspondendo a 34,9% das ações de fomento. A divulgação, em geral, se concretiza por meio da confecção de materiais promocionais impressos ou digitais e no envio de comitivas e montagem de estruturas para feiras e *workshops*.

Em seguida, são identificadas medidas de planejamento turístico e fortalecimento institucional (30% das ações dessa dimensão). Estão inseridos os diagnósticos, programas e planos de diversos fatores ligados à atividade, como os referentes à demanda, a segmentos específicos (rural, ecológico, náutico, entre outros) e regiões diversas, além de estudos mais complexos, como os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) exigidos pelo Prodetur-NE. São consideradas também integrantes dessa dimensão as medidas

<sup>24</sup> O estudo mais recente, realizado em 2013 pela Associação Brasileira de Empresas de Eventos - ABEOC e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), dimensionou esse mercado no Brasil, identificando, nesse ano, a realização de 590.913 eventos, que reuniram 202.171.787 pessoas, com a atuação direta de aproximadamente 2.700 empresas envolvidas em serviços, nos 9.445 espaços especializados e gerando uma receita estimada de R\$ 209,2 bilhões, com participação de 4,32% no PIB do país (ABEOC & Sebrae, 2014).

que visam estruturar os órgãos de gestão para se dedicarem ao planejamento turístico, como reformulações administrativas, compra de materiais e contratação de serviços técnico-operacionais.

As medidas de Incentivo à Iniciativa Privada (19,8% das ações dessa dimensão) diferenciam-se das demais por destinar, em sua ampla maioria, recursos a serem utilizados na provisão de necessidades empresariais, tais como capacitação em gestão, realização de encontros comerciais, financiamento para comercialização de bens e produtos, elaboração de sistemas de informações para entidades, desenvolvimento de normas técnicas de produtos ou cooperações técnicas para atender solicitações públicas e, até mesmo, a realização de treinamentos de mão de obra já empregada em empresas do ramo. As ações dessa categoria expressam a simbiose e uso dos recursos do Estado para interesses privados e suas entidades de classe.

As medidas de capacitação profissional também seguem a lógica de atuação do Estado para finalidades empresariais, entretanto, em sua maioria, estão destinadas à população geral. São cursos e medidas de aperfeiçoamento que buscam preparar mão de obra para as atividades elementares dos serviços turísticos (garçons, camareiras, atendentes, entre outros).

A dimensão da infraestrutura turística expressa os esforços das localidades turísticas para apresentar uma oferta turística que as projete como o destino dos viajantes a lazer. Nesse sentido, trata-se de um conjunto de *“produtos turísticos secundários elaborados com a finalidade específica de prover o suporte à atividade turística”* em uma localidade (Beni, 2006, p. 92), sendo composta por atrativos, infraestruturas de base para o apoio dessa atividade e por uma infraestrutura especificamente de uso turístico (Lage & Milone, 2001).

A infraestrutura turística é composta por equipamentos e serviços que visam atender os viajantes em suas necessidades de hospedagem, alimentação, agenciamento, transportes, entretenimento, informações e outros. Alguns desses serviços possuem, atualmente, um caráter reconhecidamente ligado à iniciativa privada, como hospedagem ou agenciamento<sup>25</sup>. Outros, entretanto, ainda têm sido assumidos pelas esferas do Estado.

Verifica-se que 39% das ações estão voltadas para o provisionamento de terminais ou centros de visitação, informação, exposição, eventos, artesanato ou de cultura. Destacam-se três

---

<sup>25</sup> Até o início dos anos 90 ainda era possível identificar no Brasil situações em que o Estado atuava como participante direto na oferta de serviços no setor turístico em contextos de insuficiente atuação da iniciativa privada, a exemplo de companhias aéreas e hotéis em capitais e cidades do interior da região Nordeste (Ferraz, 1992; Cruz, 2000). Nesse sentido, ainda foi identificada a participação direta do poder municipal em construções de hotéis em Acaraú e Cruz, no Ceará (convênio nº 309732, de 1996, no valor de R\$ 300.000,00, e convênio nº 382216, de 1999, no valor de R\$ 324.477,00, respectivamente).

tipos de infraestruturas nessa categoria: centros de informações turísticas, centros de cultura e centros de eventos ou convenções. Nos dois primeiros casos, apesar do baixo custo envolvido nas ações, a exploração comercial não desperta interesse da iniciativa privada, apesar de sua importância e utilidade na composição da oferta turística.

Já as ações ligadas aos centros de eventos foram verificadas em quase todas as capitais, com construção ou ampliação dos centros de convenções em Recife, Fortaleza, João Pessoa, São Luís e Aracaju e melhorias pontuais em Salvador e Maceió. Além de capitais de estado, equipamentos designados com os termos “Centro de Eventos”, “Praça de Eventos” ou “Área de Eventos” foram requisitados por municípios de menor expressão no Mapa do Turismo Brasileiro do MTur<sup>26</sup>. Considerando o número de festas e festivais realizados por meio de convênios com o MTur, tais estruturas acompanham a necessidade de dotar as cidades de locais adequados para os eventos dessa natureza.

Os dados evidenciam que 17% das ações de infraestrutura turística estão relacionadas à dotação de Sinalização Turística<sup>27</sup> e, nesse sentido, são complementares as ações de estruturação rodoviária já mencionadas, contribuindo para a indicação e acesso dos usuários desse modal a locais de interesse.

A delimitação das ações nessa categoria se apresentou de forma mais deficiente no conjunto dos dados analisados, pois um número considerável de ações (45%) estava descrito nas fontes de pesquisa com os termos “Apoio a projetos de infraestrutura turística” ou tão somente “Infraestrutura turística”, inviabilizando a identificação e a análise da natureza dessas iniciativas.

Por fim, a dimensão de ordenamento e gestão do território agrega o conjunto de medidas que prepara o território para a forma e o conteúdo que melhor atende aos interesses dos agentes do turismo e do imobiliário. As medidas de ordenamento e gestão são fundamentais para a provisão de estruturas fixas, afinal, as normas “são estruturadoras da realidade” (Santos, 2009, p. 231) efetuando a mediação técnica e jurídica que amplia a interdependência entre forma e conteúdo do espaço.

Entre as ações dessa dimensão, os estudos e projetos (37%) correspondem a uma ampla gama de medidas, possuindo em comum o objetivo de obter maior certeza e sucesso na organização do território e das formas a serem implantadas. Envolvem atualização cartográfica

---

<sup>26</sup> Chamam atenção os municípios de Senador Georgino Avelino-RN, sem categorização no Mapa do Turismo Brasileiro, e Barra de São Miguel-AL, Fortim e São Gonçalo do Amarante-CE, de categoria C.

<sup>27</sup> Trata-se do conjunto padronizado de comunicação efetuada por placas de sinalização implantadas sucessivamente ao longo de um trajeto, cujo objetivo é sinalizar a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, informando, por exemplo, os melhores percursos de acesso e a distância a ser percorrida.

de municípios, estudos de concepção urbana e projetos diversos (paisagísticos, de acessibilidade, saneamento, adequação modal, entre outros).

Identificou-se que 27% das ações dessa dimensão estão relacionadas à elaboração ou revisão de Planos Diretores Municipais. É o instrumento que (re)ordena e define os usos dos territórios sob a lógica e racionalidade das classes dominantes, garantidas, por sua vez, pelo arcabouço jurídico-urbanístico estatal. A utilização desse instrumento será fundamental nos conflitos territoriais analisados nos próximos capítulos.

As ações no âmbito da proteção ambiental e ao patrimônio cultural delineiam a atenção dada a esses requisitos como essenciais aos produtos turísticos. Em relação aos elementos naturais, as ações são de recuperação de áreas degradadas por impactos de obras rodoviárias, a criação de Unidades de Conservação ou a elaboração/implantação do plano de gestão de Unidades já consolidadas. As medidas de proteção ao patrimônio cultural criam uma oferta complementar nos destinos consagrados no segmento de turismo de sol e mar. Visam criar diferenciais competitivos ao diversificar o produto turístico. Uma maior atenção é dada à dimensão material do patrimônio, por meio da construção e restauração de prédios históricos e esforços para a criação de corredores culturais em centros históricos.

Pelo que foi exposto, pode-se inferir que as ações contidas nas dimensões de Eventos, Fomento, Infraestrutura Turística e Ordenamento e Gestão do Território correspondem às medidas que estimulam a prática do turismo, buscando ser o conteúdo que dá sentido às formas previstas na dimensão da Infraestrutura Urbana. Esse conteúdo passa por um processo de preparação do território para atender às necessidades do mercado turístico, pela criação e manutenção de atrativos naturais ou artificiais, e pelo estímulo à constituição de fluxos turísticos, medidas essas que estão mais próximas daquelas esperadas pelas políticas de turismo<sup>28</sup>.

## 5.2 O PADRÃO ESPACIAL DAS AÇÕES PÚBLICAS E SUA REPERCUSSÃO PARA A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA

Até agora foram apresentadas as ações públicas destinadas a constituir as bases do espaço turístico, em sua forma e conteúdo, em municípios defrontantes com o mar na região Nordeste. Esse processo ocorre liderado pelo poder público por meio dos investimentos iniciais

---

<sup>28</sup> Para Beni (2006, p. 91), uma política de turismo “é orientada especificamente para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade”.

em capital fixo, necessários para a formação do ambiente urbano onde a ação dos demais agentes ligados ao turismo e ao imobiliário se desenvolve.

A pouca disposição para os investimentos privados no circuito secundário explica a superioridade das ações de infraestruturas urbanas entre o conjunto de ações públicas realizadas. Tais ações ratificam a urbanização (neste caso, turística) como motor dos processos de acumulação, por meio da mobilização em torno desse circuito, materializado em obras que permitirão, além da consolidação dos negócios turísticos, a ação imobiliária destinada ao turismo e ao lazer.

Para compreender as implicações geradas pela ação estatal nos investimentos em urbanização e estímulo ao turismo, é necessário ir além da identificação da natureza das ações realizadas e compreender a disposição espacial dessas ações. A busca por padrões espaciais de desenvolvimento das atividades de turismo e lazer (considerando as segundas residências uma das suas expressões mais marcantes) foi realizada em estudos recentes por Cruz (2018), Fonseca *et al.* (2022) e Pereira, Dantas e Vieira (2024).

No contexto nacional, Cruz (2018) demonstrou que, historicamente, a porção litorânea concentrou capital produtivo, mão de obra e capital fixo, se comparada às áreas interiores do país. Ao analisar os dados da espacialidade do turismo, verificou que os padrões históricos condicionam a difusão do turismo, que, de forma dialética, passa a reforçar o padrão preexistente, acentuando a concentração urbana e outras variáveis que permitem uma maior capitalização do território.

Partindo da constatação do padrão desigual no desenvolvimento do turismo no território nacional, com concentração no litoral, Fonseca *et al.* (2022) focaram suas análises nessa porção do espaço e identificaram que, apesar do turismo, especialmente na sua vertente sol e mar, se fazer presente em praticamente todos os municípios litorâneos, os indicadores da atividade (de emprego, estabelecimentos e arrecadação de impostos no setor de hospedagem e fluxo internacional) evidenciam um padrão de desenvolvimento desigual, fruto da ampla concentração espacial dessa atividade nas grandes cidades e metrópoles defrontantes com o mar.

Analisando o comportamento numérico e locacional de segundas residências, definidas pela categoria de DOU (IBGE, 2022), no território nacional, entre os anos de 2010 e 2022, Pereira, Dantas e Vieira (2024) se dedicaram a identificar diferenças regionais e processos de concentração. Os autores observaram padrões desiguais de crescimento das segundas residências entre as regiões, despontando, em números absolutos, o Sudeste e o Nordeste, assim como o litoral (em especial nos municípios defrontantes com o mar) em relação ao interior,

acompanhando a tendência da atividade turística no território nacional e demonstrando, assim, ampla conexão dessa tipologia de imóvel com as práticas turísticas. Também foi constatado um aumento absoluto das segundas residências no contexto metropolitano, tendo como alicerce desse crescimento as capitais dos estados, enquanto em termos relativos são os demais municípios (médios e pequenos) que se apresentam com os percentuais de maior crescimento de segundas residências.

Dessa forma, padrões de desenvolvimento desiguais nas atividades turísticas e imobiliárias são verificados nas escalas nacionais e regionais, bem como no conjunto da rede urbana. Ademais, nesses casos, os investimentos em urbanização turística acentuam alguns padrões desiguais de desenvolvimento urbano verificado ao longo da costa brasileira. Buscou-se, na próxima seção, verificar os padrões de crescimento da combinação turístico-imobiliária no recorte regional do Nordeste.

### **5.2.1 Ações públicas em turismo e desenvolvimento desigual do espaço em municípios turísticos defrontantes com o mar no Nordeste**

A análise apoiou-se na categorização turística dos municípios brasileiros, como definido no Mapa do Turismo Brasileiro do MTur (2023), que prevê a classificação dos municípios de forma hierárquica (A, B, C, D e E) em função do desempenho do setor.

No Brasil, de um conjunto de 239 municípios litorâneos categorizados pelo MTur, 34 são classificados na categoria A, sendo 12 capitais de estados e 22 municípios de pequeno e médio porte. No Nordeste, entre 156 municípios defrontantes com o mar, 138 são considerados turísticos pelo Mapa do Turismo, sendo divididos nas seguintes categorias: A (16), B (27), C (35), D (42), E (6). Assim, a identificação dos municípios beneficiados nas políticas e a dinamização imobiliária nesses locais revelam importantes tendências das repercussões territoriais, ações públicas e suas ligações com a urbanização turística.

O número das ações públicas ocorridas em municípios categorizados entre “A” e “E”, das ações que beneficiaram múltiplos municípios (M) e das ações que beneficiaram municípios sem categorização<sup>29</sup> (S) está expressa na Tabela 05.

---

<sup>29</sup> Municípios não categorizados no Mapa não atenderam, para o ano de 2023, os requisitos da Portaria Ministerial (MTur) nº 41/2021, quais sejam: dispor de uma secretaria/departamento para o turismo, dispor de Lei Orçamentária, ter os prestadores de serviços turísticos de atividade obrigatória regulares no CADASTUR, ter o Conselho Municipal de Turismo ativo, assinar um termo de compromisso e preencher dados referente à atividade turística em plataforma indicada pelo Ministério. Os municípios de Categoria “A” correspondem a todas as capitais

Tabela 05 - Distribuição das ações públicas de interesse turístico, de acordo com a categorização turística (MTur) dos municípios defrontantes com o mar na região Nordeste (1996-2024)

| Categoria do Município | Infraestrutura |      | Eventos |      | Fomento |      | Infraestrutura Turística |      | Ordenamento e Gestão do Território |      |
|------------------------|----------------|------|---------|------|---------|------|--------------------------|------|------------------------------------|------|
|                        |                |      |         |      |         |      |                          |      |                                    |      |
| A                      | 526            | 35%  | 374     | 67%  | 274     | 53%  | 136                      | 36%  | 97                                 | 45%  |
| B                      | 315            | 21%  | 74      | 13%  | 42      | 8%   | 83                       | 22%  | 31                                 | 14%  |
| C                      | 348            | 23%  | 65      | 12%  | 21      | 4%   | 78                       | 20%  | 36                                 | 17%  |
| D                      | 242            | 16%  | 23      | 4%   | 12      | 2%   | 43                       | 11%  | 22                                 | 10%  |
| E                      | 17             | 1%   | 1       | 0%   | 0       | 0%   | 2                        | 1%   | 1                                  | 0%   |
| S                      | 18             | 1%   | 24      | 4%   | 20      | 4%   | 18                       | 5%   | 11                                 | 5%   |
| M                      | 17             | 1%   | 1       | 0%   | 151     | 29%  | 22                       | 6%   | 18                                 | 8%   |
| Total                  | 1483           | 100% | 562     | 100% | 520     | 100% | 382                      | 100% | 216                                | 100% |

Fonte: Comitê Gestor do PAC (CGPAC), Relatórios BNB, Portal da Transparência, Mapa do Turismo Brasileiro do MTur (2024).

Os dados apontam que há uma tendência de distribuição das ações efetivadas pelos governos de acordo com o desempenho turístico dos municípios, qual seja: os municípios mais desenvolvidos turisticamente são os que mais recebem ações e investimentos. Essa tendência é verificada para todas as dimensões de ações em relação aos municípios categorizados.

O padrão verificado somente é interrompido na distribuição das ações entre os municípios de categoria “E” e aqueles sem categorização (S). Nesse caso, contraditoriamente, é verificado um maior número de ações para municípios que não apresentam requisitos mínimos de classificação e, portanto, de funcionamento da atividade nas esferas públicas ou privadas, em detrimento daqueles que possuem, mesmo que precariamente, tais requisitos.

Buscou-se, também, estabelecer a relação entre o número de municípios de cada categoria turística e a quantidade de ações destinadas para cada uma das categorias (Tabela 06).

---

brasileiras. Além desses, a região Nordeste possui os seguintes municípios nessa categoria: Jijoca de Jericoacoara (CE), Tibau do Sul (RN), Ipojuca (PE), Maragogi (AL), Cairu, Ilhéus, Mata de São João e Porto Seguro (BA).

Tabela 06 - Número de municípios defrontantes com o mar na região Nordeste de cada categoria turística (MTur) em relação à quantidade de ações públicas de interesse turístico(1996-2024)<sup>30</sup>

| <b>Categoria</b> | <b>Municípios</b> | <b>% de municípios</b> | <b>Ações</b> | <b>% de ações</b> |
|------------------|-------------------|------------------------|--------------|-------------------|
| A                | 16                | 10%                    | 1407         | 46%               |
| B                | 27                | 17%                    | 545          | 18%               |
| C                | 35                | 22%                    | 548          | 18%               |
| D                | 42                | 27%                    | 342          | 11%               |
| E                | 6                 | 4%                     | 21           | 1%                |
| S                | 30                | 19%                    | 173          | 6%                |
| Total            | 156               | 100%                   | 3036         | 100%              |

Fonte: Comitê Gestor do PAC (CGPAC), Relatórios BNB, Portal da Transparência, Mapa do Turismo Brasileiro do MTur (2024).

Os dados apresentam uma tendência inversamente proporcional em relação ao destino das ações e o número de municípios em cada categoria turística. Dessa forma, 10% dos municípios litorâneos (categoria turística “A”) foram beneficiados com 46% das ações realizadas pelas políticas públicas; enquanto os municípios de categoria “D”, que correspondem a 27% do total desses municípios, receberam 11% das ações. Assim, à medida que a quantidade de municípios de categoria inferior aumenta, torna-se menor a quantidade de ações públicas desenvolvidas.

Aprofundando a análise da alocação espacial das ações públicas de incentivo ao turismo, foi verificado o peso que as capitais dos estados nordestinos possuem em relação ao conjunto total de ações entre os demais municípios, bem como entre os demais municípios de categoria A, como exposto na Tabela 07.

<sup>30</sup> Os dados dessa tabela não incluem 209 ações que beneficiaram múltiplos municípios, já que correspondiam a mais de uma categoria, inviabilizando a análise proposta.

Tabela 07 - Distribuição das ações públicas de interesse turístico entre municípios defrontantes com o mar na região Nordeste de categoria A (Mtur) em relação a capitais de estados do Nordeste (1996-2024)

| Dimensões                | Total de ações | Ações em municípios A | Ações em capitais de estados | % de ações em capitais de estados, comparado ao total | % de ações em capitais de estados, comparado a demais municípios A |
|--------------------------|----------------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| Infraestrutura           | 1560           | 526                   | 422                          | 27,1%                                                 | 80,2%                                                              |
| Eventos                  | 563            | 374                   | 355                          | 63,1%                                                 | 94,9%                                                              |
| Fomento                  | 515            | 274                   | 252                          | 48,9%                                                 | 92,0%                                                              |
| Infraestrutura Turística | 381            | 137                   | 108                          | 28,3%                                                 | 78,8%                                                              |
| Ordenamento e Gestão     | 217            | 97                    | 86                           | 39,6%                                                 | 88,7%                                                              |
| Total                    | 3236           | 1408                  | 1223                         |                                                       |                                                                    |
| Média                    |                |                       |                              | 41,4%                                                 | 86,9%                                                              |

Fonte: Comitê Gestor do PAC (CGPAC), Relatórios BNB, Portal da Transparência, Mapa do Turismo Brasileiro do MTur (2024).

Pode-se perceber que as capitais dos estados concentram, em média, 41,4% de todas as ações, com maior índice (63,1%) na dimensão de Eventos, cuja densidade empresarial e populacional contribui para que as capitais se tornem as sedes dessas ações. O menor índice está na dimensão de infraestrutura (27,1%), entretanto conta com a alocação de grandes recursos financeiros em sistema de transportes (ferroviário, aéreo e marítimo) e projetos de requalificação urbana. Se comparadas com os demais municípios de categorização turística “A”, a média de ações realizadas nas capitais é elevada a 86,9%, reafirmando sua superioridade no conjunto dos destinos turísticos nordestinos.

**5.2.2 Produção imobiliária e desenvolvimento desigual do espaço em municípios turísticos defrontantes com o mar no Nordeste**

Em outra frente de análise, recorreu-se ao conjunto de dados divulgados pelo IBGE no Censo 2022, particularmente sobre os Domicílios Permanentes de Uso Ocasional (DUO)<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Ao longo da análise, serão utilizadas três categorias de domicílio, classificadas pelo IBGE (2024) da seguinte maneira: 1) Domicílio particular permanente (DP): é aquele construído para servir exclusivamente à habitação e que, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas; 2) Domicílio particular permanente ocupado (DPO): é o domicílio particular permanente que, na data de referência, estava ocupado por moradores. 3) Domicílio particular permanente de uso ocasional (DUO) se trata do domicílio particular permanente que servia ocasionalmente de moradia na data de referência, ou seja, era usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim.

Esse indicador fornece subsídio para compreender as repercussões territoriais verificadas nas ações de incremento do turismo, sob o forte peso de medidas necessárias à urbanização. Tomaremos esse indicador como uma referência para dimensionar a oferta do setor imobiliário destinado a atender os interesses de lazer da população e de turistas nessa região.

A análise dos dados do Censo nacional de 2022 revelou a existência de 6,7 milhões de DUO, representando 7,4% do total de Domicílios Particulares Permanentes (DP). Esse percentual é maior que a contagem realizada nos anos anteriores, superando os 5,8% apresentados em 2010 e 4,9% recenseados em 2000, o que indica, portanto, uma crescente produção de imóveis com as finalidades alinhadas ao lazer. Entre as regiões que possuem litoral, os valores encontrados em 2022 são: Norte, 7,1%; Nordeste, 7,9%; Sudeste, 7,0%; e Sul, 7,9%. Portanto as regiões Nordeste e Sul apresentam-se como as de percentuais mais elevados de DUO em relação aos DP.

Na sequência da análise, detalhou-se a situação dos domicílios particulares, comparando dois tipos de uso, quais sejam, os domicílios particulares permanentes ocupados (DPO) e os domicílios de uso ocasional (DUO) no Brasil, nas regiões brasileiras com litoral e nos estados do Nordeste, ao longo dos últimos vinte anos. Os dados estão expostos na Tabela 08.

Tabela 08 – Comparação entre domínios particulares ocupados e de uso ocasional no Brasil, regiões e estados do Nordeste - 2000 a 2022

| <b>Recorte espacial</b>    | <b>Aumento de DPO (2000-2022)</b> | <b>Taxa de crescimento DPO (2000-2022)</b> | <b>Aumento de DUO (2000-2022)</b> | <b>Taxa de crescimento DUO (2000-2022)</b> |
|----------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------------|
| <b>Brasil</b>              | 27.434.890                        | 61%                                        | 3.991.287                         | 149%                                       |
| <b>Nordeste</b>            | 7.329.943                         | 64%                                        | 1.388.705                         | 251%                                       |
| <b>Sudeste</b>             | 11.050.154                        | 54%                                        | 1.366.533                         | 101%                                       |
| <b>Sul</b>                 | 4.032.763                         | 56%                                        | 577.008                           | 113%                                       |
| <b>Norte</b>               | 2.389.399                         | 84%                                        | 341.529                           | 276%                                       |
| <b>Bahia</b>               | 1.893.236                         | 59%                                        | 482.222                           | 250%                                       |
| <b>Pernambuco</b>          | 1.205.302                         | 61%                                        | 201.302                           | 236%                                       |
| <b>Ceará</b>               | 1.256.809                         | 71%                                        | 148.541                           | 230%                                       |
| <b>Maranhão</b>            | 849.466                           | 68%                                        | 131.798                           | 317%                                       |
| <b>Paraíba</b>             | 519.954                           | 61%                                        | 107.528                           | 279%                                       |
| <b>Piauí</b>               | 407.880                           | 61%                                        | 100.791                           | 264%                                       |
| <b>Rio Grande do Norte</b> | 467.845                           | 69%                                        | 91.409                            | 274%                                       |
| <b>Alagoas</b>             | 385.870                           | 59%                                        | 67.730                            | 255%                                       |
| <b>Sergipe</b>             | 343.581                           | 78%                                        | 56.152                            | 181%                                       |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000; 2010; 2022).

A primeira informação a ser extraída da Tabela 08 é o fato de as regiões Norte e Nordeste apresentarem as maiores taxas de crescimento para os DUO (276% e 251%, respectivamente) quando comparadas à taxa nacional e das demais regiões litorâneas. A região Norte, entretanto, apresenta um número bem inferior de unidades adicionadas no intervalo. Já a região Nordeste apresentou o maior crescimento numérico de residências destinadas a tal uso, correspondendo a aproximadamente 1,38 milhões de unidades.

A análise comparativa das taxas de crescimento entre os DPO e os DUO ainda aponta que no Brasil os imóveis destinados ao lazer possuem uma média de taxa de crescimento 2,4 superior em relação aos imóveis de moradia permanentemente ocupados (148% e 61%, respectivamente). A diferença nessa taxa de crescimento é ainda superior na região Nordeste, com um índice de crescimento de DUO 3,9 maior em relação aos DPO (251% de crescimento para DUO e 64% para DPO). Entre os estados nordestinos, Bahia, Pernambuco e Ceará apresentam os maiores aumentos de número de imóveis de lazer; enquanto Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte obtiveram as maiores taxas percentuais de crescimento dessa modalidade de domicílio.

A partir da confirmação de que os municípios com maiores proporções de DUO estão situados predominantemente no litoral (IBGE, 2022; Pereira, Dantas & Vieira, 2024), buscou-se aprofundar a análise da realidade dos estados da região Nordeste, atendendo o recorte da pesquisa.

Investigou-se o peso que as capitais dos estados possuem em relação aos demais municípios de categoria turística “A” e em relação aos demais municípios defrontantes com o mar, no que tange à presença e a taxa de crescimento dessa modalidade de domicílio (Tabela 09).

Tabela 09 – Quantidade de unidades e taxa de crescimento de DUO em capitais de estados, outros municípios de categoria “A” (MTur) e demais municípios defrontantes com o mar (MDM) - 2000 a 2022

| Recorte espacial |                        | Aumento de DUO (2000-2022) | Taxa de crescimento DUO (2000-2022) |
|------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------------------|
| MA               | São Luís               | 8.667                      | 247%                                |
|                  | Demais MDM (MA)        | 23.083                     | 389%                                |
| PI               | Teresina               | 20.791                     | 430%                                |
|                  | Demais MDM (PI)        | 6.729                      | 190%                                |
| SE               | Aracaju                | 8.899                      | 203%                                |
|                  | Demais MDM (SE)        | 10.144                     | 216%                                |
| CE               | Fortaleza              | 20.159                     | 254%                                |
|                  | Jijoca de Jericoacoara | 675                        | 388%                                |

|           |                  |        |      |
|-----------|------------------|--------|------|
|           | Demais MDM (CE)  | 39.929 | 170% |
| <b>RN</b> | Natal            | 11.303 | 407% |
|           | Tibau do Sul     | 1.639  | 674% |
|           | Demais MDM (RN)  | 27.333 | 188% |
| <b>PB</b> | João Pessoa      | 18.248 | 502% |
|           | Demais MDM (PB)  | 19.028 | 178% |
| <b>PE</b> | Recife           | 11.303 | 164% |
|           | Ipojuca          | 8.325  | 309% |
|           | Demais MDM (PE)  | 45.938 | 161% |
| <b>AL</b> | Maceió           | 11.640 | 218% |
|           | Maragogi         | 3.869  | 225% |
|           | Demais MDM (AL)  | 13.501 | 178% |
| <b>BA</b> | Salvador         | 37.515 | 239% |
|           | Cairu            | 1.743  | 381% |
|           | Ilhéus           | 10.123 | 249% |
|           | Mata de São João | 8.502  | 752% |
|           | Porto Seguro     | 8.695  | 563% |
|           | Demais MDM (BA)  | 73.572 | 184% |

Fonte: Mapa do Turismo Brasileiro do MTur (2024), IBGE, Censo Demográfico (2000; 2010; 2022).

Os dados da Tabela 09 demonstram que nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia seus municípios de categoria “A” apresentam maior taxa de crescimento de DUO em relação à média dos demais municípios situados defrontantes com o mar.

Nos estados do Maranhão e Sergipe, são os demais municípios defrontantes com o mar que apresentam taxa média de crescimento superior aos municípios “A” (que são também as capitais desses estados), ou seja, a taxa de crescimento de DUO superior em relação aos demais municípios, verificada nas outras capitais, não está presente em São Luís e Aracaju. No Piauí, a capital Teresina possui taxas de crescimento superiores aos municípios defrontantes como o mar, apesar de a capital não estar situada no litoral.

Ainda de acordo com a Tabela 09, no que tange ao crescimento percentual de DUO, verifica-se que os municípios de categoria turística “A” que não são capitais de estado – Jijoca de Jericoacoara (CE), Tibau do Sul (RN), Ipojuca (PE), Maragogi (AL) e os municípios baianos de Cairu, Ilhéus, Mata de São João, Porto Seguro – apresentam taxas superiores às das capitais de seus estados.

Entretanto, na maioria dos estados, são as capitais que detêm o maior crescimento absoluto de unidades dessa natureza. No conjunto das capitais de estados, apresentaram os maiores incrementos as cidades de Salvador (37.515), Teresina (20.791), Fortaleza (20.159),

João Pessoa (18.248), Maceió (11.640), Natal (11.303) e Recife (11.303). O município de Ilhéus (BA), com 10.123 unidades acrescidas nos últimos 20 anos, interrompe a sequência de capitais e possui mais DUO adicionadas do que Aracaju (8.899) e São Luís (8.667).

Assim, enquanto os municípios turísticos “A” não capitais, com terras disponíveis para urbanização, são as novas frentes de expansão, com incremento relativo mais elevado, as capitais de estados se consolidam como polos da produção do mercado de imóveis para uso ocasional, apresentando os maiores crescimentos absolutos.

O conjunto de dados expostos neste capítulo evidencia um processo de concentração espacial das ações públicas em municípios com melhor desempenho turístico, especialmente aqueles com desempenho “A” e, dentre esses, as capitais de estados. Além disso, demonstra a importância dada à produção de imóveis para as finalidades ligadas ao lazer em todo Brasil e principalmente no Nordeste nos últimos 20 anos, com destaque para o incremento numérico nas capitais e o incremento percentual em outros municípios turísticos (categoria A).

Os dados evidenciaram que, na região Nordeste, reproduzem-se os movimentos de desenvolvimento desigual (Smith, 1988), ligados à intensificação da urbanização turística, na qual colabora uma concentração turística e imobiliária desproporcional entre o conjunto de municípios defrontantes com o mar. Ademais, aceitando o pressuposto de que a concentração é o resultado da combinação de interesses, objetivos e possibilidades dos atores de comando na produção espacial (Corrêa, 2007), pode-se concluir que tais combinações estão evidenciadas nas ações públicas de incentivo ao turismo e no incremento de imóveis para lazer em municípios de categoria turística “A”, expressando a articulação dos atores hegemônicos da produção do espaço por melhores condições de acumulação.

A caracterização dos conflitos realizada no capítulo anterior e o aprofundamento da análise de casos nos capítulos a seguir apontam que a ação de governos e de agentes privados (turístico e imobiliário) desejosos por se inserir no mercado global, valendo-se da urbanização turística como mola propulsora do processo, ocorrem em consonância com conflitos territoriais com grupos populacionais em condições de reprodução social dissociadas dos objetivos dominantes.

Assim, no próximo capítulo, avança-se para o relato de dinâmicas conflituosas. A leitura nos situará no território, onde as lógicas de uso, levadas por atores hegemônicos e não hegemônicos, se contrapõem. Serão expostas contradições presentes na urbanização turística em contextos intraurbanos, dos quais se busca capturar a dialética da desterritorialização, que afeta, como já foi anunciado, grupos populacionais pouco ou nada alinhados aos interesses que gravitam em torno dos atores vinculados a esse padrão de urbanização.

## **6 O *PUSH AND PULL* TERRITORIAL: URBANIZAÇÃO TURÍSTICA E CONFLITOS NO LITORAL NORDESTINO**

No decorrer da pesquisa, foi possível verificar que conflitos territoriais envolvendo a urbanização turística ocorrem nas mais diversas configurações territoriais (rurais e urbanas; capitais ou distritos de baixa densidade populacional).

Entretanto considera-se que nos contextos urbanos e metropolitanos eles se apresentam de forma mais complexa. Já foi discutido como a produção do espaço urbano desempenha um papel primordial no modo de produção capitalista, em especial a partir do predomínio do sistema flexível de acumulação, em que ativos valorizados pelos novos ideários de consumo se configuram como um recurso para os negócios, com destaque para os envolvidos no circuito secundário de acumulação (Harvey, 2011; 2018).

Dessa forma, as mudanças de função e de organização urbanas se voltam para atender os processos de (re)produção do capital, em que os discursos de melhoramento, embelezamento e integração de porções da cidade são difundidos em busca de consenso para a promoção turística; um argumento quase irrefutável em meio à ideologia do desenvolvimento urbano levada à frente pela já referenciada coalizão pró-crescimento, atuante também no setor imobiliário-turístico.

A partir da ação de governos e agentes do setor turístico e imobiliário, as populações passaram a experimentar processos de desterritorialização, empregados com o objetivo de capturar, como um recurso, seus territórios historicamente ocupados. Os resultados afetam, como já citado, majoritariamente grupos urbanos e/ou tradicionais abrigados sob interesses não cumulativos.

Neste capítulo, apresentam-se os cenários das disputas territoriais que se lançam sobre tais grupos, que em algum momento se veem atravessados por projetos urbanos que interseccionam as atividades imobiliárias e turísticas. Tais grupos, como se verá, estão envolvidos em demandas do cotidiano e experimentam modos de habitar relativamente alheios ao jogo de interesses que gravitam em torno desses setores.

Dessa forma, ao longo do capítulo, resgatam-se dois conjuntos de formulações teóricas, desenhadas pela dialética envolvida nas seguintes tríades relacionais: I - território-territorialização-territorialidade, e; II - des-re-territorialização.

O capítulo aborda as realidades vivenciadas em Maceió, Fortaleza, João Pessoa e Natal, e expõe os conflitos territoriais travados pela disputa de solo urbano dessas capitais, cujos

projetos de estímulo ao turismo, ao lazer e à fruição da paisagem pelos “consumidores” da urbanização turística são eventos portadores da contradição espacial envolvida nessa forma particular de urbanização.

Segundo, pelo impacto que os conflitos analisados geram nos territórios. Pelo que será exposto não são somente os recursos dos territórios que estão em disputa, mas, também as bases mais elementares da territorialidade que moldam as condições existenciais das pessoas e populações que nelas habitam, como o local de moradia, de trabalho, de identidade e de (auto)reconhecimento.

Para aprofundamento, serão destacadas quatro realidades que buscaram/buscam manter laços históricos de ocupação e relação com o território: a Vila dos Pescadores do Jaraguá (AL), o Titanzinho (CE), o Porto do Capim (PB) e a Vila de Ponta Negra (RN). São laços que se estabelecem pelo modo singular de se relacionar com os recursos naturais, cuja cultura foi forjada e depende dessa relação, apresentando ainda vínculos de parentesco, coletividade e comunidade.

Nos casos destacados, as narrativas de melhoramento das condições urbanas e da possibilidade de desenvolvimento, por meio do aumento de negócios imobiliários, se fundem pela ideia de transformar as áreas tradicionalmente ocupadas para fins turísticos, mas, no fundo, ocultam processos de desterritorializações que em nada beneficiam os seus moradores.

## 6.1 QUEM PODE, MANDA; QUEM TEM JUÍZO, LUTA E RESISTE: A COMUNIDADE VILA DOS PESCADORES DO JARAGUÁ, EM MACEIÓ-AL<sup>32</sup>

Situada no bairro mais antigo de Maceió, chamado Jaraguá<sup>33</sup>, a Vila de Pescadores do Jaraguá se consolidou por volta de 1950 com a chegada de grupos de pescadores<sup>34</sup> (Figura 12) oriundos de outros estados nordestinos e de cidades alagoanas que passaram a ocupar um aterro formado pela ampliação do Porto de Maceió (Nogueira, 1981 *apud* Andrade, 2005). Entre as décadas de 1980 e 1990, ocorreu um incremento populacional na Vila e no seu entorno,

<sup>32</sup> Os títulos desta seção e das seguintes foram inspirados em documentários, letras de música, pinturas e mensagens identificadas no trabalho de campo da pesquisa, produzidas pelos grupos populacionais envolvidos nos conflitos ora analisados.

<sup>33</sup> O período exato de constituição do bairro do Jaraguá é incerto, havendo registros de que ele se confunde com a própria ocupação e crescimento populacional da cidade de Maceió, decorrente da atividade de pesca no local. A partir de meados do século XIX, a movimentação portuária é apontada como fator de crescimento do bairro, bem como a dinâmica empresarial e habitacional atraída por tal atividade (Andrade, 2005; Pereira, 2015; Cavalcanti, 2016).

<sup>34</sup> Para compreender a relação dessa comunidade com o mar e a pesca, sugere-se assistir ao documentário “Meu lugar”, dirigido por Karla Melanias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VNjI7nMeziQ>. Acesso em: 17 set. 2024.

decorrente de novos grupos não relacionados à pesca (e sem ocupação definida), alguns dos quais oriundos de áreas de enchentes em outros bairros do município, trazidos com aparato estatal (Pereira, 2015). Segundo as lideranças entrevistadas, essa adição de moradores foi responsável por mudanças na configuração da Vila, atribuindo-lhe um aspecto de favela e, com isso, um estigma de local violento.

O bairro onde estava localizada a comunidade possui amenidades relacionadas à presença do terminal turístico portuário, a acessos a praias turísticas e à proximidade ao centro histórico da capital, situações que conferem potencial imobiliário similar a dos bairros de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca (Marchioni, 2016). Tais circunstâncias tornaram-se o principal motivo para que as ações do Prodetur/NE em Maceió fossem intensificadas no bairro do Jaraguá<sup>35</sup>.

As providências iniciais ocorreram no plano normativo/urbanístico<sup>36</sup>, com a instituição do bairro do Jaraguá como Zona Especial de Preservação - ZEP, subdividida em cinco setores, entre os quais, o Setor de Preservação Rigoroso 1 (SPR 1), área caracterizada pelo conjunto arquitetônico histórico, onde se concentraram as intervenções de revitalização do bairro; e o Setor de Preservação Ambiental 3 (SPA 3), que contemplava a Vila dos Pescadores, considerada de interesse social pela condição econômica e ocupacional histórica, ligada aos pescadores (Andrade, 2005; Pereira, 2015).

Na proposta de adesão do município de Maceió ao Prodetur/NE<sup>37</sup>, previam-se para o referido bairro obras de revitalização nos prédios históricos, praças e monumentos; melhorias viárias, estacionamento, provisão de saneamento e outros serviços urbanos que possibilitassem, inclusive, em caráter de prioridade, a manutenção da Vila e sua população de pescadores (Andrade, 2005; Vasconcelos, 2005; Amajar, 2009).<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> Vasconcelos (2005), ao resgatar o Projeto de Revitalização do Bairro do Jaraguá (2003), descreve a previsão de uma “transformação da área urbana do bairro do Jaraguá provendo-a de todas as condições para o desenvolvimento de atividades de lazer, comércio, turismo, cultura, exposições, entre outras, à comunidade de Maceió e aos seus turistas”.

<sup>36</sup> Lei Municipal 4.545, de 22 de novembro de 1996, e Decreto Municipal nº 5.569, de 22 de novembro de 1996.

<sup>37</sup> Em Alagoas, a Prefeitura Municipal de Maceió foi a primeira Unidade Executora do Programa (Prodetur/NE I), frente a impedimentos do governo do estado relacionados aos critérios de adesão impostos pelos organismos financiadores internacionais.

<sup>38</sup> No trabalho de campo, constatou-se que os pescadores (com os quais houve oportunidade de diálogo) possuem conhecimento dessa possibilidade, prevista no que é localmente conhecido como o “projeto da Pascoal” (projeto arquitetônico elaborado em 1995 pela Pascual Arquitetos). Segundo uma entrevistada, o referido projeto levava em conta as questões ambientais e o respeito ao modo de vida dos habitantes pescadores.

Figura 12 - Embarcações de pesca ancoradas na praia do Jaraguá



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

No início dos anos 2000, as obras previstas no Centro Histórico do Bairro do Jaraguá (Figura 13) foram finalizadas e, apesar de certa euforia inicial verificada nos investimentos de infraestruturas de atendimento a turistas e residentes (restaurantes, bares, casas noturnas etc.) em algumas das ruas do bairro, o resultado, ligado à dinamização econômica, a partir do fluxo de pessoas, não se concretizou (Andrade, 2005; Vasconcelos & Araújo, 2014).

Ao mesmo tempo, a Vila dos Pescadores não foi objeto de qualquer melhoria urbana. Pelo contrário, a centralidade das atenções públicas nas ruas, com empreendimentos de lazer e a ausência de ações previstas para urbanizar a Vila, repercutia na insatisfação dos moradores com os resultados da urbanização turística do Jaraguá (Andrade, 2005).

Figura 13 - Rua Sá e Albuquerque, que concentrou as ações do Prodetur, previstas para o Centro Histórico do Jaraguá, em Maceió



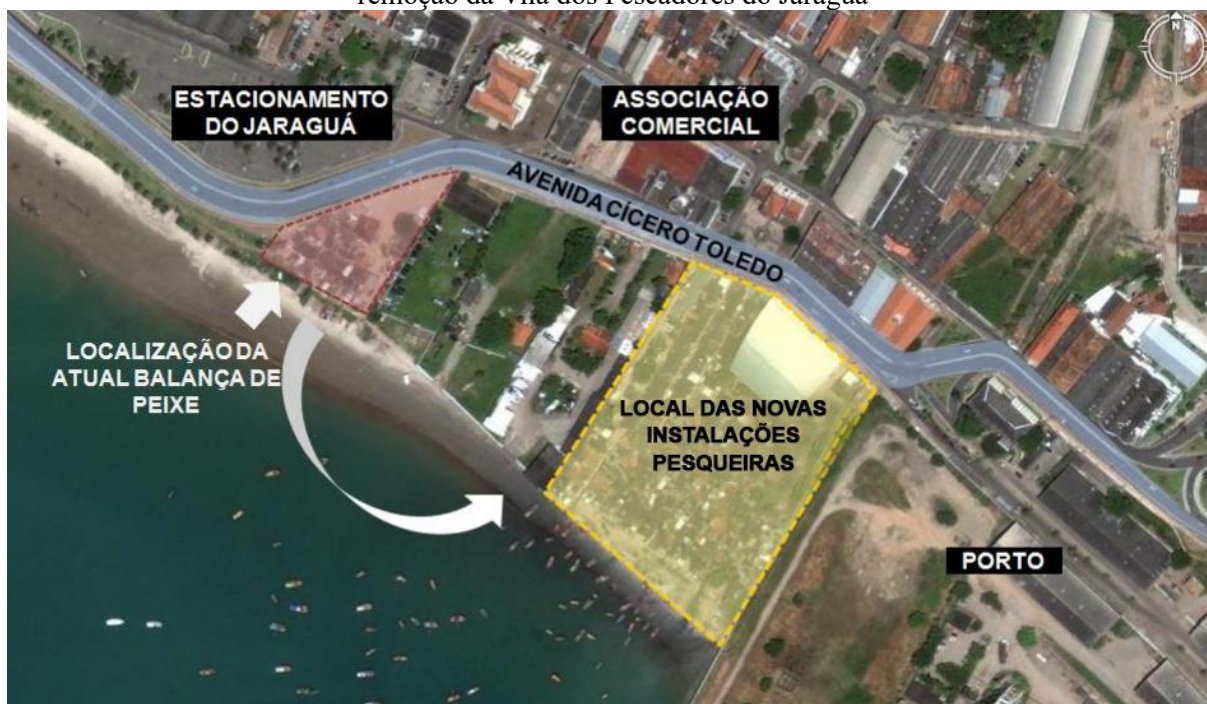
Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

A situação adquiriu contornos conflituosos a partir de 2005, quando a administração municipal difundiu a informação da retirada da comunidade, chegando a tomar as primeiras medidas em 2007, com um cadastro de famílias entre os preparativos para transferi-las para um conjunto habitacional a ser construído com 450 unidades, denominado “Vila dos Pescadores” e situado a quatro quilômetros, na praia do Sobral, no bairro Trapiche da Barra, em Maceió.<sup>39</sup>

Segundo os gestores públicos municipais, a remoção total dessa comunidade seria necessária para a efetivação da urbanização do bairro, completando a finalidade turística na área de localização privilegiada (Hüning, 2014). Dessa vez, o centro do debate era a construção de uma marina e de um centro pesqueiro a ser instalado onde estavam famílias remanescentes da Vila (Figura 14).

<sup>39</sup> Essa medida, como se percebe, contradiz e contraria o Projeto de Urbanização do Jaraguá idealizado na adesão ao Prodetur/NE, que previa a revitalização da Vila dos Pescadores e a permanência de seus moradores.

Figura 14 - Proposta de construção de Centro Pesqueiro do Jaraguá, a ser construído na área de remoção da Vila dos Pescadores do Jaraguá



Fonte: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semapa/oportunidades-de-emprego-e-economia-solidaria-tem-sido-recorrentes-em-2021>. Acesso em 02 jul. 2024.

Entre os anos de 2012 e 2014, foram entregues as unidades do conjunto habitacional para abrigar o restante das famílias ocupantes da Vila do Jaraguá que haviam sido cadastradas em 2007, bem como procedeu-se à remoção de parte dessas famílias. Nesse período, decorrente de estratégias de desmobilização e ameaças promovidas pela Prefeitura relativas à manutenção das casas, a comunidade encontrava-se dividida entre os que aceitavam seguir para o conjunto habitacional e os que desejavam permanecer no sítio de ocupação histórica.

Um grupo de 125 famílias, em sua maioria vinculadas com a pesca artesanal, recusou-se a se mudar e resistiu para se manter no local de identidade<sup>40</sup>. As lideranças reafirmam que a recusa daquelas famílias estava ligada ao fato de ser proposta uma transferência para longe do ambiente e das condições de trabalho, de alterações no sentido de pertencimento da comunidade com aquela praia, além da convicção de que a retirada estava sendo proposta para que a prefeitura promovesse um novo uso e sentidos ao lugar, ligados ao consumo turístico e valorização imobiliária, em detrimento da opção de prover habitação, melhorias urbanas e

<sup>40</sup> Segundo uma das fontes de pesquisa, tratava-se de 125 famílias, das quais 25 haviam sido cadastradas em 2007. A imprecisão no número de famílias removidas e contempladas com uma unidade no conjunto habitacional Vila dos Pescadores gerou muitos transtornos a essa comunidade, separando familiares com relação de dependência entre si. Dezenas delas que não constavam no cadastro de 2007 foram destinadas a aluguéis temporários. Isso porque entre transferências espontâneas, cadastros e remoções ao longo dos anos, houve saída, chegada e reprodução de famílias. Por exemplo, em diálogo com um pescador no Centro Pesqueiro, ele se queixou de, apesar de morar na Vila durante 43 anos, ter sido destinado à moradia temporária, atribuindo o erro ao des controle e atribuição no referido cadastro, que resultou na destinação de apartamentos a quem não era morador do local.

ambientais que possibilitassem a permanência daqueles moradores (Amajar, 2009; Pereira, 2015; Nascimento & Vianna, 2019).

No entanto, como constatado em documentários e relatos informais de pescadores no trabalho de campo, em 2015 ocorreu, por força de execução judicial, a retirada total e definitiva do grupo de habitantes resistentes à mudança e procedeu-se a demolição das casas e barracos<sup>41</sup>. Tal fato ocorreu com forte aparato policial e sem nenhuma comunicação prévia.

O projeto da marina não se concretizou e a estrutura construída que resultou na remoção dos moradores Vila do Jaraguá, chamado de “Centro Pesqueiro de Jaraguá”, começou a funcionar em 2019 contando com prédios dedicados à infraestrutura da pesca, como mercado de peixe, estaleiros, fábrica de gelo, depósitos e oficinas para fabricação e manutenção de utensílios de pesca (Figura 15).

Figura 15 - Centro Pesqueiro do Jaraguá



Fonte: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/05/03/centro-pesqueiro-de-maceio-sera-inaugurado-na-segunda-feira.ghml>. Acesso em 02 jul. 2024.

Entretanto, como relatou um grupo de marisqueiras que trabalhavam no Centro, a mudança para um condomínio habitacional distante do local de trabalho (Figura 16) rompeu o ciclo de apoio e cuidado estabelecido entre familiares e vizinhos que permitia a vinculação entre

<sup>41</sup> Cavalcante (2016) e Pereira (2015) expuseram como o processo judicial que tornou ré a comunidade de pescadores foi efetivado de forma deturpada, desigual na provisão dos recursos e às margens de uma série de garantias fundamentais desse grupo. Imagens do cotidiano da Vila e da ação de remoção estão disponíveis no documentário “Quem tem juízo resiste e luta (2015)”, dirigido por Marcos Ribeiro Mesquita e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERtismF3kHg>. Acesso em: 06 jul. 2024.

trabalho e residência, comprometendo, em algumas situações, as condições de ganho econômico<sup>42</sup>.

Figura 16 - Conjunto Habitacional ‘Vila dos Pescadores’, que passou a abrigar 450 famílias retiradas da Vila dos Pescadores do Jaraguá



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

Além da afetividade com o lugar anterior, as queixas dos pescadores artesanais ouvidos no trabalho de campo centram-se nas dificuldades materiais de manter a atividade pesqueira, especialmente, a necessidade de morar próximo ao local de ancoragem dos barcos, que em dias de tormenta podem ficar à deriva, sofrer infiltrações ou mesmo naufragar com a força das ondas. Essa necessidade contrasta com a distância entre o novo local de moradia e a ausência de opção de transporte público que permita o deslocamento para o Centro Pesqueiro.

Em relação à estrutura do Centro Pesqueiro, apesar de haver uma avaliação positiva quanto ao aumento de vendas do pescado, sobressaíram-se as queixas de ausência de diálogo prévio com os trabalhadores, resultando em problemas estruturais que comprometem as tarefas desses grupos. As marisqueiras apontam equipamentos inapropriados para tratamento do

<sup>42</sup> No trabalho de campo, em visita ao Centro Pesqueiro, uma das marisqueiras relatou que um dos seus (três) filhos estava doente, no apartamento onde a comunidade foi instalada, aos cuidados de outro filho adolescente. Para ela e outras mulheres que participaram do diálogo, a separação entre o local de trabalho e moradia eliminou o cuidado coletivo que caracterizava o cotidiano da comunidade, em decorrência da perda de vizinhos e familiares próximos, tornando-se mais um problema a ser administrado pelas mulheres em relação às crianças, o que não ocorreria se o projeto original (conforme previsto no Prodetur) fosse efetuado. A marisqueira disse que não teve outra opção, depois de dias sem trabalhar e necessitar adquirir alguma renda naquela semana.

pescado, compartilhamento das estações de trabalho, ausência de pontos de água e piso escorregadio. Os pescadores relatam descompasso entre os horários de trabalho (nas madrugadas, em muitos casos) e o funcionamento exclusivamente diurno do Centro, o subdimensionamento de locais de armazenamento de utensílios e produtos, além da cobrança de taxas de funcionamento. Conforme relatos da lideranças entrevistadas, passados alguns anos da efetivação dessa mudança, tais situações contribuíram para que parte desse grupo tenha abandonado definitivamente a atividade pesqueira.

## 6.2 O TITANZINHO É ZEIS! A COMUNIDADE DO TITANZINHO, EM FORTALEZA-CE

O Titanzinho<sup>43</sup> é o nome de uma das comunidades situadas no bairro do Serviluz, em Fortaleza, capital do estado do Ceará (Figura 17). O bairro do Serviluz localiza-se entre os bairros de Mucuripe e Praia do Futuro, mais precisamente, vizinho ao porto de Fortaleza e ao terminal turístico marítimo de passageiros, situação que o torna estratégico para o turismo, especialmente com a consolidação da Avenida Beira-Mar, importante centralidade de serviços e lazer de Fortaleza, da Praia do Futuro como área de expansão turístico-imobiliária e da presença de bairros de alto padrão no entorno (Cunha & Pereira, 2014; Mendes, 2018)<sup>44</sup>.

A ocupação do bairro tem estreita relação com o Porto de Mucuripe, com o crescimento urbano e a especulação imobiliária das praias mais centrais de Fortaleza que expulsou pescadores para as áreas de dunas que ficavam além do Porto e com os surtos migratórios do interior do estado afetados pelas secas e que foram atraídos pela dinâmica portuária (Sousa, 2018; Mendes, 2018; Maciel, 2015; Vasconcelos, Rebouças & Vasconcelos, 2013; Nogueira, 2006). Entre os anos de 1960 e 1980, a chegada de diversos grupos (pescadores, trabalhadores do cais, prostitutas, imigrantes das secas nos sertões) contribuiu para o crescimento da população do Serviluz. Entretanto, na década de 1990 elevam-se os índices de criminalidade e a localidade passa a ser associada à violência urbana e ao ‘perigo’ (Nogueira, 2006; 2023, Silva, 2014; Aguiar & Sá, 2015; Barreira & Sá, 2011; Vasconcelos, Rebouças & Vasconcelos, 2013).

---

<sup>43</sup> O nome ‘Titanzinho’ faz referência à marca do guindaste utilizado para colocar pedras e a um dos molhes de contenção marítima construído no bairro. Assim, a comunidade situada entre o molhe e o porto foi gradativamente sendo relacionada às máquinas presentes no local.

<sup>44</sup> Verificou-se em Mendes (2018) que os bairros Mucuripe, Meireles, Varjota e De Lourdes, que circundam o Serviluz, estão entre os que possuem maior renda pessoal por domicílio, segundo o IBGE (2010).

Figura 17 - Praia do Titanzinho, Fortaleza - CE



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Um antigo farol ali presente dá o tom da ocupação laboral dos primeiros habitantes fortemente vinculados com a pesca marítima tradicional, realizada em pequenas embarcações ou na praia<sup>45</sup>. Segundo uma das fontes entrevistadas, a pesca é realizada por famílias que vivem exclusivamente das tarefas relacionadas a essa atividade ou em alternância com outras atividades urbanas. Mas é também responsável por compor a cesta alimentar de uma grande parcela da comunidade, que adquire o produto por preços menores.

Além das embarcações de pesca e das residências “confusamente” distribuídas na frente do mar, a paisagem evidencia a intensa presença de praticantes de surf, propiciado por ondas constantes ao longo do ano<sup>46</sup>.

Depois de serem compulsoriamente removidos para o Serviluz, há cerca de cinquenta anos, a população do Titanzinho está no centro de projetos urbanos que ameaçam sua

<sup>45</sup> Em 1846 foi construído um fortim e o primeiro farol da cidade, o Antigo Farol do Mucuripe, encomendado por D. Pedro II, desativado definitivamente em 1957 (Nogueira, 2006; Sousa, 2018).

<sup>46</sup> A prática do esporte inicia-se desde criança, decorrente da aproximação com o mar e com as ondas, em que os filhos de pescadores desde cedo são familiarizados. Para a população pobre do bairro, as primeiras experiências com o esporte ocorrem com o uso improvisado de tábuas de madeira, até que possam frequentar as escolinhas sociais de surf, acessando o material apropriado, a prancha de poliuretano (Nogueira, 2006; 2023).

territorialidade<sup>47</sup>. Pode ser citada a proposta de construção de um estaleiro junto ao porto, mobilizada entre 2008 e 2010 pelo governo do estado do Ceará e pela iniciativa privada. Ao analisar esse conflito, Souza (2018) e Nogueira (2023) observaram como a extensão dos impactos ambientais previstos na obra e no funcionamento desse empreendimento suscitaram mobilizações de resistência de moradores, organizações de todo o Serviluz e de outros bairros em seu entorno, não se restringindo à comunidade mais diretamente afetada com a ameaça de remoção. Além dos moradores, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) posicionou-se desfavorável ao estaleiro, alegando inconformidades com o Plano Diretor e uma vocação urbana para o turismo.

É justamente a ‘vocação urbana para o turismo’ o argumento central das ameaças de remoção da comunidade recentemente promovidas pela Prefeitura da capital, por meio do Projeto Aldeia da Praia (2011) e pelo governo do estado, na intenção de requalificação do antigo Farol do Mucuripe (2021).

Para as lideranças comunitárias, as articulações políticas para o Projeto Aldeia da Praia teriam se iniciado já na elaboração do Plano Diretor de Fortaleza em 2009, quando o Serviluz, apesar de suas características estruturais homogêneas, foi dividido em duas Zeis<sup>48</sup>, uma denominada Serviluz e outra Cais do Porto, sendo somente a primeira definida como prioritária para a regularização fundiária, enquanto a segunda foi alvo do referido Projeto.

Inicialmente, no ano de 2010, o Programa de Requalificação Viária e Urbana Aldeia da Praia foi apresentado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) como uma ‘contrapartida’ ao estaleiro. Com recursos provenientes do PAC-2, o referido programa afetaria quase 2 mil habitantes, com a remoção de 403 famílias da Comunidade do Titanzinho. Na prática, essa obra proporcionaria “a integração viária da Avenida Beira-Mar com a Praia do Futuro. Para isso, seria essencial o deslocamento da população ocupante da faixa de praia entre o farol Velho e o Espigão do Titanzinho”<sup>49</sup>.

<sup>47</sup> Rabelo (2023), Pequeno & Pinheiro (2020), Pequeno, Pinheiro & Barreto (2021) descrevem tais projetos apresentando sua incidência mais direta ou indireta sobre o bairro e a comunidade do Titanzinho.

<sup>48</sup> A Zeis do Cais do Porto é definida no Art. 126 do Plano Diretor de Fortaleza (Lei nº 62/2009) como Tipo 1: composta por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental. Para aprofundar as nuances da implementação desse instrumento em Fortaleza, recomenda-se o artigo de Brasil (2021).

<sup>49</sup> Argumento (Considerações Iniciais) do projeto do Residencial Alto da Paz encaminhado pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Fortaleza à Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor (2014). O conjunto em questão foi destinado a abrigar a comunidade removida do Titanzinho. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/596-61-reuniao-da-cppd>. Acesso em: 8 jun. 2024.

Em 2018, após reformulações, o projeto voltou a ser divulgado com recursos provenientes do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). As remoções foram redefinidas em 2019, mais precisamente para as habitações situadas na rua Amâncio Filomeno<sup>50</sup> (a mais próximas ao mar) e nas ruas do entorno do antigo Farol do Mucuripe, com a finalidade de alargamento viário e construção de uma praça, respectivamente (Figura 18). No ano de 2019 a PMF difundiu a informação de remoção, cadastrou casas, pressionou moradores e retirou famílias (majoritariamente aquelas que pagavam aluguel e sem relação com a pesca) do Titanzinho para o conjunto habitacional Alto da Paz, distante 3km<sup>51</sup> (Sousa, 2018; Pequeno, Pinheiro & Barreto, 2021; Rabelo, 2023).

Figura 18 - Comunidade do Titanzinho, a ser removida (à esquerda) para o projeto urbano Aldeia da Praia (à direita).



Fonte: Instituto de Planejamento de Fortaleza (2015).

A proposta (incluindo a remoção e o próprio projeto) foi contestada pelos moradores do Titanzinho, que apontavam os prejuízos econômicos de morar longe do mar, dificultando a atividade da pesca. Bem como as relações de sociabilidade por afetar o contato entre familiares e vizinhos que marcam a dimensão cotidiana.

Nesse período reforçaram-se as articulações locais de resistência, ampliando-se contatos estratégicos e aprofundando-se o envolvimento comunitário, por meio da Associação de Moradores e de uma comissão formada por moradores das ruas cuja remoção estava prevista. No final de 2019, fruto da pressão comunitária, o Projeto Aldeia da Praia foi alterado, agora

<sup>50</sup> Essa rua é localmente conhecida com General Titan.

<sup>51</sup> A interlocução com as lideranças apontou que se torna comum famílias efetuarem o movimento de retorno ao Titanzinho, muito em função de não se adaptarem ao modelo de habitação multifamiliar característico do conjunto habitacional Alto da Paz.

sem remoções e prevendo a reforma de calçadas, praças, melhorias de pavimentação, do sistema de drenagem, de saneamento e abastecimento de água<sup>52</sup>.

Em 2021, um novo fato passa a perturbar os moradores do Titanzinho. Trata-se da intenção de ‘requalificar’ o entorno do antigo Farol do Mucuripe (tombado pelo governo estadual na década de 1980), anunciado pelo Decreto Estadual nº 34.451/2021<sup>53</sup> (Figura 19). O decreto definiu 14 mil metros quadrados ao redor do Farol como espaço de utilidade pública, objetivando a preservação e a acessibilidade mediante a obra de urbanização. O dissenso em torno do projeto é a previsão de remoção de 88 casas, para construção de praça e estacionamento. No final de 2021, passaram a ocorrer visitas para registro de casas, gerando aflição em seus habitantes que não desejam deixar o local.

Figura 19 - Perspectiva de Intervenção Urbana no antigo Farol do Mucuripe



Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/moradores-questionam-projeto-turistico-que-preve-desapropriacoes-no-entorno-do-farol-do-mucuripe-1.3196272>. Acesso em 18 de jun. 2022.

<sup>52</sup> No trabalho de campo no Titanzinho, lideranças comunitárias apresentaram obras de pavimentação, drenagem e saneamento interrompidas ou incompletas, além de problemas nas praças construídas em áreas de intensa movimentação de areia.

<sup>53</sup> A partir de 2020, o MP-CE passou a cobrar providências para evitar o desabamento do Farol, tombado pelo governo do estado. O Decreto Estadual nº 34.451/2021 surge nesse contexto, prevendo, entre outras ações, a retirada de moradores.

Desde então os moradores buscam uma alternativa ao projeto de Requalificação do Farol proposto pelo governo do Ceará, considerado insatisfatório por trazer nova ameaça de remoção para conjuntos residenciais distantes e não contemplar usos mais adequados às necessidades e desejos dos habitantes (como a reativação de um museu que funcionou nesse Farol, desta vez, representativo da comunidade).

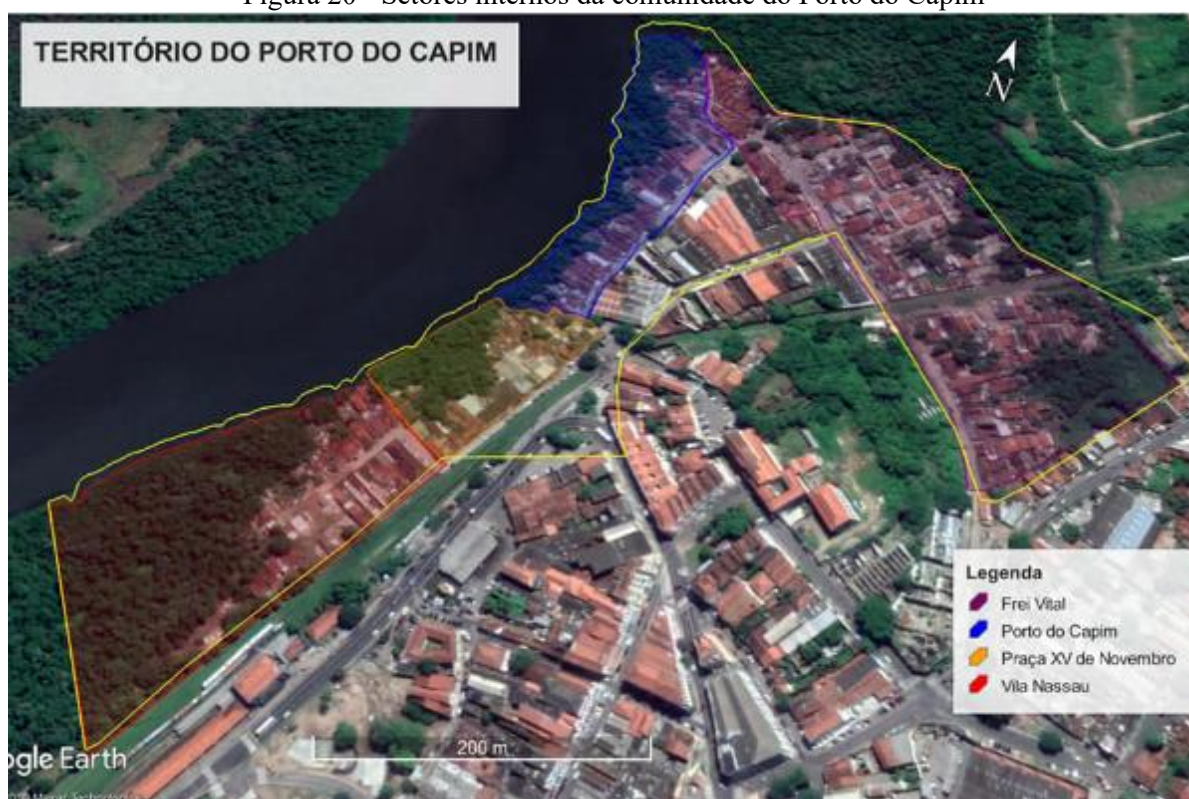
Entre 2022 e 2024, a organização comunitária tornou-se mais coesa para confrontar o governo do estado do Ceará. Como resultado, ocorreu a revogação do decreto em abril de 2024 e, em setembro do mesmo ano, foi assinado a ordem de serviço de seu restauro, que também resgatará o Museu do Jangadeiro com o objetivo de preservar a história da navegação e pesca na região, uma demanda antiga dos moradores do bairro do Serviluz e da comunidade do Titanzinho.

### 6.3 PARE, OLHE, ESCUTE: AQUI TEM GENTE! A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM, EM JOÃO PESSOA - PB

A constituição e ocupação da cidade de João Pessoa ocorreu às margens do Rio Sanhauá, afluente do Rio Paraíba, mais precisamente onde está localizado o bairro do Varadouro. A ocupação da área foi marcada pelo funcionamento de um atracadouro que atendia às demandas de abastecimento da capital. Além do porto, nos primeiros séculos, às margens do rio e em suas ilhotas, famílias asseguraram sua reprodução social por meio dos recursos disponíveis nesse ambiente (Gonçalves, 2014).

Apesar da inviabilidade técnica de manter o funcionamento do Porto do Varadouro (também chamado de Porto do Capim), a partir da década de 1940, uma comunidade denominada de Porto do Capim se reproduziu no local (Figura 20).

Figura 20 - Setores internos da comunidade do Porto do Capim



Fonte: Perfil Porto do Capim em Ação na rede social *Facebook*. Acesso em: 15 maio. 2024.

Moradores do entorno e migrantes de outras cidades da Paraíba e de outros estados no Nordeste consolidaram a pesca artesanal no ambiente ribeirinho como a atividade produtiva que dá sustento econômico e marca sua paisagem e cultura, colaborando para territorializar essa população (Gonçalves, 2014; Silva, 2014; Silva, 2016; Severo, 2022) <sup>54</sup>.

O antigo porto e a comunidade que se formou em seu entorno integram o Centro Histórico de João Pessoa (CHJP)<sup>55</sup>. Nesse sítio, as ações de preservação foram intensificadas ao longo da década de 1990, com parcerias e comissões interórgãos, culminando no ‘Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa’ e no ‘Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim’ (Figura 21).

<sup>54</sup> Os seus moradores convencionaram uma setorização interna da comunidade, que se apresenta pelos setores de Porto do Capim, Vila Nassau, Vila Frei Vital e Praça XV de Novembro, surgidos a partir da expansão e distribuição das famílias. Quando nos referimos à comunidade do Porto do Capim, referimo-nos aos moradores de todos os setores.

<sup>55</sup> Neste ínterim, Gonçalves (2014) destaca que no perímetro de conservação patrimonial do Centro Histórico de João Pessoa, definido pelo IPHAN, a comunidade de Porto do Capim é representada como polígono de entorno, e dadas as funções ambientais que tais zonas desempenham, os efeitos do tombamento se estendem à comunidade.

Figura 21 - Praça Antenor Navarro, no Centro Histórico de João Pessoa



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Naquele momento, já se previa o uso turístico da área, com a praça de eventos e parque ecológico, e, para a referida comunidade, estruturas de uso residencial, com a construção de um conjunto habitacional (Silva, 2020) (Figura 22).

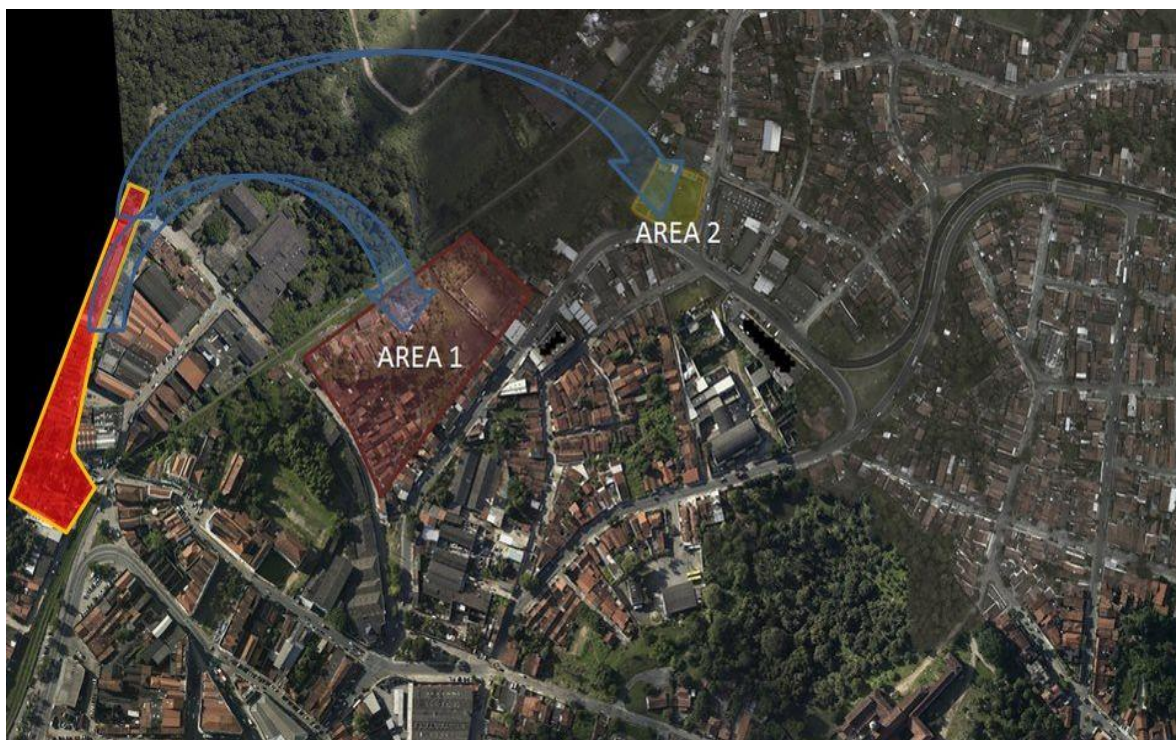
Nesse contexto, surgem novas articulações que ameaçam a territorialidade da comunidade do Porto do Capim, em que já são abertamente declaradas as intenções de sua remoção para fins de urbanização turística do lugar (Gondim e Rocha, 2010), desconsiderando, contraditoriamente, sua existência e importância histórico-cultural. Prevvia-se a atividade turística como alavanca de investimentos privados, a partir de um novo projeto, agora denominado “Projeto de Revitalização do Porto do Capim” (Silva, 2016; Silva, 2020).

Seguindo esse plano, no ano de 2013, a segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) incluiu João Pessoa com o Projeto de Revitalização do Porto do Capim. No lugar do antigo cais, continuava a intenção de construir uma Arena de Eventos e um parque ecológico, entretanto, com a remoção de 420 residências (Gonçalves, 2014; 2021)<sup>56</sup>, indicando a contradição do discurso e no projeto proposto.

---

<sup>56</sup> Todas as obras previstas podem ser verificadas no sítio eletrônico do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1791/>

Figura 22 - Projeção da comunidade do Porto do Capim (em vermelho) e das áreas (1 e 2) a receberem cerca de 420 famílias removidas



Fonte: Perfil Porto do Capim em Ação na rede social *Facebook*. Acesso em: 15 maio. 2024.

Entre os anos de 2014 e 2016, a comunidade ampliou o diálogo com a UFPB<sup>57</sup>, resultando em uma série de ações, entre as quais se destacam: o Relatório de Violações aos Direitos Humanos sobre a comunidade do Porto do Capim (CRDH-UFPB, 2014) e a elaboração de um Master Plan<sup>58</sup> de requalificação do Porto do Capim. Tais documentos traziam recomendações, justificativas e propostas para que os órgãos envolvidos no projeto de requalificação – a PMJP, o IPHAN e a SPU<sup>59</sup> – se alinhassem aos interesses da comunidade. Entretanto tais proposições não foram consideradas pela PMJP, conforme será demonstrado com os acontecimentos seguintes.

Entre os comunitários, há a convicção de que uma remoção não atende suas necessidades. Além do corte no vínculo identitário, são relacionados impactos de ordem econômica, ao eliminar as possibilidades de trabalho com o rio e com o mangue (marisqueiras,

<sup>57</sup> A importância dessa articulação, concretizada por meio de um Programa de Extensão, será detalhada no próximo capítulo.

<sup>58</sup> Nessa proposta, discutida e elaborada junto à comunidade, um terço das famílias permaneceriam em suas casas, outro terço teria suas casas reformadas, e o restante (112 famílias) seria realocado para o setor do Cortume. Essa articulação e o material produzido foram fundamentais para aprovação de um projeto de urbanização no ano de 2024.

<sup>59</sup> Cada uma dessas entidades, dentro de suas áreas de atuação, apresentavam medidas ofensivas. A PMJP atuava como executora do projeto; o IPHAN propunha um modelo patrimonialista material/arquitetônico, desconsiderando a cultura imaterial presente no Porto do Capim; a SPU excedia-se de seu papel de regulador das terras, cedendo espaço para as obras em terras que não competiam ao domínio da União, e omitindo-se de prover e gerir a regularização fundiária da população já instalada.

pescadores, catadores de caranguejo, canoeiros) e impactos sociais, uma vez que as construções propostas não mantêm as formas cotidianas de relações familiares e de vizinhança.

No ano de 2019, acentuou-se a tensão entre a PMJP e a comunidade. Dessa vez, a investida era a intenção de construção do Parque Ecológico Sanhauá (projeto também aprovado no PAC 2 - Cidades Históricas), que no lançamento foi apresentado ao segmento turístico da cidade, reforçando os laços com o setor pró-crescimento, prevendo praça, mirante, elevador panorâmico, passarela elevada sobre o mangue, ciclovias, calçadas requalificadas e estacionamento com 80 vagas, a ser construído numa área de 193 m<sup>2</sup> (com aterro de mangue), no setor ‘Vila Nassau’<sup>60</sup>, a partir da remoção de aproximadamente 160 residências (Figura 23).

Figura 23 - Perspectiva do Parque Sanhauá



Fonte: Silva (2020).

Naquele mesmo ano (2019), a Prefeitura notificou as famílias do setor Vila Nassau, sem que houvesse tempo hábil de organização local para tal medida<sup>61</sup>. Segundo as lideranças

<sup>60</sup> Prefeito de João Pessoa apresenta projeto do Parque Ecológico Sanhauá para o trade. Disponível em: <https://turismoemfoco.com.br/v1/2019/04/16/prefeito-de-joao-pessoa-apresenta-projeto-do-parque-ecologico-sanhaa-para-o-trade/>. Acesso em: 15 maio. 2024.

<sup>61</sup> Fato amplamente notificado na mídia, sendo uma delas a matéria veiculada no Portal G1-PB: ‘Famílias do Porto do Capim, em João Pessoa, são notificadas para desocupar casas’, disponível em: [https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/19/familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-sao-notificadas-para-desocupar-casas.ghtml?fbclid=IwY2xjawFyCFxleHRuA2FlbQlXMAABHeT3pOHuu2Flt8400JPvHy8ReHH3oZ-A060TLXuljWnQhXmh2TO6YBKHzw\\_aem\\_\\_pwkY1j\\_Seku3tHb\\_-3m\\_g](https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/19/familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-sao-notificadas-para-desocupar-casas.ghtml?fbclid=IwY2xjawFyCFxleHRuA2FlbQlXMAABHeT3pOHuu2Flt8400JPvHy8ReHH3oZ-A060TLXuljWnQhXmh2TO6YBKHzw_aem__pwkY1j_Seku3tHb_-3m_g). Acesso em: 15 maio. 2024. Ainda sobre remoções, entre 2016 e 2017 ocorrem acordos entre a Prefeitura e alguns moradores desse setor que

comunitárias, a PMJP tentou tratar o setor da ‘Vila Nassau’ como uma comunidade separada do que se convencionou chamar de ‘Comunidade do Porto do Capim’, além de propor acordos individuais com as famílias, o que foi considerada uma estratégia de fragmentar a resistência.

As recorrentes tentativas do poder municipal de promover obras, sem diálogo e participação da comunidade, motivaram suas lideranças a recorrer ao Ministério Público Federal (MPF) solicitando a interrupção das obras por violação à dignidade dos moradores e dos danos causados pelas demolições<sup>62</sup>. Embasaram a Ação os termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige anuência das comunidades em projetos de intervenção em seus territórios e o fato de a Prefeitura não possuir cessão à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) da área onde se encontram os moradores da comunidade. No início de 2020, por decisão da Justiça, foram interrompidas as obras, proibidas as ações de demolição, a abordagem aos moradores e outra intervenção no local referente ao Parque Ecológico Sanhauá, até que fosse estabelecido um consenso dialogado com a comunidade<sup>63</sup>.

No ano de 2023, em meio a mais uma tentativa empreendida pela PMJP de desqualificar os valores fundadores da identidade ribeirinha de Porto do Capim<sup>64</sup>, surgiu a possibilidade de aderir ao ‘Programa Periferia Viva - Urbanização de Favelas’, criado pela Secretaria Nacional de Periferias, integrante do Ministério das Cidades.

O referido Programa prevê a seleção de projetos de urbanização em áreas carentes de tais ações, por meio de um Plano de Ação pactuado com a comunidade via recurso do

---

aceitaram a remoção para o conjunto habitacional Saturnino de Brito, situado a 3Km do Porto do Capim. Com isso, algumas casas chegaram a ser demolidas. As demolições ocorreram desconsiderando recomendações do Ministério Público Federal-PB e envoltas em irregularidades ambientais que geraram uma série de problemas e inconvenientes aos moradores que permaneceram no Porto do Capim, como detalhado por Severo (2022).

<sup>62</sup> A petição inicial da referida ACP (nº 0809683-26.2019.4.05.8200), disponível em: <https://apps.mpf.mp.br/aptsmpf/protected/download/recuperarIntegraUnico?modulo=0&sistema=portal&etiqueta=PR-PB-MANIFESTA%C3%87%C3%83O-10260%2F2019>. Acesso em: 10 jul. 2024, e as publicações de Severo & Barbosa (2021) e Silva (2020) demonstram que, entre 2015 e 2019, houve empenho do MPF, por meio de audiências, recomendações e formação de Grupos de Trabalho, para sensibilizar a PMJP sobre os direitos da comunidade. Entretanto os esforços não resultaram em acordo e a gestão municipal iniciou as ações para uma desocupação, gerando uma Ação Civil Pública em desfavor da gestão municipal.

<sup>63</sup> No âmbito do Processo nº 0809683-26.2019.4.05.8200 junto à 1ª Vara Federal da Paraíba, após a decisão judicial e sob nova gestão municipal, em 2021, ocorreu uma reunião entre representantes de secretarias da PMJP e lideranças em busca de um consenso para a questão. Na ocasião, os integrantes da comunidade opuseram-se à ideia de remoção. Por sua vez, os representantes públicos propuseram uma comissão e novas reuniões para dialogar sobre uma nova proposta de projeto urbano, mas essa medida não prosperou, mantendo-se ações ofensivas no plano judiciário.

<sup>64</sup> Em meio a tentativas de diálogo com a PMJP, a comunidade tomou conhecimento de que a administração municipal, por meio de sua Procuradoria, realizou uma reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal Regional Federal (5ª Região) e questionando o laudo antropológico do MPF, que reconheceu como comunidade tradicional e ribeirinha. Dias depois, a Defensoria Pública da União (DPU), em defesa dos interesses da comunidade, apresentou a contestação da referida reclamação. Notícia veiculada no portal de notícias Brasil de Fato-PB (<https://www.brasildefatopb.com.br/2023/08/07/defensoria-se-diz-surpresa-com-a-pmjp-por-acionar-stf-para-remover-moradores-da-comunidade-porto-do-capim>). Acesso em: 15 maio. 2024.

Orçamento Geral da União, disponíveis para estados, municípios e Distrito Federal (Brasil/MCidades, 2023). As lideranças comunitárias, apoiadas pelo MPF-PB e DPU, propuseram à PMJP um anteprojeto de intervenções, requisito obrigatório do Edital<sup>65</sup>. Foi proposto o Master Plan, elaborado no âmbito do Programa de Extensão “Requalificação Urbana, Patrimonial e Ambiental do Porto do Capim”, efetuado nos anos de 2015/2016 pela UFPB.

Em 2024, o projeto apresentado pela comunidade do Porto do Capim foi selecionado para receber investimentos da ordem de R\$ 100 milhões, por meio do Programa Periferia Viva (Figura 24), de modo que as famílias que moram no local permaneçam em seu território<sup>66</sup>.

Figura 24 - Anúncio de investimentos federais na comunidade Porto do Capim, por meio do Programa PAC Periferia Viva



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-Rjv5pPOaQo> (2024).

As obras são de infraestrutura (saneamento, iluminação pública, drenagem, entre outros), construção de trapiches para atender às demandas dos moradores, além da realocação de moradores que estão em áreas de alagamento para outro setor no próprio território

<sup>65</sup> Mesmo em meio a tratativas para adesão ao programa de urbanização de favelas, a PMJP continuou a realizar intervenções indesejadas e em desacordo com os interesses da comunidade, como em março de 2024, ao realizar demolições em prédios desocupados na comunidade, surpreendendo moradores e o comércio local, causando prejuízo na rotina e deixando a população assustada, como informou a AMPC em suas redes sociais.

<sup>66</sup> Informação noticiada no Portal G1 (<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/05/08/pac-selecoes-joao-pessoa-porto-do-capim.ghtml>). Acesso em: 15 maio. 2024.

comunitário. O lançamento das obras foi realizado em um evento que contou com a presença do presidente da República<sup>67</sup>, em agosto de 2024, na cidade de João Pessoa.

#### 6.4 BEM-VINDO À VILA, NÃO ESTAMOS À VENDA: A COMUNIDADE DA VILA DE PONTA NEGRA, EM NATAL-RN

O bairro de Ponta Negra está situado na porção sul de Natal, a aproximadamente 15km do centro histórico da cidade. O primeiro núcleo de ocupação do bairro, hoje denominado Vila de Ponta Negra (Figura 25), situa-se nas imediações da praia (homônima ao bairro). Até a primeira metade do século XX, a vila se constituía em um espaço de reprodução social e econômica de grupos de pescadores/agricultores que viviam afastados dos principais bairros da cidade do Natal<sup>68</sup>.

A partir das melhorias na estrada carroçável que ligava a praia de Ponta Negra à Rodovia BR-101 (realizadas entre as décadas de 1940 e 1950), na década de 1960 intensifica-se a ocupação dessa área por veranistas provenientes de Natal. A consolidação/melhorias de acessos em direção a esta área propiciou o lançamento de loteamentos próximos à praia e no final da década de 1970 são entregues dois conjuntos habitacionais<sup>69</sup>. Situados nas imediações da Vila, os conjuntos e as casas de veraneio alteraram a dinâmica ambiental e social do lugar, ocupando dunas e áreas à beira-mar, além de inserir essa praia no contexto citadino da classe média da época (Maciel, 2011; Pinheiro, 2011).

Com a gradual integração com outros bairros, dada pelas melhorias na Av. Engenheiro Roberto Freire (antiga estrada carroçável da década de 1940) e a conclusão do programa Parque

---

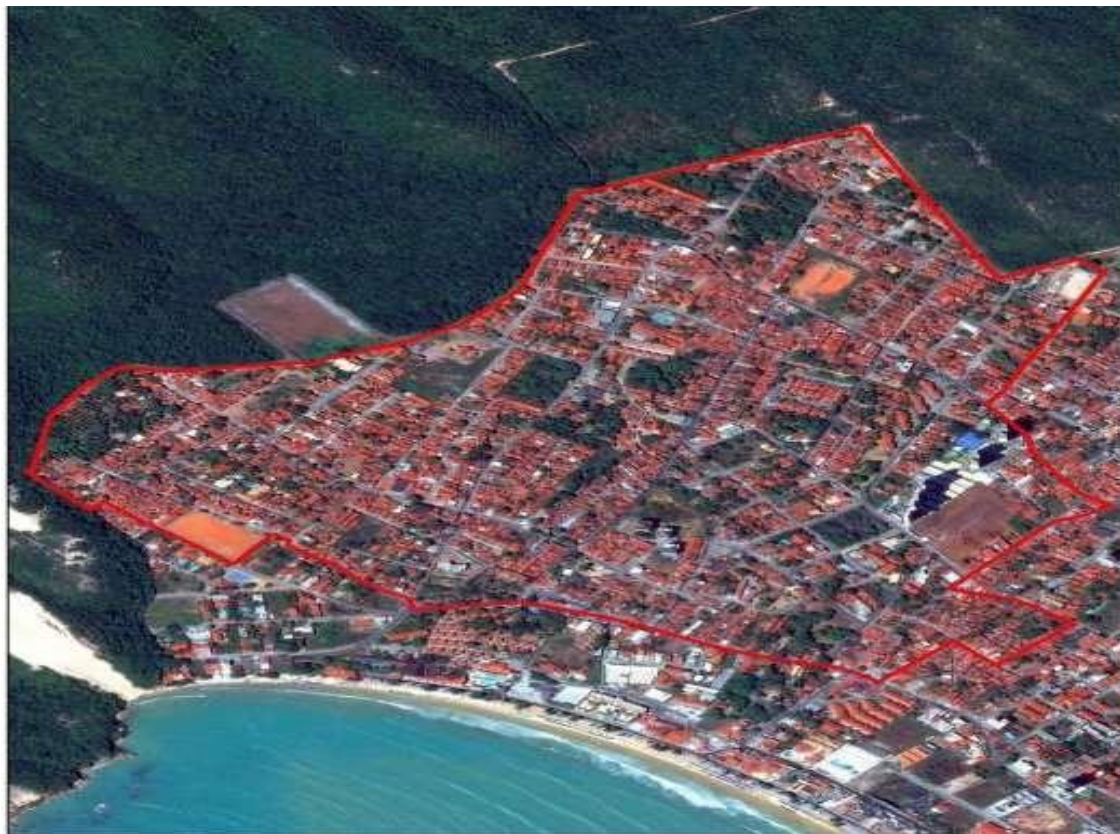
<sup>67</sup> O lançamento das obras do PAC Seleções na Paraíba, incluindo o projeto de urbanização no Porto do Capim, ocorreu dia 30/08/2024, no Centro de Convenções de João Pessoa. A cerimônia pode ser acompanhada no Canal Gov, e o anúncio dessa obra é realizado no minuto 18 do vídeo transmitido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Rjv5pPOaQo>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>68</sup> Silva (2006) apresenta referências de que os primeiros habitantes tenham sido oriundos dos municípios de São José de Mipibu e Nísia Floresta, hoje integrantes da Região Metropolitana de Natal. Além da pesca, esses moradores desenvolviam agricultura nas áreas de tabuleiro, a partir de onde hoje se situa o Centro de Lançamentos Barreira do Inferno da Aeronáutica. Os conflitos fundiários entre a comunidade da Vila de Ponta Negra e agentes imobiliários datam da década de 1950, quando um empresário desse ramo apresentou-se como proprietário de cerca de 500 hectares de terras utilizadas para agricultura comunitária. As doações de parte dessas terras à Paróquia de Natal e à Aeronáutica silenciou a contenda, mas, na prática, restringiu o acesso dos moradores às áreas de plantio e impediu a própria expansão da Vila (Bezerra, 2010; Neverovsky, 2005). Por não estar relacionado ao turismo, esse conflito não foi abordado neste trabalho.

<sup>69</sup> Chamados Ponta Negra e Alagamar, com 1.837 e 158 unidades unifamiliares, respectivamente, integravam políticas públicas de habitação popular (Souza, 2008).

das Dunas/Via Costeira, no final dos anos 80<sup>70</sup>, inicia-se um processo de refuncionalização turística no bairro de Ponta Negra (Pinheiro, 2011).

Figura 25: Praia de Ponta Negra, com destaque para a Vila de Ponta Negra



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB (2016).

A população da Vila de Ponta Negra, até então predominantemente de pescadores e seus descendentes, cresce com a chegada de novos grupos populacionais<sup>71</sup>, alterando-se também sua composição laboral, uma vez que parte desses moradores passou a se dedicar a serviços domésticos, à construção civil, aos pequenos comércios, e depois, a trabalhos informais destinados a turistas frequentadores da praia (Silva, 2006; Rodrigues, 2007; Knox, Araújo & Paiva, 2020).

A crescente heterogeneidade social e os processos de autosegregação promovida pelos imigrantes (Fechine, 2011) são diretamente proporcionais ao processo de expulsão de

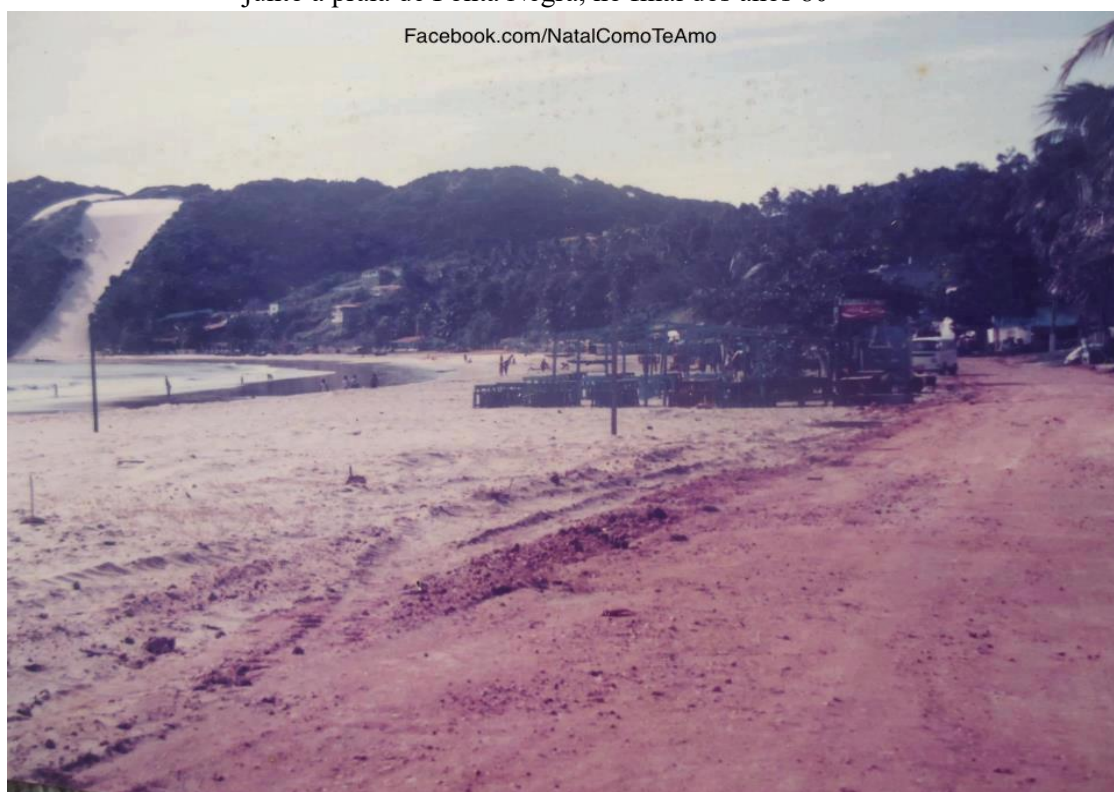
<sup>70</sup> O projeto Parque das Dunas/Via Costeira representou um marco para o turismo de massa, no segmento de sol e mar, na cidade do Natal. Pois, ao mesmo tempo que se criava uma via de ligação entre as praias urbanas da cidade (praias do Forte, do Meio, dos Artistas e Areia Preta) e a praia de Ponta Negra, permitia-se a construção de hotéis de grande porte, para incrementar a oferta de hospedagem à beira-mar.

<sup>71</sup> De acordo com o Anuário Estatístico de Natal de 2023 o bairro de Ponta Negra possui 23.038 habitantes. Segundo Guarda (1983, apud Silva, 2006), em 1920, a Vila de Ponta Negra possuía menos de mil habitantes; em 1980, teria dois mil e seiscentos. Atualmente, dados da Unidade Básica de Saúde da Vila registram uma população de 14 mil habitantes.

moradores originários da Vila (Neverovsky, 2005). Silva (2019) observa que movimento de substituição populacional promoveu a resistência comunitária manifestada em histórias de partilha do espaço e do trabalho, pela valorização da cultura local e respeito à natureza. Nesse contexto, os moradores mais antigos da Vila resguardam sentimentos de comunidade, alicerçados na prevalência das relações familiares que marcaram o início da constituição desse povoado (Silva, 2006).

No final da década de 1980, dois eventos combinados afetaram o território. O primeiro refere-se a um projeto urbano a cargo da administração municipal que facilitou o acesso de pedestres e carros à linha de praia, com provisão de calçada, iluminação e pavimentação da Avenida Erivan França (Souza, 2008)<sup>72</sup> (Figura 26). Além disso, a instituição da Zona de Interesse Turístico - ZET 1 (Lei municipal 3.607/87) alterou as normas de construção terrenos contíguos à Vila. Foram situações que favoreceram a ocupação turística do espaço, contribuindo para promover a desterritorialização da Vila, pois, capturaram áreas utilizadas pela Vila para a pesca e residência.

Figura 26 - Construção da Avenida Erivan França, junto à praia de Ponta Negra, no final dos anos 80



Fonte: Natal Como Te Amo/Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.239354772814133&type=3>. Acesso em 22 out.2024

<sup>72</sup> Por ter sido construído na área da dinâmica praial, esse acesso terá repercussões conflituosas trinta anos depois, com o avanço do mar e a consequente diminuição da faixa de areia disponível para atividades de lazer e operações da pesca.

A consolidação da turistificação da praia e do bairro de Ponta Negra ocorreu com as ações do Prodetur/RN I (concluído em 2002), principalmente no que concerne às obras de infraestrutura básica e urbanização turística (Fonseca, 2005). Com os recursos destinados, implantou-se o sistema de saneamento e melhorias na circulação (iluminação, pavimentação e calçadas) que resultaram no embelezamento paisagístico dessa porção sul da cidade. Uma das principais polêmicas girou em torno da retirada de 87 barracas instaladas na areia, por meio de ordem judicial em 1999, decorrente de conflitos entre barraqueiros de praia – a maioria empregava moradores da Vila – e donos de restaurantes na orla (Silva, 2006; Bezerra, 2010; Dias, 2015).

A requalificação urbana colocaria Ponta Negra na posição de polo turístico da capital (Neverovsky, 2005). Às boas vias de acesso são incorporados prestadores de serviços de lazer e entretenimento (hotéis, shoppings, restaurantes, bares, centros de artesanato) e de serviços urbanos destinados a moradores e turistas (supermercados, academias, faculdades, padarias, bancos etc.), complementando uma cadeia de serviços que torna essa região da cidade um lugar para a produção e consumo de serviços (Pinheiro, 2011).

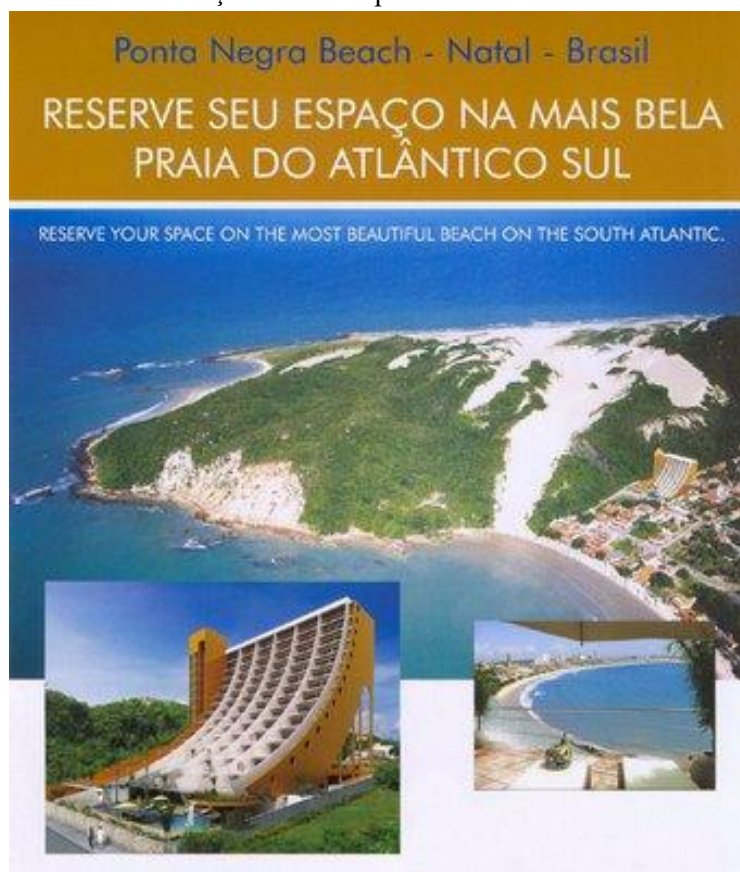
A obra de saneamento permitiu que o padrão urbanístico de adensamento e aproveitamento do solo do bairro fosse elevado<sup>73</sup>. Somado a outros fatores (posição geográfica à beira-mar, o apelo turístico e a diferença cambial), isso favoreceu o aumento do número de equipamentos hoteleiros nas ruas mais próximas à praia e a aceleração da verticalização nas principais vias de circulação do bairro. Na Vila de Ponta Negra, ocorre o aumento de condomínios horizontais e uma crescente pressão para instalação de condomínios verticais, onde empreendedores turístico-imobiliários e clientes, predominantemente imigrantes brasileiros e estrangeiros, consolidam uma apropriação territorial (Neverovsky, 2005; Rodrigues, 2007; Ferreira, 2009; Fachine, 2009; Pinheiro, 2011; Mendonça, 2017; Pereira, 2024).

---

<sup>73</sup> O adensamento corresponde à relação entre o número de habitantes e a área de uma determinada unidade imobiliária. O coeficiente de aproveitamento é dado pela relação entre a área construída e a área do lote. Na prática, elevar tais índices permite a construção de mais unidades habitacionais e área por lote. A Lei complementar nº 27/2000 transformou parte de Ponta Negra (incluindo parte da Vila) em Zona Adensável, elevando o padrão de adensamento para 350hab/ha (antes 225hab/ha) e permitindo um coeficiente de aproveitamento de 3,5 (antes 1,8). Por sobrecarga na infraestrutura urbana, em 2007 esses parâmetros foram revogados, retornando aos de adensamento básico. Ao final da década dessa “janela” de adensamento (2000-2010), Pinheiro (2011) identificou 91 prédios construídos e 25 em construção (com quatro ou mais pavimentos) no bairro de Ponta Negra, com destaque para o modelo “*apart-hotel*” ou *flat*. Nesse período, foi o bairro que apresentou mais lançamentos de empreendimentos e ofertas de unidades habitacionais, atingindo o dobro desses números em relação aos demais bairros da cidade, segundo Mendonça (2017). Nos anos que se seguiram, a produção imobiliária manteve-se aquecida. Dados da PMN (2018) demonstram que, entre 2007 e 2019, o bairro de Ponta Negra foi o que mais adicionou área construída na cidade de Natal.

A especulação tem, até mesmo, ameaçado o conjunto cênico-paisagístico composto pelo Morro do Careca e as dunas associadas que integram a Zona de Proteção Ambiental (ZPA-6)<sup>74</sup> de Ponta Negra. Aproveitando-se de imprecisões no zoneamento urbano incidente na Vila<sup>75</sup>, empreendedores imobiliários licenciaram a construção de prédios – de 16 a 20 pavimentos – dentro da Vila de Ponta Negra (Figura 27).

Figura 27 - Reprodução do encarte de uma construtora/imobiliária natalense anunciando a construção/venda de prédios ao lado do Morro do Careca



Fonte: Movimento SOS Ponta Negra.

Disponível em: <https://sospontanegra.blogspot.com/2006/09/olha-s-o-pecado-anncio-1.html>.

Acesso em: 24 set. 2024.

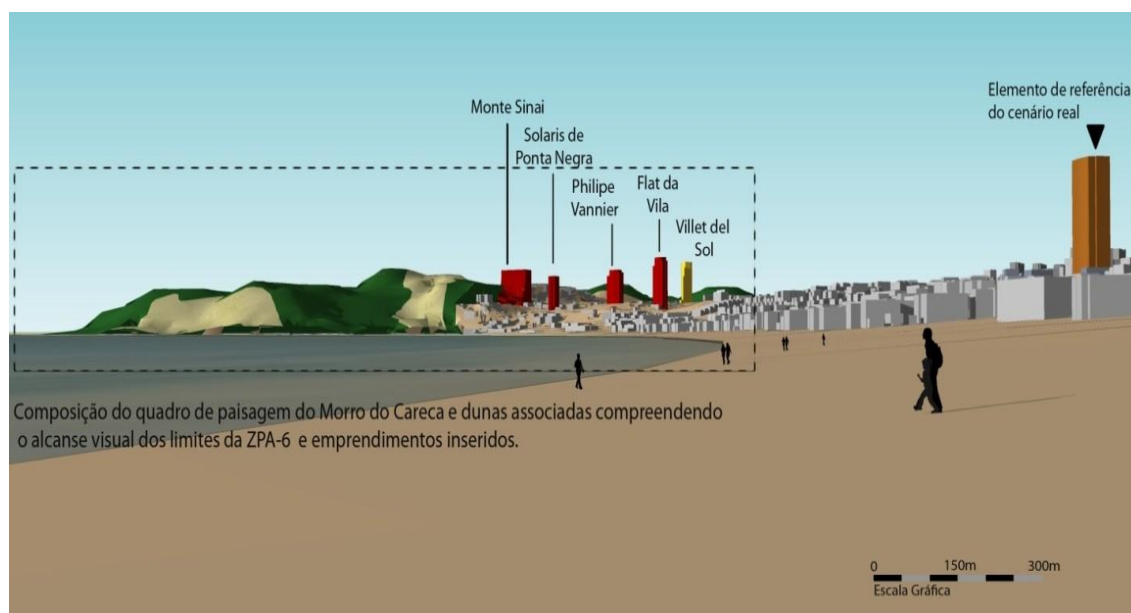
Tal fato, além de sobrecarregar o já saturado sistema de saneamento, comprometia a visão da paisagem do Morro do Careca, importante “símbolo” da cidade (Figura 28).

<sup>74</sup> A Zona de Proteção Ambiental 06 (ZPA-06) é composta pelo Morro do Careca e dunas fixas contínuas. É descrita como um recanto natural de notável beleza por seus aspectos panorâmicos, florísticos, paisagísticos, de interesse cultural, recreativo e turístico (PMN, 2018). Além disso, o Morro do Careca foi decretado Monumento Natural, por meio da Resolução nº 002/2008, do Conselho Municipal de Cultura do Município de Natal.

<sup>75</sup> Dias (2015) esclareceu que os locais das construções não estavam no perímetro da ZPA-06, cujo controle de gabarito é limitado a 7,5m, e nesse sentido atendiam à legislação urbanística em vigor. Entretanto o impacto ambiental das construções sobre o conjunto paisagístico não foi considerado na licença concedida.

Este contexto motivou, em 2006, o surgimento de movimentos sociais para denunciar, combater e impedir a construção de espigões entre os anos de 2006 e 2010, em embates contra a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon/RN) e o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do RN (Creci/RN). Os tensionamentos envolvendo esse conflito ocasionaram situações de ameaça à integridade física e patrimonial dos líderes do movimento<sup>76</sup>.

Figura 28 - Simulação da paisagem do Morro do Careca e dunas associadas, considerando a construção de empreendimentos licenciados entre 2006 e 2010



Fonte: Nobre *et al.* (2010), apud, Dias (2015).

Em 2023, ressurge um conflito envolvendo terras na Vila, mais precisamente o terreno de 7 mil metros quadrados onde está instalado, desde 1951, o Clube Esportivo Botafogo da Vila de Ponta Negra. O capítulo inicial desse conflito foi escrito em 2003, quando a renovação de concessão de uso do terreno (doador pelo governo estadual, em 1993, ao clube) foi interrompida por um processo judicial movido por um empresário do ramo imobiliário. Mesmo que os documentos apresentados pelo empresário demonstrem obscuridades em relação aos registros de transferências, como expôs Bezerra (2010), a comunidade perdeu a ação judicial nas duas primeiras instâncias e agora, frente à movimentação do processo, o campo do Botafogo, um dos poucos (se não o único) espaços de lazer dentro da Vila para a realização de atividades esportivas, culturais, educativas e sociais, está ameaçado.

<sup>76</sup> As situações são relatadas nas entrevistas realizadas com integrantes do movimento e no documentário 'Não estamos à venda' (2022), produzido pelo Vir-a-Vila. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PgpTRIqncndc>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Além das questões fundiárias, também se verifica um gradual processo de desterritorialização dos pescadores artesanais que residem na Vila de Ponta Negra. As ofensivas envolvem desde a urbanização da avenida à beira-mar, passando por fechamento de acessos públicos à praia utilizados por essa comunidade<sup>77</sup> até a colocação das pedras do enrocamento de contenção de ondas, que resguardou uma ínfima área para utilização dos pescadores, como medidas tomadas pelo executivo municipal (Figura 29).

Figura 29 - Resultado da obra de enrocamento (à esquerda) e pedras colocadas na área que pescadores utilizam para atracar suas embarcações (à direita)



Fonte: Pesquisa de campo - acervo do autor, em 2024 (à esquerda) e Jornal Tribuna do Norte, em 2013, (à direita).

A situação foi agravada com o avanço do mar ao longo dos últimos anos. Em 2024 intensificaram-se os esforços da gestão local em realizar um aterro hidráulico (engorda) na praia de Ponta Negra para diminuir a erosão costeira resultante do avanço do mar sobre a Avenida Erivan França (urbanizada em 1988) e o Morro do Careca. As implicações desse processo erosivo, e dos conflitos, iniciaram em 2012 com a destruição de trechos do calçadão da avenida. Dias (2015) expôs como foi necessária a intervenção do MPE para que a instalação das pedras de contenção das ondas (enrocamento) não impedissem o acesso das embarcações de pesca ao mar. A obra da engorda contribuiu para aumentar a apreensão e a tensão entre os pescadores em relação à mais uma etapa do processo de desterritorialização com a diminuição espaço de

<sup>77</sup> No início dos anos de 1990, a PMN concedeu a uma construtora da cidade um terreno da união que acabou por fechar a rua João Rodrigues de Oliveira, que dava acesso à praia. Em contrapartida, a empresa beneficiada construiu uma escadaria de acesso à Vila que não atende satisfatoriamente os moradores/pescadores. O Inquérito Civil - MPF nº 1.28.000.002169/2012-18 para apurar os indícios de irregularidades foi arquivado em 2019. Disponível em: <https://apps.mpf.mp.br/aplusmpf/portal#/collapse41000000000097629048>. Acesso em: 22 ago. 2024.

operação de seus barcos. Tal situação torna-se mais apreensível com a falta de informações sobre a execução e a ausência de garantias de manutenção da pesca, acarretando perda de renda da comunidade pesqueira.

A execução da engorda acontece envolta em uma série de polêmicas (questionamento de estudos ambientais, ações judiciais, decreto de calamidade pública, entre outras) e somente após protestos e recurso ao Ministério Público, passou-se a prever condicionantes que incluam medidas para a segurança econômica dos pescadores locais.

## 6.5 INTERSECÇÕES TERRITORIAIS ENVOLVENDO CONFLITOS E URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM CONTEXTOS URBANOS DE CAPITAIS NORDESTINAS

Além de subsidiar a compreensão dos conflitos que afetam as áreas da Vila dos Pescadores do Jaraguá, do Titanzinho, do Porto do Capim e da Vila de Ponta Negra, os relatos feitos neste capítulo fornecem dados que nos permitem entender a dialética de afirmação e negação que se estabelece entre populações e atores hegemônicos no *push and pull* territorial (Haesbaert, 2004).

Serão destacadas, num primeiro recorte, as intersecções em termos de ação e seus meios; portanto, os processos de territorialização e as formas de territorialidade, respectivamente, produzidos pelos quatro grupos populacionais em questão.

Nesse exercício, deve-se considerar que as dimensões simbólicas e materiais não podem ser tomadas como instâncias separadas. Portanto, os objetos materiais, sejam naturais ou artificiais, utilizados na territorialização das populações são indissociáveis das ações produtivas, políticas e culturais, e cuja imbricação – objetos e ações – dá o tom das territorialidades características desses grupos (Cataia, 2011; Porto-Gonçalves, 2002; Haesbaert, 2004). As características gerais dos territórios e seus conflitos estão apontadas no Quadro 07.

Quadro 07 - Características dos territórios e conflitos aprofundados na análise

| <b>Característica</b>                           | <b>Vila dos Pescadores - AL</b>                                | <b>Titanzinho – CE</b>                          | <b>Porto do Capim - PB</b>                                     | <b>Vila de Ponta Negra – RN</b>                 |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| <b>Época da ocupação</b>                        | Década de 1940                                                 | Década de 1960                                  | Década de 1930                                                 | Década de 1940                                  |
| <b>Identificação Cultural</b>                   | Comunidade pesqueira tradicional marítima                      | Comunidade pesqueira marítima                   | Comunidade pesqueira tradicional ribeirinha                    | Comunidade pesqueira tradicional marítima       |
| <b>Situação atual do entorno</b>                | Bairro litorâneo<br>Centro histórico                           | Bairro litorâneo                                | Centro histórico                                               | Bairro litorâneo                                |
| <b>Início do(s) conflito(s)</b>                 | 2005                                                           | 2008                                            | 2007                                                           | 2006                                            |
| <b>Política Pública vinculada</b>               | Prodetur/NE                                                    | PAC 2                                           | Prodetur/NE<br>PAC 2                                           | Prodetur/NE                                     |
| <b>Motivação imediata do conflito</b>           | Projeto de urbanização                                         | Projeto de urbanização                          | Projeto de urbanização                                         | Projeto de urbanização /Mercado imobiliário     |
| <b>Ator ofensivo</b>                            | Governo Municipal                                              | Governo Municipal e Estadual                    | Governo Municipal                                              | Governo Municipal/<br>agentes imobiliários      |
| <b>Interação com o turismo</b>                  | Nenhuma                                                        | Pouca                                           | Pouca                                                          | Ampla                                           |
| <b>Discurso atrelado à desterritorialização</b> | Violência; Risco ambiental; Área invadida; interesse turístico | Violência; Risco ambiental; interesse turístico | Violência; Risco ambiental; Área invadida; interesse turístico | Violência; Risco ambiental; Interesse turístico |
| <b>Desfecho do conflito</b>                     | Remoção total da comunidade                                    | Remoção parcial da comunidade                   | Remoção parcial da comunidade                                  | Ameaças e perdas de espaços de uso comunitário  |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Percebe-se que todos os grupos populacionais afetados pelos conflitos, em sua condição produtiva, estão vinculados à atividade pesqueira. São grupos que consolidaram uma ocupação, ainda em meados do século XX, dedicando-se à pesca marítima ou fluvial como alternativa à ausência de oportunidades, num período em que o setor primário respondia pelas oportunidades de reprodução social e econômica de significativa parcela da população do Nordeste.

Dois desses territórios, Vila de Ponta Negra/Natal e Titanzinho/Fortaleza, guardavam, no momento inicial das ocupações, configurações de isolamento e distanciamento dos núcleos urbanos centrais e foco da atenção das elites na metade do século passado; enquanto as outras duas, Vila dos Pescadores do Jaraguá/Maceió e Porto do Capim/João Pessoa, se consolidaram nas brechas do tecido urbano deixadas pelas práticas portuárias cada vez menos dinâmicas a partir do processo industrial-rodoviário que se instalava no País, resultando no abandono lento e gradual do interesse estatal e imobiliário sobre tais áreas.

Dessa forma, verificam-se contextos residuais de reprodução socioterritorial alinhados ao que Pereira & Dantas (2021) e Dantas (2019) definem como práticas marítimas tradicionais a se constituírem pelas atividades da pesca (especificamente a artesanal), portuária (comercial) e militar (Marinha), e que pautaram a ocupação das zonas de praia das cidades do Nordeste brasileiro.

Assim, pelas necessidades de superar as barreiras socialmente impostas à territorialização, decorrentes do isolamento de demais porções das cidades ou da segregação no interior delas, os quatro grupos populacionais desenvolveram laços afetivos, familiares, solidários e de pertencimento entre si cujas relações, historicamente cristalizadas, podem ser consideradas como comunitárias (Weber, 1999), habilitando suas lideranças a se identificarem como comunidades<sup>78</sup>.

Favorecidos pela localização junto aos recursos hídricos, esses grupos se constituíram como comunidades tradicionais. Conforme comentado anteriormente, tais grupos mantêm relação de dependência com a terra, o mar e os recursos florestais, cuja produção, vinculada a tais elementos, é essencial para a manutenção social.

Pelas características descritas acima, fica evidente a íntima relação que esses grupos desenvolveram com os ecossistemas para a produção, em sentido amplo, englobando suas atividades laborais e suas relações sociais. As entrevistas e demais registros realizados

---

<sup>78</sup> Procuramos evitar o uso desse termo ao longo do trabalho, por não dispor dos subsídios empíricos necessários para essa identificação. No entanto, agora que esses subsídios estão mais evidentes, podemos, portanto, adotá-lo a partir deste ponto, ao nos referirmos às populações da Vila dos Pescadores do Jaraguá, Titanzinho, Porto do Capim e Vila de Ponta Negra.

demonstraram como o mar, o rio, o mangue e as dunas que circundam esses territórios foram incorporados como materialidades e, ao mesmo tempo, base para as atividades laborais e de identificação que forjam suas territorialidades.

Entretanto, os centros históricos e, em especial, as praias, passaram à condição de espaços de desejo de novas práticas sociais, ligadas ao turismo e ao lazer, sejam vinculadas à permanência temporária na escala de horas ou poucos dias, utilizando-se de estruturas hoteleiras ou permanentes/ocasionais, proporcionadas por segundas residências, cuja repercussão será a transformação, utilização e valorização desses ambientes dentro dos novos sentidos de uso, delineados como práticas marítimas modernas (Pereira & Dantas, 2021; Dantas, 2019).

Dessa forma, situadas nas imediações desses ambientes, as quatro comunidades também guardam entre si o fato de estarem “no caminho” dos setores turísticos e imobiliários, que se apropria da paisagem como matéria-prima fundamental, transformando o espaço em fator de produção para realização de interesses econômicos.

Os conflitos surgem no processo de efetivação da primeira fase do Prodetur/NE (1996-2002), política pública criada pelos governos para reestruturar o espaço (principalmente o urbano) para o turismo na região Nordeste, com priorização das capitais dos estados. Nos anos seguintes, os investimentos foram providos pela União, com a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma política de maior amplitude, envolvendo outros eixos de atuação, com destaque para os relacionados à infraestrutura urbana.

Assim, as realidades detalhadas sintetizam as tentativas de imposição de uma urbanização turística que ratifica a Zona Costeira da região Nordeste como um recurso a ser lapidado para os investimentos privados, sem prescindir, entretanto, do lastro de políticas públicas nas diversas esferas de execução, sejam federais, estaduais ou municipais, em conformidade com os preceitos do neoliberalismo. Assim, os conflitos vinculam-se ao processo de turistificação dos bairros por meio da urbanização, levados pelos poderes executivo, cuja necessidade a ser atendida, segundo os próprios comunitários, nunca foram eles, mas, sim, os agentes do setor imobiliário interessados nas novas paisagens urbanas a surgir com a efetivação dos projetos de requalificação.

Entretanto a pesquisa mostrou haver diferenças entre alguns aspectos ligados às comunidades que influenciam as dinâmicas dos conflitos, as quais envolvem a formação socioterritorial das comunidades e o nível de articulação e papéis assumidos pelos agentes imobiliários e de governo.

Com relação às formações socioterritoriais, verifica-se que a maioria das comunidades analisadas mantinha relativo isolamento, com pouca interação com os bairros do entorno.

Ademais, a segregação socioespacial gerada pela urbanização turística estigmatiza esses territórios como locais de violência e como favelas. Identificou-se como mais emblemático o caso da Vila dos Pescadores do Jaraguá, que se apresentava extremamente confinada e segregada, apesar de inserida no mais importante corredor turístico-imobiliário de Maceió. No outro extremo, tem-se a Vila de Ponta Negra, na qual seus residentes se submeteram, com o avanço turístico-imobiliário, ao comércio de praia, aos veranistas e aos turistas. Nesse último caso, portanto, o estigma de lugar perigoso e violento tem sido atenuado pela conotação de lugar cosmopolita, por misturar o rústico e bucólico modo de vida de seus moradores tradicionais aos padrões comportamentais dos recém-chegados moradores “globais”.

No caso da Vila dos Pescadores do Jaraguá, do Titanzinho e do Porto do Capim, em função de oportunidades de financiamento e mudanças eleitorais, os projetos de urbanização idealizados pelos agentes hegemônicos voltam à tona de tempos em tempos, permanecendo, no entanto: as obscuras intenções de remoção que incidem sobre as comunidades; a ausência de diálogo por parte dos poderes locais; a construção de narrativas oportunistas de desqualificação ambiental, como as de área “de risco”, “de invasões” ou “favela”, atribuídas aos territórios. A essas narrativas, tem se somado o argumento da cidade empreendedora que apresenta no potencial turístico das áreas ocupadas, tendo como argumento os benefícios econômicos propiciados pelos projetos urbanísticos-imobiliários, amplamente difundidos junto à opinião pública.

Além disso, nessas comunidades, a violência aplicada nas ações de desterritorialização exigiria o protagonismo de um ator detentor da capacidade de provê-los com amplo exercício de autoritarismo. Por isso, em todos os casos, os conflitos têm a participação dos poderes públicos locais, denotando sua relevante participação na preparação das melhores condições para a reprodução dos atores privados.

No geral, o poder público é o agente hegemônico que oprime, exerce a violência e tensiona as comunidades. Mas, os dados coletados também evidenciam a presença dos investidores privados, especialmente do setor imobiliário, como interessados nesses conflitos. As lideranças comunitárias entrevistadas, como será mostrado, expressam a convicção que os discursos empregados pelo agente público esconde a intenção de promover a captura dos territórios como um recurso à reprodução capitalista desses grupos por meio da urbanização turística.

Sobre esse íterim, houve a oportunidade de se verificar a atuação mais refinada e articulada da coalizão de forças pró-crescimento, como citado por Gottdiener (2016) sobre a comunidade da Vila de Ponta Negra. Nesse caso, prefeitura, empresários do setor imobiliário e

do segmento turístico alinham o discurso em debates públicos, em prol de propostas de regulamentação urbanística e de projetos urbanos de seus interesses, sem que haja tempo e espaço para questionamentos acerca da capacidade social e ambiental de assimilar as mudanças e os impactos gerados.

O resultado dos processos de desterritorialização também varia entre os grupos analisados. Revelam-se diferentes graus de organização dos territórios, após os anúncios e surgimento das primeiras medidas ofensivas. Em decorrência do jogo de forças, os resultados têm sido extremos, situando-se de um lado a remoção total (Vila dos Pescadores do Jaraguá) e de outro a conquista de recursos públicos que não somente permitam a permanência, mas a melhoria das condições de vida (Porto do Capim), considerando o que seus habitantes avaliam como prioritário. Quais fatores podem explicar essas diferenças serão os assuntos abordados no próximo capítulo.

## 7 O TERRITÓRIO COMO ABRIGO E AS DIMENSÕES DA RESISTÊNCIA

O capítulo que se inicia dedica-se à tarefa de apontar como as quatro comunidades litorâneas envolvidas nos conflitos territoriais explanados anteriormente resistem às ofensivas e lutam para permanecer abrigados em seus territórios. Para tal, serão evidenciadas as principais ações adotadas no sentido de definir a reterritorialização dos atores não hegemônicos em seus contextos de luta.

A articulação dessas premissas, sintetizadas nas propostas da multidimensionalidade/integração e do uso dos sistemas de objetos e ações pelos grupos sociais que constituem os territórios, serão fundamentais para a compreensão das estratégias de resistência evidenciadas ao longo da pesquisa e que, portanto, foram organizadas segundo as dimensões política, ambiental, cultural e econômica, acrescidas de outras duas dimensões que indicaram influência determinante nos contextos analisados, ao qual denominamos de dimensões urbanística e jurisdicional.

Na **dimensão política** da resistência, foram destacadas as iniciativas que buscam dar autonomia às comunidades por meio da constituição de formas de representação próprias e de parcerias com grupos e instituições externas. Nessa dimensão, levou-se em consideração, portanto, a possibilidade de múltiplas escalas de poder, as quais tensionam alguns dos princípios tradicionalmente atribuídos ao Estado, como o monopólio da jurisdição e do poder político sobre os territórios. Dessa forma, a escala priorizada foi a do espaço cotidiano comunitário, com a consolidação dos arranjos internos e ligações externas que contribuem para o bem-estar das populações, mas, principalmente, dialogam com os conflitos e a busca por assegurar o território.

Os trabalhos de campo apresentaram um conjunto de ações tomadas pelas comunidades que, de certa forma, derivam da dimensão política. Referimo-nos ao que propomos chamar de dimensões urbanística e jurisdicional<sup>79</sup>. Optamos por dar-lhes tratamento separado pela importância e complexidade que adquiriam em alguns dos conflitos analisados.

A **dimensão urbanística** foi inserida pela constatação de que os conflitos analisados são antecidos por alterações ou criações de normas urbanísticas que visam regular os usos e ações que serão definidos pelos atores hegemônicos. Esse fato alinha-se à proposição de que as

---

<sup>79</sup> A função jurisdicional compete ao Poder Judiciário. É uma das funções do Estado e resultado da manifestação da sua soberania. Diz respeito ao dever de o Estado responder às pretensões que lhe são dirigidas na solução dos conflitos intersubjetivos, controle das condutas antissociais e controle difuso da constitucionalidade normativa (Vieira, 2010).

normas são políticas e, com isso, estruturadoras da realidade, um dado fundamental do território (Santos, 2009), ao passo que, no contexto das cidades, as normas urbanísticas são providências que revelam os interesses sobre a definição da terra urbana como um recurso disponível ao mercado.

Ainda nesse quesito, como sinalizado, evidencia-se a conotação política do conceito de território, vinculando solo e Estado. Elden (2010) expôs as conexões e distinções entre os conceitos de terra e território. Para ele, a terra é uma relação de propriedade, algo que o capitalismo considerou como um ativo, um recurso escasso. Uma vez regulada pelas relações de produção, ela adquire contornos de território. Ou seja, na disputa por lógicas de reprodução social, a terra figura como uma condição primária para os processos de territorialização. Essa condição se reforça dependendo das bases tecnológicas do grupo social em que as comunidades tradicionais podem carregar uma conexão tão intensa com a terra, a ponto de reconhecê-la como uma condição natural ou divina da essência desses grupos (Haesbaert, 2004, 2018, 2020).

Pela função e impacto que possuem para o direcionamento urbano, detemo-nos a analisar as alterações, ameaças, perdas e conquistas, enfim, na dialética da des-terreitorização expressa nos planos diretores municipais das cidades onde se situam as comunidades estudadas<sup>80</sup>. Esteve-se mais atento ao que se prevê em torno do planejamento urbano em relação ao turismo<sup>81</sup> e aos zoneamentos, particularmente em relação à criação ou alteração das Áreas (ou Zonas) Especiais Turísticas, Ambientais, Histórico-culturais e Sociais. Além disso, buscou-se identificar o desfecho do empenho comunitário em acionar instrumentos de regularização fundiária e provisão de melhorias urbanas, conforme previstas no Estatuto das Cidades (EC), pela Lei 10.257/2001, na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Decreto nº 6.040/2007) e na Portaria da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), nº 89/2010, em favor das comunidades tradicionais.

Nas análises empreendidas para essa dimensão, espera-se verificar em que medida as comunidades conseguem (e quais os caminhos para isso) tensionar a lógica de produção da cidade turística, alvo do interesse do capital turístico-imobiliário, o qual pauta as ideologias e os discursos que transitam entre os responsáveis pela gestão governamental dos territórios.

---

<sup>80</sup> O Plano Diretor, segundo o Art. 182 da Constituição de 1988, é o instrumento básico da política de expansão e desenvolvimento urbano, cuja função é ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade para garantir o bem-estar de seus habitantes. Para isso, estabelece as diretrizes para o uso, ocupação e parcelamento das áreas do território municipal.

<sup>81</sup> Nesse quesito, os Planos Diretores forneceram dados sobre os direcionamentos do desenvolvimento econômico vinculados ao turismo, por isso, preferimos apresentar os dados na dimensão econômica da resistência. A intenção foi confrontar a organização do território em prol dessa atividade, em detrimento de outras possíveis ou já existentes.

Por fim, apresenta-se a **dimensão jurisdicional** dos movimentos de resistência. Os caminhos propostos pelas comunidades têm sido, prioritariamente, a busca por intervenções extrajudiciais, mas, na ausência de acordos, a submissão das contendas à judicialização. No entanto esse segundo caminho pode ser controverso, quando se reconhece que o sistema judiciário e o poder que ele representa não estão “descolados” dos sistemas sociais e políticos de nosso tempo (Dimoulis, 2011). Nesse sentido, é possível identificar um conjunto de limitações e contratempos situados em diferentes níveis quando os conflitos assumem esse caminho.

Em um plano mais contextualizado, Mancuso (2009) elenca os reveses do acesso ao sistema judiciário brasileiro frente às desigualdades socioeconômicas nacionais, que podem inviabilizar que camadas sociais sustentem financeiramente o processo, ou mesmo aguardar seu trânsito, quando o sistema judiciário ainda é marcado por características críticas (lento, elitista, burocratizado, ineficiente e imprevisível), o que leva o autor a afirmar que esse recurso permanece inacessível a uma grande parcela da população.

Num plano intermediário, questiona-se a capacidade da função jurisdicional em prover um desfecho satisfatório para os envolvidos em conflitos, expondo os limites de uma resolução arbitrada (Mancuso, 2009; Tartuce, 2018). Ou seja, o acesso à justiça não garante a resolução do conflito, sendo possível mesmo que a intervenção judicial agrave o quadro preexistente, acirrado pela polarização das partes – vencedor e vencido – ou pelo descumprimento das posturas impostas, por exemplo.

No plano mais amplo da relação social e política, Dimoulis (2011) cita que o saber jurídico se solidifica por meio de regras em sintonia com os princípios que sustentam o modo de produção vigente. Nesse sentido, a estruturação do Direito coaduna-se com a exploração de classes e a manutenção das condições para sua perpetuação, mantendo os privilégios da classe dominante e a produção de exclusões sociais.

Mesmo com as dificuldades supracitadas, essa dimensão se mostra importante para buscar, minimamente, regular a relação entre os grupos e as instituições envolvidas nos conflitos. Nas análises, buscou-se entender como essa dimensão pode ser acionada para assegurar os interesses das comunidades, ou, pelo menos, de alguma maneira, conter a violência envolvida nos processos de desterritorialização.

A **dimensão ambiental** buscou resgatar tanto as relações estabelecidas com os ecossistemas que marcaram a territorialidade das comunidades em questão, quanto às formas de interação com elementos técnicos que foram incorporados aos territórios nesse processo, incluindo aqueles que se agregaram aos projetos urbanos que ameaçam as comunidades. O

esforço empreendido foi de captar antigas e novas formas de se relacionar com o ambiente, extraindo recursos, experiências, acessos e limites disponíveis, reconvertidos em campo de força nos contextos de luta e resistência, como sugerido por Souza (2019). Além disso, procuramos identificar como os sujeitos se expõem aos conflitos no ambiente coletivo, utilizando literalmente seus corpos como frentes de resistência, por meio de aglomerações, protestos de rua e demais enfrentamentos que expressem a corporeidade como objeto de exercício de resistência (Haesbaert, 2020; 2021).

Partindo para a **dimensão cultural** da resistência, quando Bonnemaïson & Cambrezy (1996) percebem o território como um fundador das identidades locais, apresentam-nos a possibilidade de recorrer às formas de representação como definidoras de territorialidades. Assim, nessa dimensão, foram buscadas as referências que expressam essas identidades e que poderiam ser utilizadas para provar, mas, também, reforçar os vínculos territoriais. Alertamos que a dimensão cultural é uma das mais elementares expressões da territorialidade, havendo quem a julgue uma dimensão primaz, a partir das relações estabelecidas com o espaço de vivência de cada grupo populacional. Entretanto interessamo-nos por aquelas formas de expressão cultural vinculadas às lutas, reveladoras de valores de autoidentificação, espiritualidades, símbolos e afetos que estão sendo operados para a resistência contra os processos de desterritorialização. Dessa forma, entende-se que somente uma parte das expressões culturais das comunidades foi apreendida, sendo aquela que, além de exprimir os modos de suas existências, nos permitiu estabelecer a ligação entre identidade e território a serviço das resistências contra os conflitos relatados.

Na **dimensão econômica** do território, buscou-se evidenciar as atividades que, de alguma forma, tensionam a tentativa de supremacia daquelas que são promotoras dos conflitos territoriais. Mostrou-se uma dimensão de difícil identificação, uma vez que, assim como na dimensão cultural, os grupos se reproduzem economicamente de várias formas, e nem sempre essas formas estão representadas como meios de resistência. Assim, além de apresentar as formas tradicionais de se reproduzir nos espaços litorâneos (as chamadas expressões tradicionais da maritimidade, já apresentadas), que, de alguma forma, tensionam os interesses dos agentes interessados em capturar o território como plataforma para explorá-lo como recurso, buscou-se captar os arranjos que subvertem essa lógica e contribuem para um uso do território em consonância com os interesses das comunidades.

## 7.1 A DIMENSÃO POLÍTICA DA RESISTÊNCIA

Para melhor assimilação da maneira como as comunidades se estruturaram no âmbito político foram considerado duas frentes: interna e externa. Dessa forma, optamos por considerar como organização interna aquelas medidas que evidenciavam a coesão comunitária, tais como a existência de associações, a formação de comissões e demais agrupamentos. Já a organização externa diz respeito à articulação entre a comunidade e demais instituições, tais como universidades, partidos políticos, ONGs e movimentos sociais, denominamos articulações externas.

### 7.1.1 Organização interna e articulações externas na Vila dos Pescadores do Jaraguá

Apesar da proposta de adesão do município de Maceió ao Prodetur/NE prever melhorias urbanas que permitissem a permanência da comunidade da Vila dos Pescadores do Jaraguá, ao final das obras no bairro, nenhuma melhoria foi realizada e em 2007 iniciaram as providências para a remoção dos seus moradores.

No contexto do conflito, a principal frente de representação da comunidade foi a Amajar - Associação de Moradores e Amigos do Jaraguá e Região (Vila dos Pescadores), criada em 1988<sup>82</sup>. Mas, durante anos, sua atuação foi retratada como apática na defesa dos interesses da comunidade e na requisição de melhorias urbanas, funcionando, inclusive, sem registro, o que limitava sua capacidade de representação quando as primeiras obras de urbanização foram concluídas e não ocorreram os benefícios previstos. Somente em 2008 a associação foi regularizada para constituir uma frente de resistência ao projeto urbano com intenção de remoção, mas já com o conflito em estágio avançado.

Entretanto, mesmo renovada, a Amajar passou por um processo de fragilização. O enfraquecimento do movimento de resistência partiu, inicialmente, de moradores que não eram pescadores, portanto, não dependiam da permanência naquele local para suas atividades laborais. Esses moradores passam a submeter-se à ideia de remoção e abdicam da proposta original do projeto, que previa a permanência da comunidade.

---

<sup>82</sup> Por meio do sítio eletrônico da Receita Federal, verificou-se que a Associação dos Moradores e Amigos do Jaraguá, inscrito sob o CNPJ nº 12.954.566/0001-31, iniciou suas atividades, sem fins lucrativos, em 1988. Entretanto desde 2022 encontra-se inapta, devido à omissão de declarações. Disponível em: [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp?cnpj=12954566000131](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=12954566000131). Acesso em: 16 set. 2024.

O medo de “perder o direito” dos apartamentos recém-construídos no bairro do Sobral passou, aos poucos, também a afetar famílias de pescadores, tornando mais complexa a coesão comunitária. Nesse contexto, a cooptação e seletiva distribuição de benefícios individuais a moradores, seguidas de pressão psicológica e ameaça patrimonial, foram apontadas como os principais motivos da cisão comunitária e o consequente enfraquecimento da resistência, fato lamentado pela entrevistada:

É importante a união da comunidade. Se você não consegue juntar por conta do medo, tudo fica mais difícil. Ainda bem que para boa parte dos moradores eu consegui mostrar que a melhor solução seria ter ficado. Depois todos perceberam. Os que aceitaram a remoção, principalmente. Se eu tivesse a oportunidade de dar um conselho para alguma comunidade que passa por isso, seria se juntar! Ter certeza do que se quer e permanecer unida é melhor para ela. Se a comunidade tivesse permanecido unida, eles (a prefeitura) não teriam conseguido gerar essa desocupação (M. E., ex-presidente da Amajar, em entrevista, 2024).

Ainda para essa entrevistada, que presidiu a Amajar entre 2008 e 2012, a dissidência impôs a necessidade de atuar em duas frentes. A primeira frente foi interna, no sentido de estabelecer a união dentro da comunidade, uma vez que a divisão não só resultou em desavenças, mas também na descrença da capacidade de reverter o quadro desfavorável instalado no conflito. A segunda tarefa era externa, ligada à frente de combate ao referido projeto e às medidas tomadas pela PMM no intuito de remover a população da Vila dos Pescadores do Jaraguá.

Em termos de articulações externas e delineamento de parcerias as fontes de pesquisa destacaram as ações de pesquisa, ensino e extensão, principalmente nas áreas de Ciências Sociais (Figura 30) coordenadas por docentes pertencentes ao quadro da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Segundo as fontes, os contatos entre a instituição e a comunidade se tornaram mais recorrentes em função das contradições ligadas às obras de urbanização turística no Centro Histórico do Jaraguá (a partir do ano 2000).

Figura 30 – Atividade desenvolvida com apoio de professores universitários na Vila dos Pescadores do Jaraguá



Fonte: Amajar. Disponível em: <https://amajar.blogspot.com/2012/07/quem-e-maria-enaure.html>. Acesso em: 17 set. 2024.

Ao passo que se intensificam os anúncios de remoção da comunidade, outras entidades e grupos se somaram à luta pela permanência dos moradores da Vila do Jaraguá. As ações principais da Universidade e de outras articulações estão expostas no Quadro 08.

Quadro 08 - Articulações externas da Vila dos Pescadores do Jaraguá

| Parceiro                | Ano         | Ação                       | Contribuição                                                                                                                                                                      |
|-------------------------|-------------|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Universidade (UFAL-ICS) | 2006        | Censo Demográfico e Social | Supriu a necessidade de dados atualizados sobre as condições socioeconômicas e culturais da população residente na comunidade, demandados por instituições envolvidas no conflito |
|                         | 2008        | Assembleia com Amajar      | Deliberou a permanência da comunidade e reforçou a necessidade de representação comunitária para construir um posicionamento unificado.                                           |
|                         | 2010        | Realização de Seminário    | Debater com a comunidade aspectos da tradicionalidade do modo de vida ligado à pesca                                                                                              |
| Partidos e políticos    | 2007        | Apoio a Amajar             | Quitar as dívidas da associação facilitando a reorganização comunitária                                                                                                           |
|                         | 2009        | Audiência pública          | Debate com moradores, pescadores, e políticos que se posicionaram contra a retirada dessa comunidade                                                                              |
| ONG (CUT)               | 2007 a 2010 | Projeto de alfabetização   | Desenvolvimento de alfabetização (projeto Todas as Letras).                                                                                                                       |

|                  |      |               |                                                                                     |
|------------------|------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Movimento Social | 2014 | Abrace a Vila | Petição pública, cartas e notas de repúdio e ações de vigília em apoio à comunidade |
|------------------|------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

Pelo que se constatou, com exceção da articulação realizada com a UFAL, as demais ações apresentaram limitações em sua realização.

Segundo a agente de formação do Ponto de Cultura Enseadas das Canoas, a manutenção do apoio de políticos à causa da Vila dos Pescadores do Jaraguá foi comprometida pela repercussão controversa que o conflito assumiu perante a opinião pública. Como resultado dos acordos político-partidários em 2009, o Partido dos Trabalhadores (PT), que até aquele momento possuía um deputado estadual simpatizante à comunidade, absteve-se de apoiá-la, retirando-se do movimento de resistência pela ocasião da parceria estabelecida entre o prefeito de Maceió, Cícero Almeida (Partido Progressista - PP), e o PT.

Sobre a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na ação de alfabetização a instrutora do programa (que se tornou presidente da Amajar) afirma que o foco era a conscientização política para a cidadania e a resistência: “Eles queriam aprender a ler para não ser enganados, assim aproveitávamos as aulas para falar de nossos direitos de comunidade” (M. E. em entrevista, 2024). Entretanto, assim como a participação do PT no contexto do conflito, essa entidade sindical recuou do apoio dado à Amajar e aos comunitários da Vila dos Pescadores, impossibilitando a continuidade do projeto social de importante repercussão para o engajamento político.

O movimento social “Abrace a Vila”<sup>83</sup>, na opinião de S. G, agente de formação do Ponto de Cultura Enseadas das Canoas: “Era um pedido de socorro da Vila a Maceió. E, com isso, todo movimento social e cultural que tinha consciência estava lá. A intenção era criar um fato social, e se criou” (Em entrevista, 2024). As atividades do movimento (Figura 31) ocorreram em três momentos, com a realização de panfletagem, shows, apresentações e exposições culturais de materiais produzidos por crianças e jovens da Vila, sempre que a PMM anunciava providências para a remoção da comunidade. Entretanto elas ocorreram após a decisão judicial desfavorável em primeira instância, portanto, em um contexto desfavorável à comunidade.

<sup>83</sup> Imagens, vídeos e textos ligados a esse movimento social podem ser acessados no perfil de uma rede social. Disponível em: <https://www.facebook.com/abraceavila/>. Acesso em: 18 set. 2024.

Figura 31 - Ato do Movimento Social ‘Abraça a Vila’  
no Centro Histórico de Maceió, em 2014



Fonte: Flickr.com. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/131355915@N08/albums/72157648490337904/>. Acesso em: 17 set. 2024.

As lideranças comunitárias avaliaram o movimento de forma positiva, lamentando, entretanto, que a articulação tenha demorado a se concretizar. Pereira (2015) avaliou que o Abraça a Vila favoreceu um reaquecimento da resistência e melhoria na autoestima e imagem dos pescadores da Vila, frente ao processo difamatório promovido pela PMM, amplamente vinculada na mídia política local.

### 7.1.2 Organização interna e articulações externas no Titanzinho

A partir de 2008, quando o Titanzinho, passou a vivenciar ameaças concretas de desterritorialização, manifestadas naquele ano pelo projeto de um estaleiro industrial e renovadas em 2011 e 2021, por meio de projetos de reurbanização turística denominados Programa de Requalificação Viária e Urbana “Aldeia da Praia” e Requalificação do Antigo Farol do Mucuripe, respectivamente, a comunidade possuía uma entidade de representação consolidada no território (AMT) que pôde dar atenção às demandas e insatisfações de moradores em diversos conflitos.

Quando surgiram as primeiras reuniões entre a gestão municipal e os moradores do Titanzinho para tratar do projeto Aldeia da Praia, a entidade que se apresentou como representante da comunidade junto à PMF foi a Associação dos Moradores do Farol do Mucuripe (Asmofam)<sup>84</sup>. Entretanto, alguns moradores ficaram indignados com a conveniência e postura de submissão da referida associação perante a ideia de remoção.

Convicto de que a comunidade estava envolvida numa trama de ‘falsa representação’, um grupo formado por pessoas que seriam mais impactadas pelo projeto adquiriu protagonismo comunitário. É nesse contexto que destacaremos a atuação da Associação dos Moradores da Comunidade do Titanzinho (AMT) e da Comissão Titan.

A AMT, oficializada desde 1986<sup>85</sup>, segundo seu presidente, extrapola o que prevê sua denominação, pois agrega lideranças e possui uma atuação em outros setores do bairro do Serviluz (como Estivas e Farol). A associação também foi descrita como atuante em diversas frentes, sendo as principais: cultura, educação, cidadania e meio ambiente.

Em 2018, quando a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) anunciou a execução do projeto Aldeia da Praia, a AMT (procurada por um grupo de moradores que se indignou com a concepção do projeto), tratou de alertar a comunidade sobre o conteúdo da proposta, em reuniões promovidas nas ruas e convidando todos os moradores, principalmente aqueles mais afetados pela ameaça de remoção (situados na rua General Titan e no entorno do farol).

Por possuírem outras frentes de atuação, os integrantes da AMT sugeriram reuniões quinzenais para discutir o assunto, a partir da formação de um grupo de representantes composto por sete moradores das ruas previstas para remoção. Formou-se, assim, a Comissão Titan.

Como uma espécie de “célula” da AMT para tratar das implicações do referido projeto, a Comissão Titan adquiriu protagonismo no conflito territorial.<sup>86</sup> Estabeleceu-se uma agenda de reuniões e diálogos com as entidades que apoiavam a comunidade – coletivos, ONGs e universidade – e seus membros passaram a frequentar compromissos institucionais, a exemplo de audiências públicas, reuniões de conselhos e com secretarias municipais. Segundo o

---

<sup>84</sup> Por meio do sítio eletrônico CNPJ.info, verificou-se que a Associação dos Moradores do Farol do Mucuripe (Asmofam), inscrita sob o CNPJ nº 07.342.497/0001-75, iniciou suas atividades, sem fins lucrativos, em 2004, voltadas à defesa de direitos sociais. Disponível em: <http://cnpj.info/10462539000116>. Acesso em: 18 jul. 2024.

<sup>85</sup> Por meio do sítio eletrônico CNPJ.info, verificou-se que a Associação dos Moradores da Comunidade do Titanzinho, inscrita sob o CNPJ nº 10.462.539/0001-16, iniciou suas atividades, sem fins lucrativos, em 1986, voltadas à defesa de direitos sociais. Disponível em: <http://cnpj.info/10462539000116>. Acesso em: 18 jul. 2024.

<sup>86</sup> Quando se estabeleceu contato com um dos integrantes da associação para ajustar a coleta de dados referentes ao projeto Aldeia da Praia, fui encaminhado para tratar do assunto com um dos integrantes da Comissão Titan, com quem pude visitar a comunidade, vivenciar algumas atividades da comissão e da associação, além de realizar entrevistas.

presidente da AMT, os integrantes da Comissão Titan passaram a gerir reuniões, falar em público, redigir atas, entre outros aprendizados, o que qualificou a representação e a resistência.

Passados os embates com a PMF, a Comissão Titan continua atuando em parceria com a AMT, cobrando a conclusão das obras previstas na última versão do projeto Aldeia da Praia. Também esteve à frente do combate à intenção de remoção prevista na proposta de requalificação do antigo Farol do Mucuripe (Decreto Estadual nº 34.451/2021, revogado em 2024).

Nas articulações externas da comunidade (Quadro 09) a UFC se mostrou atuante, principalmente em duas áreas de conhecimento, Arquitetura e Artes, contribuindo, cada uma com sua especialidade, no combate aos processos de desterritorialização promovidos pelo Estado (representado pelo governo estadual e prefeitura municipal) e na mobilização popular para a construção de consciência política e defesa dos direitos.

Quadro 09 - Articulações externas do Titanzinho

| Parceiro                   | Ano          | Ação                                   | Contribuição                                                                                                              |
|----------------------------|--------------|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Universidade (UFC - Lehab) | 2019 a 2022  | Projeto extensão (assessoria técnica)  | Fornecimento de informações, cursos de formação política, elaboração de PIRF.                                             |
| Universidade (UFC - Lamur) | 2014 a atual | Projeto de extensão (cursos e eventos) | Apoio a grupos de produção audiovisual presentes no bairro com Cine Clube e amostras anuais.                              |
| Partidos e políticos       | 2023         | Assembleia pública                     | Foi dado o encaminhamento de suspensão do decreto que representava a ameaça de remoção de famílias.                       |
| ONG (Escolinhas de surf)   | 2008 a 2010  | Engajamento                            | Contribuíram no movimento de resistência que impediu a construção de um estaleiro industrial na comunidade.               |
| ONG (Instituto Três Mares) | 2014 a atual | Assistência social                     | Passou a integrar o Conselho Gestor das duas Zeis do bairro (Cais do Porto e Serviluz).                                   |
| Movimento Social (FLMD)    | 2019         | Assessoria técnica                     | Realização de cursos, palestras e debates, sobre a concepção de Zeis e as prerrogativas legais que essa condição garante. |

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

O Laboratório de Estudos da Habitação - Lehab do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFC já desenvolvia projetos de pesquisa e extensão em áreas de remoções em Fortaleza (Pequeno, 2020) quando moradores do bairro do Serviluz passaram a ser atendidos pelo Laboratório. A partir desses contatos, formou-se uma aliança entre o Lehab-UFC e a

comunidade, por meio da AMT, que foi fundamental para instruir a comunidade sobre as ameaças do projeto Aldeia da Praia e orientá-los sobre o significado de ser uma Zeis.

Outra frente de atuação da universidade é desenvolvida pelo Laboratório de Artes e Micropolíticas Urbanas – Lamur, cujo foco é o fomento dos grupos de produção audiovisual presentes no bairro (Gorczewski, 2015). Em 2019, as ações do Lamur-UFC estiveram integralmente direcionadas ao tema das remoções. Foram produzidos vídeos com integrantes da Comissão Titan, intervenções que denunciavam o descaso do poder público e oficinas para produção de materiais informativos referentes aos direitos dos moradores<sup>87</sup>. Nos anos seguintes, as produções continuaram a abordar questões que reforçam a territorialidade da comunidade, articulando arte e resistência em temas que exigem a participação dos moradores (Figura 32).

Imagem 32 - Atividade de extensão do Lamur-UFC nas ruas da comunidade do Titanzinho



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Acerca da articulação com políticos locais, as lideranças comunitárias avaliam como positivo o envolvimento dos dois vereadores (ambos de oposição à gestão municipal), cuja

<sup>87</sup> A lista de produções audiovisuais do ano de 2019, dedicado a contar a luta contra o projeto urbano Aldeia da Praia está disponível em: <https://cineclubeserverluz.wordpress.com/mostra-audiovisual/viii-mostra/> . Acesso em 08/09/2024.

contribuição ocorreu por meio de orientações, elaboração de documentos e cobranças a órgãos municipais/estaduais.

Questionado sobre a atuação de ONGs e projetos sociais no território, o presidente da AMT considera que em decorrência do histórico de desassistência social e violência que acomete o bairro do Serviluz há anos, suas comunidades possuem uma longa trajetória de atuação de organizações e projetos sociais.

Ligadas aos conflitos foram citadas as escolinhas de surf, que, por meio do esporte, desenvolvem ações de estímulo escolar, condição para que crianças e jovens sejam aceitos como alunos/atletas. A possibilidade de perda do incentivo à prática esportiva, socialização e educação foi uma variável a ser considerada nos impactos sociais dos projetos de intervenção.

Além dessas, os entrevistados destacaram a atuação da ONG Instituto Três Mares, cuja frente de atuação é ampla em seu público-alvo<sup>88</sup> e em relação às ações (orientação psicológica e cidadã, arte, cultura e educação), tratando também, nos momentos oportunos, das questões relacionadas às ameaças de remoção, cuja importância das ações é demonstrada pela participação no Conselho Gestor das duas Zeis do bairro (Cais do Porto e Serviluz).

O movimento social denominado Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD), que atua em Fortaleza desde 2014, foi citado como colaborador no combate às remoções de remoção previstas no projeto Aldeia da Praia. A FLMD é composta por moradores, grupos, organizações e entidades ligados aos temas do direito à cidade e à moradia digna. Duas de suas principais frentes de atuação são a defesa das Zeis em Fortaleza e a resistência às remoções decorrentes de projetos urbanos para fins turísticos e imobiliários na cidade.<sup>89</sup> Foi nesse contexto que ocorreu o encontro entre o Titanzinho e o referido movimento.

### **7.1.3 Organização interna e articulações externas no Porto do Capim**

Após as obras de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (CHJP), em 2007, realizadas no âmbito do Prodetur/NE, as informações sobre a remoção da comunidade do Porto do Capim, dentro de um projeto de urbanização turística previsto no PAC 2, começavam a ser difundidas pela PMJP. Nesse contexto, com poucos detalhes sobre o que seria a obra e o destino

---

<sup>88</sup> No dia 18 de novembro de 2023, foi possível participar de uma das atividades realizadas pelo Instituto Trêsmares, o curso on-line Atuação e participação comunitária: (des)construindo saberes, com duração de 6 horas/aula. Na ocasião, foram discutidas metodologias de ações em prol das comunidades a partir de diferentes perspectivas (Políticas públicas, Organização da Sociedade Civil, Academia e Comunidade).

<sup>89</sup> Ver: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Frente\\_de\\_Luta\\_por\\_Moradia](https://wikifavelas.com.br/index.php/Frente_de_Luta_por_Moradia). Acesso em: 22 jul. 2024.

dessa população, a atuação de uma entidade existente no território, denominada Associação dos Amigos e Moradores do Porto do Capim<sup>90</sup>, foi considerada incompatível com os anseios da comunidade e alinhada à ideia de remoção proposta.

Nesse contexto, grupos de apoio incentivaram a comunidade a criar uma representação que passasse a dialogar com os órgãos envolvidos no referido projeto (Gonçalves, 2021).

Para estimular a representação, em 2010 houve a constituição da Comissão Porto do Capim em Ação (CPCA), formada por moradoras de todas as subáreas da comunidade, junto com professores universitários, movimentos sociais e ONGs atuantes no território. Em termos operacionais, foram promovidos encontros semanais (Figura 33), abertos à comunidade, em locais diversos (sede da Fundação Casa, residências, igreja, escola, restaurante), cujas convocações eram intensificadas nos encontros com órgãos da PMJP e outros envolvidos no conflito, como expôs Gonçalves (2021; 2014).

Figura 33 - Reunião da Comissão Porto do Capim em Ação, em 2013



Fonte: Associação de Mulheres do Porto do Capim (2013).

Até o ano de 2014, a CPCA se tornou a principal representação da comunidade. Mediados pela comissão, os moradores decidiram pela permanência no seu sítio histórico de ocupação, além de buscar conhecer, discutir e participar da concepção do projeto. Entre as

---

<sup>90</sup> Não foi encontrado o registro dessa Associação.

estratégias para cumprir esses objetivos, ficou acordado reivindicar melhorias em serviços e equipamentos urbanos, reativar atividades culturais que reforçassem sua identidade territorial, além de melhorar as condições ambientais (CPCA, 2015, Severo, 2022; Gonçalves, 2014; Lins, 2018).

Pela necessidade de dar centralidade à representação comunitária, um grupo de mulheres integrantes da CPCA decidiu formalizar-se enquanto associação, resultando na Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC)<sup>91</sup>. Segundo suas integrantes, busca-se estar à frente das lutas por melhores condições de vida, em defesa da identidade, tradição, cultura, saúde, moradia e todos os direitos necessários à manutenção da dignidade dos moradores do Porto do Capim (AMPC, 2014<sup>92</sup>).

A partir desse fato, as lideranças comunitárias passaram a se identificar e agir como grupo autônomo, mas sem perder os vínculos com os parceiros. Assim, mesmo que o diálogo com as entidades constituintes da CPCA continuasse, as reuniões semanais passaram a acontecer somente com as associadas (Lins, 2018; Boaventura, 2016; Gonçalves, 2014; Gonçalves, 2021). A partir de 2014, a AMPC se tornou a principal referência política da comunidade e assumiu o papel de articuladora na luta pelos seus interesses e necessidades.

Outra medida ligada à representação da comunidade foi o agrupamento de jovens residentes no Porto do Capim, alguns dos quais também integrantes da AMPC. A partir de 2015, eles criaram o Coletivo Garças do Sanhauá. A formação desse grupo visa incluir as gerações mais novas nos debates e ações de resistência comunitária, atuando nas áreas cultural, ambiental e econômica. Para isso: I - Promovem formas de representação cultural, sejam artísticas, folclóricas ou religiosas, concentradas no Ponto de Cultura Comunitário mantido pelo coletivo; II - Coordenam uma ação de turismo de base comunitária (TBC), intitulada ‘Vivenciando o Porto do Capim’; III - Realizam melhorias e limpeza em espaços importantes, como o manguê e o trapiche público.

Os dados revelaram que, em termos de articulação externa, a UFPB foi a mais importante parceira da comunidade. O Quadro 10 apresenta uma síntese dessa parceria, bem como outras articulações dessa comunidade.

---

<sup>91</sup> A Associação de Mulheres da Comunidade Porto do Capim, de CNPJ nº 19.840.512/0001-94, iniciou as atividades em 2014 e mantém-se em situação ativa. Disponível em: [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_Solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp). Acesso em: 30 set. 2024.

<sup>92</sup> Informação publicada no perfil Porto do Capim em Ação, na rede social *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/PortoDoCapim>. Acesso em: 30 set. 2024.

Quadro 10 - Articulações externas do Porto do Capim

| Articulador                               | Ano         | Ação                                      | Contribuição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------|-------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Universidade (UFPB – Dep. de História)    | 2010 a 2020 | Projetos extensão (educação patrimonial)  | Promoção do ensino da história local e debates sobre a tradição, cotidiano e defesa de seus direitos dos jovens da comunidade.                                                                                                                                                                                                         |
| Universidade (UFPB – Dep. de Direito)     | 2015 e 2016 | Projeto de extensão (assessoria técnica)  | Elaboração do Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Universidade (UFPB – Dep. de Arquitetura) | 2015 e 2016 | Projeto de extensão (assessoria técnica)  | Elaboração de um <i>Master Plan</i> denominado “Alternativa de Requalificação do Porto do Capim”.                                                                                                                                                                                                                                      |
| Partidos e políticos                      | 2013 e 2019 | Audiências públicas                       | Moradores puderam expressar a insatisfação com os rumos dos projetos de urbanização previstos.                                                                                                                                                                                                                                         |
| ONG Coletivo Jaraguá                      | 2014 a 2015 | Projeto Museu do Patrimônio Vivo Cultural | Mapeamento de formas de expressões culturais no Porto do Capim e a realização de cursos de Formação de Agentes Culturais Comunitários.                                                                                                                                                                                                 |
| ONG Fund. Casa de Cultura Cia da Terra    | 2010 a 2021 | Projetos de integração cultural e social  | Realizou ações de integração social e política da comunidade com o CHJP.                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Movimento Social                          | 2013 e 2019 | Ocupe o Porto do Capim                    | Apresentações (música e teatro) de paraibanos, oficinas (artesanato, grafite, percussão), grupo folclórico da comunidade, venda de produtos, ações de saúde pública, plantio de árvores, palestras e debates sobre patrimônio, direito à cidade e ameaças de remoção, montagem de uma árvore genealógica da comunidade <sup>93</sup> . |

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

À medida que os conflitos com a PMJP se acirravam, projetos de extensão da UFPB foram desenvolvidos no Porto do Capim, com o apoio e envolvimento da AMPC e do coletivo de jovens Garças do Sanhauá. A culminância dessa parceria foi o Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim, em João Pessoa-PB, também chamado de Programa de Extensão “Abraça o Porto”, executado em 2015 e 2016 (Silva, 2016). No programa, havia ações ligadas aos eixos de História e Patrimônio, do Direito e da Arquitetura.

As ações extensionistas na vertente histórico-patrimonial - os projetos “Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e Ensino de História no Porto do Capim (João Pessoa- PB)” e “Rolezinho do Porto do Capim: Cultura e Protagonismo Juvenil”, destinados a crianças e

<sup>93</sup> A montagem da árvore genealógica foi assessorada pela Ong Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra e vencedora do prêmio Periferia Viva de 2023. O prêmio seleciona ações populares de entidades comunitárias para receber apoio técnico e financeiro destinado a aprimorar as suas atividades.

jovens, respectivamente - contribuíram para formação política de jovens que compõem o Coletivo Garças do Sanhauá.

No eixo do Direito, o “Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim”, elaborado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB (CRDH-UFPB), além de apontar as ilegalidades cometidas pela PMJP, pelo Iphan e pela SPU, no âmbito das obras do PAC no Porto do Capim, ao ser encaminhado ao MPF reorientou a postura do órgão, que passou a adotar medidas de proteção aos direitos da comunidade (Costa *et al.*, 2023; Silva, 2016; Souto, 2016; Lins, 2018; CRDH-UFPB, 2014).

No eixo da Arquitetura, uma perspectiva de intervenção urbanística (*Master Plan*), que conciliava os interesses de requalificação urbana com a permanência e as necessidades de infraestrutura da comunidade no seu sítio de ocupação histórica<sup>94</sup>, foi apresentado aos moradores, nas ruas do Porto do Capim, em 2015, contando com a presença do MPF, de representantes da PMJP e da UFPB (Boaventura, 2016). Apesar da proposta não ter sido considerada pela PMJP, que continuou a defender a realocação dos moradores, os resultados dessa ação extensionista reverberaram em 2024, quando o Porto do Capim foi contemplado no Programa PAC Periferia, destinado a urbanizar locais carentes de infraestrutura. O projeto inscrito nesse Programa foi o mesmo elaborado no escopo do projeto de extensão.

Ao avaliar a relação da comunidade com as universidades, as lideranças consideram como positivas as articulações citadas acima, ratificando a existência dessa rede de apoio:

Nosso processo de articulação com os agentes externos, sejam técnicos ou apoiadores, de modo geral, a sociedade civil, é muito eficaz. Sempre que a gente coloca uma mensagem precisando de ajuda ao Porto do Capim em qualquer ação, a gente consegue de forma imediata, porque a gente tem pessoas da universidade e outras instituições que se comprometem desde lá de trás, de 2012, com o Porto do Capim. Então articulação é um ato político muito presente dentro de nossas ações (Coletivo Garças do Sanhauá, em entrevista, 2024).

Os diálogos estabelecidos no trabalho de campo também evidenciam que as lideranças locais desenvolveram um criterioso senso de avaliação sobre a relação com a academia, principalmente com pesquisadores. Com esse discernimento, uma aproximação ocorre somente depois que julgam como pertinentes os benefícios estabelecidos com os pedidos de informações. Vale destacar que as lideranças entendem a importância que o conflito ocorrido no Porto do Capim tem para as investigações acadêmicas e por isso recomendam que os

<sup>94</sup> Os detalhes desse projeto foram obtidos em: <https://www.ufpb.br/antigo/content/programa-de-extens%C3%A3o-apresenta-proposta-alternativa-para-o-porto-do-capim>. Acesso em: 30 set. 2024.

pesquisadores participem da atividade de turismo de base comunitária, em que o conflito é um dos temas tratados.

Nas articulações com políticos, as audiências públicas promovidas pelos integrantes dos legislativos municipal e estadual solidários à permanência dos moradores no Porto do Capim, em 2013 e 2019<sup>95</sup>, para tratar insatisfação dos moradores com os rumos dos projetos de urbanização previstos, foram, segundo Silva (2020), acompanhada pela propensão dos legisladores de base governista a apoiar todas as medidas propostas pela PMJP.

Além disso, a partir das eleições municipais de 2012, os integrantes da CPCA, AMPC e Coletivo Garças do Sanhauá entregaram comunicados, carta e recolheram assinaturas dos candidatos a prefeito de João Pessoa se comprometendo a rediscutir as obras de urbanização turísticas previstas para o Porto do Capim, priorizando a permanência da comunidade e a dotação de melhorias em serviços de saúde, educação e lazer (Figura 34).

Figura 34 – Candidato vencedor da eleição em 2000 na assinatura da Carta de Compromisso do Território Ribeirinho Porto do Capim



Fonte: Coletivo de jovens Garças do Sanhauá. Disponível em:  
<https://drive.google.com/drive/folders/1vMakon5BU83vQPI9T5-J9oOIPDs5CL39>

<sup>95</sup> Informação obtida em ‘Comunidade Porto do Capim realiza evento contra despejo com vereadores, ONGs e Igrejas’. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/comunidade-porto-do-capim-realiza-evento-contra-despejo-com-vereadores-ongs-e-igrejas-257121.html>. Acesso em: 12 jul. 2024. Segundo as informações, os representantes da PMJP não concluíram o rito da audiência, abandonando-a sem ouvir as demandas da comunidade.

Entretanto, o que se verificou ao longo dos anos e se repetiu com a atual administração municipal (2021-2024), mesmo com a assinatura do então candidato-vencedor, foi a desconsideração dessas tratativas.

Em relação à atuação de ONG no Porto do Capim, segundo os diálogos estabelecidos, foi a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra<sup>96</sup> que atuou mais diretamente no conflito. Constatou-se que foi essa entidade que atendeu à solicitação de um grupo de mães para buscar informações nos órgãos do município sobre o projeto de urbanização na comunidade, bem como prestou apoio técnico e logístico para constituir a CPCA e, posteriormente, a formalização da AMPC. Articulada à CPCA e à AMPC, a Fundação estimulou ações de natureza cultural e política, como movimentos sociais e eventos definidos no calendário cultural da comunidade, conforme expôs Gonçalves (2021, 2014).

Ainda no contexto do fortalecimento político da comunidade a ONG Coletivo Jaraguá por meio do mapeamento formas de expressões culturais e realização de cursos contribuiu para a formação político-cultural de jovens que se destacavam como lideranças na resistência<sup>97</sup>.

O processo de resistência do Porto do Capim esteve no centro do movimento social “Ocupe o Porto do Capim”. Em 2013, sob a liderança da CPCA, o evento contou com a participação de ONGs e coletivos culturais atuantes no bairro do Varadouro, além de alunos e professores universitários. Em 2019, agora sob o protagonismo da AMPC e do coletivo de jovens Garças do Sanhauá, o movimento retornou com três edições. Dessa vez, no contexto de notificações de moradores para desocupação de casas onde seria construído o Parque Ecológico Sanhauá.

#### **7.1.4 Organização interna e articulações externas na Vila de Ponta Negra**

Verificou-se que os processos de desterritorialização na comunidade da Vila de Ponta Negra, por meio do avanço da urbanização turística, passaram a ocorrer no final da década de

---

<sup>96</sup> Por meio do sítio eletrônico CNPJ.info, verificou-se que a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, inscrita sob o CNPJ nº 13.020.294/0001-65, iniciou suas atividades, sem fins lucrativos, em 2010, ligadas à exibição cinematográfica, produção de espetáculos de dança, musical e teatral, artes cênicas, entre outras. Encerrou o funcionamento em 31/12/2021. Disponível em: <http://cnpj.info/13020294000165>. Acesso em: 03 jul. 2024.

<sup>97</sup> O Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa é um projeto desenvolvido pelo Coletivo Jaraguá para inventariação e mapeamento das expressões culturais da cidade João Pessoa e municípios do entorno, apontando pessoas, lugares e objetos de grande referência cultural para as localidades envolvidas. O Porto do Capim, além de Território Ribeirinho, tem inventariado os seguintes bens culturais: o bloco Ala Ursa, o carnaval, quadrilha junina, a pesca artesanal e pesca artesanal de mariscos, o rio Sanhauá, o trapiche e a procissão de Nossa Senhora da Conceição. Informações obtidas em: <https://www.coletivojaragua.com.br/bensinventariados>. Acesso em: 02 jul. 2024.

1980, com a decisão de transformar o bairro de Ponta Negra em uma área de interesse turístico, com a efetivação da Zona de Interesse Turístico e obras de urbanização. Os projetos recentes (a partir do Prodetur-NE) reforçaram as ameaças aos espaços de moradia e convivência da comunidade, devido à atuação de agentes do setor de imóveis, acarretando, por exemplo, a tentativa de construção de prédios (os espigões) em terrenos da Vila, além de um conflito pela posse do terreno que sedia o Clube Botafogo, da Vila de Ponta Negra. Mas também geram ameaças sobre os espaços de trabalho (pesca e comércio), concretizadas pelas tensões em torno da obra de enrocamento/engorda (aterro hidráulico) da Praia de Ponta Negra.

No que tange à organização interna dessa comunidade, os relatos referenciaram um passado de maior aproximação social dos moradores em torno do funcionamento do Conselho Comunitário, formalizado em 1987<sup>98</sup>.

Entretanto as atividades de outrora, ligadas aos interesses cotidianos dos moradores (saúde, cultura, comércio, educação, limpeza e iluminação pública), foram enfraquecidas. O motivo, segundo as fontes, foram as intimidações e atentados contra as lideranças (que incluíam diretores do Conselho Comunitário) por parte de proprietários fundiários da Vila de Ponta Negra, em meio aos conflitos envolvendo a construção dos “espigões” e a constituição da Área de Interesse Social da Vila de Ponta Negra (Aeis Vila de Ponta Negra).

O esvaziamento de lideranças à frente do Conselho resultou em sua desativação em agosto de 2023, quando os questionamentos e providências sobre a obra de engorda da praia avançavam, comprometendo a representatividade comunitária no tocante às reivindicações de seus moradores.

Em agosto de 2024, foram realizadas novas eleições para a reativação do Conselho (mandato 2024-2026). Na primeira assembleia, promovida pela diretoria eleita, citou-se que acompanhar as implicações da obra da engorda da praia sobre os pescadores e demais trabalhadores era uma das treze questões principais que afetam a Vila e seus moradores<sup>99</sup> (Figura 35). O conflito envolvendo o campo do Botafogo não foi citado.

---

<sup>98</sup> Por meio do sítio eletrônico CNPJ.info, verificou-se que o Conselho Comunitário de Ponta Negra, inscrito sob o CNPJ nº 12.702.676/0001-06, iniciou suas atividades, sem fins lucrativos, em 1987, voltadas à defesa de direitos sociais. O cadastro da entidade encontra-se inapto desde 2018. Disponível em: <http://cnpj.info/12.702.676/0001-06>. Acesso em: 15 ago. 2024.

<sup>99</sup> As eleições ocorreram no dia 25/08/2024, a posse da chapa vencedora se deu no dia 31/08/2024 e a primeira Assembleia Geral ocorreu no dia 12/09/2024.

Figura 35 - Posse do Conselho Comunitário de Ponta Negra (em 2024)



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

Durante o processo eleitoral do Conselho, foi constatado que a chapa vencedora é amplamente articulada e apoiada por outra frente de representação da Vila, que tem se destacado nos últimos dez anos, o grupo de ativistas do Fórum Vila em Movimento (FVM).

A coordenação do FVM é formada por um grupo de pessoas cuja atuação se volta para a melhoria do meio ambiente, da moradia e da cidadania da comunidade da Vila de Ponta Negra. Alguns de seus idealizadores são ativistas oriundos do movimento social SOS Ponta Negra, que adquiriu notoriedade na cidade por ter construído uma frente de combate às autorizações de construção dos prédios no entorno do Morro do Careca.

Atuando desde 2015, o FVM mobiliza organizações civis e públicas na efetivação de políticas que amenizem os problemas cotidianos da comunidade, principalmente, segundo suas componentes, em educação e saúde. Com a realização de debates públicos, ações de conscientização, limpeza e manutenção de espaços, dentre outras intervenções, o grupo se tornou uma das principais representações da comunidade frente aos conflitos que incidem na Vila.

Em 2019, quando surgiram novas notícias sobre a obra de enrocamento/engorda da praia, o FVM promoveu uma palestra para discutir o assunto. Em 2023, o grupo voltou a debater

o assunto, agora com a realização de uma Audiência Pública Popular, com a presença de autoridades ligadas à obra<sup>100</sup>.

Além disso, o FVM organizou ações de sensibilização sobre os riscos de perda do terreno do Campo do Botafogo Futebol Clube da Vila. Os ativistas mobilizaram as redes sociais e a imprensa<sup>101</sup>, convidando os moradores e usuários para uma vigília coletiva no campo, ao longo do dia 19/05/2023, em resposta às novas movimentações no processo judicial que reclama o domínio sobre o terreno.

No contexto dos conflitos da Vila de Ponta Negra, entre as ações de articulações políticas (Quadro 11) foram citadas duas principais frentes de atuação universitária: o departamento de Artes e o departamento de Arquitetura e Urbanismo, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Quadro 11: Articulações externas da Vila de Ponta Negra

| <b>Articulador</b>                        | <b>Ano</b>   | <b>Ação</b>                              | <b>Contribuição</b>                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------|--------------|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Universidade (UFRN – Dep. de Artes)       | 2004 a 2011  | Projetos extensão (fomento cultural)     | Produziu oficinas, ensaios e registro fonográfico dos grupos.                                                                                                                              |
| Universidade (UFRN – Dep. de Arquitetura) | 2006 e 2010  | Projeto de extensão (assessoria técnica) | Elaborou uma proposta de Plano de Uso e Ocupação da Aéis Ponta Negra, com definições de zoneamento e prescrições urbanísticas, culminando numa minuta de projeto de lei de regulamentação. |
| Partidos e políticos                      | 2021 a 2024  | Audiências populares e emendas           | Recurso destinado a construção de estrutura de pesca; facilitação de aquisição de um Taus para pescadores.                                                                                 |
| ONG Ponto de Memória Rendeiras            | 1998 a atual | Projetos de integração cultural          | Apoia representações folclóricas.                                                                                                                                                          |

<sup>100</sup> A Audiência Popular ocorreu no dia 17/07/2023. Na ocasião, moradores questionaram os secretários de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) e da Secretaria de Infraestrutura Urbana de Natal (Seinfra) sobre os detalhes da obra de engorda e seus impactos na atividade da pesca artesanal, na circulação dos trabalhadores(as) ambulantes e nos diversos usos da orla, além das limitações do sistema de drenagem destinado à Praia de Ponta Negra. Durante o evento, os ânimos se acirraram, e os secretários deixaram o local, encerrando o evento sem que as dúvidas fossem integralmente sanadas.

<sup>101</sup> Campo do Botafogo: moradores protestam e denunciam perda de espaço de lazer na Vila de Ponta Negra para especulação imobiliária. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2023/02/campo-do-botafogo-moradores-protestam-e-denunciam-perda-de-espaco-de-lazer-na-vila-de-ponta-negra-para-especulacao-imobiliaria/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Moradores da Vila de Ponta Negra protestam para manter espaço de lazer que é alvo de disputa judicial com imobiliária. Disponível em: [https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/05/31/moradores-da-vila-de-ponta-negra-fazem-vigilia-para-manter-campo-de-futebol-que-e-alvo-de-disputa-judicial-com-imobiliaria.ghtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=share-bar-mobile&utm\\_campaign=materias](https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/05/31/moradores-da-vila-de-ponta-negra-fazem-vigilia-para-manter-campo-de-futebol-que-e-alvo-de-disputa-judicial-com-imobiliaria.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias). Acesso em: 31 mai. 2024.

Reportagem da TVU Notícias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LbrT0NcsBWE>. Acesso em: 01 jun. 2023.

|                     |              |                     |                                                                                                                               |
|---------------------|--------------|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ONG Casa Socialista | 2023 a atual | Assessoria política | Orientação política e jurídica aos pescadores sobre a obra da engorda da praia.                                               |
| ONG Oceânica        | 2019 e 2023  | Assessoria técnica  | Apoio técnico para compreensão dos impactos ambientais e defesa dos direitos dos pescadores sobre a obra da engorda da praia. |
| Movimento Social    | 2006 a 2010  | SOS Ponta Negra     | Denúncias ao MP-RN que resultaram na interrupção das construções <sup>102</sup> .                                             |

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O projeto denominado “Encantos da Vila”, do departamento de Artes, não era voltado para uma atuação direta nos conflitos territoriais, mas, nas reuniões e debates do projeto as questões em torno do Campo do Botafogo e dos prédios junto ao Morro do Careca eram levantadas pelos mestres e participantes de grupos folclóricos. Assim, havendo o reconhecimento de que os processos de desterritorialização eram ligados à expansão turística e à especulação imobiliária, em um dos anos de funcionamento do projeto de extensão, “o tema da encenação anual do Auto do Natal, cuja contextualização era proposta pelos grupos, abordou o problema do turismo predatório e o aumento da venda de imóveis na comunidade” (T. A. em entrevista, 2024).

Relacionada ao contexto dos conflitos, se destaca a atuação do Departamento de Arquitetura na proposição da Aeis Vila de Ponta Negra, quando os conflitos envolvendo os espigões em Ponta Negra iniciaram, e após, para sua regulamentação<sup>103</sup>. Entretanto o referido projeto não foi continuado, em decorrência de intimidações promovidas por grupos de interesse fundiário aos integrantes do projeto, frustrando a efetivação da proposta de regularização fundiária da Aeis. Nas próximas seções, a referida proposta será abordada.

As principais articulações com políticos foram com os de oposição à gestão municipal. Além da destinação de emendas parlamentares, os políticos têm comparecido a atos públicos e audiências sobre assuntos que impactam a comunidade.

Em abril de 2023, a audiência popular intitulada “O que a Vila de Ponta Negra quer?”, com a presença de ONGs, coletivos e lideranças comunitárias (Figura 36) expôs os principais problemas incidentes no território, citada a luta pela manutenção do Campo do Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra e a necessidade de diálogo sobre o projeto de engorda da

<sup>102</sup> Em 27/12/2006, por meio de recomendação da Promotoria de Meio Ambiente - MPE, a PMN anulou as licenças das construções, conforme consta no processo judicial nº 0201385-23.2007.8.20.0001. Disponível em: <https://pje1gconsulta.tjrj.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/listView.seam>. Acesso em: 21 ago. 2024.

<sup>103</sup> Projeto intitulado “Área Especial de Interesse Social (Aeis) da Vila de Ponta Negra - NATAL/RN: Projeto de regulamentação” (Teixeira & Moraes, 2015).

Praia de Ponta Negra. Para cada tema, o vereador proponente da iniciativa debatia as medidas a serem tomadas e suas respectivas limitações.

Figura 36 - Debate de lideranças com vereador atuante na Vila



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Atendendo às indicações da comunidade, o referido político apoiou atos em defesa do Campo do Botafogo (19/05/2023), promoveu o curso “Engorda de Ponta Negra: impactos ambientais e sociais” (16/07/2024), com especialistas (uma bióloga e um geólogo), além de apoiar um protesto de rua junto a pescadores e rendeiras (24/07/2024) que reivindicavam informações e diálogo acerca desse projeto.

As lideranças ouvidas na pesquisa envolveram-se com a campanha eleitoral que elegeu o político, com a expectativa de ecoar as demandas da comunidade no parlamento municipal. Para D. H, integrante do FVM, “garantir ele lá (o vereador) significa manter o povo dentro da Câmara dos Vereadores, ensinar para o povo que tem que ser partícipe das decisões” (em entrevista, 2024). Assim, as lideranças avaliam que em um ano e meio de mandato (uma vez que ele era suplente, assumindo no início de 2023), o político teve uma atuação positiva, tanto em relação aos conflitos como em outras demandas comunitárias.

No território da Vila de Ponta Negra, as iniciativas sociais promovidas por ONGs ou grupos de engajamento são de promoção de artes e artesanato, esportes, educação, direitos

humanos e formação política<sup>104</sup>. Nos eventos promovidos pelo Ponto de Memória Rendeiras da Vila, por exemplo, o termo “resistência” é empregado para designar as medidas de apoio e valorização das representações folclóricas.

Mais diretamente sobre os conflitos, a Casa Socialista, mesmo com pouco tempo de funcionamento, disponibiliza espaço para que os pescadores possam debater e planejar as reivindicações em relação à obra de enrocamento/engorda da Praia de Ponta Negra. Além dessa entidade, a ONG Oceânica, que fornece apoio a comunidades de pesca tradicional no litoral potiguar, esteve presente nos debates envolvendo o projeto de enrocamento/engorda da praia.

Por fim, registrem-se as mobilizações do SOS Ponta Negra que surgiram quando um anúncio de construção e venda de edifícios ao lado do Morro do Careca chegou ao conhecimento de militantes culturais e ambientais moradores da Vila de Ponta Negra. A partir disso, passaram a denunciar tais construções aos demais ativistas da cidade e ao público em geral, na internet (primeiro em um blog e posteriormente em outras redes sociais) e na rua (com panfletagem e atos públicos)<sup>105</sup>. A repercussão do movimento aumentou quando a cantora Rita Lee, no final do ano de 2006, durante um show realizado em Natal, convocou a população a se postar contra as intenções de construções dos prédios<sup>106</sup>.

Questionada sobre as motivações do movimento, uma de suas lideranças declarou sua preocupação com a especulação imobiliária que avançava sobre o território:

Lá atrás a gente já previa, sem estudo de maré, que aquela avenida da praia um dia poderia ser tomada por prédios e que nós teríamos sombra na praia. Pelo absurdo que foi a construção de outros prédios na Vila, a gente já imaginava. Porque a ganância imobiliária é muito maior do que qualquer pensamento poético e a Vila é a menina dos olhos da especulação imobiliária (D. H., liderança do SOS Ponta Negra, em entrevista, 2024).

Assim, como induz a entrevistada, do outro lado do conflito estava a coalizão formada pela PMN, Sinduscon/RN e Creci/RN. É importante ressaltar que as duas últimas entidades atuam na construção civil e comercialização de imóveis, portanto, são favoráveis à edificação dos prédios e com interesses econômicos em relação à Ponta Negra (Bezerra, 2010).

<sup>104</sup> São elas: Berimbau Cultural/As Cores da Vila, Varanda Espaço e Movimento - VEM, Associação Ponto de Memória Rendeiras da Vila, Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra, Projeto Social Escolinha de Surf Morro do Careca, OSC Projeto Amar, Casa Socialista, Instituto Anjos da Pena, OSC Organização Mutirão, OSC Motivar.

<sup>105</sup> <https://sospontanegra.blogspot.com/>; <https://www.facebook.com/sospontanegra/>.

<sup>106</sup> O blog do Movimento SOS Ponta Negra reproduziu algumas das falas da cantora: “Soube que estão querendo acabar com o Morro do Careca. Eles acabaram com minha cidade e agora querem acabar com a de vocês. Vocês vão deixar?” e “Fico ouvindo vozes me dizendo que querem acabar com o Morro do Careca. Estou ficando louca?”. Disponível em: <https://sospontanegra.blogspot.com/2006/12/matria-dn-1812-rita-lee-favor-do-morro.html>. Acesso em: 08 out.2023

Além da denúncia, o SOS Ponta Negra contribuiu para que houvesse maior participação da sociedade civil nas discussões em torno do Plano Diretor de Natal (aprovado em 2007, pela Lei Complementar Municipal 82/2007). Na revisão, houve significativa pressão popular para que a legislação ambiental e urbanística considerasse a instituição da Aeis Vila de Ponta Negra, estabelecendo-se, também, um controle de gabarito que protegesse o conjunto paisagístico do Morro do Careca e Dunas Associadas, como expuseram as lideranças.

## 7.2 A DIMENSÃO URBANÍSTICA DA RESISTÊNCIA

### 7.2.1 A Dimensão Urbanística na Vila dos Pescadores do Jaraguá

O conflito pelo qual passou a Vila dos Pescadores do Jaraguá ocorreu sob a vigência do Plano Diretor de Maceió (PDM), aprovado em 2005 e ainda em vigor. Verificou-se que algumas das diretrizes ligadas ao fomento do turismo, à preservação ambiental e à preservação cultural estavam alinhadas para sedimentar o projeto de construção de uma marina e, posteriormente, de um centro de pesca no bairro do Jaraguá; ao mesmo tempo, não previa nenhuma garantia concreta para a permanência e regularização fundiária do terreno ocupado pela comunidade.

Identificou que a Vila dos Pescadores do Jaraguá estava inserida entre as Zonas de Interesse Ambiental e Paisagístico - Ziap, correspondente aos terrenos de marinha do litoral (Art. 32), que possui diretriz de apoiar a população residente no desenvolvimento de atividades relacionadas à pesca e, em concomitância, a adequação das intervenções urbanísticas para a preservação ambiental e o reforço da identidade local e paisagística (Art. 33). Entretanto, tais diretrizes foram utilizadas para retirar a comunidade, e não para sua permanência.

Além dessa, enquadrava-se na Zona Especial de Preservação Cultural do Bairro do Jaraguá - ZEP 1 (Art. 52), que, apesar de prever, entre suas diretrizes, o incentivo ao uso residencial, apresenta outras premissas amplamente vinculadas ao estímulo do turismo (Art. 53 e Art. 54), como a implantação de equipamentos vinculados ao segmento náutico e de pesca, integração urbana com o porto, infraestrutura para eventos e integração de corredor cultural da cidade (pautado no patrimônio material).

Além das implicações verificadas nos zoneamentos supracitados, constata-se que a Vila dos Pescadores do Jaraguá apresentava alguns dos requisitos para se constituir uma Zeis, entretanto o PDM não o fez. Em seu Art. 107, pôde-se apreender que a localização – às margens de uma importante avenida da cidade (Av. Industrial Cícero Toledo) – e a precária infraestrutura

cumpriam os requisitos para o enquadramento da comunidade nesse zoneamento em pelo menos duas situações<sup>107</sup>.

A falta desse alicerce legal, que possibilitaria a regularização fundiária e melhorias de urbanização previstas no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), deixou a comunidade exposta às ações unilaterais da gestão municipal nas intenções de remoção. Em contraditório, as diretrizes elencadas nas Ziap e ZEP foram utilizadas em desfavor da permanência da comunidade.

Como a comunidade não foi contemplada como Zeis no PDM, as lideranças da Vila do Jaraguá relataram a busca por outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - Taus e Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, como previstos no EC, na PNPCT (Decreto nº 6.040/2007) e na Portaria da SPU nº 89/2010, em favor das comunidades tradicionais. Essa estratégia foi adotada em 2009, quando a Amajar encaminhou à SPU um requerimento assinado por 161 moradores visando obter informações sobre a situação fundiária da comunidade e ofícios pleiteando a legalização da área que ocupavam, embasados por estudos desenvolvidos pela UFAL e em consonância com a Medida Provisória 2.220/2001.

Entretanto as solicitações encaminhadas pela Associação não foram atendidas pela SPU, encerrando qualquer esperança a esse respeito. O órgão justificou que já havia um pedido de cessão da área ao município de Maceió, o que se configura como um fato contraditório, uma vez que tal cessão havia sido encerrada desde 2007, devido ao não cumprimento de uma condicionante pactuada, qual seja: a implementação de um projeto de urbanização que permitisse a fixação dos moradores e pescadores da Vila no local de origem. A cessão aos moradores também não foi considerada pelo magistrado responsável pelo julgamento do caso, que optou por mantê-la sob responsabilidade da PMM, para fins de construção do Centro Pesqueiro.

### **7.2.2 A Dimensão Urbanística no Titanzinho**

Verifica-se que os conflitos relacionados ao Projeto Aldeia da Praia e à Requalificação do Antigo Farol do Mucuripe se deram durante a vigência do Plano Diretor (PD) aprovado em 2009, além de alcançar os debates de sua reformulação, cujas reuniões iniciaram em 2022.

---

<sup>107</sup> Quais sejam: “IV – assentamentos precários em acampamentos em condições que permitam a melhoria habitacional e de fácil integração à malha urbana; VII – outras formas de assentamentos precários cuja urbanização seja considerada de interesse social, para melhoria das condições de moradia, segurança e infraestrutura de seus ocupantes” (Art. 107 do Plano Diretor de Maceió – Lei nº 5486, de 30/12/2005).

Entre as possibilidades de organização e resistência disponíveis na dimensão urbanística, a condição de Zeis se sobressaiu na comunidade do Titanzinho. “Nos encontros promovidos pela Associação de Moradores, pela Comissão Titan e entidades de assessoria, o debate ocorreu em torno desse tema, dessa condição e dos direitos que ela garante” (P. F., presidente da Associação de Moradores do Titanzinho, em entrevista, 2023).

O conceito de Zeis, de acordo com o que preconiza o EC, foi inserido no PD de Fortaleza de 2009<sup>108</sup>. Entretanto, sua existência tem sido negligenciada pelo poder público local (Brasil, 2021). A localização predominante das Zeis de assentamento (Tipo 1) é apontada como conflitante com a visão da cidade turística e dos interesses do setor imobiliário, sendo essa a razão para a negligência verificada em quase uma década de vigência do Plano (Rabelo, 2019; Pequeno, 2020; Brasil, 2021; Pequeno, Pinheiro & Barreto, 2021).

Como visto anteriormente, após a aprovação do PD de 2009 de Fortaleza, dez Zeis foram escolhidas como prioritárias para regulamentação<sup>109</sup>. A Zeis Serviluz foi considerada prioritária, e a Cais do Porto, englobando as áreas do Farol, Titanzinho e Estiva, não. Ambas situadas no bairro do Serviluz e compondo um contínuo urbano-paisagístico que não justifica tal separação e priorização. Para as lideranças ouvidas na pesquisa, foi uma clara tentativa de dividir as comunidades do bairro e, com isso, fragilizar os movimentos de resistência aos projetos de urbanização com previsão de remoções.

Com o auxílio do LEHAB, FLMD e ONGs, a Zeis Serviluz finalizou seu PIRF em 2018 e despertou nos moradores da Zeis Cais do Porto (da qual o Titanzinho é integrante) o interesse de avançar nessa frente de luta para frear os processos de desterritorialização, já em curso, com o cadastro de casas do Titanzinho e outras providências.

Entre 2019 e 2022, a AMT, a Comissão Titan e as assessorias técnicas desenvolveram ações informativas, oficinas e assembleias nas praças e ruas com os moradores; trocaram experiências com outras comunidades, convocaram a população para audiências públicas, inseriram o tema nas formas de expressão cultural mais frequentes no bairro (grafites e audiovisual), fazendo com que o tema penetrasse no cotidiano da comunidade. Os resultados da mobilização começaram a surtir

---

<sup>108</sup> Foram delineadas 135 Zeis, divididas em três tipos: assentamentos irregulares, conjuntos habitacionais precarizados e vazios urbanos. A comunidade do Titanzinho se enquadra no tipo Zeis 1, composto por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental (Art. nº 126). Os objetivos e os instrumentos aplicáveis às Zeis são descritos nos Art. 127 e 128, respectivamente.

<sup>109</sup> A regulamentação incluiria a eleição de um Conselho Gestor e a elaboração de um Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), um Plano de Geração de Trabalho e Renda e um Plano de Participação Comunitária.

feito em 2022, com a inclusão da Zeis Cais do Porto no conjunto prioritário para regulamentação, para a elaboração do Plano Popular e para a eleição do seu Conselho Gestor<sup>110</sup>.

Nos trabalhos de campo, foi possível participar de uma reunião extraordinária do Conselho Gestor da Zeis Cais do Porto (Figura 37). Os representantes explicaram que realizam tais reuniões sempre que há uma convocação pela PMF e suas secretarias. A intenção é alinhar discursos e estratégias, levantar dados e demandas que “municiem” a comunidade de informações pertinentes às pautas anunciadas.

Figura 37 - Reunião extraordinária do Conselho Gestor da Zeis Cais do Porto



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

O Plano Popular para a Zeis Cais do Porto começou a ser pensado e materializado antes mesmo da eleição do Conselho Gestor (que dependia de providências da PMF) e corresponde a uma iniciativa participativa, sob coordenação da AMT<sup>111</sup>. Seu conteúdo é resultado de reuniões e assembleias promovidas em diferentes áreas da localidade, pelas lideranças e assessorias. O Plano

<sup>110</sup> O Conselho Gestor de cada Zeis é a instância consultiva e deliberativa, composto por membros das comunidades, representantes do poder público municipal e de entidades da sociedade civil, responsável pela elaboração, implementação e monitoramento dos PIRF em suas respectivas áreas.

<sup>111</sup> O Plano Popular da Zeis Cais do Porto organiza-se nas temáticas de habitação, meio ambiente e infraestrutura, espaços livres e equipamentos públicos, condições socioeconômicas e economia ecosolidária, desenvolvimento cultural e desenvolvimento comunitário, para as quais foram elaboradas propostas a partir perspectiva e demandas existentes na comunidade. O documento está disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1i\\_NiYUh1LDwjr5pPGV26ShG5I334pMxH](https://drive.google.com/drive/folders/1i_NiYUh1LDwjr5pPGV26ShG5I334pMxH). Acesso em: 08 set. 2024.

sintetiza visões e desejos dos moradores sobre seu território, em contraposição aos projetos da prefeitura e de empresários imobiliários para o bairro do Serviluz e suas comunidades<sup>112</sup>

Nas entrevistas, as lideranças locais expressavam a expectativa de que o Plano Popular da comunidade fosse levado em consideração e incorporado ao PIRF, algo que está se concretizando. No final de 2024, a Comissão Titan, o Conselho Gestor e um coletivo de assessoria técnica em arquitetura iniciaram, em uma escola da comunidade, no turno da noite<sup>113</sup>, os diálogos com a Secretaria de Habitação de Fortaleza para as providências da regularização fundiária. Mas, como exposto por um dos integrantes da Comissão Titan, essa conquista deverá passar por um processo de conscientização, aprendizagem e apropriação de significado pela comunidade, quando serão expostas as possibilidades e garantias dos títulos de propriedade.

Os debates do novo Plano Diretor para a cidade de Fortaleza estão em curso desde 2022. Entre as demandas da comunidade, já está prevista a correção dos polígonos-limite da Zeis Cais do Porto, buscando a inclusão de moradias existentes na comunidade.

### 7.2.3 A Dimensão Urbanística no Porto do Capim

Verifica-se que o conflito envolvendo a Comunidade do Porto do Capim atravessa a vigência de três planos diretores: o primeiro, elaborado em 1992 (Lei complementar nº 3, de 30/12/1992); a revisão, efetuada em 2009 (Decreto nº 6.499, de 20/03/2009); e o mais recente, aprovado em 2024 (Lei complementar nº 164 de 11/01/2024). Levando em consideração esse instrumento, vejamos como as possibilidades de territorialização da comunidade foram tratadas por meio de zoneamentos ambiental, histórico e social.

A primeira possibilidade de proteção urbanística prevista no Plano Diretor para o Porto do Capim era sua inserção como Zona Especial de Preservação (ZEP), particularmente denominada ZEP I - Centro Histórico de João Pessoa (CHJP), criada em 1992, com normas de uso e ocupação do solo voltadas aos cuidados com as características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais desse sítio. Em 2009, a referida ZEP foi sobreposta à área tombada pelo Iphan. Segundo Braga &

---

<sup>112</sup> Em 2023, o Plano Popular da Zeis Cais do Porto foi uma das doze ações populares (entre 626 iniciativas) selecionadas no Prêmio Periferia Viva para receber apoio técnico e financeiro (R\$ 25 mil) para aprimorar as suas implementações.

<sup>113</sup> Esse dado pode parecer banal, mas, na verdade, representa uma afirmação da territorialidade das comunidades, uma vez que entre os diálogos e depoimentos coletados são recorrentes as queixas sobre as reuniões marcadas pelos órgãos públicos em suas sedes, nos horários que lhes convém, forçando as lideranças a arcar com custos de deslocamento e superar as dificuldades para cumprir os horários marcados.

Moraes (2016), embora não tenha sido inserida no perímetro de tombamento do Iphan e, consequentemente, na ZEP I, o Porto do Capim integrava a chamada ‘área de entorno’, o que era suficiente para mantê-la protegida, segundo recomendações internacionais da matéria, em função dos processos interativos que essa população criou com o CHJP<sup>114</sup>. Somente no PD de 2024 a ZEP - I do Centro Histórico passou a incluir o vale do Rio Sanhauá e a comunidade.

Em relação às Zeis de João Pessoa, nos PD elaborados em 1992 e 2009, não há nenhuma referência à comunidade. Mas, em 2015, por meio de uma lei isolada (Lei nº 12.969, de 12 de janeiro de 2015), foi instituída a Zeis Curtume, englobando o Porto do Capim e todas suas subáreas. Prevvia-se como finalidade dessa Zeis a “realocação e a reurbanização habitacional, como forma de mitigar a demanda gerada pela ocupação irregular existente na cidade” (Art. 3). Atente-se que pouco tempo antes (2013) a PMJP havia anunciado um (novo) projeto para a área do Porto do Capim, prevendo a retirada de 420 moradias para implantação de uma Arena de Eventos e de um parque ecológico. Isso indica que a constituição da referida Zeis, dadas suas finalidades, não estava ligada a melhorias urbanísticas da comunidade, mas, sim, ao embasamento jurídico para sua remoção.

No PD de 2024, o Porto do Capim permaneceu incluído entre as Zeis de João Pessoa, mas a legislação referente à constituição dessas áreas foi alterada, fazendo constar, de forma mais explícita entre seus objetivos, o provimento de regularização fundiária e melhorias urbanas. A possibilidade de realocação de famílias foi mantida, mas somente para o entorno do sítio original de ocupação. A nova redação possibilita benefícios mais condizentes com os interesses dessa comunidade.

Como relatado, durante o maior período do conflito envolvendo os projetos de revitalização que afetavam o território do Porto do Capim, sua população esteve ausente ou foi desconsiderada nos instrumentos de proteção do território previstos no Plano Diretor. Diante dessa situação, suas lideranças direcionaram os esforços para a solicitação de CUEM junto à SPU.

Entretanto, o uso desse conjunto normativo foi negado por uma dupla manobra: a recusa da diretoria do Iphan em reconhecer a tradicionalidade da comunidade<sup>115</sup>, concomitante à alegação da PMJP de que possuía a cessão de responsabilidade emitida pela SPU-PB da área

---

<sup>114</sup> Os autores citam a Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural.

<sup>115</sup> Além dos depoimentos nas redes sociais da CPCA, os estudos de Severo (2022), Lins (2018), Silva (2020) e Gonçalves (2014) evidenciam a postura irredutível da direção do órgão.

em questão, fato controverso e contestado pelo MPF-PB<sup>116</sup>. Nesse contexto, coube ao MPF-PB cobrar à SPU-PB providências no tocante à regularização fundiária possível<sup>117</sup>.

Com um histórico de descaso do poder público, a AMPC buscou alternativas junto à Sociedade Civil Organizada. Assim, em 2023, Porto do Capim foi contemplado em um Edital da ONG Habitat Brasil, vinculada à Unesco, para prover recursos para a construção de um Plano Popular de Regularização Fundiária<sup>118</sup>.

Em 2024, a comunidade obteve um importante avanço nesse histórico de lutas, com a confirmação do Porto do Capim no programa “Periferia Viva - Urbanização de Favela”, no âmbito do Novo PAC Seleções, cujo projeto havia sido elaborado em uma ação de extensão da UFPB (Departamento de Arquitetura) em 2015 e 2016. As jovens integrantes das entidades de representação comunitária celebraram que uma proposta de urbanização criada no seio da comunidade esteja na pauta do governo federal.

É preciso celebrar todo o processo histórico de resistência e de luta com a Associação de Mulheres, com o Coletivo Garças do Sanhauá, com a Comissão Porto do Capim em Ação, mas também com todos os moradores que se fizeram presentes de alguma forma nessa luta. E vamos pontuar também os parceiros, sem eles a gente também não teria conseguido chegar nessa conquista. Eu poderia até dizer que se trata de uma conquista, porque vitória mesmo será quando o projeto for executado, quando os moradores tiverem um projeto destinado para sua periferia, não um projeto para turista ver; não um projeto que vai devastar o manguezal em função do turismo; passar um trator por cima da cultura que existe nesse território, nessa identidade, na manifestação cultural que é o Porto do Capim (R. H., liderança comunitária, em depoimento nas redes sociais em 2024).

As ações pensadas pela comunidade no referido projeto são abertura de ruas, criação e adaptação de calçadas, implantação de áreas de convivência e de lazer, construção de quadras poliesportivas, iluminação pública e estacionamento<sup>119</sup>, que serão executadas com R\$ 100 milhões, provenientes do Orçamento Geral da União por meio do Programa PAC Periferia Viva

<sup>116</sup> Por meio da Ação Civil Pública nº 1.24.000.001117/2015-16. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/docs/acp-porto-do-capim.pdf>. Acesso em 10 jul. 2024.

<sup>117</sup> Ocorrido no âmbito do Processo Judicial nº 0809683-26.2019.4.05.8200. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/docs/acp-porto-do-capim.pdf>. Acesso em 10 jul. 2024.

<sup>118</sup> Fato noticiado no sítio eletrônico da ONG. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/habitatbrasileitalcontradespejoseremocoos/>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>119</sup> O lançamento das obras do PAC Seleções na Paraíba, incluindo o projeto de urbanização no Porto do Capim, ocorreu dia 30/08/2024, no Centro de Convenções de João Pessoa. A cerimônia pode ser acompanhada no Canal Gov, e o anúncio dessa obra é realizado no minuto 18 do vídeo transmitido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Rjv5pPOaQo>. Acesso em: 30 out. 2024.

Infere-se que as ameaças de remoção da comunidade são afastadas. Ao resgatar o histórico da inscrição no Edital Periferia Viva, as lideranças citam os órgãos locais que foram mobilizados em torno da tarefa, com destaque dados à DPU, MPF e UFPB.

#### **7.2.4 A Dimensão Urbanística na Vila de Ponta Negra**

Os conflitos territoriais destacados na Vila de Ponta Negra se iniciam com o processo de turistificação do bairro. O início remete aos anos 1980 com a instituição da Zona Especial de Interesse Turístico (ZET); e, em resposta a esse processo e seus impactos, a instituição da Área Especial de Interesse Social (Aeis). Para entender o jogo de forças que recai sobre o conjunto urbanístico, é necessário analisar a instituição dessas zonas e áreas por meio dos planos diretores de 1984, 1994, 2007 e 2022.

A Zona Especial de Interesse Turístico (ZET)<sup>120</sup> têm suas origens no Plano Diretor de 1984, por adoção de um zoneamento que seguia a tendência de uso e ocupação do solo já instalada na cidade (Mendonça, 2017), reafirmando o valor e a vocação turística do bairro.

Apesar de controlar a altura das construções nas imediações da praia e das dunas, verificou-se que, pela criação da ZET-1, o trecho de praia mais próximo à Vila de Ponta Negra foi destinado ao uso turístico, em detrimento do uso e da reprodução social dessa comunidade. A longo prazo, isso significou uma perda real de território, materializada: I - na falta de acessibilidade à praia (com o fechamento de ruas); II - na ausência de espaço para estacionar os barcos de pesca (gerando conflito com empresários instalados na orla); e III - na destinação de terrenos vazios para as ações especulativas, deixando de atender às demandas de interesse social de habitação, que estariam em maior consonância com a Aeis da Vila de Ponta Negra, criada décadas depois. Além dessas implicações, na revisão do PD ocorrida em 2007 é verificada uma ampliação no polígono da referida ZET, adentrando no que correspondia a setores de ocupação original da Vila, suprimindo ainda mais áreas que poderiam compor a sua Aeis.

Pelo exposto, as mudanças na legislação urbanística no bairro de Ponta Negra alinham-se a interesses do setor turístico – a instituição e ampliação da ZET-1 (em 1984 e 2007, respectivamente) – mas também tem beneficiado o setor da propriedade fundiária e imobiliária, uma vez que a mudança no padrão de adensamento e coeficiente de aproveitamento do solo, ocorrida entre 2000

---

<sup>120</sup> No PD aprovado em 2022 (Lei Complementar nº 208, de 07 de março de 2022), as ZETs passaram a se chamar Áreas Especiais de Interesse Turístico e Paisagístico - AEITP. O objetivo das AEITPs é proteger o valor cênico-paisagístico, assegurar condições de bem-estar, garantir a acessibilidade e a qualidade de vida e o equilíbrio climático da cidade, além de fortalecer a atividade turística.

e 2007 (Lei nº 27/2000, transformando parte do bairro e da Vila de Ponta Negra em Zona Adensável), se liga ao processo de verticalização na Vila de Ponta Negra (Figura 38), bem como ao conflito dos espigões junto ao Morro do Careca, ocorrido entre 2006 e 2010. A incongruência entre os padrões urbanísticos e os princípios ambientais constituiu o cerne desse litígio.

Figura 38 - Exemplos de prédios verticais construídos em importantes ruas da Vila de Ponta Negra, Rua Alto da Boa Vista (acima) e Rua da Campina (abaixo)



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

O alinhamento dos interesses turístico e imobiliário/fundiário também pôde ser verificado nas audiências públicas acompanhadas em 2024, ocorridas na Câmara Municipal de Natal<sup>121</sup> e na Procuradoria Geral do Estado do RN<sup>122</sup>. Estava em discussão o Projeto de Lei (PL nº 304/2024) de regulamentação das AEITPs (atual denominação das ZETs). Nas audiências, os empresários, apoiados por representantes de órgãos municipais e alguns políticos locais, defenderam: I - a elevação dos coeficientes de aproveitamento do solo de todas as AEITPs para parâmetros similares

<sup>121</sup> Audiência Pública sobre proposta de regulamentação das AEITPs de Natal, de proposição do vereador Kleber Fernandes, ocorrida na Câmara dos Vereadores de Natal, em 28/05/2024.

<sup>122</sup> Audiência Pública de análise das regras para construir na orla da cidade do Natal, de proposição da Promotoria do Meio Ambiente - MPE, ocorrida na Procuradoria do Estado do RN, em 12/06/2024.

aos das áreas adensáveis do restante do município; II - na AEITP - 1, situada na praia de Ponta Negra, mudança nas prescrições urbanísticas que permitam o adensamento construtivo no bairro; III - e alterações em outras praias da cidade. A proposta tem sido chamada de “Verticalização da orla de Natal” pelos grupos contrários, compostos por movimentos ambientais e sociais de direito à cidade.

Completando o jogo de forças no campo regulatório que incide sobre a Vila de Ponta Negra, tem-se a previsão das Aeis para Natal no PD de 1994 e a efetiva implementação da Aeis da Vila de Ponta Negra em 2007<sup>123</sup>. Segundo um dos interlocutores da pesquisa, a constituição dessa área esteve vinculada às pressões exercidas pelos movimentos sociais, especialmente o SOS Ponta Negra, como um desdobramento do conflito relativo aos prédios (espigões) dentro da Vila e junto ao Morro do Careca.

Após a criação da referida Aeis, as lideranças comunitárias se articularam com a universidade (Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN) para elaborar uma proposta de regulamentação<sup>124</sup>. Uma das lideranças entrevistadas relatou o contexto conflituoso no qual a Aeis foi criada e teve sua proposta de regulamentação interrompida:

Quando a Vila sai daquele processo de revisão do Plano Diretor, de 2004 a 2007, em meio também ao SOS Ponta Negra, sai como Área Especial de Interesse Social. Essa discussão (implementação da Aeis) acontecia dentro do Conselho Comunitário. Nós, então, começamos, com a ajuda da universidade, a tentar regulamentar a Aeis. Sabe o que aconteceu? Os proprietários de terrenos e especuladores da Vila quando entenderam que não poderiam mais construir ao seu bel prazer, se organizaram em uma associação e foram para dentro das nossas reuniões no Conselho Comunitário para impedir que qualquer coisa acontecesse na Vila. Eles diziam abertamente: ‘Nenhuma melhoria pode acontecer na Vila até que haja novamente a revisão do Plano Diretor e a gente consiga que a Vila não seja mais uma Área Especial’. Para a gente poder sair do prédio do Conselho, às vezes, tínhamos que chamar a polícia. Eles eram ostensivos, eram agressivos, ameaçavam. Chegou um ponto que a gente não conseguia se reunir no território. Como consequência, não houve condições

<sup>123</sup> De acordo com o PD de 2007, as Áreas Especiais de Interesse Turístico são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas à segurança alimentar e nutricional, em consonância com a política de habitação de interesse social para o município.

<sup>124</sup> Segundo o PD de 2022 (Artigo 33), a regulamentação de uma Aeis dar-se-á mediante Lei Municipal e estabelecerá critérios de remembramento ou desmembramento dos lotes, padrões de parcelamento, uso e ocupação do solo para as edificações, formas de participação dos moradores, proprietários, empreendedores, entidades públicas e demais organismos não governamentais nos debates, critérios de controle ambiental específicos para cada área a ser regulamentada, além de outras observações.

de levar a discussão adiante. Os professores se sentiram ameaçados. Surgiram boatos de pagamento de recompensa para silenciar integrantes do nosso grupo. O que a gente precisava enfrentar era uma coisa sem ética e violenta (N. V., integrante do Fórum Vila em Movimento, em entrevista, 2024).

Pelo relato acima, verifica-se que a proposta de regulamentação foi atravessada e suspensa pela ação intimidatória dos grupos de interesses vinculados ao setor imobiliário/fundiário com atuação consolidada e articulada no território.

No mais recente PD de Natal, a Vila de Ponta Negra continua a ser reconhecida como um território de precária condição urbanística e habitacional, com seus terrenos sendo ocupados por famílias de renda predominantemente de até 3 (três) salários mínimos, e sob influência de empreendimentos de impacto econômico e submetidos a processos de valorização imobiliária incompatível com as condições socioeconômicas e culturais da população residente (Lei Complementar nº 208 de 07/03/2022, artigo nº 35). Entretanto, mesmo com essas características, pode-se afirmar que não se reduziu o processo de desterritorialização de natureza urbanístico-normativa que historicamente tem ocorrido na Vila. Isso porque, de forma contraditória, o PD 2022 possibilita que seja realizado um plebiscito para redefinir limites, ou extinguir a Aeis, caso seja de interesse de 1% (um por cento) da comunidade local, concomitante ao fato de que a renda média de sua população ultrapasse 3 (três) salários mínimos.

Verifica-se que a possibilidade desse plebiscito fere a natureza da constituição dessas áreas, comprometendo, por exemplo, o desenvolvimento humano dos seus ocupantes, pois condiciona a manutenção da Aeis ao fator renda, desconsiderando as relações culturais, ambientais e sociais que marcam esse território tradicional. Em relação às condições para o plebiscito, há o agravante de a Vila de Ponta Negra receber, desde as últimas duas décadas, imigrantes nacionais e estrangeiros, adquirindo e construindo imóveis, pessoas com renda mais elevada do que os moradores originais. Assim, tal dispositivo (plebiscito) do PD, que removeria a condição de Aeis, atende aos especuladores e promotores imobiliários que aguardam mudança no perfil social da Vila, liberando-a para integrar a Zona Adensável da cidade, portanto, para o livre mercado de terras.

As alterações urbanísticas e os riscos decorrentes não passam despercebidos pelas lideranças, que avaliam as movimentações da sinergia Estado-setor imobiliário na tomada de espaços de representação que definem os rumos da cidade. No contexto de revisão do PD em 2022, por exemplo, a integrante do FVM assevera que as dificuldades de articulação comunitária foram aproveitadas pelos grupos de interesses imobiliários para ocupar os conselhos municipais que definem os rumos da cidade. Ao passo que fica claro que os grupos de representação comunitária

precisam estar atentos para o jogo de forças envolvido na legislação urbanística e à importância que adquirem ao incidirem sobre seus territórios.

### 7.3 A DIMENSÃO JURISDICIONAL DA RESISTÊNCIA

#### 7.3.1 A Dimensão Jurisdicional na Vila dos Pescadores do Jaraguá

No caso da Vila dos Pescadores do Jaraguá, nas discussões envolvendo a construção do Centro Pesqueiro e as intenções de remoção da comunidade, foi ao MPF que, inicialmente, a comunidade recorreu para conter as medidas tomadas pela prefeitura de Maceió (Figura 39).

Figura 39 - Reunião entre integrantes do MPF e lideranças comunitárias, em 2005



Fonte: Amajar. Disponível em: <https://amajar.blogspot.com/2009/10/audiencia-com-o-procurador-federal-dr.html?view=timeslide>. Acesso em: 17 set. 2024.

Segundo as fontes consultadas, entre os anos de 2004 e 2012, o órgão interveio para discutir uma saída negociada. O eixo central de argumento do MPF era o de que o terreno em questão pertencia à União e que o convênio firmado entre a SPU e a municipalidade para a cessão do terreno onde ocorreria o projeto de urbanização não previa a remoção de moradores.

Junto ao MPF, a comunidade teve acesso à: I - Audiências públicas (em 2005, 2012, e 2013) para discutir as possibilidades de permanência dos moradores da Vila do Jaraguá; II - Instauração de Inquérito Civil Público (ICP), em 2009, quando se buscou apurar o uso que o

município pretendia fazer da área ocupada pela comunidade; III - Pactuação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), em 2012, quando a PMM se comprometia a preservar as moradias dos pescadores tradicionais e as instalações da Amajar. Meses depois, entretanto, a PMM instrui uma ACP requerendo a desocupação completa da área.

Entre os anos de 2005 e 2013, período em que o MPF esteve mais ativo no conflito, verificou-se que essa instituição não passou ilesa às interferências de ordem política, incorrendo numa assistência parcial da comunidade em seu interesse de permanecer e garantir a urbanização no sítio de ocupação histórica. Um dos resultados dessa interferência foi a substituição, no ano de 2012, do promotor federal que esteve desde o início do conflito à frente da defesa dos direitos da comunidade. Para o seu lugar, foi definido outro promotor, pouco propenso à permanência da Vila dos Pescadores do Jaraguá.

A relação conflituosa entre a comunidade e a PMM se intensificou em 2012, quando o caso foi levado à instância jurídica<sup>125</sup>. Apesar de um TAC assinado em meados de 2012 entre MPF e PMM, o aparelho judiciário foi mobilizado pelo Instituto Habitacional Vila dos Pescadores, uma associação criada pelos moradores que decidiram se mudar voluntariamente para o conjunto habitacional construído para receber a população da Vila. Na avaliação das fontes de pesquisa, a nova associação foi orientada por secretários da PMM. Essa medida se deu por meio de uma ACP, para acusar o grupo de moradores resistentes à remoção de invasão do terreno historicamente ocupado.

A Defensoria Pública da União (DPU) passou a atuar junto à Amajar em 2012, no âmbito dessa ACP. O órgão compôs a defesa da comunidade recorrendo ao caráter histórico, cultural e tradicional da Vila dos Pescadores, amparado pelo autorreconhecimento dos moradores como Comunidade Tradicional e pelas prerrogativas legais previstas na Política Nacional de Proteção às Comunidades Tradicionais - PNPCT.

A atuação da DPU foi importante, pois, mesmo diante de uma primeira sentença desfavorável à Vila, em 2013 – com prazo inicial de 90 dias para a desocupação do território – a comunidade pôde permanecer até o julgamento do mérito na segunda instância, ocorrido em 2015.

No decorrer do processo jurídico, Cavalcanti (2015) considerou haver indícios de violação de garantias fundamentais e alijamento da comunidade de qualquer consulta sobre o seu futuro. Nesse aspecto, M.E., presidente da Amajar à época, além de lamentar a substituição

---

<sup>125</sup> Processo Ação Civil Pública nº 0004070-23.2012.4.05.8000. Disponível em: <https://pje.jfal.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam>. Acesso em: 10 set. 2024.

do promotor que iniciou o acompanhamento da comunidade no conflito, queixou-se de terem ocorrido reuniões entre secretários de municípios e juízes atuantes no caso em momentos prévios às audiências judiciais. Para ela, um prelúdio do desfecho negativo que os julgamentos trariam para os moradores da Vila do Jaraguá.

Mesmo que o desfecho do processo judicial não tenha sido favorável aos comunitários da Vila dos Pescadores do Jaraguá, as fontes entrevistadas consideraram que houve um esforço da DPF na tentativa de acordo e solução negociada.

### 7.3.2 A Dimensão Jurisdicional no Titanzinho

Em 2019, quando a PMF difundiu de forma mais veemente a informação de remoção de parte dos moradores do Titanzinho, cadastrando casas para desapropriação e induzindo famílias a se mudarem, os líderes comunitários levaram ao MPE-CE informações de que havia um projeto de intervenção urbanística que previa a remoção dos moradores da Zeis Cais do Porto, no Serviluz. Essa denúncia passou a integrar um processo administrativo iniciado um ano antes, em que o órgão, provocado por entidades ligadas ao direito à cidade, acompanhava a tramitação da regulamentação das Zeis em Fortaleza<sup>126</sup>.

Acerca das ações desse órgão junto à comunidade, destacam-se: I - Instauração de Procedimento Administrativo (em 2018), para acompanhar a regulamentação das Zeis e os projetos urbanos nelas em curso ou previstos; II - Audiência Pública (em 2019) para discutir a postura da PMF em relação ao projeto de reurbanização na Comunidade do Titanzinho; III - Instauração de ICP (em 2020) para averiguar junto ao governo do estado e prefeitura municipal a tomada de providências frente ao estado de abandono do antigo Farol do Mucuripe, e; IV - Participação em Assembleia Pública (em 2023), para discutir a insatisfação dos moradores com a emissão do Decreto Estadual nº 34.451/2021, referente à requalificação do antigo Farol do Mucuripe.

Destacaremos a uma audiência pública no dia 21/05/19 como uma ação de mobilização política. Na ocasião, com o objetivo de discutir a situação denunciada frente às propostas de

---

<sup>126</sup> O processo administrativo nº 09.2018.00001713-9 foi instaurado para acompanhar o Projeto de Lei nº 0492/2017, referente à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza e as consequências da instituição desse Conselho para a tramitação da regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social. O noticiante indicado no processo foi o Laboratório de Estudos da Habitação da Universidade Federal do Ceará - LEHAB, aliado da Comunidade do Titanzinho no conflito territorial com a PMF. Os atos administrativos desse processo estão disponíveis em [https://mpce.mp.br/servicos/consulta\\_processos/servicos-saj-mp/consultar-processos-saj-mp/](https://mpce.mp.br/servicos/consulta_processos/servicos-saj-mp/consultar-processos-saj-mp/). Acesso em: 24 jul. 2024.

intervenções<sup>127</sup>, as lideranças comunitárias prepararam e divulgaram nas redes sociais um vídeo lembrando o histórico de lutas da comunidade e fazendo uma convocação para a audiência.<sup>128</sup> Também elaboraram placas, cartazes e faixas com mensagens de indignação à remoção, e disponibilizaram ônibus e café da manhã, como forma de incentivo à participação dos moradores.

Entre os principais encaminhamentos da audiência, destacam-se a solicitação de inclusão da Zeis Cais do Porto como prioritária para regulamentação e o pedido para que fossem feitas alterações no projeto Aldeia da Praia, eliminando qualquer possibilidade de remoção de famílias da área do Titanzinho.

Em relação à ameaça de remoção pela Requalificação do Antigo Farol do Mucuripe, o MPE-CE foi chamado pelas lideranças para participar de uma Assembleia Pública Popular na qual se discutiu a insatisfação dos moradores com a emissão do referido decreto. Dessa assembleia, restou o encaminhamento de suspender o decreto, ocorrido em 2024.

As lideranças avaliam que não somente o Ministério Público Estadual, mas também a Defensoria Pública da União foi assertiva na defesa dos interesses desse grupo de moradores, não sendo necessária a instituição de processo judicial nos eventos ligados ao projeto Aldeia da Praia e da Requalificação do Farol do Mucuripe.

### 7.3.3 A Dimensão Jurisdicional no Porto do Capim

Em 2015, em meio às desinformações sobre a remoção compulsória da população do Porto do Capim, o Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB (CRDH/UFPB) enviou ao MPF-PB um ofício em que apresentava o Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim (CRDH/UFPB, 2015). No envio, solicitava-se que o relatório fosse anexado aos autos de um IC em que a PMJP denunciava a comunidade de degradar o mangue do rio Sanhauá<sup>129</sup>.

Esse ato pode ser interpretado como um divisor de águas para o Porto do Capim no que concerne ao aspecto da resistência no âmbito jurisdicional. Isso porque o IC supracitado,

<sup>127</sup> O convite realizado pelo MPF-CE está disponível em: <https://mpce.mp.br/2019/05/mpce-promove-audiencia-publica-para-discutir-ZEIS-do-cais-do-porto-e-serviluz/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

<sup>128</sup> A convocação comunitária está disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxsachOIEUG/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

<sup>129</sup> IC nº 1.24.000.000390/2008-96. Disponível em: <https://apps.mpf.mp.br/aplusmpf/index2#/detalhe/100000000000002842729?modulo=0&sistema=portal>. Acesso em: 10 jul. 2024.

formulado em 2008, verificava denúncias de invasões ocorridas na área ocupada pelo antigo Porto do Capim e apontava a comunidade como suspeita de impacto ambiental sobre o rio Sanhauá e seu mangue, com reais possibilidades de remoção desses moradores, como relatado em Silva (2020).

A juntada do referido relatório ao IC e os debates estabelecidos com a assessoria do CRDH/UFPB reorientaram a relação do MPF-PB com a comunidade, intensificada entre os anos de 2015 e 2020. Além do arquivamento daquele IC sobre a ação do MPF-PB junto à comunidade, destaque-se:

- Convocação de Audiência Pública, em 2015, para discutir a postura da PMJP em relação ao projeto de reurbanização no Porto do Capim;
- Instauração de Inquérito Civil, em 2015, com o objeto de acompanhar a pretensão de intervenção da PMJP na área onde está situada a comunidade<sup>130</sup>;
- Encomenda, em 2015, de estudos e laudos antropológicos com o objetivo de verificar a condição de tradicionalidade da comunidade (no âmbito do IC nº 1.24.000.001117/2015-16);
- Coordenação de reuniões e grupos de trabalho, iniciadas em 2016, com órgãos interessados no conflito, entre os quais, PMJP (que abandonou o grupo em 2018), Iphan, UFPB (integrantes do programa de extensão ‘Abraça o Porto Capim’), SPU-PB, DPU e AMPC, para se debater o projeto e estabelecer diálogos em prol de uma nova perspectiva de intervenção (no âmbito do IC nº 1.24.000.001117/2015-16);
- Recomendação, em 2019, para que a PMJP, a construtora e a Caixa Econômica Federal, envolvidas na obra e financiamento do Parque Ecológico Sanhauá, não dessem continuidade ao projeto, até que houvesse a regularização da área em nome da PMJP e que fosse dada prioridade às deliberações estabelecidas pelo grupo de trabalho instituído (no âmbito do IC nº 1.24.000.001117/2015-16);
- Instauração de Ação Civil Pública, em 2019, que garantiu a paralisação das obras do Parque Ecológico Sanhauá no Porto do Capim, onde ocorriam demolições de casas, com indícios de desrespeito à dignidade dos moradores, danos causados pelas demolições e falta de autorização da SPU-PB para a PMJP realizar as intervenções<sup>131</sup>;

<sup>130</sup> IC nº 1.24.000.001117/2015-16. Disponível em: <https://apps.mpf.mp.br/aptusmpf/portal?servidor=portal>. Acesso em: 10 jul. 2024.

<sup>131</sup> ACP nº 0809683-26.2019.4.05.8200.

Disponível em:

<https://apps.mpf.mp.br/aptusmpf/protected/download/recuperarIntegraUnico?modulo=0&sistema=portal&etiqueta=PR-PB-MANIFESTA%C3%87%C3%83O-10260%2F2019>. Acesso em: 10 jul. 2024.

- Realização de vistoria nas obras de demolição de imóveis situados na subárea da Vila Nassau (em 2019), em conjunto com a DPU e DPE, diante das denúncias de infração ao direito de dignidade dos moradores que decidem não aceitar acordo de remoção para um conjunto habitacional distante da comunidade (no âmbito da ACP nº 0809683-26.2019.4.05.8200);
- Aditamento de petição (em 2020), reforçando o rol de estudos que embasam o reconhecimento da tradicionalidade da comunidade e, assim, cobrando à SPU-PB que efetue a regularização fundiária desse território, com base no que é preconizado pelo conjunto normativo que outorga esse direito (Convenção 169 da OIT, EC, PNPCT, Portaria da SPU nº 89/2010), no âmbito do processo judicial nº 0809683-26.2019.4.05.8200.

Pela atuação do MPF-PB, constata-se o esforço do órgão em propor um tratamento extrajudicial para o conflito. Mas, apesar dos esforços, o ano de 2019 marca sua judicialização (Processo nº 0809683-26.2019.4.05.8200), que ocorre como desdobramento da ACP proposta pelo MPF-PB, com a DPU atuando como assistente, em desfavor do município de João Pessoa, com o objetivo de suspender as demolições, as abordagens de moradores e as intervenções no âmbito do projeto de revitalização do Antigo Porto do Capim e da construção do Parque Ecológico Sanhauá.

Em 2020, ocorreu a decisão de suspensão temporária de qualquer obra/intervenção no Porto do Capim. O julgamento, mesmo mantendo-se as ordens de não remover ou realocar moradores, não se mostrou totalmente satisfatório ao Porto do Capim. Isso porque o aditivo apresentado pelo MPF-PB pedindo o reconhecimento da tradicionalidade e, como consequência, a regularização fundiária dos imóveis, não foi atendido pela justiça. O magistrado argumentou que não existem provas inequívocas da tradicionalidade do Porto do Capim, apesar do conjunto de pareceres antropológicos, laudo pericial e estudos acadêmicos anexados aos autos.

E mais: afirmou que não era possível sustentar que a comunidade mantinha suas características originais ao longo de várias décadas, interpretando tradição e cultura como processos que não dialogam com o tempo presente. Asseverou ainda que não havia, por parte da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (CNPCT), o reconhecimento oficial do Porto do Capim como comunidade tradicional, ignorando o fato de que a PNPCT compreende ‘Povos e Comunidades Tradicionais’ como grupos que se autoidentificam como tais, além de não prever qualquer tipo de cadastro desses

povos pela CNPCT<sup>132</sup>. Nesse contexto, o pedido de regularização fundiária, a ser realizado pela SPU, também não prosperou.

Na segunda instância (Processo nº 0809244-40.2020.4.05.0000)<sup>133</sup>, mantiveram-se as decisões tomadas até então. Com a sentença proferida em agosto de 2023, mesmo que todos os pleitos da comunidade não tenham sido atendidos, resta um saldo positivo, uma vez que a PMJP deve abster-se de efetuar demolições e passar a considerar a vontade de cada morador sobre sair ou permanecer no Porto do Capim.

### 7.3.4 A Dimensão Jurisdicional na Vila de Ponta Negra

Em dois dos principais conflitos incidentes sobre a Vila de Ponta Negra, ocorreu a ação do MPE-RN: no caso da construção dos prédios (os espigões) próximos ao Morro do Careca e na obra de enrocamento/engorda da Praia de Ponta Negra.

Sobre a atuação do MPE e MPF na proteção da comunidade (e dos pescadores) da Vila de Ponta Negra, destacam-se: I - Recomendações para que a PMN suspenda as licenças de construção de prédios verticais junto ao Morro do Careca (2006 e 2010); II - Apelação contra a decisão do TJRN que autorizou a construção de dois prédios no interior da Vila de Ponta Negra junto ao Morro do Careca; III - Audiências públicas para discutir as implicações na paisagem do conjunto dunar do Morro do Careca, para intermediar um espaço de 20m para atracamento de embarcações de pesca no contexto do enrocamento da Praia de Ponta Negra e para discutir a PL 302/2024, que altera os parâmetros urbanísticos estabelecidos nas AEITPs (antigas ZETs) com impactos sobre as construções situadas nas ruas imediatas à Praia de Ponta Negra (2006, 2013 e 2024, respectivamente); IV - Instauração de Ação Civil Pública que garantiu cinco reivindicações dos pescadores de Ponta Negra no contexto da obra de engorda da referida praia (2024).

No caso da construção dos prédios, o MPE-RN atuou em três momentos. Dois deles provocado pelo Movimento SOS Ponta Negra, avaliando os impactos ambientais da construção de prédios no entorno do Morro do Careca e emitindo recomendações de cancelamento das licenças ambientais que autorizavam as construções. Os sucessivos eventos de emissão e cancelamento de licenças motivaram duas das empresas a tentar, dessa vez por processo

<sup>132</sup> As atribuições dessa comissão podem ser verificadas no Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20). Acesso em: 11 jul. 2024.

<sup>133</sup> Disponível em: <https://portalbi.trf5.jus.br/portal-bi/painel.html?id=3002>. Acesso em: 11 jul. 2024.

judicial, o direito de construir os prédios. Foi a terceira intervenção do órgão, atuando como parte interessada nos casos.

Em relação à obra de enrocamento/engorda da Praia de Ponta Negra, o órgão foi solicitado pela Colônia de Pescadores de Natal para intermediar diálogos que se mostravam difíceis com secretarias do município de Natal, ameaçando a pesca artesanal. Em 2013 a negociação favoreceu a comunidade com um trecho de 20 metros de praia para atracamento das jangadas. Em 2024, na continuidade dessa obra (aterro hidráulico) o MPF tomou providências para resguardar os pescadores, recomendando que o órgão ambiental se abstenha de emitir a licença até que haja consulta prévia, livre e informada aos pescadores de Ponta Negra, como prevê a Convenção 169 da OIT<sup>134</sup>. Poucos dias depois o MPF por meios de uma ACP<sup>135</sup>, requisitou a suspensão da obra até que se demonstrasse como ocorreu a participação da comunidade em relação à intervenção no local.

Verificou-se que dois conflitos decorrentes da expansão da urbanização turística em Ponta Negra, expostos anteriormente, passaram da esfera extrajudicial para processos judiciais por meio de ações do MPE-RN. Os resultados foram:

I – O desfecho em relação ao conflito ligado à construção dos ‘espigões’ ocorreu somente em 2022, quando a apelação de uma das empresas (Apelação Civil nº 2011.011901-1)<sup>136</sup>, contestada pelo MPE-RN e julgada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), teve o acórdão publicado<sup>137</sup>. A decisão foi por impedir a continuidade da construção do edifício Home Service Villa del Sol, de 17 andares.

II – Em relação aos eventos de enrocamento/engorda da praia de Ponta Negra, ao tratar sobre a ACP, a Justiça Federal realizou uma audiência entre os atores envolvidos (Figura 40).

Na audiência<sup>138</sup>, foi possível averiguar a ausência de diálogo prévio entre a PMN e os pescadores, que por sua vez apresentaram 5 reivindicações, quais sejam: 1) dois reboques para

<sup>134</sup> Fato noticiado em “Engorda de Ponta Negra: 300 pescadores ficarão sem pescar durante a obra”. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2024/07/colonia-diz-que-300-pescadores-ficaro-sem-pescar-com-engorda-de-ponta-negra/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

<sup>135</sup> Processo de Ação Civil Pública nº 0807035-79.2024.4.05.8400. Disponível em: <https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam>. Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>136</sup> Integrante do processo nº 0201385-23.2007.8.20.0001. Disponível em <https://pje1gconsulta.tjrn.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/listView.seam>. Acesso em: 21 ago. 2024.

<sup>137</sup> Reportagem ‘STJ impede a construção de prédio na vila de Ponta Negra’. Disponível em: [https://agoram.com.br/ultimas/stj-impede-a-construcao-de-predio-na-vila-de-ponta-negra/?fbclid=IwY2xjawEyygZleHRuA2FlbQIxMQABHVFMjcJYYGT\\_qb3HPn5TOx7\\_dBxfP1nPGLGaToG7QdLilRSpovfVJ8oHww\\_aem\\_-9kUkmPHY9AqUaFCIBm-SA](https://agoram.com.br/ultimas/stj-impede-a-construcao-de-predio-na-vila-de-ponta-negra/?fbclid=IwY2xjawEyygZleHRuA2FlbQIxMQABHVFMjcJYYGT_qb3HPn5TOx7_dBxfP1nPGLGaToG7QdLilRSpovfVJ8oHww_aem_-9kUkmPHY9AqUaFCIBm-SA). Acesso em: 21 ago. 2024.

<sup>138</sup> A referida audiência, ocorrida no dia 29/07/2024, no prédio anexo à Justiça Federal do RN, foi acompanhada presencialmente. Estiveram presentes representantes da Colônia de Pescadores do RN, Federação do Comércio do RN, secretarias municipais responsáveis pela execução da obra, técnicos do Idema responsáveis pelo licenciamento ambiental, o Procurador Geral do Município, a Secretaria do Patrimônio da União e a Fundação de

barcos, como forma de mitigar a dificuldade das embarcações para atravessar a areia adicionada pela obra; 2) auxílio financeiro de um salário mínimo para as 125 famílias de pescadores afetadas durante a execução da obra; 3) que seja resguardado o espaço para atracamento das embarcações (20 metros de faixa de praia); 4) acesso prévio às informações de operação da obra; 5) a possibilidade de prorrogação do auxílio financeiro, caso os impactos sobre a pesca se estendam para além do período da obra. Ao final da audiência, foram dados 15 dias para que a PMN iniciasse o atendimento aos pedidos dos pescadores<sup>139</sup>.

Figura 40 – Audiência promovida pela Justiça Federal no âmbito da ACP que cobra oitiva dos pescadores de Ponta Negra em relação à obra da engorda



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

Além desses dois conflitos, merece destaque o litígio em torno do domínio do terreno atualmente ocupado pelo Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra.

Segundo seus diretores, o Clube existente desde 1951, teve sua primeira concessão de uso cedida ainda na década de 1960, por força de ato do poder estadual. Em 1993, o governo do estado renovou a concessão, agora por 10 anos. Em 2003, no período da renovação da

---

Apoio à Pesquisa do RN, entidade contratada pela PMN para realizar o acompanhamento técnico da obra, inclusive o diálogo com os pescadores.

<sup>139</sup> Em interlocução com a presidente da Colônia de Pescadores de Natal, fomos informados de que passados dois meses dessa audiência e iniciadas as obras de engorda da praia de Ponta Negra, o cadastro dos pescadores para o pagamento do auxílio financeiro havia sido realizado, mas o auxílio ainda não havia sido fornecido.

concessão, e no momento de ampliação da especulação imobiliária em Natal, um empresário do ramo de imóveis, com base em uma escritura pública de compra e venda de 1984, reclamou a propriedade do terreno<sup>140</sup>.

Decorrido entre 2004 e 2007, o processo judicial deu ganho de causa ao empresário, justificado no direito fundamental da propriedade privada, além de definir 30 dias para desocupação. Após medidas controversas tomadas pelos advogados de defesa, como se verificou no processo em questão, o recurso impetrado pelo Botafogo foi negado. Diretores do Clube buscaram sensibilizar a comunidade, a imprensa e o poder público em relação ao uso coletivo do espaço. O governo do estado foi procurado e, via Defensoria Pública (DPE-RN), nos anos seguintes, tentou embargo e apelação do processo julgado, mas sem sucesso.

Após esse primeiro desfecho desfavorável, o Botafogo F C ainda moveu, em 2010, um processo de usucapião buscando ratificar o domínio do terreno. Entretanto, em primeira instância, o magistrado alegou que não era possível prosperar ação de usucapião, sob o risco de se atentar contra o Princípio da Segurança Jurídica, considerando as decisões anteriores. Esse processo seguiu para segunda instância em 2022<sup>141</sup>.

## 7.4 A DIMENSÃO AMBIENTAL DA RESISTÊNCIA

### 7.4.1 A Dimensão Ambiental na Vila dos Pescadores do Jaraguá

As condições ambientais da área ocupada pela Vila dos Pescadores do Jaraguá foram descritas em relatório do Instituto do Meio Ambiente (IMA), órgão ambiental do estado de Alagoas, sob condições de severo comprometimento, decorrente da ausência de saneamento no local, de poluentes trazidos pelo Rio Salgadinho (que desaguava ao lado da Vila) e de lixo depositado pelos seus moradores. Esse relatório foi utilizado para justificar o processo de remoção efetivado na comunidade<sup>142</sup>.

Entretanto, em entrevista, a liderança comunitária atribuiu a precarização das condições ambientais à paralisação da coleta pública do lixo, após o ano de 2012, em que se acirraram os

<sup>140</sup> Informações constantes no Processo nº 0015524-66.2004.8.20.0001. Disponível em: <https://pje1g.tjrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam>. Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>141</sup> Informações constantes no Processo nº 0406744-62.2010.8.20.0001. Disponível em: <https://pje1g.tjrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam>. Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>142</sup> Informação obtida por meio da transmissão da audiência pública em 26/07/2013, disponível no canal do Youtube do MP-AL. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=W--0ewPUtd0&t=55s>. Acesso em: 14 jun. 2024.

embates entre moradores e prefeitura. Além disso, havia um fator agravante: a chegada de novos moradores, motivados pelo espaço e materiais disponíveis para novos barracos deixados durante uma remoção parcial naquele ano.

Nesse contexto, a comunidade passou a ter que realizar a própria coleta e limpeza pública. Essa providência foi articulada no âmbito do movimento social “Abraça a Vila”. Nesse momento, reforçam-se as medidas de sensibilização para evitar o descarte de lixo a céu aberto, numa tentativa de minimizar as condições ambientais adversas. Tais medidas, entretanto, tomadas tardiamente (após a decisão judicial em primeira instância) e por meio de provocação externa, evidenciaram a ausência de cuidados prévios com as condições ambientais do território.

O uso da rua como espaço de resistência foi destacada pelas interlocutoras da comunidade por meio de protestos realizados no ano de 2009, em função da assinatura do contrato de construção de apartamentos na Praia do Sobral – para onde realocaram os pescadores da Vila do Jaraguá. Os protestos ocorreram na Avenida Cícero Toledo e no terreno do Sobral, nos dias 02 e 04 de setembro, respectivamente. Esses protestos adquiriram notoriedade porque ocorreram meses depois de o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em pronunciamento à população de Maceió, ter se comprometido a financiar a urbanização da Vila dos Pescadores do Jaraguá no seu sítio de ocupação histórica.

Além dessas manifestações, foram relatados protestos com o apoio de professores e estudantes universitários no centro da cidade (Rua do Comércio) e na frente de órgãos públicos, a partir de 2012, no contexto do movimento “Abraça a Vila” (Figura 41).

As dificuldades para ações de rua foram apontadas pela necessidade de os pescadores estarem em atividade laboral diurna e, por vezes, ausentes de casa durante a semana toda. Isso impediu uma maior participação dos moradores. Nesse contexto, a presença dos grupos de apoio político externos se mostrou fundamental, contribuindo para elevar o número de participantes, apoiar a divulgação e gerar repercussões em diversos espaços sociais.

Figura 41 - Protestos de rua no centro de Maceió (Rua do Comércio), em 2014



Fonte: Movimento Social Abrace a Vila. Disponível em: <https://www.facebook.com/abraceavila/>. Acesso em: 17 set. 2024.

A Amajar também realizou, nas ruas da Vila, a exibição de vídeos, seguida de discussão, promoveu a circulação de matérias e comunicados divulgados pelo MPF e PMM no final de 2009 e início de 2010. A intenção era esclarecer fatos e informações acerca das decisões envolvendo a permanência da comunidade.

#### 7.4.2 A Dimensão Ambiental no Titanzinho

As condições ambientais sempre foram um desafio para o Titanzinho, uma vez que a movimentação das areias ainda gera constrangimentos a essa população. As obras recentes, disponibilizadas à comunidade na reformulação do Projeto Aldeia da Praia, também são afetadas por essa dinâmica em que o uso das estruturas é comprometido pela invasão de areia, conforme foi possível constatar nos trabalhos de campo.

Mesmo assim, a praia desempenha um importante papel como espaço de socialização e lazer da comunidade, e recebe atenção das escolas de surf, da AMT e da Comissão Titan. Segundo as fontes de pesquisa, há uma preocupação com a limpeza e garantia de condições de uso desse espaço, por meio da realização de mutirões de limpeza e divulgação de mensagens de sensibilização sobre a importância de mantê-lo sem lixo, por exemplo.

Será destacado, entretanto, o que adquiriu evidência nas atividades de campo: a atuação comunitária no uso e na manutenção do antigo Farol do Mucuripe. O referido farol foi inaugurado em 1847 e desativado definitivamente em 1958. Desde 1983 é tombado pelo governo do estado do Ceará e durante alguns anos abrigou um museu dedicado à pesca, entrando em estado de abandono logo depois (Figura 42).

Apesar das dificuldades estruturais, foram verificadas repetidas intervenções artísticas, culturais e sociais no farol, em sua maioria, desenvolvidas pelos coletivos culturais atuantes no Serviluz. O entorno do farol se tornou um dos mais importantes espaços de realização das ações do Cineclube do bairro, bem como é onde costuma ocorrer a Mostra Audiovisual do Titanzinho, reunindo as melhores produções audiovisuais do ano, em um evento que congrega também outras expressões.

Figura 42 - Antigo Farol do Mucuripe



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Além das ações ligadas à produção cultural e audiovisual, a AMT e a Comissão Titan, que lutaram pela revogação do documento, buscam dotar o farol de funções que valorizem a sociabilidade e atendam às necessidades locais. Foram relatadas feirinhas comunitárias e apresentações de artistas locais:

Não vai ter mais remoção e vai ter que restaurar com as pessoas morando no entorno. Do lado de fora, nós pretendemos manter os eventos e retomar a feira em um dia, para

chamar mais a população e gerar mais emprego e renda. Lá dentro do prédio, queremos contar com um museu que fale de nossa história, do pescador, do surf (J. A., integrante da Comissão Titan, em entrevista, 2023).

Pelo relato acima, é possível identificar a preocupação das lideranças em dotar o farol de uma dinâmica comunitária, incorporando-o ao cotidiano e aos eventos promovidos no Titanzinho. Isso se acentua com as intenções de remoção de moradores no âmbito do projeto de requalificação pleiteado pelo governo do Ceará. Verificou-se que, como consequência das ameaças de remoção, o farol se tornou um símbolo da territorialidade e um exemplo de ressignificação de funções forjadas na resistência desse grupo.

A Comissão Titan cobrou, desde o ano de 2021, além da permanência de famílias ameaçadas de remoção, a restauração do farol, por meio do manifesto intitulado “Restauração do Farol Velho Já”<sup>143</sup>, com ações de limpeza, plantio de mudas, pintura e petição digital.

Nas atividades de campo no Titanzinho, também foi interessante perceber que, antes mesmo da rua, são as casas que se delineiam como ícones de atuação política e evidenciam que há uma luta em curso. Para difundir as informações mais importantes em relação aos direitos que a comunidade possui, sob sua condição de Zeis em Fortaleza, foram fixadas placas na frente de residências onde é possível acessar um conjunto de informações (Figura 43).

Além disso, nas ruas do Titanzinho, especialmente a General Titan, e no entorno do farol, aconteciam reuniões e assembleias populares promovidas pela AMT, Comissão Titan e suas assessorias, para informar aos demais moradores sobre os projetos urbanos, a ameaça de remoção e os planos traçados para responder a esse contexto, com destaque para explicações sobre os direitos envolvidos numa Zeis.

---

<sup>143</sup> Disponível em [https://www.change.org/p/secretaria-de-turismo-do-cear%C3%A1-setur-ce-e-secretaria-de-cultura-do-cear%C3%A1-secult-ce-restaura%C3%A7%C3%A3o-do-farol-velho-j%C3%A1?source\\_location=psf\\_petitions](https://www.change.org/p/secretaria-de-turismo-do-cear%C3%A1-setur-ce-e-secretaria-de-cultura-do-cear%C3%A1-secult-ce-restaura%C3%A7%C3%A3o-do-farol-velho-j%C3%A1?source_location=psf_petitions). Acesso em: 25 jul. 2024.

Figura 43 - Placas elaboradas pela Comissão Titan e fixadas nas casas trazem informações sobre a Zeis Cais do Porto



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Em entrevista, o presidente da AMT lamentou que a pandemia de covid-19 tenha impedido a continuidade desses encontros, mas vislumbrava, num futuro próximo, reativar as assembleias para tratar de assuntos mais recentes, como a necessidade de articular a cobrança do PIRF da Zeis Cais do Porto à PMF e providências para a restauração do antigo Farol do Mucuripe.

#### 7.4.3 A Dimensão Ambiental no Porto do Capim

Tratar a vinculação histórica da comunidade com o ambiente ribeirinho denota o resgate do processo de ocupação do Porto do Capim. O ambiente ribeirinho passou gradativamente a fazer parte do conjunto material e imaterial da identidade desses habitantes, como deixaram evidente outras análises (Ruiz, 2016; Silva, 2016; CRDH-UFPB, 2014). Assim, a dimensão ambiental está presente não somente no processo de territorialização da comunidade do Porto do Capim, mas também tem destaque entre as ações de resistência adotadas no âmbito do conflito.

Foi possível verificar que, com moradias bem próximas ao rio Sanhauá e seu mangue, os moradores valorizam e utilizam esse espaço por meio do que eles chamam de ‘quintal’,

voltado para o leito do rio, destinado a sociabilidades de familiares e amigos. Ademais, como reforçam os relatos obtidos, extraem desse ambiente mariscos e peixes, principalmente, em momentos de dificuldades financeiras. Ratificando essa relação, foi possível observar a atenção dada para a manutenção e conservação do trapiche de uso público na comunidade. Trata-se de um ponto de trânsito utilizado pelas pequenas embarcações e simboliza a vida à beira-rio.

Como relatado, no contexto do conflito, a dimensão ambiental foi adotada como estratégica pela CPCA, já que a PMJP realizava acusações de degradação ambiental. Nas visitas de campo, o que se constatou foi a luta da comunidade para desconstruir a narrativa de agente poluidor que lhe foi atribuída, bem como a adoção de medidas de superação das limitações impostas pelo poder público. Em adição, as lideranças avaliam o descuido com a comunidade como uma estratégia de tornar o ambiente insalubre:

Os entulhos que estão espalhados foram deixados pela prefeitura em 2019. Inclusive a gente já solicitou para eles tirarem esses entulhos daqui para a gente ter uma passagem mais livre para o nosso sítio. Então, está em trâmite, é algo que a gestão municipal não tem interesse, porque o que eles querem é precarizar ainda mais as nossas vidas, eles querem deixar entulho, porque causa lixo, animais indesejados, doenças... Isso para a gente dizer: Ai, meu Deus! Não consigo mais viver no território do Porto do Capim. Mas a gente está aqui, fazendo poesia em meio aos entulhos[...] nos escombros me refaço, florindo e fortalecendo laços (R. H., em depoimento durante atividade do Vivenciando Porto Capim, 2024).

Além da promoção de mutirões de limpeza e campanhas de conscientização sobre o descarte adequado do lixo, num exemplo típico do processo de re-existência, chama-nos a atenção o que as lideranças comunitárias denominam ‘Praça da Resistência’ ou ‘Sítio do Pica-Pau Amarelo’ (Figura 44).

Trata-se de uma área de mangue aterrado pelas obras (inacabadas) de ampliação do antigo Porto do Varadouro, onde a PMJP pretendia construir o Parque Sanhauá. Esse espaço foi limpo, pintado e estruturado com materiais reciclados e reaproveitados para abrigar eventos promovidos pela comunidade e ser o local de brincadeiras para as crianças do Porto do Capim. Dessa forma, corroborando o que apontam Severo e Barbosa (2021), ao longo dos anos não houve degradação promovida pela comunidade, como alega a PMJP. Pelo contrário, ocorre um processo de limpeza e recuperação do mangue, sob iniciativa da própria população. Durante as atividades de turismo (descritos a seguir), esse espaço é apresentado como uma conquista de resistência pelo direito ao território.

Figura 44 - Grupo de visitantes no Sítio (ou Praça) mantido pela comunidade do Porto do Capim



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

No que concerne ao uso da rua, esse foi o local do movimento social intitulado “Ocupe Porto do Capim”, realizado em duas edições (2013 e 2019), com o apoio de entidades solidárias à causa dos moradores. Verificou-se a ocorrência de apresentações artísticas e intervenções que tinham o objetivo de questionar o conceito de revitalização do projeto da prefeitura e ao mesmo tempo chamar a atenção da cidade para a luta da comunidade.

Além dos eventos supracitados, os protestos de rua foram recursos utilizados de forma mais incisiva quando se acentuaram os conflitos entre a comunidade e a PMJP: dois em 2019, sendo o primeiro logo que a prefeitura notificou os moradores na subárea Vila Nassau sobre a demolição a ser ocorrida em 48h<sup>144</sup>, e o segundo em meio às demolições, aproveitando-se da presença de promotores e defensores públicos que realizavam vistorias na ocasião<sup>145</sup>; em 2020, promovido na presença do prefeito de João Pessoa, quando se anunciava a entrega da primeira

<sup>144</sup> Disponível em: <https://brasildefatorj.com.br/2019/03/21/populacao-do-porto-do-capim-fecha-ruas-do-centro-em-protesto-contr-despejo>. Acesso em: 12 jul. 2024.

<sup>145</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/08/entenda-processo-de-revitalizacao-e-retirada-de-familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>. Acesso em 12 jul. 2024.

etapa do Parque Ecológico Sanhauá, composta pela revitalização e ampliação da Praça Napoleão Laureano, ao lado do Porto do Capim<sup>146</sup>.

Nas reportagens veiculadas sobre o assunto, verifica-se que os protestos tiveram a intenção de chamar a atenção de autoridades e população sobre a pressão exercida para a desocupação, a histórica falta de diálogo da PMJP e a ausência de participação da comunidade nos projetos incidentes sobre seu território.

#### **7.4.4 A Dimensão Ambiental na Vila de Ponta Negra**

Na Vila de Ponta Negra as recorrentes queixas das lideranças da ausência/subdimensionamento do sistema sanitário, da falta de acessibilidade para idosos e cadeirantes e do excesso de veículos circulando nas ruas estreitas da comunidade<sup>147</sup> são atribuídas, ao descaso do poder público e ao crescimento de imóveis destinados a imigrantes. Trata-se de um crescimento urbano não planejado que também tem, gradativamente, retirado dos moradores os ambientes de sociabilidade, lazer e trabalho.

Um dos poucos espaços para a sociabilidade dos moradores é o campo do Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra<sup>148</sup> (Figura 45). Entretanto esse espaço está ameaçado por uma disputa no âmbito judicial. A ação que reclama o local para a propriedade privada contrasta com o caráter agregador que o ambiente proporciona aos seus usuários. Dotado de título de utilidade pública (Lei Municipal nº 2.398, 09/12/1976), o clube atende aos interesses esportivos da Vila, para todas as faixas etárias. Abriga torneios de futebol, projetos sociais e, eventualmente, apresentações culturais gratuitas.

---

<sup>146</sup> Imagens e vídeos do protesto podem ser acessados em um perfil de rede social da Associação de Mulheres do Porto do Capim. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B8P6rJ4pezs/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/B8P6rJ4pezs/?img_index=1). Acesso em 12 jul. 2024.

<sup>147</sup> Informação obtida em três reuniões com moradores, promovidas por um político, por uma chapa concorrente ao Conselho Comunitário e pelos diretores do Conselho Comunitário eleito em 2024.

<sup>148</sup> Por meio do sítio eletrônico CNPJ.info, verificou-se que o Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra, inscrito sob o CNPJ nº 12.702.015/0001-80, tem seu registro datado de 04/08/1987, relacionado a clubes sociais, esportivos e similares.

Figura 45 – Campo do Botafogo da Vila de Ponta Negra sendo usado para apresentações culturais



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Em defesa desse espaço, o grupo FVM organizou três mobilizações de sensibilização sobre a importância de sua manutenção para a comunidade. As ações ocorreram em 02/10/2009 e nos dias 01/03 e 31/05 de 2023, motivadas por decisões nos processos judiciais relacionados à causa. No ato do dia 31/05/23, chamado de “Abraço ao campo do Botafogo”, foi possível verificar atividades de contação de histórias, declamação de poesia e música ao vivo, enquanto dezenas de crianças brincavam no local, alheias à ameaça de desapropriação. Há de se considerar as dificuldades estabelecidas pela urgência na convocação, ocorrida dois dias antes do “ato”. Por isso, em todos os turnos (manhã, tarde e noite) constatou-se poucas pessoas envolvidas na ação.

A praia, outrora de amplo usufruto dos pescadores foi, aos poucos, sendo tomada por muros e prédios, instalados na areia e nos acessos à beira-mar. São objetos que na verdade refletem a atuação de diversos agentes sociais interessados na área tradicionalmente ocupada pela comunidade pesqueira.

Combatendo a perda de espaço, A. S., liderança da pesca na Vila de Ponta Negra e indicado pelos seus pares como porta-voz dos pescadores, comemora a conquista de um Taus perante o histórico de desterritorialização desses trabalhadores (Figura 46).

Figura 46 - Espaço cedido por meio de Taus para ancoragem de jangadas.



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

Desde meados de 2000 os pescadores pleiteavam, junto à SPU e à PMN (gestoras das praias urbanas de Natal), que num trecho de pouco mais de 20 metros de extensão, situado entre o Morro do Careca e o calçadão da orla, fosse construído um rancho de apoio à pesca<sup>149</sup>. Fruto de uma articulação com um político atuante na Vila, recursos de uma emenda parlamentar foram destinados para a construção. Espera-se o desfecho da obra de engorda da praia para iniciar a construção da estrutura.

Verificou-se o uso do espaço público em manifestações ligadas aos três conflitos aqui priorizados em relação à Vila de Ponta Negra. Compreende-se que os eventos de maior repercussão foram as edições do “Abraço ao Morro do Careca”, promovido pelos participantes do Movimento SOS Ponta Negra<sup>150</sup>. Os apoiadores do movimento se reuniram três vezes na

<sup>149</sup> Um rancho de pesca é uma estrutura fixa, situada em local estratégico para facilitar a manutenção e o armazenamento dos apetrechos de trabalho (barcos, redes e materiais afins) dos pescadores, bem como para facilitar o deslocamento dos pescadores até o mar. Também é utilizado para recebimento, separação, beneficiamento e divisão do pescado entre pescadoras/es e comunidades que participam da pesca.

<sup>150</sup> Os eventos de abraço ao Morro do Careca organizados pelo Movimento SOS Ponta Negra ocorreram em outubro, novembro e dezembro de 2006. Em 09/07/2023, ocorreu um ato com a participação do executivo e parte do legislativo municipal, empresários e entidades do setor privado, denominado ‘SOS Ponta Negra’, para defender a obra de engorda da praia. Esse ato não tem relação com o Movimento Social SOS Ponta Negra, que atuou entre os anos de 2006 e 2010 contra a construção de prédios verticais junto ao Morro do Careca.

beira da praia para protestar contra a construção de prédios que comprometeriam a visão do principal símbolo natural da praia, o Morro do Careca.

Em relação ao Campo do Botafogo e à obra de engorda da praia, os protestos foram na rua, nas imediações do principal acesso viário à beira-mar. No tocante ao campo, foi organizado por apoiadores do clube e realizado em outubro de 2009, pela manhã. Em relação às incertezas da obra de engorda, o protesto, organizado pelos pescadores para reivindicar diálogo com a PMN, ocorreu no dia 24 de julho de 2024, contanto, além dos trabalhadores da pesca, com rendeiras, integrantes do FVM, vereadores de oposição à gestão municipal e militantes diversos (Figura 47).

Figura 47 - Protesto de rua, onde pescadores cobram diálogo com a PMN em relação à obra da engorda de Ponta Negra



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

O ato foi acompanhado por veículos de imprensa e adquiriu maior repercussão devido ao MPF ter protocolado, na véspera, uma Ação Civil Pública (ACP) solicitando que a obra da engorda da praia fosse suspensa, até que se realizasse a consulta da comunidade tradicional impactada.

As lideranças avaliam que, apesar da pouca adesão de moradores, o protesto foi avaliado positivamente, considerando a repercussão na mídia em torno dos questionamentos sobre os impactos ambientais e sociais da referida obra.

## 7.5 A DIMENSÃO CULTURAL DA RESISTÊNCIA

### 7.5.1 A Dimensão Cultural na Vila dos Pescadores do Jaraguá

A busca pelo reconhecimento da tradicionalidade foi um dos caminhos adotados pela Vila dos Pescadores do Jaraguá na tentativa de reafirmar sua territorialidade. Segundo a ex-presidente da Amajar, a iniciativa foi estimulada pelo grupo de professores da UFAL e deliberada do Seminário de Cartografia do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, intitulado “O lugar e o labor como Patrimônio Cultural Imaterial”, promovido em 2010, onde se discutiu o enquadramento das características da pesca reproduzida na comunidade como um patrimônio imaterial de Alagoas.

A solicitação foi realizada à Superintendência do Iphan - AL (como determina o Decreto Federal nº 3.551, de 04/08/2000) para a inclusão no rol do Patrimônio Cultural Imaterial, por meio do registro de ‘Ofícios e modos de fazer’ da pesca tradicional, e inscrição no livro de ‘Registro do Lugar’, reconhecendo o espaço ocupado pela Vila de Pescadores de Jaraguá enquanto lugar onde se realiza e se atualiza esse saber fazer<sup>151</sup>. Foram adicionados à solicitação documentos para embasamento, com destaque para o Censo Demográfico e Social realizado pelo ICS/UFAL em 2006, além de fotografias, vídeos, entrevistas e trabalhos de conclusão de curso ligados à prática da pesca tradicional.

Para uma interlocutora ouvida na pesquisa, a UFAL sistematizou o que já era evidente para essa comunidade:

Eles tinham consciência da força enquanto comunidade tradicional de pesca, que eles eram uma vila de pescadores e que eles forneciam alimento para Maceió, mesmo antes dessa luta toda. Eles também tinham uma forma própria de viver, assim como todas as comunidades tradicionais. Tinham a pesca, a forma de se relacionar com o mar, com a comunidade e com a família. Isso era expresso também nos seus momentos de lazer, nas suas festas nos terreiros e com danças (S. G., agente de formação do Ponto de Cultura Enseadas das Canoas, em entrevista, 2024).

Conscientes sobre seu modo de vida particular, a ideia de reclamar os direitos de condição de comunidade tradicional foi absorvida pelas lideranças. A partir dessa convicção, os estudos elaborados pelo ICS/UFAL e o desejo de reconhecimento da tradicionalidade da

---

<sup>151</sup> Nossa interlocutora informou que a Vila dos Pescadores do Jaraguá era o único local de fabricação de barcos de madeira de Maceió.

comunidade deveriam ser suficientes para se recorrer ao que é discriminado na PNPCT, além da ampliação das melhorias urbanas realizadas no bairro do Jaraguá para a comunidade. No entanto, o que se verificou foi que o entendimento expresso no Censo Demográfico e Social e nos demais estudos não foi considerado na decisão judicial que encerrou o caso.

Frente ao impasse quanto ao reconhecimento da tradicionalidade, iniciado pelo estudo do ICS/UFAL e desqualificado pela PMM, o MPF, no âmbito de uma ACP (em 2012), solicitou um laudo antropológico que buscasse verificar os impactos do projeto urbano sobre as práticas tradicionais dos pescadores da Vila do Jaraguá. Para a líder comunitária, as considerações do Censo foram ofuscadas pelo referido laudo. Criticando a metodologia adotada pelo responsável técnico, Cavalcante (2015) assevera que, apesar de concordar com o Censo, o laudo, contraditoriamente, concluiu que a remoção não ocasionaria prejuízo à identidade cultural e ainda traria benefícios para a qualidade de vida de seus moradores. Frente a essa conclusão, não houve reconhecimento de nenhum órgão em relação à tradicionalidade da comunidade, e a decisão judicial final se deu pela retirada dos pescadores.

A Amajar foi responsável pela operação e era o local de funcionamento do Ponto de Cultura Enseada das Canoas: Yar-á-água, vinculado ao projeto Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura (Figura 48).

Figura 48 - Oficina de percussão do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, desenvolvida na Vila dos Pescadores do Jaraguá



Fonte: Amajar. Disponível em: <https://amajar.blogspot.com/2012/10/ponto-de-cultura-enseada-das-canoas.html>. Acesso em: 17 set. 2024.

O Ponto de Cultura iniciou suas atividades em 2009, portanto, em meio aos conflitos com a PMM. Atendia crianças e jovens para estimular habilidades artísticas (ligadas à fotografia, pintura e percussão), por meio de aulas, oficinas e exposições ocorridas no contraturno do horário de aula.

Sua finalidade estava imbricada com o movimento de resistência e seu funcionamento foi importante para reforçar a reterritorialização da comunidade, como evidenciou uma fonte de pesquisa no relato a seguir:

Antes do Ponto de Cultura, a gente não tinha um estímulo à cultura. Em 2009, uma das professoras que atuavam na comunidade me falou que havia um convênio para um ponto de cultura e chamou para reorganizar a Associação de Moradores, que é de 1988, mas estava parada e com dívidas na receita. A professora disse: – Vamos organizar a Associação e entrar com o Ponto de Cultura dentro da comunidade, que isso vai fortalecer a questão contra a retirada. Pois já havia tido duas retiradas antes, e eles (a prefeitura) sempre querendo aquele local, mas os pescadores ficando. O Ponto de Cultura ajudava a dar visibilidade à nossa luta (M. E., ex-presidente da Amajar, em entrevista, 2024).

Pelo relato, há uma forte relação entre Ponto de Cultura e resistência, sendo seu funcionamento também responsável pela motivação de resgatar a ativação do registro da Amajar. Estabeleceu-se uma dialética: Ponto de Cultura-Amajar-resistência, que reforçou a relação com o território.

À medida que procurava valorizar os traços culturais presentes numa comunidade de pescadores e expressar interpretações sobre a possibilidade de remoção, o Ponto de Cultura também dialogou com importantes espaços de exposição da cidade de Maceió, dentre os quais a galeria do Centro Cultural Arte Pajuçara, o Museu de Imagem e Som do Jaraguá e o Museu Palácio Marechal Floriano Peixoto, para mostrar as produções realizadas pelas crianças.

Para as interlocutoras, as exposições foram situações de resgate da autoestima do público atendido no projeto e da Vila, por extensão. Com a remoção da comunidade e a demolição de seu local de funcionamento – a sede da Amajar – o Ponto de Cultura passou a funcionar sem sede fixa, desenvolvendo atividades no conjunto habitacional do Sobral até o ano de encerramento do programa, no final de 2015.

### 7.5.2 A Dimensão Cultural no Titanzinho

Não foi declarada pelas lideranças do Titanzinho intenção de investir esforços para buscar o reconhecimento de tradicionalidade. Apesar de serem citadas algumas danças folclóricas ainda praticadas por grupos de moradores, os dados coletados deixam evidente que as formas de expressão de cultura urbana se destacam no Titanzinho, especialmente levadas às ruas e praças pelos jovens integrantes dos coletivos culturais atuantes no território. Entre os citados nas entrevistas, têm-se o Coletivo Servilost e o Coletivo Audiovisual do Titanzinho.

O Coletivo Servilost atua desde 2015, apresentando o grafite como sua principal forma de expressão. Suas intervenções estão espalhadas nos muros e em cartazes pelo bairro do Serviluz e trazem mensagens de valorização da periferia (Figura 49). Além disso, promovem ações voltadas ao cuidado com o meio ambiente, especialmente na área do entorno do Farol do Mucuripe, por meio de mutirões de limpeza e eventos que também reúnem outras modalidades, como dança, fotografia e produção audiovisual.

Figura 49 - Grafite “Amo Titan”, de autoria do Coletivo Servilost



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

O Coletivo Audiovisual Titanzinho, formado em 2013, é resultado da mobilização de jovens comunitários interessados em expressões urbanas, capacitados e orientados pelo Lamur-UFC, via projetos de extensão, e que recebem apoio e orientação política da AMT.

Por meio da produção de vídeos, oficinas e cursos para estimular a visibilidade e valorização das formas de vida, da cotidianidade e da resistência do bairro, o coletivo e o Lamur-UFC deram início a um processo de convergência de produções audiovisuais a serem curadas e expostas no cineclube Cine Ser Ver Luz e resgataram as Mostras Audiovisuais do Titanzinho (Gorczewski, *et al.*, 2019b).

O cineclube Cine Ser Ver Luz apresenta produções nacionais, regionais, cearenses e próprias, em sessões temáticas mensais que ocorrem nas ruas e praças de diversos setores, incluindo o Farol. As primeiras sessões foram desenvolvidas em 2014 e se seguiram ao longo desses anos. Os temas são diversos, mas sempre buscam uma reflexão crítica sobre questões presentes no bairro, expressa nos títulos das sessões, tais como: O Pessoal da São José, Direito à Cidade, Afeto e Amizade, Moradia: direito nosso, Mulheres, O lugar das perdas<sup>152</sup>.

A Mostra Audiovisual do Titanzinho iniciou em 2011, por proposta da AMT e do Coletivo Audiovisual Titanzinho. Com a aproximação com o Lamur-CE e a constituição do Cineclube, a mostra adquiriu colaboradores e passou a ocorrer anualmente a partir de 2013, com duração de dois a três dias, no mês de dezembro, sempre com o encerramento das edições no Antigo Farol do Mucuripe (Figura 50), em um evento aberto à comunidade que também congrega outras formas de expressão, como música, poesia e dança.

---

<sup>152</sup> Para mais informações, acessar o blog do cineclube, disponível em: <https://cineclubeserverluz.wordpress.com/>. Acesso em: 06 set. 2024.

Figura 50 - Preparativos para a X Mostra Audiovisual do Titanzinho



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Em 2019, a Mostra Audiovisual expôs como tema a ameaça de remoção e as contradições do projeto de urbanização Aldeia da Praia. Nas edições posteriores, os vídeos continuaram contar a história e evidenciaram o trabalho da Comissão Titan, como explica um dos entrevistados:

Eles (Lamur-CE), junto com a Associação, sempre ocuparam o Farol com os eventos. Mas nesse período do Projeto Aldeia esse pessoal chegou junto. Foi quando nós unimos forças e fazíamos vídeos sobre o assunto, como ‘O farol esquecido’ e tantos outros. Foi um dos grupos que nos ajudou bastante, porque mostrava toda nossa luta, não deixava a gente perder o foco... Eventos, reuniões, tudo era registrado, filmado, batido foto, e quando ocorre a Mostra Audiovisual do Titanzinho sempre tem um vídeo nosso (J. A., integrante da Comissão Titan, em entrevista, 2023).<sup>153</sup>

Como se pode verificar, os coletivos atuantes no bairro, a AMT e o Lamur-UFC constituem uma aliança em nome da cultura e arte urbana, expressa por meio da produção audiovisual. Em intervenções nos espaços públicos, em atividades mensais (Cine Ser Ver Luz)

<sup>153</sup> O vídeo citado pelo interlocutor mostra a relação de integrantes da Comissão Titan com o Farol e expõe como o processo de abandono do Farol se confunde com o descaso com a própria comunidade do Titanzinho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z0GbxZXXzUc>. Acesso em: 06 set. 2024.

e anuais (Mostra Audiovisual do Titanzinho), os esforços desses atores comunicam, sensibilizam e expressam a força reivindicatória que pulsa na comunidade.

Citando a recente conquista da revogação do Decreto Estadual que ameaçava retirar 88 famílias residentes do entorno do Antigo Farol do Mucuripe, um dos interlocutores ressalta: “A revogação do decreto foi outra vitória, principalmente por causa da Associação de Moradores, da Comissão Titan e dos coletivos culturais do bairro” (J. A., integrante da Comissão Titan, em entrevista, 2023). Assim, com o reconhecimento por parte das lideranças, os grupos culturais transmitem aos moradores, numa linguagem acessível, a importância de resistir enquanto comunidade e reconstruir constantemente sua identificação com o território.

### 7.5.3 A Dimensão Cultural no Porto do Capim

Verifica-se que a dimensão cultural adquiriu contornos bastante complexos no conflito do Porto do Capim, afinal não se pode desconsiderar que foi no contexto de revitalização do CHJP que a comunidade acabou envolvida na contenda com a PMJP. O tombamento e esforços de estender as obras ligadas ao Centro Histórico em direção ao Rio Sanhauá, para fins turísticos, desconsiderando a presença histórica da comunidade, se somam a uma visão restrita da cultura, pautada somente no patrimônio material. São aspectos contestados pela comunidade, como verificado na fala de R. H., integrante da AMPC e do Coletivo Garças do Sanhauá, ao se apresentar a um grupo de visitantes: “Sou criada e enraizada nesse território ribeirinho, cuja família está há cinco gerações; território que é nascedouro da capital paraibana” (Em depoimento durante atividade do Vivenciando Porto Capim, 2024).

Um dos marcos para expor as contradições no projeto de expansão dessa lógica para o Porto do Capim foi o Projeto “Memórias Ribeirinhas - Porto do Capim”, produzido pela Casa do Patrimônio de João Pessoa entre 2010 e 2011, cujo objetivo inicial era criar uma espécie de memorial da comunidade a ser removida. Esse projeto resultou numa exposição fotográfica, produzida com crianças residentes no território<sup>154</sup>. Entretanto, o seu maior legado foi a chance de os técnicos envolvidos desnudarem um conjunto de estigmas que pairavam sobre o local (favela, violência, situação de risco, invasores, entre outras). Os técnicos passaram, a partir desse momento, a questionar a necessidade de remoção e a defender a importância de preservar

<sup>154</sup> Mais informações disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1365/exposicao-%e2%80%9cmemorias-ribeirinhas-porto-do-capim%e2%80%9d>. Acesso em: 06 set. 2024.

as referências culturais imateriais dos ribeirinhos, em simbiose com a preservação do CHJP (Braga & Moraes, 2016; Catarino *et al.*, 2015).

Reconhecida a importância imaterial das práticas cotidianas no Porto do Capim, por meio do projeto supracitado, a ideia foi potencializada no âmbito da CPCA, nas reuniões, com o incentivo da Fundação Casa Cia da Cultura e professores da UFPB. Tomada como uma das prioridades na resistência, a categoria tradicionalidade foi reforçada ao longo dos anos com o acréscimo da certificação promovida pelo Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa (Coletivo Jaraguá), pelo Relatório de Violação dos Direitos Humanos no âmbito do PAC Cidades Históricas, elaborado pelo CPDH/UFPB, e por uma série de laudos antropológicos encomendados pelo MPF e DPU. Frente à convicção da importância desse reconhecimento, por exemplo, para recorrer ao conjunto normativo que versa sobre os direitos desses povos (Convenção 169 da OIT, PNPCT e a Portaria nº 89/2010 - SPU), a comunidade passou a se autodenominar “Território Tradicional Ribeirinho Porto do Capim”.

Apesar dos estudos envolvidos na comprovação da condição cultural imaterial dos ribeirinhos do Porto do Capim, o Iphan-PB, responsável pelo recebimento das propostas (de acordo com o Decreto Federal nº 3.551/2000), não deu parecer favorável à comunidade. Mas, mesmo com a negativa do Iphan, as referências históricas, culturais e tradicionais da comunidade não deixaram de ser fomentadas, como exposto a seguir.

Como expresso, investir na cultura imaterial e identidade tradicional ribeirinha do Porto do Capim foi um dos primeiros consensos estabelecidos no âmbito da CPCA, estratégia que se materializaria por meio da elaboração de um calendário de eventos com as principais atividades culturais da comunidade. Entre as quais, destacam-se o aniversário da Cidade de João Pessoa (Raízes do Porto) e da Procissão de Nossa Senhora da Conceição.

O evento em comemoração ao aniversário da cidade de João Pessoa é chamado Raízes do Porto e ocorre no mês de agosto. São promovidas apresentações artísticas, e o objetivo é estabelecer uma relação entre a origem da cidade, nas imediações da comunidade, ambas às margens do Rio Sanhauá (Silva, 2018).

Outro evento estabelecido no calendário comunitário é a procissão terrestre e fluvial de Nossa Senhora da Conceição (celebrada em 8 de dezembro), que atrai celebrantes de outros bairros de João Pessoa e de outras cidades, com o apoio da Igreja Católica e cobertura da mídia pessoense. Pode ser considerada uma tradição forjada no seio da comunidade, iniciada na década de 1990 por uma de suas famílias, e que, nos anos seguintes, foi adotada como um rito religioso local (Gonçalves, 2014; Silva, 2020).

A procissão tem início na Igreja São Frei Pedro Gonçalves, uma das principais do CHJP, e se dirige ao trapiche público do Porto do Capim, para, a partir daí, em barcos, seguir até a pequena capela situada no local que os moradores denominam “Ilha da Santa” (às margens do Sanhauá, distante poucos quilômetros da comunidade), onde a santa é venerada (Figura 51).

Figura 51 – Festa de Nossa Senhora da Conceição, no Porto do Capim



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

As lideranças da AMPC adotam uma série de providências na organização do evento, como um café da manhã no pátio da igreja, a ornamentação do percurso e do trapiche utilizado, além da provisão de barcos para os moradores e visitantes acompanharem o trecho fluvial da procissão. Ao longo da celebração de 2024, foram recorrentes as referências à resistência da comunidade e dedicadas intenções à recente conquista no âmbito do Edital do “Programa Periferia Viva - Urbanização de Favelas”.

Também funciona no Porto do Capim um Ponto de Cultura comunitário (Figura 52) cuja manutenção é realizada pelo Coletivo Garças do Sanhauá. Nesse momento, é importante lembrar que os jovens integrantes do coletivo são egressos dos programas de extensão promovidos pela Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra (Subindo a Ladeira e Rolezinho do Porto), além de contar com integrantes do Programa de Formação de Agentes

Culturais Comunitários, ligado ao Projeto Museu do Patrimônio Vivo Cultural. Dessa forma, estão desde cedo ligados aos movimentos de cultura popular.

Figura 52 - Ponto de Cultura mantido pelo Coletivo Garças do Sanhauá



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Além de sede do coletivo e ponto de apoio para visitantes, o Ponto de Cultura promove um conjunto de atividades para fortalecer a identificação da comunidade com a tradição ribeirinha. São desenvolvidas atividades de cunho cultural, educacional e político por meio de ensaios do grupo de dança, produção de figurino, produção de instrumentos musicais, confecção de camisetas e outros itens a serem vendidos.

Também é importante destacar o esforço promovido pela comunidade para a manutenção e estímulo aos referências folclóricas que têm como tema o ambiente ribeirinho. Entre as crianças e jovens, estimulam-se brincadeiras e lendas folclóricas. Em diversos momentos das visitas guiadas pela comunidade, são referenciadas as lendas do “Pai do Manguê” e da “Comadre Florzinha”, entidades da imaginação popular nordestina ligadas à proteção da natureza.

As narrativas folclóricas, portanto, completam o conjunto de representações culturais utilizadas pelos moradores, nesse caso, para ratificar o vínculo respeitoso e as práticas preservacionistas com o ambiente ribeirinho (floresta, manguê e rio), e servem para desconstruir o discurso de degradação propalado pela PMJP.

#### 7.5.4 A Dimensão Cultural na Vila de Ponta Negra

A busca por reconhecimento de tradicionalidade da comunidade da Vila de Ponta Negra não tem sido a ‘bandeira’ principal de suas lideranças. Verificam-se, entretanto, possibilidades em relação a esse aspecto no tocante à atividade tradicional de pesca, ao artesanato de bilro e em relação aos folguedos e grupos de dança.

No primeiro caso, resgatar a condição artesanal da pesca foi importante para aquisição do Taus em um trecho de areia a ser destinado para uso dos pescadores<sup>155</sup>. Essa possibilidade também foi importante, como se verificou, na ACP promovida pelo MPF para fazer com que a PMN dialogasse com os pescadores afetados pela obra do enrocamento/engorda da Praia de Ponta Negra, aproximando-se do que preconiza a convenção 169 da OIT, apesar das contestações dos gestores municipais.

A atuação das mulheres dedicadas ao artesanato de renda na Vila de Ponta Negra, gerando convites para participação em eventos turísticos e culturais, torna a prática tradicional reconhecida entre os produtores culturais do estado<sup>156</sup> (Figura 53).

Figura 53 - Reunião de rendeiras de bilro na Vila de Ponta Negra



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

<sup>155</sup> O Termo de Autorização de Uso Sustentável (Taus) foi instituído pela SPU por meio da Portaria nº 89/2010, para disciplinar a concessão da posse de terras da União em favor das comunidades tradicionais, como uma forma de contribuir para a sua subsistência.

<sup>156</sup> Em dezembro de 2021, a Associação Rendeiras de Bilros da Vila de Ponta Negra recebeu o Registro de Patrimônio Vivo do RN, título que tem o objetivo de contribuir para a preservação dos processos de criação, técnicas, modos de fazer e saberes da cultura tradicional e popular do estado do Rio Grande do Norte.

Destaca-se, também, o Ponto de Memória Rendeiras da Vila, conhecido como “Casa das rendeiras”, que há 26 anos se consolida como espaço de fomento à cultura popular de Ponta Negra, articulando não somente o artesanato em rendas de bilro, como também os grupos de danças folclóricas<sup>157</sup>.

Trata-se de um espaço privado, mas seus proprietários o disponibilizam como ponto de apoio para a realização de cursos, palestras, apresentações e vivências diversas, reuniões comunitárias e ações sociais. Nesse caso, considera-se que o incentivo à cultura é também o incentivo à permanência de moradores e descendentes daqueles que têm relações históricas com o território. O Ponto de Memória, portanto, extrapola o contexto das mulheres-rendeiras e contribui significativamente para a territorialidade da Vila, vinculando sua (re)existência às raízes e histórias locais.

No caso das danças folclóricas, a condição é evocada como uma forma de se referir e celebrar as formas de expressão dos primeiros habitantes da Vila, que tinham nessa prática um importante momento de sociabilidade<sup>158</sup>. Entretanto, com as mudanças promovidas pela chegada de residentes de outros países e estados do Brasil e os impactos da especulação imobiliária que se vinculam ao processo de urbanização turística do bairro, os mestres e brincantes desses folguedos têm, gradativamente, deixado a Vila.

As lideranças avaliam que entre as causas das saídas dos brincantes dos grupos, está o assédio e consequente venda dos seus imóveis, o aumento do custo de vida e a introdução de outras formas de sociabilidade no interior da comunidade, decorrentes do aumento de moradores ou empreendedores imigrantes nacionais e estrangeiros.

O mestre folclórico do grupo de dança de Bambelô reforça o problema da saída de brincantes, vinculando-a à especulação imobiliária, mas também adiciona a falta de uma política de valorização à cultura popular entre os motivos da diminuição dos grupos.

Considera-se que as danças folclóricas colaboram para o fortalecimento das conexões entre moradores e território, entretanto, o Mestre do grupo queixa-se que, nos últimos anos, os grupos estão sem um espaço adequado para ensaios, reuniões e diálogos, já que não há espaços públicos disponíveis na Vila e o prédio do Centro Comunitário, outrora utilizado no projeto de extensão, se encontra em desuso, fatos que contribuem para dificultar os ensaios dos grupos. O

---

<sup>157</sup> Fundado em 1998, inicialmente chamado de Núcleo de Produção Artesanal Rendeiras da Vila. Foi idealizado por uma das famílias mais antigas da Vila e tradicional praticante da renda de bilro.

<sup>158</sup> Os grupos de danças mais referenciados são o Boi de Reis, a Lapinha, o Bambelô, o Pastoril, o Coco de Roda e os Congos de Calçola. São grupos organizados por descendentes dos primeiros moradores a ocupar o local.

Mestre espera que a reativação do Conselho Comunitário restabeleça o espaço de abrigo das atividades brincantes (Figura 54).

Figura 54 - Apresentação de grupos folclóricos em frente ao Ponto de Memória Rendeiras da Vila de Ponta Negra



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

São práticas (bilro e dança) que adquiriram, segundo as lideranças comunitárias, a conotação de resistência frente às mudanças socioespaciais que são consideradas impactos da urbanização turística que ocorre no território. Corroborando essa percepção, foram presenciados relatos negativos quanto à presença de imigrantes na Vila, principalmente estrangeiros que adquirem imóveis para segunda residência ou destinados a equipamentos de hospedagem, que são responsabilizados pelos processos de desterritorialização que afetam os moradores antigos, situação acentuada entre 2003 e 2008 pela maior presença de fluxos turísticos internacionais.

## 7.6 A DIMENSÃO ECONÔMICA DA RESISTÊNCIA

### 7.6.1 A Dimensão Econômica na Vila dos Pescadores do Jaraguá

No trabalho de campo, verificou-se que a pesca artesanal se faz presente ao longo da Zona Costeira inserida no tecido urbano de Maceió. Entretanto, apesar do Plano Diretor vigente (Lei Municipal nº 5486 de 30/12/2005) dedicar-lhe uma subseção nos sistemas produtivos municipais, não há referências à pesca nessa área, apenas a previsão de implantação de polos interativos de pesca e turismo na região lagunar (Lagoa do Mundaú).

Curiosamente, a atividade de pesca é citada ao longo do PD de Maceió no que concerne às medidas para o desenvolvimento do turismo, quando prevê o “apoio à implantação de terminais interativos de pesca e turismo em pontos estratégicos da cidade” (Art. 17). Um desses pontos estratégicos corresponde à ZEP do Jaraguá, onde se prevê o estudo de uma “marina na enseada de Jaraguá” e a integração entre “atividades de artesanato e pesca ao turismo” (p. 26).

Ainda ligado ao fomento ao turismo, podem-se destacar outras diretrizes, a exemplo da previsão de apoio aos empresários para constituir um polo cultural e de entretenimento no bairro do Jaraguá; o apoio à instalação de um terminal turístico no Porto de Maceió e estabelecimento de parcerias para implantação da Marina de Jaraguá; e estímulos para a realização de eventos esportivos e de lazer no litoral. Tais medidas coadunam com os projetos anunciados pela PMM a serem realizados no terreno onde estava situada a Vila, dos quais alguns se concretizaram, como a Praça de Eventos/Estacionamento e o Centro de Pesca integrado ao circuito turístico.<sup>159</sup>

O planejamento público evidencia a subsunção das práticas da pesca artesanal à atividade turística, fato que sinaliza um novo conteúdo para aquela, tornando-a um subproduto desta, ou seja, reduzindo a pesca artesanal a um atrativo turístico.

A Vila dos Pescadores do Jaraguá representa uma síntese do processo descrito acima. Sua territorialidade foi constituída com a intensa contribuição da atividade pesqueira. Os homens dedicam-se à pesca do peixe e do camarão, enquanto as mulheres, ao tratamento dos mariscos antes da venda (Figura 55).

---

<sup>159</sup> O bairro do Jaraguá consta na rota dos circuitos turísticos urbanos (*city tour*) regulares das agências de turismo receptivo Luck Turismo, WS Receptivo e AVG Tour, por exemplo.

Figura 55 - Marisqueiras em atividade no Centro Pesqueiro do Jaraguá



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

As tarefas desses ofícios, desde a construção de embarcações até o tratamento dos alimentos, faziam parte do cotidiano e se apresentavam como a única fonte de renda dos seus moradores. O relato abaixo pode fornecer uma indicação de como a produção do pescado na Vila era responsável pelas características da reprodução socioeconômica daquele grupo:

Ali tinha um muro invisível que ninguém de fora entrava e os de dentro não saíam. A vida deles era assim, só dentro da comunidade, sem nem saber que o resto do mundo existia. [...] quase tudo que a gente precisava tinha na Vila. E tinha o principal, o trabalho e o alimento. Só saía de lá para comprar remédios. E para a gente aquilo era o normal, a gente foi criado assim (M. E., ex-presidente da Associação dos Moradores, em entrevista, 2024).

Pelo que foi exposto, os moradores da Vila dos Pescadores viviam em relativo isolamento em relação à cidade de Maceió. Esse contexto também favorecia o estreitamento dos laços de parentesco entre eles, o cuidado coletivo e a passagem do ofício entre as gerações.

Depois da remoção, a atividade pesqueira continuou a ser realizada, tendo como base o Jaraguá. Entretanto, segundo os depoimentos coletados com pescadores, surgiram dificuldades estruturais atinentes ao Centro Pesqueiro e ao aumento dos custos para o trabalho, relacionado ao deslocamento, alimentação e pagamento de taxas.

Para uma das entrevistadas, a remoção da comunidade compromete a atividade tradicional em nome de uma forma de urbanização que privilegia classes sociais com condições econômicas de pagar pela nova função do espaço. Segundo ela, ocorreu uma higienização social operada no espaço litorâneo da capital alagoana.

No caso particular do Centro Pesqueiro (que já foi uma alternativa à marina pensada para o local), a construção passou a contribuir com o consumo de lazer e turismo previsto para o bairro do Jaraguá. Por isso, a retirada forçada dos pescadores da Vila do Jaraguá de seu local de reprodução socioeconômica deixa sob suspeita o interesse público municipal em fomentar a pesca como meio de desenvolvimento econômico da cidade, uma vez que a força de trabalho do Centro Pesqueiro foi afastada.

### **7.5.2 A Dimensão Econômica no Titanzinho**

No Titanzinho, a atividade econômica mais tradicional e de fundamental importância para o dia a dia da comunidade, segundo um dos interlocutores, é a pesca, a qual ocorre no mar e na praia. Ainda segundo as fontes, além da importância para o processo de territorialização, essa atividade sustenta ou complementa a renda familiar e assegura melhores preços para os moradores locais, diminuindo, assim, a ameaça de insegurança alimentar.

Nessa comunidade, as jangadas, os pequenos barcos e as redes, nos últimos anos, passaram a dividir o mar com outras formas de ganhos advindos das ondas, o surf (Figura 56). Os diálogos estabelecidos nas visitas à comunidade indicam que esse esporte corresponde a uma profissão para jovens atletas do bairro, a uma forma de empreendedorismo por meio das escolas e lojas situadas na praia, a uma modalidade de assistência social para crianças e jovens, já que a maioria das escolinhas desenvolve projetos sociais de ocupação extraescolar, além de uma prática de lazer para um grande número de moradores.

Figura 56 - Escolinhas e surfistas (à frente) e pescadores (ao fundo) dividem o espaço na praia do Titanzinho



Fonte: Trabalho de campo – acervo do autor (2023).

Entretanto, o representante da Comissão Titan lamenta que pescadores e, principalmente, escolas de surf, outrora atuantes no combate à instalação do estaleiro, não tenham se somado à comunidade nos eventos ligados aos projetos urbanos mais recentes, que previam a remoção de alguns moradores do Titanzinho.

O surf levou o nome do Titanzinho para o mundo. Porque aqui tem uma história dos melhores. Foi uma referência na época do estaleiro. A galera do surf foi todinha pra cima do governo, porque estava atingindo o “pico” o local onde eles surfam e faziam campeonatos. Mas na hora da briga das remoções não se envolveram não; porque aí já não atingiam eles. Eles tiram o foco da luta. Não dá para entender esse pessoal! Não era para ser assim. Porque se o poder público tira o Titanzinho daqui e entra depois o mercado imobiliário, mura esse negócio aí, fecha tudo... está entendendo? Acabou! Não existe mais praia do Titanzinho não. Isso a gente explica tudo para eles, mas entra num ouvido e sai no outro (J. A., integrante da Comissão Titan, em entrevista, 2023).

Dessa forma, ficou também exposto o quão vulnerável é a constituição do entendimento de comunidade frente aos interesses individuais ou de segmentos de uma coletividade, expondo aos olhos de todos a máxima de que vizinhança não constitui comunidade.

Além disso a crítica realizada pelas lideranças apresenta elementos que deixam claro a articulação entre poder público e atores ligados ao mercado de imóveis, apontando conhecimento sobre o papel dos projetos de urbanização turística na tomada dos territórios, eliminando grupos populacionais e suas práticas tradicionais e econômicas, para dar espaço à acumulação via espaço construído.

Em termos de planejamento territorial e econômico de Fortaleza, verificou-se que o turismo recebeu um capítulo no PD elaborado em 2009 (Lei Complementar nº 062, de 02/02/2009), ainda em vigor, no qual as diretrizes, objetivos, ações estratégicas e áreas prioritárias para investimentos em infraestrutura turística não mencionam o bairro do Serviluz, apesar de a própria PMF alegar a vocação turística como um dos impedimentos para a construção de um estaleiro nesse bairro, às vésperas da aprovação desse mesmo PD.

No entanto, as ameaças aparecem de maneira velada e precisam ser interpretadas para a formulação das estratégias de defesa. Apesar de não citar o bairro, entre as ações previstas para o turismo, estava sinalizada a elaboração e implementação de um Plano de Urbanização e de Requalificação da Orla Marítima de Fortaleza, sob o qual o Projeto Aldeia da Praia é a expressão mais acabada dessa intenção, ao propor interligar a orla da cidade entre as praias de Mucuripe e Futuro.

No que se refere ao novo PD da cidade, mesmo que ainda esteja em discussão, é importante verificar que no estabelecimento das Zeis de Fortaleza está previsto o fomento ao turismo de base comunitária e Sustentável, a partir da colaboração das comunidades, assegurando sua permanência em áreas ambientais. Se assim acontecer, estará em acordo com o Plano Popular da Zeis Cais do Porto elaborado pela comunidade, que prevê, entre as possibilidades de renda local, o desenvolvimento dessa forma de turismo, com a provisão de pousadas, polo gastronômico, observatórios da natureza e guias locais.

### **7.6.3 A Dimensão Econômica no Porto do Capim**

Como relatado anteriormente, esse porto foi transferido para Cabedelo, deixando os moradores carentes de ocupações laborais. Cresceu, a partir desse contexto, a utilização dos recursos disponíveis no ambiente ribeirinho, como a pesca, a coleta de mariscos e outras atividades que lhes dê apoio, como a produção e manutenção de barcos, redes e motores. Pelas informações obtidas, a pesca e coleta no rio e no mangue amenizam a insegurança alimentar

dessa população, entretanto, não é suficiente para todos os membros, nem supre outras necessidades de ordem material (moradia, saúde, transporte etc.).

Em se tratando do direcionamento público dado à atividade turística de João Pessoa, observa-se que no PD de 2024 (Lei Complementar nº 164 de 11/01/24) está prevista a exploração do potencial turístico do rio Paraíba-Sanhauá e a proposta de um plano para a exploração das possibilidades de turismo náutico em João Pessoa. Para o CHJP, há a previsão de exploração do potencial turístico por meio de um Plano de Reestruturação Urbana específico, com clara priorização para o patrimônio material e ausência de referências ao patrimônio imaterial. Tais elementos podem ser tomados como um alerta acerca dos planos da PMJP no tocante ao modelo de turismo e urbanização turística previsto para o conjunto ambiental rio Sanhauá-Centro Histórico pessoense.

Assim, o que se verifica no conjunto de ações de estímulo econômico implementadas pelo estado no entorno da comunidade é a concentração de projetos de intervenções no CHJP. Essas ações, por sua vez, têm representado mais uma ameaça do que uma possibilidade de desenvolvimento econômico para o Porto do Capim.

Essa ameaça está presente, de modo mais explícita, nos objetivos de dotar o CH de um conteúdo turístico, utilizando o ambiente natural do Porto do Capim como complemento na forma de atrativo, sem, no entanto, acompanhar medidas que possibilitem aos seus moradores uma chance de se beneficiar com empregos ou pequenos negócios ligados à nova atividade instalada.

Consciente do processo acima descrito, em 2016, o Coletivo Graças do Sanhauá passou a desenvolver um projeto de turismo denominado “Vivenciando o Porto Capim”. O objetivo é revelar ao público em geral uma nova perspectiva de interação com o Porto do Capim, diferentemente das narrativas, preconceitos e deturpações que circulam na cidade e são estimuladas pela PMJP no contexto do Projeto Parque Sanhauá.

A iniciativa apresenta uma metodologia adequada aos preceitos do turismo de base comunitária - TBC (Irving, 2009) e se concretiza por meio de um roteiro pela comunidade. Durante sua execução, foram observadas situações de incremento econômico local, por meio do consumo de alimentos (almoço típico, doces e bebidas), passeio de canoa e venda de camisetas personalizadas com a marca da CPCA e do Coletivo Garças do Sanhauá (Figura 57).

No roteiro turístico pela comunidade, que pode durar todo o dia, o visitante tem a oportunidade de: I - conhecer pontos importantes da história da comunidade, como prédios e estruturas que remetem à dinâmica do antigo Porto; II - realizar atividades que evidenciam a cultura ribeirinha, como o passeio de canoa, o banho no rio e as danças folclóricas; III -

estabelecer diálogos com alguns dos moradores mais antigos, em que suas histórias de vida expressam a relação de pertencimento e dependência com o território; IV - receber explicações e conhecer locais que representam a resistência da comunidade, frente ao conflito decorrente da ameaça de remoção, como o Sítio da Resistência, o Ponto de Cultura, o trapiche público e a Ilha da Santa.

Figura 57 - Atividade de TBC Vivenciando o Porto Capim



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2023).

Os integrantes do coletivo responsável pela iniciativa de turismo celebram o fato de, em 2023, terem inscrito o “Vivenciando o Porto Capim” em uma seletiva estadual de empreendedorismo social e terem concorrido com outras ações do Brasil no evento da Expo Favelas, representando o estado da Paraíba<sup>160</sup>.

Sobre o “Vivenciando o Porto Capim”, R. H., integrante do coletivo e da AMPC, afirma: “Tudo que a gente desenvolve dentro da comunidade é em prol de defender esse território e a sua permanência” (em depoimento nas redes sociais, em 2024). Dessa forma, as atividades de TBC estão diretamente relacionadas com o conflito estabelecido em torno do projeto de urbanização previsto para a área, como o relato abaixo ratifica:

<sup>160</sup> A Expo Favela é um concurso e feira de negócios que possui etapas regionais para selecionar de cada estado brasileiro dez iniciativas de empreendimentos situados em áreas periféricas. O encontro dessas iniciativas ocorreu no final do ano de 2023, em São Paulo, para seleção e premiação das melhores em âmbito nacional.

A proposta do turismo surge, primeiro, como fortalecimento da narrativa do território ribeirinho da comunidade; segundo, para rentabilizar o que a gente já fazia de forma muito atropelada e sem controle para universidades e demais interessados; e, terceiro, é contrapor os argumentos da prefeitura de remoção da comunidade, que se pautava na ideia de que aqui não tem cuidado com o meio ambiente, que não tem cultura a preservar e que era preciso trazer o turismo para se desenvolver (R. H., em depoimento durante atividade do Vivenciando Porto Capim, 2024).

Nos depoimentos dos jovens responsáveis pela ação, são expostos alguns outros objetivos envolvidos, como: a desconstrução de estigmas, que na avaliação deles são reforçados pela mídia, tomando por base somente a condição socioeconômica da comunidade; a utilização dessa iniciativa para propor uma integração do território com o restante da cidade; explorar o potencial de alavancar recursos para o grupo e outros atores do território, que se integram ao roteiro turístico como prestadores de serviços ou vendedores.

Quando questionados sobre a avaliação que fazem do “Vivenciando o Porto do Capim”, relataram:

A principal ferramenta e estratégia que a gente utiliza para ir contra a gestão municipal e sua proposta de gentrificação é o processo de organização comunitária. A gente tem o protagonismo comunitário como ferramenta principal para qualquer processo de violação que o território venha sofrer. Quando a gente fala sobre cultura é sobre fortalecer a identidade ribeirinha, sempre que a gente se coloca em qualquer espaço a gente fala a partir de um território que é composto por mangue, rio e povo. A cultura desse povo é a cultura de uma identidade ribeirinha. Terceiro, a gente fala da preservação do meio ambiente que permeia o Rio Sanhauá e o manguezal. Não existiria esse manguezal se não fosse a relação com esse povo, se não fosse a relação de respeito que esse povo desenvolve há oito décadas. Foi a partir da ocupação dessas famílias, enquanto moradores, que esse manguezal foi recuperado. Então preservação do mangue, preservação do rio Sanhauá e preservação das práticas tradicionais estão interligadas. E quando eu falo isso, necessariamente está vinculado ao turismo. O turismo é como um palco para a gente falar. Pegar esses quatro eixos: protagonismo local, cultura, meio ambiente e turismo, é dizer que são as nossas estratégias. E aí a gente vai ocupando os espaços (jovens integrantes do Coletivo Garças do Sanhauá, em entrevista, 2024).

Fica exposta, por meio do relato e do trabalho de campo realizado no Porto do Capim, a certeza que as lideranças têm sobre o imbricamento das dimensões políticas, culturais,

ambientais e econômicas no contexto de resistência, e de como o turismo é uma oportunidade para articulá-las.

Com o “Vivenciando o Porto do Capim”, os integrantes do coletivo buscam mostrar que é possível desenvolver a atividade turística com a permanência e valorização da comunidade, representando uma resposta para o que foi idealizado pela PMJP para o território do Porto Capim.

#### **7.6.4 A Dimensão Econômica na Vila de Ponta Negra**

As atividades agrícolas, de pesca e de artesanato são reconhecidas como aquelas vinculadas à geração de renda dos primeiros habitantes da Vila de Ponta Negra, particularmente até a década de 1970, quando novos usos e atores passaram a se fazer presentes, com a construção de casas de veraneio no bairro onde está a comunidade. Entre essas atividades, foi possível identificar apenas espaços e trabalhadores ligados ao artesanato e à pesca.

O artesanato de bilro, segundo relatos das artesãs, inicialmente era praticado para uso pessoal, passando a ser vendido com a chegada dos primeiros visitantes e veranistas à localidade. Atualmente, é exercido de forma quase lúdica e afetiva. A produção e venda de peças se concentram no Ponto de Memória Rendeiras da Vila ou por meio da participação em feiras e eventos de artesanato ou turismo realizados na cidade. Mas, cujas dificuldades para o tempo envolvido na produção e a pouca perspectiva de comercialização, geram retorno financeiro baixo (Barros, 2009).

Em relação à pesca, na Vila de Ponta Negra existem 125 famílias dedicadas ao ofício, das quais a maioria – 90 delas – estão com a situação cadastral regularizada junto às entidades de representação, como informou a presidente da Colônia de Pescadores Z-4 de Natal e da Federação da Pesca do RN.

Em entrevista, A. S., liderança dos pescadores na Vila, relatou as situações que mais têm gerado dificuldades e incertezas para a manutenção da pesca, citando: I - o pouco espaço para guardar os diversos tipos de embarcações (canoas, jangadas, catraias, barcos de quilhas) e outros apetrechos de trabalho característicos da pesca artesanal que outrora estiveram distribuídos ao longo da praia e agora, em decorrência da obra do enrocamento (2012), estão “espremidas” num espaço de pouco mais de 20m, avaliado como insuficiente para o conjunto de operações envolvidas na atividade; II - a concorrência estabelecida com bares, quiosqueiros e locadores de guarda sol por espaços de areia, cujas estruturas para atendimento aos turistas

concorrem com os espaços de operação de pesca (circulação, manutenção e atracamento das jangadas); III - a ausência de informações sobre a extração de 1 milhão de m<sup>3</sup> de sedimentos próximos aos pesqueiros (setores de pesca no mar) e sua deposição ao longo de 4 km de praia, em 2024, gerando, respectivamente, apreensão quanto às mudanças na fauna marinha (a disponibilidade de peixes) e a dinâmica da praia (acesso da jangada à praia). Algumas dessas situações são representadas na Figura 58.

Saudando uma época de melhores condições de trabalho, o pescador lamenta o alto impacto do processo de urbanização turística ocorrido em Ponta Negra sobre a pesca e seus profissionais. Além da urbanização, o interlocutor aponta a falta de interesse das novas gerações na continuidade do ofício. Em parte, esse problema é atribuído à ausência de políticas públicas que ofereçam apoio à comunidade pesqueira da Vila.

Figura 58 - Dificuldades cotidianas dos pescadores da Vila de Ponta Negra: acesso das embarcações ao mar (acima) e disputa por espaço com estrutura de restaurantes (abaixo)



Fonte: Trabalho de campo - acervo do autor (2024).

Entretanto, em sua condição artesanal, os pescadores resistem ao processo de desterritorialização imposto pela urbanização turística por meio de espaços, materiais e práticas

que definem tal atividade. Isso se deu pela luta por uma área de 20m na faixa de areia, concedida por meio de um Taus, para que os pescadores pudessem atracar suas embarcações, na movimentação de embarcações na faixa de areia, bem como na ocorrência de outras modalidades de pesca, com o uso de redes de arrasto.

Além disso, as ações reivindicatórias dos pescadores denotam o interesse na manutenção dessa fonte de renda. Foi o que ocorreu quando os pescadores protestaram e recorreram ao MPE/MPF para garantir condições de trabalho no contexto da obra de enrocamento/engorda da Praia de Ponta Negra, em que o poder municipal desconsiderou essa categoria.

Como descrito em capítulos anteriores, o bairro de Ponta Negra, desde os anos 90, reafirmou seu caráter turístico. No entanto, em contraste com essa realidade, chama atenção o fato de que poucas foram as referências dos atores ouvidos na pesquisa a postos de trabalho em equipamentos especializados nesse setor, como hotéis, restaurantes e agências de turismo. Em seu lugar, a percepção é de um acentuado estado de vulnerabilidade, como expõe o relato abaixo:

Eu sei que muita gente precisa da praia. O que é corrente é que se o comércio de praia não vende, o comércio da Vila também não vende. Muita gente depende e sempre dependeu da praia. Um exemplo disso foi visto na pandemia, quando o FVM precisou fazer papel do Estado, arrecadando alimentos para atenuar a fome quando a praia parou (N. V., integrante do Fórum Vila em Movimento, em entrevista, 2024).

Assim, essa interlocutora destaca o elevado número de trabalhadores envolvidos na comercialização de produtos e serviços em condições de informalidade, como ambulantes.

Com o advento do turismo, a comercialização de crepes, espetinhos, água de coco, lanches diversos, utensílios de vestuário, *souvenirs*, aluguel de cadeiras, entre outros itens, passou a definir o quadro de ocupações da comunidade. Agravante a esse fato, D. M., ambulante e coordenadora de uma feira de gastronomia e artesanato com moradores da comunidade, faz críticas sobre como a integração turista-imigrante-comunidade se estabelece nesse território. A interlocutora lamenta que a chegada de imigrantes ou turistas, usuários de segunda residência, de estabelecimentos de hospedagem que surgiram nas últimas duas décadas no interior da Vila de Ponta Negra, e até mesmo do visitante que se dirige à praia de Ponta Negra, não contribuam com o incremento dos pequenos negócios locais.

Além das fragilidades inerentes à condição de trabalho, os pescadores e ambulantes da Vila veem suas atividades ameaçadas com a obra da engorda da praia, devido às incertezas envolvidas na execução. Os pescadores, por exemplo, adicionam às queixas o fato de não terem

sido consultados para essa obra, apesar do amplo conhecimento sobre a dinâmica marítima local.

Esses trabalhadores atribuem o histórico de desterritorialização ao aumento do turismo e sua repercussão urbana na orla, cuja visão de futuro parece ser desoladora, frente às novas intervenções que podem comprometer a reprodução da atividade tradicional de pesca.

No que concerne à atividade turística, enquanto o atual Plano Diretor de Natal, aprovado em 2022 (Lei Complementar nº 208 de 07 de março de 2022), prioriza alterações (entenda-se flexibiliza) nas prescrições construtivas do Zoneamento Turístico, nada prevê de forma direta para o desenvolvimento da população do principal bairro turístico da cidade<sup>161</sup>. Enquanto isso, as lideranças na Vila de Ponta Negra expressaram o desejo de contar com uma forma alternativa de turismo ao que é praticado atualmente no seu território.

Nesse sentido, uma iniciativa citada foi um levantamento de atividades de potencial turístico na comunidade, que resultou, em 2017, no catálogo “Natal Encantos Criativos”, sob a coordenação do Sebrae-RN. Tratado como uma proposta de turismo de experiência, o material informativo apresentou um conjunto de iniciativas artístico-culturais que podiam ser visitadas. Os locais de interesse turístico foram selecionados com base numa metodologia de simulação, onde se avaliou a pontualidade, organização, atendimento e os serviços que seriam prestados aos clientes<sup>162</sup>.

Entretanto, uma das entrevistadas, que colaborou com a produção do Catálogo, criticou a metodologia adotada: “Eles chegam e implantam do jeito deles. Para mim, foi ótimo, mas não tenho certeza se para os líderes de grupos folclóricos funcionou da mesma forma” (D. H., liderança do SOS Ponta Negra, em entrevista, 2024).

O depoimento acima coloca em xeque a perspectiva de benefício local com a atividade turística, pois a referida proposta desconsiderava as limitações presentes no território vivenciadas pelos grupos culturais e artísticos mais afetados nos processos de desterritorialização ora apontados.

---

<sup>161</sup> Além do Zoneamento, as referências ao turismo no PD se restringem às atribuições do Conselho Municipal de Turismo (Art. 250), que, entre outras, deve: organizar e articular os investimentos públicos e privados para o desenvolvimento do turismo; articular e disseminar a melhoria da infraestrutura turística do município; e contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e de qualidade de vida por meio do estímulo à geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda no setor turístico, sem, no entanto, ao longo do documento, aprofundar as diretrizes e estratégias envolvidas em tais atribuições.

<sup>162</sup> Foram sugeridos os espaços/atividades: Zoadá do Bilro, com confecção de renda de bilro no Ponto de Memória Rendeiras da Vila; Bonequeiras da Vila, com oficina de produção de bonecas de tradição africana; ateliês Lídia Quaresma e Vila das Artes, com vivências sensoriais e desenho/pintura; e Jangada Show, com passeios de jangada na praia de Ponta Negra. Os locais de visita atendem de 10 a 30 pessoas, dependendo de sua capacidade de proporcionar vivências. Disponível em: <https://www.encantosdorn.com.br/destino/ponta-negra/p/vivencias-turisticas-na-vila-de-ponta-negra>. Acesso em: 30 out. 2024.

## **8 POSSIBILIDADES CONTRA-HEGEMÔNICAS E RESISTÊNCIA TERRITORIAL EM CONTEXTOS DE CONFLITOS**

Nesse último capítulo, o esforço se volta para construção de uma síntese das possibilidades e limitações das ações de resistência desenvolvidas pelas comunidades analisadas. Nesse intento, recorre-se às proposições teóricas que reforçam as matrizes do conceito de território.

Primeiro, a compreensão do território como uma construção social e de poder, em consonância com as atividades humanas e o projeto social dos habitantes em sociedade, cujo resultado não está alheio ao conjunto de forças que incidem sobre o campo em questão, aos interesses e projetos dos diversos grupos e atores (Théry, 2008; Porto-Gonçalves, 2006; Raffestin, 1993).

Além disso, constituído por dimensões múltiplas e integradas, um híbrido entre os aspectos de viés material (político, ambiental, econômico) ou simbólico (Haesbaert, 2004; Souza, 2019; Porto-Gonçalves, 2002), sobre os quais, serão adicionadas as duas dimensões sugeridas ao longo da pesquisa, a urbanística e a jurisdicional.

Por fim, e fundamentalmente, concretizado nas relações, intenções e ações das pessoas ou grupos que usam a base material disponível para tais realizações (Santos, 2009), requerendo, em muitos casos, restabelecer os alicerces de suas existências (Porto-Gonçalves, 2002, 2016, 2017).

Assim, busca-se evidenciar o que tem sido inovado e subvertido em relação às forças dominantes, como prevê Escobar (1995), revelar as possibilidades da Sociologia da Emergência a que se refere Boaventura Santos (2002), ou a força do lugar que Santos (2009) sugere ser o contraponto às ações e objetos portadores da racionalidade espacial que busca capturar o território como recurso.

Ou seja, evidenciamos os movimentos espontâneos no qual o próprio território oferecem as bases da resistência. São processos que se mostram mais ou menos potentes a depender das condições que os conflitos apresentam, sem, no entanto, deixar de proporcionar maior incremento de níveis de consciência político, ambiental, cultural, econômico, urbanístico e jurisdicional dos envolvidos na luta, ao definirem seus territórios como espaços de resistência.

Entretanto, ao final do capítulo não se pode deixar de observar que existem diferenças significativas entre os resultados de cada conflito. Exigindo, para compreendê-las, ir mais profundo nas análises e questionar a capacidade que as comunidades possuíram de se reinventar

na luta, (re)encontrando nos territórios a condição multidimensional a ser usada para reconquistá-los, sob a condição de abrigo.

## 8.1 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES POLÍTICAS DA RESISTÊNCIA

Em termos de organização interna, as quatro comunidades apresentaram situações bem diferentes, particularmente no que se refere à existência e funcionamento de uma entidade de representação comunitária (Quadro 12).

Quadro 12 - Ações e limitações presentes na dimensão política (interna) da resistência nas comunidades analisadas

| Ação                                                                                                                       | Comunidade |   |    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---|----|----|
|                                                                                                                            | VJ         | T | PC | VP |
| Atuação permanente de entidade de representação comunitária (AMT).                                                         |            | ✓ |    |    |
| Reativação de entidade de representação comunitária.                                                                       | ✓          |   |    | ✓  |
| Constituição de uma comissão com membros internos e externos à comunidade para traçar estratégias.                         |            |   | ✓  |    |
| Criação de entidade de representação comunitária.                                                                          |            |   | ✓  |    |
| Criação de um grupo de trabalho, de atuação setorizado ou temático articulado com a entidade de representação comunitária. |            | ✓ | ✓  | ✓  |
| Limitação                                                                                                                  |            |   |    |    |
| Associação desativada quando ocorreram as primeiras ofensivas.                                                             | ✓          |   |    |    |
| Falta de coesão comunitária em torno da estratégia de resistência em meio ao conflito.                                     | ✓          |   |    |    |
| Presença e envolvimento de falsas representações comunitárias.                                                             |            | ✓ | ✓  |    |
| Esvaziamento de entidade de representação comunitária.                                                                     |            |   |    | ✓  |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Nota: VJ - Vila dos Pescadores do Jaraguá; T - Titanzinho; PC - Porto do Capim; VP - Vila de Ponta Negra

Pelo exposto, constata-se que enquanto o Titanzinho possuía uma entidade de representação consolidada no território (AMT) que pôde dar atenção às demandas e insatisfações de moradores em diversos conflitos, a Vila dos Pescadores do Jaraguá e a Vila de Ponta Negra estiveram com suas entidades desativadas, a Amajar e o Conselho Comunitário, respectivamente. Nesses dois últimos casos, quando algumas das ameaças se mostraram mais

evidentes, a reativação das entidades só ocorreu em meio aos conflitos que afetavam seus territórios.

O Porto do Capim vivenciou uma realidade um pouco diferente, uma vez que primeiro se constituiu uma comissão (CPCA) com membros internos e externos à comunidade para traçar estratégias focadas nas ameaças à sua territorialidade; e com o amadurecimento dessa comissão, partiu-se para a criação de entidade de representação comunitária própria (AMPC), que prontamente assumiu o protagonismo frente ao conflito. É importante notar como a referida Associação representou um processo de amadurecimento político, apoiado na compreensão de que algumas questões já podiam ser tratadas sem intermediações dos agentes externos.

Mas o fato marcante no contexto de organização interna das comunidades foi a criação de grupos de trabalho cujas atuações se concentravam em um setor do território ou em torno de um tema importante no contexto dos conflitos, sempre mantendo forte integração com as entidades de representação comunitária.

Esse foi o caminho definido pelo Titanzinho, por meio da Comissão Titan, formada por moradores das ruas ameaçadas de remoção pelos projetos Aldeia da Praia e Requalificação do Antigo Farol, contando com o apoio da AMT. Também foi o que ocorreu no Porto do Capim, com a constituição do Coletivo Garças do Sanhauá, responsável pelo desenvolvimento do projeto “Vivenciando o Porto do Capim”, uma ação de TBC com objetivos alinhados à resistência nas frentes econômica, cultural e ambiental, cuja efetivação pode ser considerada também uma iniciativa política e de resistência, somada à atuação da AMPC.

A Comissão Titan e o Coletivo Garças do Sanhauá exemplificam uma forma flexível de representação popular, forjadas no contexto das ameaças de remoção e dos conflitos impostos aos seus moradores. A criação desses grupos e sua integração com formas ‘regularizadas’ de representação refletem amadurecimento e aprendizagem do processo de organização social, pautada no diálogo, no compromisso e na solidariedade.

Na Vila de Ponta Negra, apesar do protagonismo do FVM, a constituição desse grupo não está relacionada, a princípio, aos conflitos dos espigões, da obra do enrocamento/engorda ou do Campo do Botafogo. O envolvimento, nos dois últimos casos, se deu em função da ausência do funcionamento do Conselho Comunitário de Ponta Negra, portanto, pelo vácuo de representação deixado. Com o apoio efetivado junto à nova diretoria do Conselho Comunitário (eleita em 2024), as coordenadoras do FVM esperam renovar as frentes de mobilização e representatividade e, dessa forma, que as ações de defesa dos interesses comunitários sejam compartilhadas. Por meio dos dados coletados no trabalho de campo, percebeu-se que ainda estão por acontecer as acomodações na relação entre essas duas frentes de representação.

Ao longo da pesquisa, um outro aspecto ligado à organização interna das comunidades chama atenção: o recorrente protagonismo feminino nos movimentos de resistência. Esse não é um dos objetivos da pesquisa, mas destacou-se no processo de coleta dos dados o majoritário empenho das mulheres da Vila dos Pescadores do Jaraguá, do Porto do Capim e da Vila de Ponta Negra em prover ações que resguardecem seus territórios. Uma das entrevistadas citou as preocupações com o futuro dos filhos, a maior permanência no ambiente doméstico, a possibilidade de conciliar reuniões com o trabalho “fora do mar”, em contraste com a rotina laboral dos cônjuges, pescadores que se ausentavam por dias de suas residências.

Ainda sobre o âmbito político, quando as medidas passavam a se relacionar com entidades externas à comunidade, tais como universidades, partidos políticos, ONGs e movimentos sociais, denominamos articulações externas. Nessa frente de resistência foi possível identificar maiores similitudes nas ações desenvolvidas, evidenciando um quadro de recorrentes medidas e buscas de parcerias (Quadro 13).

Quadro 13 - Ações e limitações presentes na dimensão política (externa)  
da resistência nas comunidades analisadas

| Ação                                                                                                                             | Comunidade |   |    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---|----|----|
|                                                                                                                                  | VJ         | T | PC | VP |
| Desenvolvimento de projeto de pesquisa e extensão com IES voltado aos conflitos.                                                 | ✓          | ✓ | ✓  | ✓  |
| Apoio de políticos e promoção de debates parlamentares acerca dos conflitos.                                                     | ✓          | ✓ | ✓  | ✓  |
| Destinação de emendas parlamentares para mitigar problemas da comunidade (rancho de pesca para os pescadores, espaços públicos). |            |   |    | ✓  |
| Envolvimento de ONGs na defesa dos territórios de comunidades.                                                                   | ✓          | ✓ | ✓  | ✓  |
| Realização de movimentos sociais que deem notoriedade pública ao conflito.                                                       | ✓          |   | ✓  | ✓  |
| Envolvimento com outros movimentos sociais e comunidades, realizando intercâmbios.                                               |            | ✓ |    |    |
| <b>Limitação</b>                                                                                                                 |            |   |    |    |
| Ameaças e agressões de grupos de interesse privado a integrante de movimentos sociais e projetos de apoio às comunidades.        |            |   |    | ✓  |
| Esvaziamento de apoio político por conjunturas eleitorais e/ou descumprimento de promessas de campanha.                          | ✓          |   | ✓  |    |
| Demora de setores da sociedade a declarar apoio e se engajar na mobilização de movimentos sociais.                               | ✓          |   |    |    |

|                                                                                                        |   |  |  |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|--|--|--|
| Saída de ONGs e finalização de projetos sociais ligados a atores de atuação prioritariamente política. | ✓ |  |  |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|--|--|--|

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Nota: VJ - Vila dos Pescadores do Jaraguá; T - Titanzinho; PC - Porto do Capim; VP - Vila de Ponta Negra

Pelos dados coletados, pode-se constatar que em todos os territórios houve o envolvimento de universidades, por meio de projetos de extensão ou assessorias técnicas, diretamente ligados aos conflitos vivenciados. Pode-se afirmar que nos casos da Vila dos Pescadores do Jaraguá, do Titanzinho e do Porto do Capim, a relação com professores universitários constituiu uma frente fundamental de desenvolvimento comunitário, incentivando a organização e a elaboração de produtos que foram utilizados como formas de defesa e resistência.

Em dois desses casos, Porto do Capim e Titanzinho, verificou-se que a imbricação de projetos de extensão gerou resultados fundamentais para conquistas e permanência frente à ameaça de projetos de urbanização turística.

No caso do Titanzinho os projetos de extensão encontraram um território latente em termos políticos e culturais, que por sua vez foram potencializados pelo conhecimento universitário. Direcionados para o contexto do conflito, puderam dar uma contribuição fundamental, seja na base da formação cidadã por meio das artes, seja na ponta mais aguda do conflito, em embates pelo direito de cumprir a legislação urbanística que protegia a comunidade.

No Porto Capim, portanto, os efeitos decorrentes da articulação comunidade-universidade foram sentidos em diversos momentos: I - Antes do acirramento dos conflitos, com projetos de formação política e cidadã de crianças e jovens, que promoveram a sensibilização e a valorização das práticas cotidianas, interligando-as com o processo identitário ribeirinho; II - Na fase de escalada do conflito, por meio do relatório técnico que orientou a relação do MPF com a comunidade; III - Em anos posteriores à finalização do Programa de Extensão, com a adesão ao PAC Periferias, por meio do Plano Urbanístico decorrente da ação extensionista.

Na Vila dos Pescadores do Jaraguá, a ação dos docentes, pelo que se constatou, extrapolou as dimensões da atuação extensionista, quando foram os maiores incentivadores da formalização da representação comunitária (Amajar), fornecendo as orientações para essa medida.

Na Vila de Ponta Negra, as ações do curso de Arquitetura avançaram no que lhe era permitido para a efetivação e regulamentação da Aeis Vila de Ponta Negra, e poderia fornecer

uma importante contribuição para a (re)territorialização dessa comunidade se não fosse a atuação intimidatória de agentes contrários à consolidação da referida Aeis.

Nas quatro comunidades, também ocorreu a aproximação de políticos e a promoção de debates parlamentares acerca dos conflitos. Esse contato pode ser favorável para a orientação das comunidades nas mobilizações com partidos de oposição e na participação em audiências promovidas por políticos, quando os moradores podem expor suas insatisfações às autoridades, além de atrair a cobertura da imprensa, gerando visibilidade aos movimentos de resistência. Nesse quesito, a Vila de Ponta Negra destoou das demais comunidades por conseguir captar emendas parlamentares utilizadas para reforçar a territorialidade.

Mas essa aproximação, como se percebeu no caso da Vila dos Pescadores do Jaraguá e no Porto do Capim, nem sempre significa uma atuação segura no enfrentamento, uma vez que os apoios são condicionados pelas articulações realizadas no plano eleitoral, gerando frustrações pelo abandono da luta ou descumprimento de acordos e promessas.

De recorrente artifício foi o engajamento nos movimentos sociais e a atuação de ONGs na defesa dos territórios das comunidades. No Titanzinho, vê-se que o movimento de resistência não motivou a criação de uma mobilização particular, mas, sim, passou a receber apoio e a integrar um amplo movimento em prol da defesa dos direitos das periferias na capital cearense. Com isso, os movimentos sociais e ONGs (FLMD, Instituto Três Mares e EFTA), somados aos projetos universitários, integraram uma rede de resistência que se junta aos sujeitos atuantes no território, como a AMT e a Comissão Titan.

No Porto do Capim, se operou uma coalizão pró-comunidade, formada por ONGs e universitários em prol do movimento social denominado “Ocupe Porto do Capim”. Na Vila de Ponta Negra, o SOS Ponta Negra gerou significativa notoriedade pública, com o apoio de ambientalistas e militantes culturais.

Na Vila dos Pescadores do Jaraguá, também se operou a coalizão pró-comunidade em torno do movimento social “Abrace a Vila”, com o apoio de grupos de universitários e militantes culturais da cidade, cujo grande efeito foi a notoriedade dada ao conflito. O ponto negativo, no entanto, foi a demora de setores da sociedade em se engajar na mobilização de apoio à comunidade. Verificou-se que a constituição desse movimento só foi operada após a decisão judicial que definiu a remoção dos habitantes da Vila, em 2012. Dessa forma, não conseguiu estender sua influência sobre a esfera jurídica, encaminhada naquele ano e encerrada definitivamente em 2015.

Ainda no caso da Vila dos Pescadores do Jaraguá, a participação de uma ONG na coalizão de apoio comunitário também apresentou fragilidades. Isso porque, sob a vinculação

de entidade sindical (CUT), influenciada por partido político (PT), o projeto social que fornecia um importante suporte às lideranças envolvidas na resistência foi encerrado no exato momento em que se acirravam os embates com o poder municipal.

Ao final da análise das articulações políticas externas cabe considerar que são as universidades e as ONGs (desvinculadas de partidos políticos), que se mostra as reais parcerias à disposição das comunidades, pois, além das suas atuações de pesquisa/extensão e atendimento social, respectivamente, ainda contribuem para fortalecer os movimentos sociais que surgem em torno dos conflitos. Consolidar uma frente de defesa foi a estratégia seguida pelos comunitários do Titanzinho e Porto do Capim, em maior grau, gerando resultados positivos em termos de conquistas territoriais.

## 8.2 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES URBANÍSTICAS DA RESISTÊNCIA

Entre as ações de âmbito urbanístico, quando se pensa nessa dimensão como uma forma de prover instrumentos que permitam a permanência das comunidades em seus territórios, duas medidas se sobressaem: uma ligada à busca por Termo de Autorização de Uso Sustentável (Taus) e/ou Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (Cuem) à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para acessar a regularização fundiária, e outra no âmbito dos Planos Diretores Municipais, por meio de disputas para aprovação de dispositivos que assegurem, além da regularização fundiária, melhorias de ordem urbana, especialmente relacionadas à constituição das Zonas ou Áreas de Interesse Social, conforme definido no Estatuto das Cidades. O Quadro 14 expõe as principais ações e limitações no contexto da dimensão urbanística da resistência nas comunidades analisadas.

O primeiro tipo de medida (busca por Taus e/ou Cuem junto à SPU) foi adotado pelas comunidades da Vila dos Pescadores do Jaraguá e Porto do Capim. Entretanto apresentou limitações no tocante à cessão da gestão da Zona Costeira à esfera municipal de governo, nos casos analisados, por parte dos atores envolvidos nas medidas ofensivas sobre as duas comunidades. Como as concessões de Taus e/ou Cuem deveriam estar amparadas na tradicionalidade histórica e cultural dessas comunidades, as já citadas negativas de reconhecimento dos órgãos envolvidos nesses pedidos ampliaram as dificuldades encontradas e desqualificaram o embasamento para as referidas concessões.

Quadro 14 - Ações e limitações presentes na dimensão urbanística da resistência nas comunidades analisadas

| Ação                                                                                                                                                                                             | Comunidade |   |    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---|----|----|
|                                                                                                                                                                                                  | VJ         | T | PC | VP |
| Solicitação de Taus e/ou Cuem à SPU buscando acessar regularização fundiária.                                                                                                                    | ✓          |   | ✓  |    |
| Participação nas discussões referentes à revisão de Plano Diretor, para incluir situações que lhes garantam reforçar a territorialidade.                                                         |            | ✓ | ✓  | ✓  |
| Mobilizar ONGs e assessorias técnicas para elaborar mecanismos previstos na legislação de Zeis (zoneamento, a instituição do Conselho Gestor e o PIRF).                                          |            | ✓ | ✓  | ✓  |
| Apropriar-se dos mecanismos previstos na legislação de Zeis (zoneamento, a instituição do Conselho Gestor e o PIRF) para cobrar as garantias legais.                                             |            | ✓ |    |    |
| Limitação                                                                                                                                                                                        |            |   |    |    |
| Solicitação do executivo municipal de seção de gestão da Zona Costeira à SPU, inviabilizando a Taus e/ou Cuem.                                                                                   | ✓          |   | ✓  |    |
| Não ser reconhecida a tradicionalidade da comunidade por órgão envolvido na concessão do Taus e/ou Cuem.                                                                                         | ✓          |   | ✓  |    |
| Aprovação de zoneamento urbanístico que permita uso conflitantes ou que desconsidere as atividades econômicas tradicionais.                                                                      | ✓          |   | ✓  | ✓  |
| Demora na regulamentação da Zeis.                                                                                                                                                                |            | ✓ |    | ✓  |
| Durante os conflitos, ocorrerem mudanças na legislação urbanística em que os interesses comunitários sejam ameaçados e/ou priorizados os dos proprietários fundiários e promotores imobiliários. |            |   | ✓  | ✓  |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Nota: VJ - Vila dos Pescadores do Jaraguá; T - Titanzinho; PC - Porto do Capim; VP - Vila de Ponta Negra

Nesse sentido, ao passo que a Vila dos Pescadores do Jaraguá só teve a oportunidade de pleitear Taus/Cuem, ficando restrita a essa estratégia, nas outras três comunidades (Titanzinho, Porto do Capim e Vila de Ponta Negra) se buscou participar das discussões referentes à revisão do Plano Diretor.

Nesse segundo tipo de medida de resistência, ligado à constituição normativo-urbana, em especial no âmbito dos planos diretores, verificou-se que a implementação de zoneamentos que permitiam usos conflitantes ou novas atividades econômicas que desconsideraram as tradicionais foi um problema enfrentado pelas comunidades. Tais situações foram constatadas

quando os zoneamentos ambientais, históricos e turísticos desconsideraram a possibilidade de integrá-las, atuando, em contraste, como medidas segregadoras.

Buscando reverter o quadro supracitado, as comunidades de Porto do Capim, da Vila de Ponta Negra e do Titanzinho dedicaram-se a pleitear situações que lhes garantam reforçar a territorialidade, com destaque para a constituição de Zeis ou Aeis.

Mas essas providências, mesmo que tenham possibilitado a criação dessas Áreas (ou Zonas) não encerraram os problemas, abrindo-se novas frentes de conflitos. Isso porque aos interesses privados se somam a negligência do poder público na regulamentação dessas áreas e a inclusão de dispositivos que contrariem os interesses comunitários.

Como se pôde acompanhar ao longo das análises, nessas três comunidades, durante os conflitos, ocorreram mudanças na legislação urbanística em que as demandas comunitárias foram negligenciadas e/ou foram priorizados os interesses do setor da propriedade fundiária/imobiliária. Constatou-se que os agentes hegemônicos na produção do espaço urbano aprovam propostas de priorização, flexibilização e remoção de moradores, como também desvirtuam o conceito de Zeis, frente à urgência da regularização para todas as comunidades definidas nesse enquadramento, numa clara evidência de que a sua formalização legal não garante a permanência da população.

Avalia-se que a omissão do poder público em relação à regulamentação das áreas de interesse social é resultado do jogo de forças que incidem sobre o território: na dialética que se estabelece entre o território como recurso, expresso na pressão imobiliária, e o território como abrigo, destinado a atender às demandas de habitação social necessárias às comunidades. Além disso, o contexto conflituoso dessa realidade é agravado pelo fato de que, sobre a precariedade dos assentamentos, reforçam-se as pressões exercidas pelas atividades turístico-imobiliárias, em consonância com e sujeita ao poder público.

Perante as dificuldades na efetivação de direitos relativos às Zeis/Aeis, as comunidades de Titanzinho e Porto do Capim recorreram a ONGs e assessorias técnicas para superar a ausência de providência do poder público local no tocante às propostas de zoneamento e de regularização fundiária. Assim, fruto dessas parcerias, verificou-se que, ao longo dos anos de luta, essas duas comunidades realizaram ações que resultaram em conquistas nessa dimensão.

No Titanzinho, as questões sobre política habitacional e os direitos envolvidos foram informadas, discutidas e apropriadas nas ruas, nas casas, nos muros e nos eventos da comunidade. Avalia-se uma medida que reconfigurou a relação dessa população com o território à medida que houve um empoderamento dos mecanismos previstos na legislação referente às áreas de interesse social, com a constituição do Conselho Gestor e, antes mesmo disso, a

elaboração de um PIRF de natureza popular, para assegurar a plena aderência das intervenções públicas aos usuários desse território.

No Porto do Capim, as articulações com parceiros foram importantes quando surgiu a oportunidade de concorrer a programas ofertados pelo governo federal. Praticamente dez anos depois, foi possível concorrer ao programa de urbanização de favelas, partindo do projeto elaborado em conjunto e refletindo os anseios da comunidade.

### 8.3 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES JURISDICIONAIS DA RESISTÊNCIA

Os conflitos ocorridos na Vila dos Pescadores do Jaraguá, Titanzinho, Porto do Capim e Vila de Ponta Negra apresentaram-se, em sua dimensão jurisdicional, por meio de dois conjuntos de ações, quais sejam: I – recurso ao Ministério Público Federal ou Estadual, para auxiliá-los na defesa dos interesses comunitários; II – o avanço de conflitos para um processo judicial. O Quadro 15 apresenta as ações e as limitações que cada comunidade encontrou no decorrer dessa dimensão.

Quadro 15 – Ações e limitações presentes na dimensão jurisdicional da resistência nas comunidades analisadas

| Ação                                                                                                                                          | Comunidade |   |    |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---|----|----|
|                                                                                                                                               | VJ         | T | PC | VP |
| Recorrer ao MPE/MPF para buscar informações sobre ações públicas ou privadas (ICP) e negociar uma solução extrajudicial para o impasse (TAC); | ✓          | ✓ | ✓  | ✓  |
| Recorrer ao MPF/MPE ou à DPU/DPE para atuar em processos judiciais (ACP);                                                                     | ✓          |   | ✓  | ✓  |
| Limitação                                                                                                                                     |            |   |    |    |
| Ocorrer descumprimento de acordos extrajudiciais                                                                                              | ✓          |   | ✓  |    |
| Interferências políticas comprometerem a atuação do MPF/MPE e DP no decurso do processo judicial;                                             | ✓          |   |    |    |
| Haver cisão comunitária a ser explorada pela parte litigante no processo;                                                                     | ✓          |   |    |    |
| A comunidade (por meio de suas associações) estar na condição de acusada em inquérito civil ou processo judicial;                             | ✓          |   | ✓  | ✓  |
| O desfecho do processo judicial ser desfavorável, em parte ou no todo, às comunidades.                                                        | ✓          |   | ✓  | ✓  |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Nota: VJ - Vila dos Pescadores do Jaraguá; T - Titanzinho; PC - Porto do Capim; VP - Vila de Ponta Negra

Nos conflitos aqui analisados, ficou nítida a importância do Ministério Público em medidas de apoio e contenção de ofensivas contra as comunidades. Esse apoio se concretiza em audiências, recomendações, encomenda de pareceres técnicos, abertura de IC, assinatura de TAC e, finalmente, quando esgotadas as vias extrajudiciais, abertura de ACP.

Entretanto, em dois desses conflitos, os acordos firmados no âmbito extrajudicial não foram cumpridos pelos agentes envolvidos, particularmente as prefeituras municipais de Maceió e João Pessoa.

Em duas das comunidades, a judicialização ocorreu quando se mostraram esgotadas as possibilidades de negociação tentadas pelo MPF/MPE: o Porto do Capim e a Vila de Ponta Negra (no caso dos espigões e no enrocamento/engorda da praia de Ponta Negra). Mas ações judiciais também ocorreram por iniciativa dos poderes locais e de agentes imobiliários, quando a Amajar (Vila de Pescadores do Jaraguá) e o Clube do Botafogo (da Vila de Ponta Negra) foram colocados na condição de réus. De modo geral, quando ocorre a judicialização dos conflitos, os resultados não são positivos.

A Vila dos Pescadores do Jaraguá mostrou-se o caso mais complexo porque o aparelho judiciário foi mobilizado por meio de uma ACP, contando com uma cisão que ocorreu no âmbito comunitário pelo Instituto Habitacional Vila dos Pescadores, formado por moradores que haviam acatado a remoção. Concomitante, ocorreu a troca de um promotor que declaradamente se colocava a favor dos pescadores do Jaraguá. Pode-se ainda citar as suspeitas das lideranças comunitárias e o fato de o julgamento ter sido afetado por interferência dos políticos e secretários da PMM no decurso do processo judicial.

Na Vila de Ponta Negra, as conquistas obtidas com a ação do MPE em relação aos espigões e às obras de enrocamento/engorda da praia não se repetiram no conflito envolvendo o Campo do Botafogo. Nesse conflito, a proteção da propriedade privada se sobrepôs ao uso coletivo e as decisões se encaminham para a perda do equipamento comunitário.

Em Porto do Capim, mesmo com a decisão do magistrado de proibir a demolição de casas, a sentença pode ser considerada, em parte, desfavorável, uma vez que não reconheceu a tradicionalidade da comunidade e, dessa forma, não assegurou que os direitos contidos nas leis de proteção aos povos tradicionais sejam aplicados. Isso deixou o conflito em aberto, havendo, inclusive, novas mobilizações no judiciário por parte da PMJP em uma tentativa de dar continuidade às obras, fato que nos permite dizer que a decisão da corte claramente finalizou o processo judicial, mas não encerrou o conflito.

#### 8.4 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES AMBIENTAIS DA RESISTÊNCIA

Entre as estratégias de uma dimensão ambiental da resistência desenvolvidas pelas comunidades estudadas, foi possível identificar dois conjuntos de ações, sendo: I - ações de melhorias das condições do meio em que as comunidades estão inseridas e a relação que essas comunidades passam a manter com as áreas mais diretamente ameaçadas nos conflitos; II - além disso, foram identificados e avaliados os usos dos espaços públicos dessas comunidades para a promoção de debates, protestos e atos, em consonância com as intenções de resistência. O Quadro 16 apresenta essas ações, contendo também as limitações que se impuseram em relação ao pleno benefício dessas iniciativas de resistência, na avaliação das lideranças.

Quadro 16 - Ações e limitações presentes na dimensão ambiental da resistência nas comunidades analisadas

| Ação                                                                                                                                                                                     | Comunidade |   |    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---|----|----|
|                                                                                                                                                                                          | VJ         | T | PC | VP |
| Promover ações de limpeza e conservação dos espaços públicos na comunidade.                                                                                                              | ✓          | ✓ | ✓  | ✓  |
| Realizar intervenções de melhorias das condições ambientais dos espaços comunitários ameaçados nos conflitos.                                                                            |            | ✓ | ✓  |    |
| Ressignificar os espaços ameaçados nos conflitos para as sociabilidades e atividades de âmbito cultural, político e econômico, tanto cotidianas como eventuais.                          |            | ✓ | ✓  |    |
| Promover protestos de rua para gerar visibilidade das causas defendidas pela comunidade.                                                                                                 | ✓          |   | ✓  | ✓  |
| Realizar debates nas ruas da comunidade para esclarecer situações e orientar posturas.                                                                                                   | ✓          | ✓ |    |    |
| Utilizar os espaços públicos e privados da comunidade para conscientizar, informar e engajar os moradores sobre o conflito e suas formas de enfrentá-lo (placas nas casas).              |            | ✓ |    |    |
| Intensificar o uso tradicional de espaços ameaçados nos conflitos (rancho).                                                                                                              |            |   |    | ✓  |
| Limitação                                                                                                                                                                                |            |   |    |    |
| Ser negligenciado pelo poder público no que concerne à prestação dos serviços urbanos (limpeza);                                                                                         | ✓          |   | ✓  | ✓  |
| Tomar providências em relação à melhoria da qualidade do ambiente em estágio avançado do conflito, deixando margens para utilização desse argumento no processo de desterritorialização. | ✓          |   |    |    |

|                                                                                                                       |   |  |  |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|--|--|---|
| Haver esvaziamento dos protestos e/ou incompatibilização de horários e condições de participação dos grupos afetados. | ✓ |  |  | ✓ |
| Realização de ato público após decisões judiciais desfavoráveis em relação aos conflitos.                             | ✓ |  |  | ✓ |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Nota: VJ - Vila dos Pescadores do Jaraguá; T - Titanzinho; PC - Porto do Capim; VP - Vila de Ponta Negra

Com relação ao primeiro grupo de iniciativas, verifica-se que todas as comunidades procuraram desenvolver alguma ação de limpeza e conservação dos seus espaços públicos, muito provavelmente, em resposta ao quadro de descaso ou abandono, alguns desses, deliberadamente operados pelos atores ofensores, para fragilizar o território. Entretanto, deve-se destacar as comunidades do Titanzinho e do Porto do Capim, com a realização de ações e atividades de melhorias das condições ambientais daquelas áreas particularmente ameaçadas nos conflitos, o Antigo Farol e o Sítio, respectivamente. E mais, foram essas comunidades que mais articularam ações de caráter ambiental com outras dimensões de resistência, resultando na ressignificação dessas áreas (Farol e Sítio) para suas populações, gerando novas formas de sociabilidades e conectando esses locais com práticas culturais, políticas e econômicas, cotidianamente ou em situações especiais.

Nos casos do Titanzinho e do Porto do Capim, o Farol do Mucuripe e o Sítio se tornaram símbolos populares e autênticos do conceito de requalificação desejada pelas comunidades, incorporando novos significados e usos, entretanto, adequados ao cotidiano e sentido de vida dos seus moradores.

Ainda no aspecto das intervenções ambientais, foi registrada uma tímida mobilização na Vila dos Pescadores do Jaraguá (no âmbito do movimento social “Abraça a Vila”). Vale destacar que, nesse caso, não era uma área “dentro” da comunidade que estava ameaçada, ou tão somente um conjunto de moradores em específico, mas, sim, toda a comunidade e seu território. Por isso, considera-se que a ressignificação de áreas nos padrões que ocorreram em Titanzinho e Porto do Capim seria mais difícil. Mesmo assim, as providências de melhorias ambientais foram tomadas em um avançado estágio do conflito, denotando pouca atenção sobre esse aspecto. A ausência de medidas dessa natureza, aliada às consequências da falta de serviços de limpeza urbana, tornaram-se argumentos utilizados por seus opositores nos processos de desterritorialização.

A Vila de Ponta Negra também não tem atuado de forma estratégica quando se trata de resguardar as áreas ameaçadas nos conflitos que atingem seu território. Assim, se tratando do

Campo do Botafogo e da praia, não são verificadas medidas de intervenção ou ressignificação dos usos já dados. Por tal fato, cabe-nos alertar para a necessidade de demonstrar, de forma mais engajada, os laços afetivos que os moradores possuem com esses locais, e, de forma mais estratégica, articular ações das demais dimensões que consolidem a re-territorialidade da referida comunidade.

Uma conquista em relação aos ambientes da Vila de Ponta Negra ocorreu pela intensificação do uso tradicional da pesca dado à praia, por meio da aquisição de um Taus. Como se verá nos casos analisados, o Taus tem sido um importante instrumento de defesa dos territórios pesqueiros, visto que ele reconhece a territorialidade dos pescadores artesanais nos ambientes em que desenvolvem suas atividades. Entretanto, como a praia (particularmente inserida em contextos urbanos e de alto valor imobiliário e turístico) tem sido o centro do desejo dos agentes produtores do espaço urbano, essa estratégia, apesar de ousada e tipicamente de resistência, é arriscada e de difícil conquista. Isso porque depende da sensibilização e reconhecimento de órgãos públicos e, nos casos aqui aprofundados, das administrações municipais que têm assumido a responsabilidade de gerir as zonas costeiras urbanas. No caso de Ponta Negra, foi necessária a intervenção alinhada de um grupo de políticos de oposição à gestão municipal para que o pleito de longo período (segundo as fontes, aproximadamente 20 anos) se concretizasse.

Em relação ao segundo conjunto de medidas na dimensão ambiental – uso dos espaços públicos e privados para efetivação da resistência –, a promoção de protestos de rua em situações-chave dos conflitos (quando os tensionamentos se acentuam), para gerar a visibilidade das causas defendidas, é o mais recorrente. Essas situações têm sido avaliadas positivamente, mesmo que problemas ligados à efetiva participação de membros da comunidade tenham sido identificados na Vila dos Pescadores do Jaraguá e na Vila de Ponta Negra. Além disso, nesses dois territórios, os atos somente ocorreram quando houve algum tipo de decisão judicial desfavorável em relação aos conflitos, diminuindo a pressão sobre os agentes públicos encarregados de julgar as contendas.

O destaque nesse segundo conjunto de medidas foi constatado na comunidade do Titanzinho. Frente às ameaças de desterritorialização, a rua e as próprias casas emergem como lugar político, onde são forjadas e difundidas as articulações em prol das reivindicações. Na rua, sempre que há oportunidade, são promovidos debates e esclarecimentos, portanto, articulando-se com as dimensões política e cultural. As placas fixadas nas residências completam uma trama de natureza ambiental que permeia o território, somando-se a grafites,

murais e eventos, articulados com a dimensão urbanística, já que levam informações aos moradores sobre o conflito e suas formas de enfrentá-lo, sob a legislação de Zeis.

## 8.5 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES CULTURAIS DA RESISTÊNCIA

As ações de uma dimensão cultural da resistência desenvolvidas nas quatro realidades aprofundadas neste estudo pôde ser dividida em dois conjuntos, sendo: I - O reconhecimento da tradicionalidade; II - Práticas de autoafirmação cultural. O Quadro 17 apresenta essas ações, além de expressar as principais dificuldades encontradas em cada um desses dois conjuntos.

Quadro 17 – Ações e limitações presentes na dimensão cultural da resistência nas comunidades analisadas

| Ação                                                                                                                                                                                         | Comunidade |   |    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---|----|----|
|                                                                                                                                                                                              | VJ         | T | PC | VP |
| Buscaram (ou apoiaram-se), por meio das características culturais, para pleitear tratamento previsto na Convenção 169 da OIT, na PNPCT e na Portaria nº 89/2010 - SPU.                       | ✓          |   | ✓  | ✓  |
| Realização de eventos e mostras das produções culturais da comunidade.                                                                                                                       | ✓          | ✓ | ✓  | ✓  |
| Estimulam expressões artísticas, folclóricas ou religiosas que reforçam os vínculos subjetivos com o território, direcionando-as para os conflitos vivenciados.                              | ✓          | ✓ | ✓  |    |
| Criação de pontos de cultura no interior da comunidade, como forma de fortalecimento das expressões culturais.                                                                               | ✓          |   | ✓  |    |
| Sistematizaram um calendário de eventos para estimular manifestações culturais da comunidade (religiosas, festivas e históricas) como estratégia para reforçar seu vínculo com o território. |            |   | ✓  |    |
| Limitação                                                                                                                                                                                    |            |   |    |    |
| Encontrar barreiras nos órgãos de registro cultural.                                                                                                                                         | ✓          |   | ✓  |    |
| Encerramento de programas de manutenção de pontos de cultura.                                                                                                                                | ✓          |   |    |    |
| Ausência de políticas de assistência técnica, de valorização financeira e/ou condições adequadas para os ensaios e apresentações culturais.                                                  | ✓          |   |    | ✓  |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Nota: VJ - Vila dos Pescadores do Jaraguá; T - Titanzinho; PC - Porto do Capim; VP - Vila de Ponta Negra

A busca por ser reconhecida como Comunidade Tradicional foi o caminho escolhido de forma incisiva por dois dos territórios em questão, a Vila dos Pescadores do Jaraguá e o Porto do Capim. Ter os traços de tradicionalidade reconhecidos garantiria que os territórios recebessem o tratamento previsto na Convenção 169 da OIT, na PNPCT e na Portaria nº 89/2010 - SPU, assegurando que as intervenções propostas requeressem avaliação prévia das comunidades. Nesse sentido, o esforço foi amplo e em ambos os casos houve apoio de instituições parceiras, como as universidades (UFAL e UFPB) e MPF, que requisitaram laudos antropológicos para embasar os processos judiciais em que as contendas também ocorreram.

Entretanto, a partir do que foi exposto nas particularidades dos casos envolvendo as ações para esse esforço, as prerrogativas de Comunidade Tradicional não foram efetivadas nos processos judiciais, apesar das consistentes argumentações favoráveis a esse reconhecimento pelas entidades à frente dos estudos antropológicos. Essa limitação esteve presente nessas duas comunidades, com repercussão que fragilizou as possibilidades de resistência.

Na Vila dos Pescadores do Jaraguá, um dos laudos, o que foi desenvolvido pelo MPF (após a substituição do promotor originalmente atuante no caso), mais contribuiu para a retirada da população do que para sua permanência, pois, ao desconsiderar a condição de tradicionalidade, a decisão judicial final se deu pela retirada dos pescadores que resistiam à remoção.

No caso do Porto do Capim, verifica-se que a relação estabelecida com o ambiente ribeirinho, reforçado por expressões musicais, músicas, danças e lendas, foram desde cedo tomadas como estratégia de resistência e passaram a se articular com o conflito, adicionando uma carga político-cultural que reforçam, de forma explícita, a sua territorialidade. Mas, mesmo proibindo à PMJP de executar remoções, o processo judicial não reconheceu a tradicionalidade da comunidade e deixou abertas outras possibilidades de ofensivas.

No caso da Vila de Ponta Negra, a noção de tradicionalidade não tem sido um pleito histórico da comunidade. Mas, com o apoio do MPF, foi possível acessar garantias próximas a essa prerrogativa, particularmente no contexto do enrocamento/engorda da praia em embate com a PMN, para prover aos pescadores remuneração financeira durante a execução da obra.

Considera-se que o segundo conjunto de ações, ligadas às práticas de autoafirmação cultural, é um reflexo da busca pelo reconhecimento da condição tradicional, principalmente nas comunidades de Vila dos Pescadores do Jaraguá e Porto do Capim. Nessas comunidades, essas práticas foram estimuladas pela criação dos Pontos de Cultura Comunitários, estabelecidos de forma intencional, para fortalecer a territorialidade em meio aos conflitos. Em Natal, na Vila de Ponta Negra, as ações culturais têm ocorrido em condições deficitárias, por

falta de um local para a promoção dos grupos de dança; por vezes, contando com o apoio do Ponto de Memória Rendeiras da Vila, apesar desse último não se vincular diretamente aos conflitos.

As expressões culturais são as mais diversas e refletem os processos socioterritoriais que marcam cada uma das comunidades. Assim, em todas elas foram identificados eventos e mostras que expressam suas reafirmações identitárias.

Entretanto é preciso destacar os esforços realizados pela Vila dos Pescadores do Jaraguá, Titanzinho e Porto do Capim, que, em meio às ofensivas, estimularam expressões (artísticas, folclóricas ou religiosas) declaradamente direcionadas aos conflitos vivenciados, com o objetivo de reforçar vínculos subjetivos com o território e uma narrativa de luta pela permanência de famílias e moradores contra processos de desterritorialização.

É necessário, ainda, dar um destaque ao Porto do Capim, que por meio da CPCA, AMPC e do Coletivo Garças do Sanhauá, sistematizou e mantém, desde os anos iniciais do conflito, um calendário de eventos para estimular manifestações culturais da comunidade (religiosas, festivas e históricas) como estratégia para reforçar seu vínculo com o território, envolvendo amplamente os moradores.

Verificou-se que a comunidade do Titanzinho realiza algo parecido, explorando a cultura urbana em forma de produções audiovisuais, grafite e outras, por meio de coletivos presentes no bairro do Serviluz, em parceria com o Lamur - UFCE. Como se pôde verificar, esses grupos se somaram à AMT e formaram uma aliança em nome da cultura e da arte urbana, atuando em intervenções nos espaços públicos em atividades mensais (Cine Ser Ver Luz) e anuais (Mostra Audiovisual do Titanzinho), que comunicam, sensibilizam e expressam a força reivindicatória que pulsa na comunidade.

O fortalecimento cultural foi uma estratégia explorada por todas as comunidades. E em todos os casos analisados, há, claramente, uma territorialidade que se fundamenta na resistência cultural. Mas enquanto a Vila dos Pescadores do Jaraguá, o Titanzinho e o Porto do Capim direcionaram suas ações para que a resistência fosse potencializada, a Vila de Ponta Negra apresenta dificuldades nessa articulação.

Nessa comunidade, apesar de se reconhecer a numerosa existência de grupos culturais, não foram constatadas articulações atuais desses grupos e eventos com os conflitos da obra do enrocamento/engorda, dos prédios ao lado do Morro do Careca e da disputa pelo terreno do Campo do Botafogo.

Nesse caso, avalia-se ser um equívoco estratégico quando as apresentações e encontros dos grupos folclóricos ocorrem quase que exclusivamente nas imediações do Ponto de Memória

Rendeiras da Vila, pois perde-se a oportunidade de intensificar o uso dos espaços que estão realmente ameaçados pelos conflitos (a praia e o Campo do Botafogo). Por exemplo, no dia 08/12/2024, a programação do evento “Viver a Vila - 391 anos”, promovido pelo Conselho Comunitário de Ponta Negra, previa a concentração de um cortejo folclórico no Campo do Botafogo da Vila de Ponta Negra, mas a situação prevista não se concretizou e o local sequer foi contemplado na atividade em questão.

## 8.6 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES ECONÔMICAS DA RESISTÊNCIA

Em relação às atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades de Vila dos Pescadores do Jaraguá, Titanzinho, Porto do Capim e Vila de Ponta Negra, um dos destaques tem sido a pesca tradicional, que se configura como elementar na territorialidade de suas populações.

O caso extremo foi registrado na Vila dos Pescadores do Jaraguá, que histórica e socialmente se manteve em estado de isolamento na reprodução dessa atividade. Em todos os casos houve constatação, pelos relatos e pelas ações desenvolvidas de que a pesca artesanal se constitui como uma ação de resistência para combater o quadro de desterritorialização operado pelos projetos e investimentos ligados à atividade turística. Dessa forma, mesmo que não seja suficiente para assegurar todas as necessidades materiais dos moradores, o trabalho com o mar ou rio assume o papel de ofício de memória, reforçando laços, narrativas e servindo para alicerçar a construção das identidades de comunidade tradicional (Quadro 18).

Quadro 18 - Ações e limitações presentes na dimensão econômica da resistência nas comunidades analisadas

| Ação                                                                                                                         | Comunidade |   |    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---|----|----|
|                                                                                                                              | VJ         | T | PC | VP |
| Estimular nas novas gerações os ofícios tradicionais.                                                                        | ✓          | ✓ | ✓  |    |
| Utilizar o apelo positivo de outras formas de renda para sensibilizar a opinião pública em relação ao conflito.              |            | ✓ |    |    |
| Desenvolver novas propostas de turismo no território (TBC) direcionadas para mudar a opinião pública em relação ao conflito. |            |   | ✓  |    |
| Limitação                                                                                                                    |            |   |    |    |
| Estímulos a novos usos da Zona Costeira, definidos por planejamento e intervenções destinadas ao turismo.                    | ✓          | ✓ | ✓  | ✓  |

|                                                                                                                                        |  |   |  |   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---|--|---|
| Atores vinculados às atividades específicas podem privilegiar os interesses de seu segmento em detrimento do entendimento comunitário. |  | ✓ |  |   |
| Atividade turística constituída na comunidade sob precários vínculos de empregabilidade e oportunidade de renda.                       |  |   |  | ✓ |
| Propostas alternativas ao turismo de massa desconectadas das possibilidades e limitações cotidianas da comunidade.                     |  |   |  | ✓ |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Nota: VJ - Vila dos Pescadores do Jaraguá; T - Titanzinho; PC - Porto do Capim; VP - Vila de Ponta Negra

Essa atividade, no entanto, tem apresentado uma séria limitação, qual seja, o estímulo a novos usos da Zona Costeira, definidos como diretrizes para o crescimento econômico das cidades, cujas intervenções previstas colocam o turismo no centro do uso do território, em detrimento das atividades tradicionais. Ou seja, a falência das atividades tradicionais ocorre simultaneamente à priorização do espaço para o turismo.

Em relação ao estímulo de novas atividades nas áreas tradicionalmente ocupadas por pescadores, a análise dos planos diretores das cidades de Maceió, Fortaleza e João Pessoa apresentou claros indícios dos conflitos que se sucederiam, pois trouxeram, de forma nítida, intenções de desterritorializar as comunidades de pesca, enfraquecendo sua reprodução econômica.

O caso da Vila dos Pescadores do Jaraguá nos convida a pensar se a remoção ocorrida não foi, na verdade, o último ato de um processo de favorecimento do setor imobiliário que ocupa a orla da cidade. Nesse caso, um processo iniciado nas ações de requalificação do bairro do Jaraguá – contínuo aos já valorizados Jatiúca e Ponta Verde –, que agora não apresenta nenhum elemento socioterritorial que impeça sua ampla valorização.

Na comunidade do Titanzinho, foi importante a estratégia de recorrer à fama de “celeiro” do surfe cearense. Os praticantes desse esporte, de reconhecida identificação e constituído como uma importante fonte de renda na comunidade, somaram coro aos ambientalistas, segmentos de classe e à PMF contra a construção do estaleiro no bairro do Serviluz. Apesar da relação de apoio entre os proprietários de escolas e algumas lideranças não ter se mantido nos eventos mais recentes ligados a projetos de urbanização turística, a repercussão causada pela ameaça ao ponto de surf no bairro do Serviluz é ainda mobilizada pela Comissão Titan e a AMT, atuantes nos conflitos.

As possibilidades de estratégias no âmbito econômico pensadas pelas lideranças do Titanzinho não se encerram na prática do surf. Por meio de diálogos comunitários, foram acordadas as intenções de desenvolver o turismo de base comunitária no território. Esse acordo

comunitário está presente no Plano Popular de Regularização Fundiária da Zeis Cais do Porto, que as lideranças procuram cumprir e cobram das autoridades sua efetivação por meio do Conselho Gestor da referida Zeis.

Na Vila de Ponta Negra, constata-se que o turismo, apoiado no modelo de massa, não tem sido avaliado como uma possibilidade de geração de empregos formais, ao passo que situações precárias de trabalho têm sobressaído no conjunto dessa população. Apesar do expressivo desejo de desenvolver outras perspectivas de turismo e do potencial presente, especialmente no âmbito cultural, esse território tem apresentado dificuldade de organizar uma proposta viável.

No contexto do desenvolvimento de medidas de ordem econômica, pensando no turismo de base comunitária como uma alternativa ao modelo priorizado pelos governos e funcional ao setor imobiliário, destaca-se a comunidade de Porto do Capim.

Vimos como as propostas de intervenções, que gradativamente se aproximam do território (desde as obras do Prodetur no CH ao Parque Sanhauá), apresentam um viés mercadológico, que vincula a urbanização de cunho turístico à reprodução do capital. De forma explícita, os estímulos ao setor imobiliário e turístico se revelam na refuncionalização do CHJP e seu entorno como um recurso pautado nos predicados arquitetônico-urbanísticos de embelezamento, serviços culturais e recreativos destinados a investidores.

Interpretando o processo de turistificação situado na interface Centro Histórico-Rio Sanhauá, as lideranças comunitárias do Porto do Capim exploraram as fissuras presentes no projeto de desterritorialização em curso e encontraram no turismo uma oportunidade de resistência. A proposta de TBC, “Vivenciando o Porto do Capim”, desenvolvido pelo Coletivo Garças do Sanhauá, atravessa a justificativa da remoção da comunidade e expõe as contradições envolvidas em torno da revitalização do Porto do Capim, quais sejam: o fomento à cultura, a recuperação do mangue e o incremento do turismo no Centro Histórico.

As iniciativas de TBC, mesmo quando apresentam tímidos ganhos econômicos para os moradores envolvidos, têm gerado ganhos políticos consideráveis na defesa dos territórios (Kiyotani, Costa & Fonseca, 2024). Esse é o caso do Porto do Capim, onde as vivências, os pontos de visita e as informações repassadas ao longo da atividade estão alinhados ao conflito, apontando: a história e o folclore que ligam seus habitantes ao rio, ao mangue e ao porto de outrora; os esforços dos moradores na recuperação e na harmonização de seu modo de vida com o ecossistema do manguezal; além da possibilidade de desenvolver o turismo, apoiado em base local, sendo a existência da comunidade em seu sítio de origem o principal atrativo.

Também se mostrou bastante perspicaz a utilização da repercussão gerada pelo próprio conflito no âmbito acadêmico. As lideranças transformaram em clientes da iniciativa de TBC os pesquisadores interessados em investigar as contradições envolvendo as obras do Prodetur no CHJP e as razões do conflito com os moradores do Porto do Capim em relação à intensificação do uso turístico do bairro, mediante projetos de urbanização. Além de pagamentos obtidos para a vivência, o contato tem qualificado a luta pela troca de conhecimentos e construído uma frente de divulgação das incoerências inerentes ao modelo de turismo proposto pelo planejamento urbano da capital paraibana.

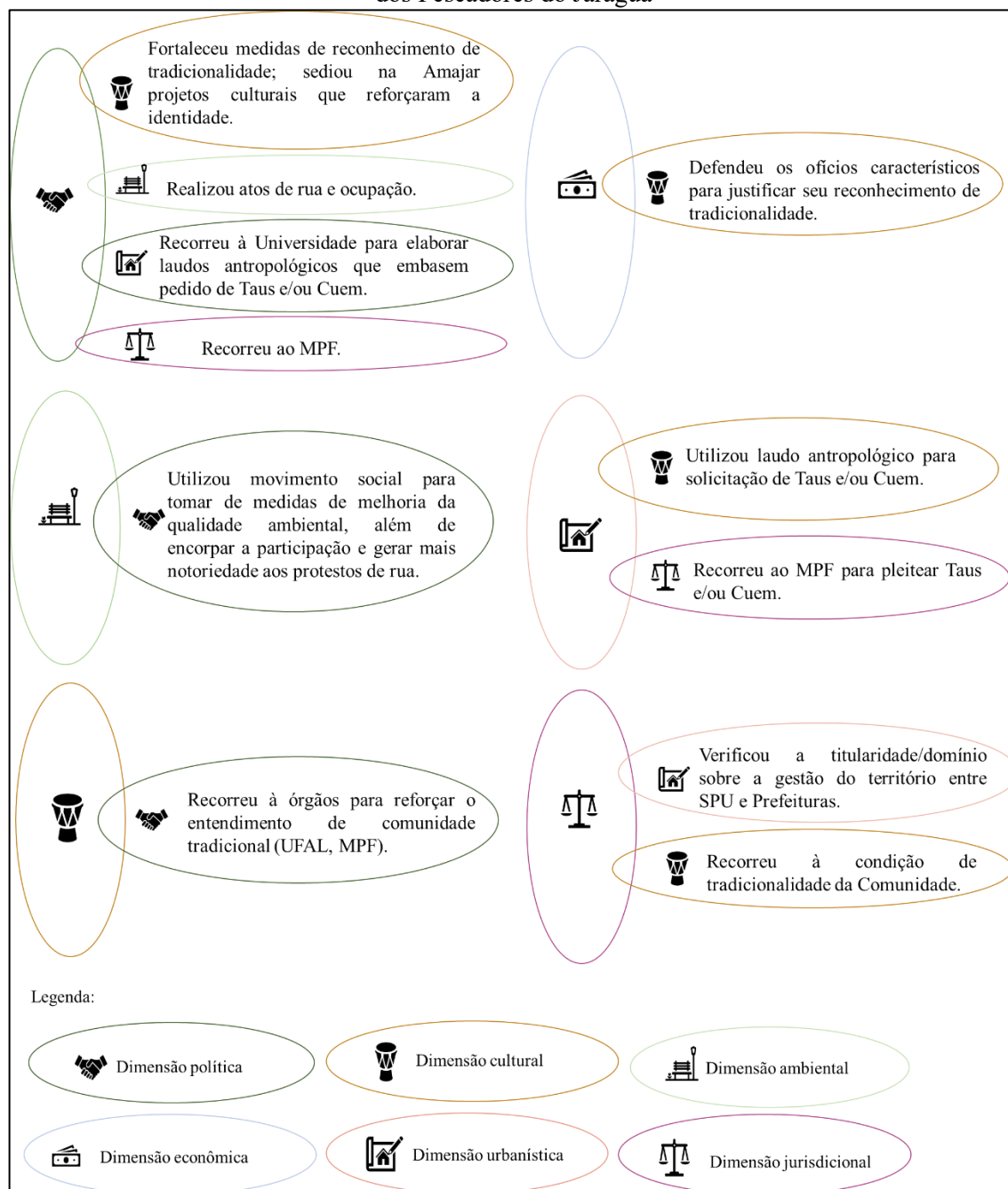
## 8.7 A ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES: É POSSÍVEL FALAR EM UMA RESISTÊNCIA TERRITORIAL?

Nas sessões anteriores, abordou-se como cada comunidade se mobilizou em torno de seis dimensões, Política, Urbanística, Jurisdicional Ambiental, Cultural e Econômica, às quais atribuímos serem portadoras de ações que definem (re)territorialidades. Ou seja, as comunidades desenvolveram ações contemplando esses seis aspectos para resistir às ofensivas decorrentes dos conflitos e manterem-se em seus territórios. Pôde-se verificar que algumas dessas ações eram recorrentes nas comunidades, enquanto outras foram inovadoras, criando formas autênticas de mobilização.

Entretanto, além das comunidades apresentarem diferenças no repertório de ações em cada uma das dimensões, uma outra camada de análise se mostrou possível. Essa diz respeito a como essas dimensões se articulam entre si, conectadas por meio das ações e, assim, capazes de densificar as tramas de resistência.

Para facilitar a compreensão de como as dimensões se integraram a partir das ações empregadas, serão utilizadas quatro figuras para representar as conexões em cada comunidade. As figuras são compostas por seis ícones na posição vertical, representando cada uma das dimensões da resistência. Ligados a cada dimensão, estão ícones menores que chamaremos de variáveis (para diferenciar do termo ‘dimensão’), posicionadas na horizontal; os ícones na horizontal, portanto, representam as articulações feitas a partir das ações da respectiva dimensão, acompanhadas pela descrição da medida que se concretizou entre elas (dimensão e variável). Quanto mais numerosas as articulações de cada dimensão, maior a capacidade da comunidade de criar conexões com outras medidas de resistência, tornando o território dinâmico em termos de ação, elevando a complexidade e a força do movimento de reterritorialização. Iniciemos pela comunidade da Vila dos Pescadores do Jaraguá (Figura 59).

Figura 59 - Conjunto de articulações entre as dimensões da resistência na comunidade da Vila dos Pescadores do Jaraguá



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Verifica-se que, excetuando-se a dimensão política, as demais dimensões constituíram escassas integrações. Foram os casos das dimensões ambiental, cultural e econômica (com uma articulação cada) e das dimensões urbanística e Jurisdicional (com duas articulações cada).

Nessa comunidade, a dimensão política obteve maior número de articulações com outras variáveis muito em função da aproximação constante da UFAL e do apoio do MPF, mesmo que, nesse caso, de forma parcial.

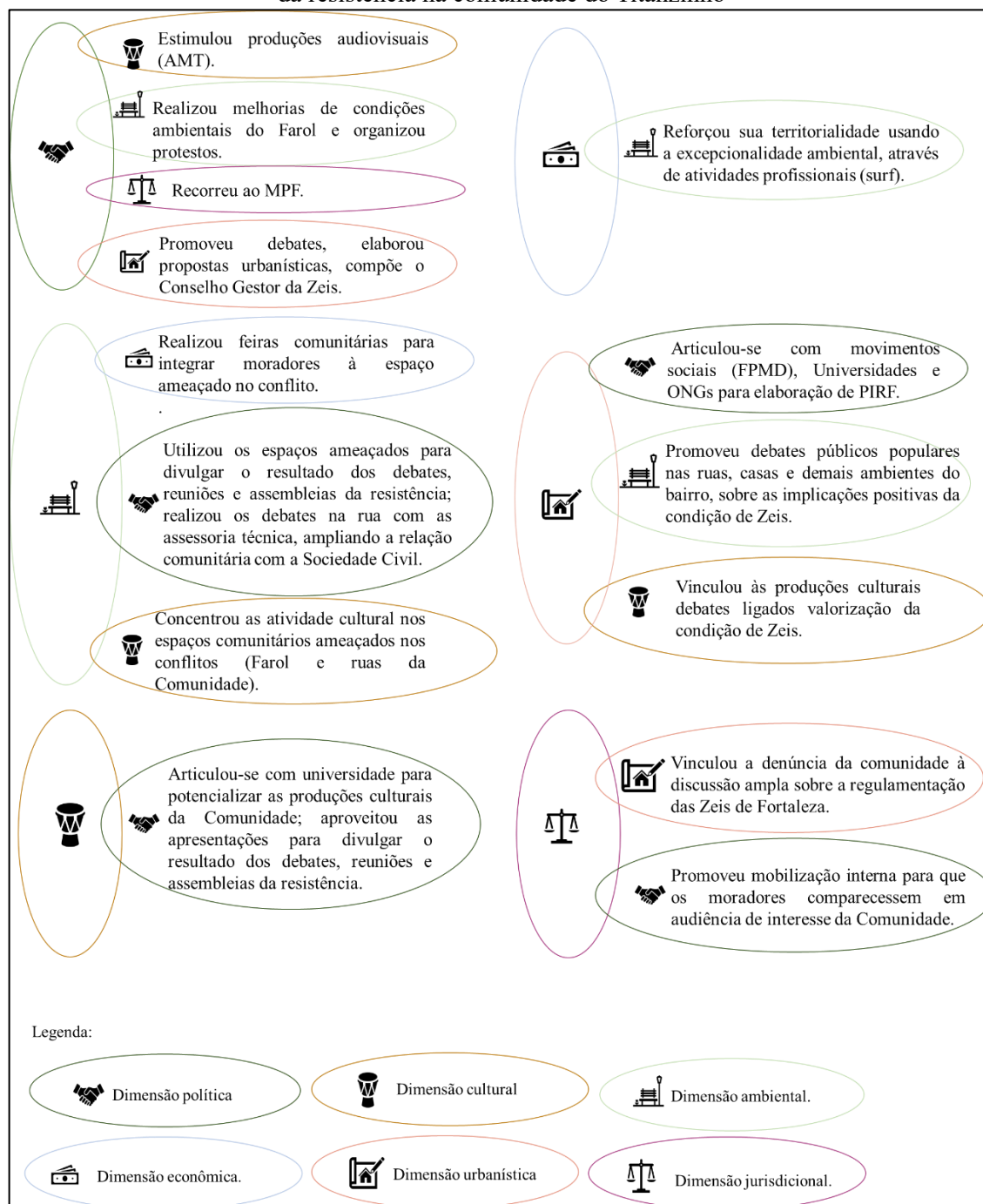
Além disso, percebe-se uma maior dedicação em reforçar a territorialidade cultural, expressa pela frequência dessa variável, sendo a base para a maioria das articulações, em detrimento de outras, como, por exemplo, a variável econômica, nenhuma vez acionada em termos de composição integrativa.

Entendemos que o peso da variável cultural no conjunto de articulações foi consequência da estratégia adotada como prioritária pelas suas lideranças de buscar comprovar a tradicionalidade da comunidade, uma vez que essa condição garantiria sua inserção em políticas públicas destinadas aos povos tradicionais, incluindo a regularização fundiária (Taus). Para isso, a Amajar sediou um ponto de cultura para promover projetos nessa dimensão, reforçou os ofícios de construção de barcos e tratamento de pescado, providenciou estudos antropológicos que comprovassem tal contexto e foi à justiça com essa “bandeira”. Deu-lhe centralidade, mas em detrimento das outras dimensões.

No Titanzinho (Figura 60), as dimensões Ambiental e Cultural apresentam um número maior de integração com outras variáveis quando comparadas à Vila dos Pescadores do Jaraguá. Além disso, pode ser identificada uma maior diversidade de integrações, aparecendo, por exemplo, a econômica entre as variáveis acionadas.

Para essa comunidade, na base das articulações, considerando aquelas de maior incidência, estão as variáveis política, ambiental e urbanística. Isso se explica pela capacidade que suas entidades de representação (AMT e Comissão Titan) possuem de congregar contribuição de outras instituições, compondo uma importante rede de assessorias (Ongs, UFC, coletivos locais, entre outras), em diferentes contextos de atuação.

Figura 60 - Conjunto de articulações entre as dimensões da resistência na comunidade do Titanzinho



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Além disso, foi capaz de integrar os ambientes mais significativos da comunidade no contexto de resistência. Sob esse aspecto, o Antigo Farol do Mucuri é emblemático, pois, sob ameaça proveniente de um projeto de intervenção, as lideranças estimularam medidas de melhoria ambiental, direcionaram para esse local as amostras anuais de produção audiovisuais dos coletivos culturais/Lamur, além de promover eventos econômicos e sociais.

As articulações da dimensão urbanística, indica a importância atribuída pelos seus moradores à esse aspecto, especialmente em relação à condição de Zeis (Cais do Porto), no exercício de territorialização. Assim, destaque-se a apropriação do Conselho Gestor da Zeis por parte das lideranças locais, a promoção de debates públicos com assessorias técnicas e as orientações sobre as prerrogativas legais envolvidas, além de vincular esse tema às produções culturais pulsantes no bairro.

As articulações na comunidade de Porto do Capim foram as mais densas (Figura 61). Em termos quantitativos, repetindo um padrão a se estabelecer em todas as demais comunidades, a dimensão política manteve centralidade.

Vale lembrar que, da mesma forma que no Titanzinho, as lideranças do Porto do Capim conseguiram constituir uma rede de parcerias, composta por UFPB, MPF, Ongs e coletivos, cujas ações foram constantes durante os anos e acionadas nos momentos mais agudos do conflito. O acréscimo presente na dimensão política do Porto do Capim se deu em relação à variável econômica e, com isso, de forma inédita, articulou-se com as outras cinco variáveis.

Acredita-se que, além das sólidas articulações políticas, a medida tomada pelas lideranças, no início das primeiras ofensivas, de reforçar a territorialidade ambiental e cultural da comunidade, aliada à subsequente decisão de investir em TBC para estimular novas interações territoriais, criou o contexto favorável para tornar mais densa a rede de articulações entre as ações tomadas no âmbito da resistência.

Figura 61 - Conjunto de articulações entre as dimensões da resistência na comunidade do Porto do Capim



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Dessa forma, adquire relevo entre as ações de resistência o desenvolvimento de uma iniciativa de TBC que dinamiza a dimensão econômica e que se relaciona com quatro variáveis (política, ambiental, cultural e urbanística). Mesmo que os resultados financeiros das atividades de turismo no Porto do Capim ainda não se mostrem expressivos, os resultados positivos extrapolam a referida dimensão, se constituindo em uma ação capaz de penetrar outras dimensões e reforçando os laços territoriais desse grupo. Assim, ainda como consequência da dinamização da dimensão econômica, a variável dessa natureza aparece em maior número relacionada a outras dimensões quando comparada às demais comunidades.

Verifica-se que a dimensão jurisdicional também apresentou significativas interações no Porto do Capim. A judicialização do conflito, o emprenho do MPF e os esforços em desconstruir acusações realizadas pela PMJP em IC e ao longo do processo judicial instalado contribuiu para as recorrentes ações nessa dimensão.

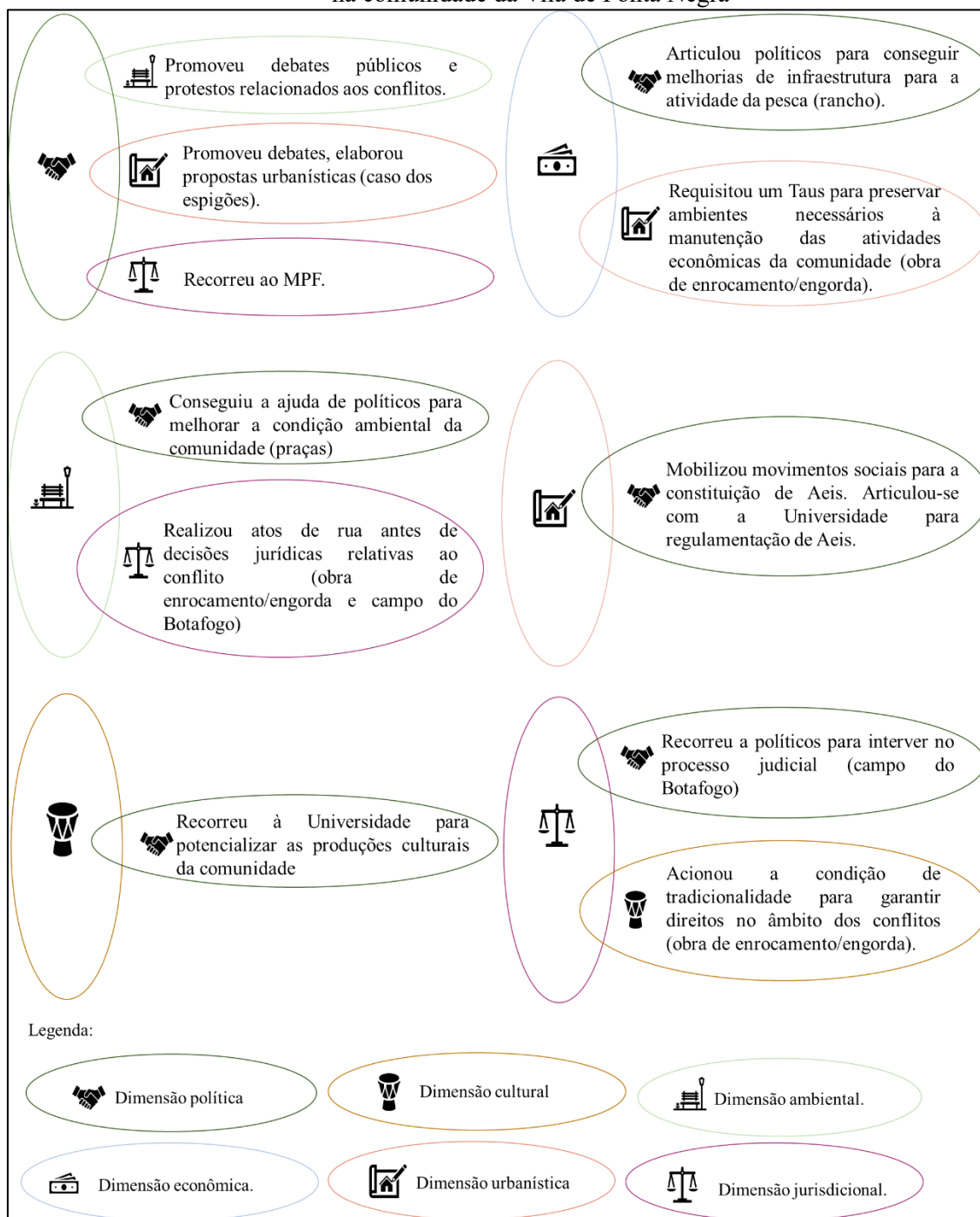
Por fim, a Vila de Ponta Negra apresenta um contexto de articulações menos denso do que o Titanzinho e o Porto do Capim e bastante semelhante ao verificado na Vila dos Pescadores do Jaraguá (Figura 62).

Nesse território, sobressai a dimensão política em relação às demais, bem como as articulações com base nessa variável, sendo três delas ligadas à participação de políticos locais em atendimento a demandas dessa comunidade. Em relação aos contatos de políticos e partidos, já houve a oportunidade de avaliarmos como esses apoios são sensíveis às ordens eleitorais, representando uma ação instável entre o conjunto de medidas políticas de resistência.

As demais dimensões possuem sempre uma (cultural, urbanística) ou no máximo duas (ambiental, econômica, jurisdicional) articulações. As primeiras, articuladas com ações que resultaram de projetos de extensão, já interrompidos. As últimas, com a contribuição de políticos, cujas limitações já foram apontadas. Em relação a dimensão econômica, as duas ações identificadas estão interligadas e ligadas à atividade de pesca artesanal, qual sejam, um espaço adquirido via Taus e os recursos financeiros para construção de um racho de pesca (a se concretizar). Essas ações representam uma frente de resistência e uma vitória num contexto de sucessivas perdas dessa comunidade.

Ainda no contexto dos conflitos relacionados à Vila de Ponta Negra, observa-se que as variáveis cultural e ambiental foram escassamente acionadas (uma vez), e a econômica, nenhuma. As variáveis urbanísticas e jurisdicionais foram acionadas duas vezes cada, refletindo as questões fundiárias que com frequência demandam a intervenção do Ministério Público e do recurso a processos judiciais.

Figura 62 - Conjunto de articulações entre as dimensões da resistência na comunidade da Vila de Ponta Negra



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Em uma outra perspectiva de análise, agora em relação à frequência das variáveis, foi possível observar que em todos os contextos houve a primazia da articulação política. Isso ocorre pela necessidade de as entidades de representação e suas lideranças estarem ativas no território, propondo medidas de enfrentamento. Entretanto julgamos que, além das articulações

políticas, as demais frentes necessitam ser dinamizadas e estar articuladas entre si, tornando densa a rede de resistência.

As articulações ligadas às variáveis, urbanísticas, jurisdicionais, ambientais, culturais foram realizadas em todas as comunidades e se mostraram muito equilibradas em termos de frequência no cômputo geral.

A variável urbanística, que apresentou equilíbrio com as demais, sinaliza que há um campo de forças aberto e dinâmico em contextos urbanos e metropolitanos, no qual se destacaram o Titanzinho e o Porto do Capim, frente seus esforços por garantias legais no plano da legislação urbana e na regularização fundiária.

No plano jurisdicional, avalia-se que a comunidade do Titanzinho apresentou o melhor dos cenários, uma vez que não precisou judicializar suas demandas (por isso, apresentou menos articulações com essa variável). Ou seja, nessa variável, o ideal é tê-la em menor uso, significando que o conflito não avançou para esse campo. Mas, uma vez que se avança para o processo jurídico, é preciso articulá-lo dentro do maior número de dimensões, assim como procedeu o Porto do Capim.

A variável ambiental foi mais mobilizada pelo Titanzinho e Porto do Capim. Dessa forma, embora os contextos analisados revelem o meio ambiente como um dado elementar da territorialidade das quatro comunidades ameaçadas nos conflitos, ainda em meados do século XX, a Vila dos Pescadores do Jaraguá e a Vila de Ponta Negra não desenvolveram articulações capazes de gerar reterritorialização em consonância com os conflitos estabelecidos.

O recurso à variável cultural expressa a tendência de fortalecer os sentidos de pertencimento, identidade e tradicionalidade atribuídos aos territórios, sendo, em alguns casos, o elemento central de suas estratégias, como na Vila dos Pescadores do Jaraguá e no Porto do Capim. É necessário ainda relativizar o recurso à essa dimensão pela comunidade da Vila de Ponta Negra. Nesse caso, apesar da constatação de que se trata de um importante aspecto na vida comunitária, com muitos grupos e representações, somente de forma indireta essa dimensão colabora para a frente de resistência. Isso porque, ao contrário das demais comunidades analisadas, os conflitos não têm sido abordados nas práticas e momentos de expressão.

O ponto negativo entre os contextos analisados foi o baixo uso da variável econômica. Parece ser a maior dificuldade das comunidades, que veem suas atividades tradicionais comprometidas pela preparação dos territórios para as frentes de acumulação turístico-imobiliárias, ou seja, tornando-os a plataforma da fonte de recursos para as novas oportunidades de ganhos capitalistas.

Em meio à sinergia Estado-mercado, as comunidades parecem ter dificuldade de vincular suas lutas às variáveis dessa natureza, à medida que a própria dimensão econômica para a reterritorialização apresenta dificuldades de se sustentar. O caso de positiva notoriedade para essa dimensão e, por isso, também para a frequência de articulações com a variável econômica, foi o Porto do Capim, que articulou ações políticas, ambientais e culturais à iniciativa de TBC.

Para finalizar, é importante considerar que nos contextos de luta aqui discutidos os processos de desterritorialização promovidos pela associação (nem sempre explícita) de governos locais e de agentes fundiários e imobiliários são arranjos que se consolidaram a partir da urbanização turística. Um fenômeno que adquire contornos mais complexos com a globalização econômica, em particular, no âmbito da acumulação flexível. Essa contatação reafirma a tríade relacional sugerida entre acumulação flexível – desterritorialização – urbanização turística, a partir do que foi tratado em Mullins (1989), Luchiari (1998), Rodrigues (1999), entre outros.

Ademais, mesmo que esse fenômeno apresente conexões com mercados e fluxos globais e esteja apoiado na financeirização e na tecnologia informacional, típicos do sistema de acumulação em questão, sua realização prescinde uma base territorial racionalmente normatizada e estruturada. Nesse sentido, esse modelo de urbanização adquire centralidade nos conflitos territoriais ligados à atividade turística, cuja realização, dentro de objetivos mercadológicos, reflete as contradições e ordens econômicas emanadas dos atores hegemônicos do processo, com repercussões que se estendem para as demais instâncias constituintes do território no sentido de moldá-lo e capturá-lo enquanto um recurso para a acumulação.

Responder e resistir a esse movimento foi o desafio imposto à Vila dos Pescadores do Jaraguá, ao Titanzinho, ao Porto do Capim e à Vila de Ponta Negra, uma vez atravessados por projetos urbanos ligados ao turismo. Quanto a essa tarefa, os dados coletados ao longo da pesquisa sugerem que as respostas mais efetivas, produzidas pelas comunidades, foram aquelas que estiveram alinhadas a alguns dos aspectos centrais do conceito de Território, como sugerido por Haesbaert (2004), Porto-Gonçalves (2002) e Santos (2009), a saber:

I – A compreensão de que, similar ao conceito de território, os processos de desterritorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados, e dessa forma, afeta aspectos que não se restringe à ordem econômica, mas sim, avança também sobre aqueles de origem política, ambiental e cultural, exigindo que esses grupos estejam atentos aos movimentos dos atores hegemônicos;

II – Por conseguinte, e ainda recorrendo à noção de multidimensionalidade, é preciso que se produzam respostas direcionadas em cada dimensão, ou pelo menos, no máximo possível, cobrindo o território do maior número de ações multidimensionais, lembrando-se também, das dimensões que adquiriram relevo quando os conflitos ocorrem em contextos urbanos, como a urbanística e a jurisdicional;

III – Atentos à necessidade de uma frente de resistência multidimensional, as lutas acompanhadas de conquistas não tomaram as dimensões do território como instâncias unilaterais. Pelo contrário, aprofundando seus níveis de compreensão sobre como se comportar no campo de forças, foram perspicazes em aproveitar oportunidades ou criar medidas que integram as diferentes dimensões do território.

IV – Por sim, compreenderam que é uso que produz o território. Com isso, levaram para os campos ameaçados novas possibilidades existenciais, concretizadas por formas de organização de sociabilidade, de trabalho, de expressão, de cuidado e de contestação às ordens de desterritorialização, reafirmando, com essas medidas, que o território abrigo se faz com manifestações espontâneas e criativas que animam a vida cotidiana.

Conclui-se, portanto, que, além das ações de resistência em cada dimensão, a realização de articulações entre as dimensões configura maiores graus de reterritorialização. Isso ocorre porque, dessa maneira, elas se alinham com a concepção plena do conceito de território, qual seja: constituído por múltiplas dimensões, cuja integração entre elas é uma marca fundamental, que se concretiza pelo uso e possibilidades forjadas na (r)existência.

Ao observar as articulações realizadas por cada comunidade, não é coincidência que aquelas capazes de diversificar e densificar as relações entre as seis dimensões caminham para uma reversão das adversidades que marcam seus conflitos, sugerindo, que sim: é possível falar em uma resistência territorial.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, assumimos como corrente teórica elementar a proposição de um duplo sentido do território, podendo ser interpretado como um recurso destinado às lógicas da reprodução do capital por alguns grupos de interesse, mas, também, como um abrigo, na visão de grupos dedicados a outras formas de uso e atividades, reproduzidas sob diferentes lógicas.

Considerando essa proposição, se verifica que mesmo realizando críticas pertinentes, os estudos em turismo, de forma geral, têm destacado a atuação dos agentes hegemônicos na captura dos territórios enquanto um recurso, centrando-se, dessa forma, no Estado e nas empresas, além das variáveis que atuam sobre esses agentes, como a globalização econômica, a ordem neoliberal, o avanço tecnológico, as transformações no mercado, entre outras.

Nessa pesquisa, entretanto, evidenciou-se o outro lado desse contexto, direcionando a finalidade investigativa para ações e conhecimentos produzidos pelos atores não hegemônicos, reveladores de formas de uso e existências que tensionam a lógica dominadora.

O contexto empírico investigado se relaciona ao fato de que o território, organizado por meio de investimentos públicos e privados para as práticas de turismo que privilegiam o visitante, os veranistas e os rentistas é também o espaço de vida cotidiana de outro grupo: os residentes. Deriva dessa distinção um certo contraste nas formas de usá-lo e ocupá-lo. De um lado, pelos atores envolvidos nos projetos que convertem os territórios em um recurso destinado aos interesses de exploração da atividade turística; de outro, pelos grupos de populações que os consideram seus abrigos, ao lhes atribuir outros sentidos, sem negar a importância da produção econômica, mas que vislumbram um padrão de reprodução social equilibrado com outras dimensões da existência, como a cultural e a ambiental.

Dessa forma, explorar os tensionamentos gerados pela dicotomia do território como recurso e como abrigo gerados pela atividade turística foi a escolha realizada desde o início do curso de doutorado. Mas, interessava-nos, prioritariamente, entender como os grupos impactados organizavam os processos de resistência para sustentar seus territórios frente às ofensivas em que estavam envolvidos.

Os dados iniciais da pesquisa revelaram que os motivos, os campos e os atores envolvidos nos conflitos estão vinculados à expansão da oferta imobiliária alinhada ao escopo do chamado imobiliário-turístico e de obras de reestruturação de tecidos urbanos, que, por sua vez, visam ampliar as possibilidades de negócios dentro do espectro da urbanização. Assim, as

motivações dos conflitos expressam uma turistificação do espaço apoiada na urbanização de viés turístico, que tende a reproduzir manifestações contraditórias e conflituosas típicas do processo de urbanização e reforçam as proposições de outros autores sobre o caráter desterritorializador dessa forma de uso do território.

Ao final da caracterização dos conflitos territoriais e sinalizadas as tendências gerais desse fenômeno, aprofundaram-se as inquietações em torno de algumas constatações realizadas no decorrer da análise, principalmente em relação ao predomínio dos conflitos na região Nordeste, à vinculação dos conflitos à urbanização turística e à participação ativa dos governos e dos agentes imobiliários. Assim, o passo seguinte foi investigar padrões de atuação dos atores mais diretamente responsáveis pela conformação do território como um recurso para fins de acumulação dentro do recorte regional que adquiriu maior relevo.

Identificou-se um padrão de ações públicas e privadas que reforça a urbanização turística, concentram-se nos municípios de melhor desempenho turístico, acentuam o desenvolvimento desigual dos lugares e acarretam a valorização dos territórios situados na Zona Costeira.

Uma vez definidas as tendências gerais dos conflitos e da participação dos atores hegemônicos, foi preciso “territorializar” nossa investigação. Assim, do universo de conflitos catalogados na primeira etapa da pesquisa, definimos enquanto amostra os casos da Vila dos Pescadores do Jaraguá (AL), do Titanzinho (CE), do Porto do Capim (PB) e da Vila de Ponta Negra (RN). Selecionamos essas quatro realidades em função do que o recorte espacial (capitais de estados) e o impacto proporcionado (remoções forçadas ou induzidas) pelos conflitos podem revelar acerca das ações e estratégias desenvolvidas pelos atores não hegemônicos da produção urbana, especialmente aquelas destinadas a manter seus territórios de identificação e sustento quando ameaçadas por processos de urbanização turística.

Esses quatro locais apresentaram contextos convergentes em relação: I – às características de suas territorialidades, efetivadas antes da metade do século passado e pautadas em práticas marítimas tradicionais ainda mantidas, mesmo que de forma residual; II – à presença de laços afetivos, familiares, solidários e de pertencimento que os delineiam como comunitários; III – aos vínculos territoriais que definem suas identificações culturais, laborais e sociais; IV – ao fato de estarem atualmente situados nas imediações ou literalmente encravados em áreas que se valorizam para as demandas turísticas e imobiliárias; V – à ocorrência de conflitos motivados por ações públicas e interesses privados relacionados à urbanização turística, cuja premissa (em sua maioria declarada) é a desterritorialização da população originária.

Para a organização e análise dos dados buscou-se respeitar as formulações teóricas que definem o território como uma construção social que articula aspectos políticos, culturais, ambientais e econômicos, concretizada pelo uso de pessoas ou grupos sobre uma base material disponível. Assim, buscou-se catalogar o conjunto de medidas desenvolvidas pelas comunidades em dimensões, definidas a partir da dialética ação-objeto em que foram operadas. Por isso, além das dimensões supracitadas, foram adicionadas outras duas, as quais definimos como dimensões urbanísticas e jurisdicionais, totalizando seis dimensões de resistência.

Na dimensão política, as ações desenvolvidas pelas comunidades foram divididas em articulações internas (representações comunitárias) e externas (parcerias com outras instituições).

Em relação às primeiras, os contextos se mostraram bastante díspares, com as quatro comunidades apresentando diferentes estágios de organização quando os impactos relacionados à ação ofensiva reverberaram sobre seus territórios. Entretanto ressalta-se nesse aspecto a formação de grupos de trabalho integrados às entidades de representação comunitária e vinculados a um setor do território ou em torno de um tema importante no contexto dos conflitos. As comunidades que adotaram essa estratégia promoveram uma descentralização articulada da resistência, que reconstrói as relações políticas com o território. Tratam-se, afinal, de medidas que tensionaram concepções rígidas de territorialidade, pautadas na primazia do Estado, e que obtiveram resultados positivos na abertura de novas frentes de resistência numa escala cotidiana.

Em relação às articulações externas, as ações desenvolvidas pelas comunidades não foram tão diferentes entre si. Entretanto, evidenciou-se que a solidez dessas articulações tende a ser mais segura com as universidades, ONGs e coletivos, que em alguns casos compuseram uma verdadeira coalizão pró-comunidade; ao passo que a articulação com políticos depende de conjunturas eleitorais. Além disso, os movimentos sociais precisam adquirir motivação interna e ser menos dependentes da participação de setores da sociedade com pouca relação comunitária.

A dimensão urbanística foi compreendida como o conjunto de ações que buscaram assegurar a permanência das comunidades por meio do acesso à regularização fundiária e melhorias da ordem urbana previstas em instrumentos legais, especialmente nos planos diretores. Nessa dimensão, o recurso à solicitação de Taus e/ou Cuem à SPU mostrou-se infrutífero, atribuindo-se a esse fato o domínio da outorga a instituições alinhadas aos agentes ofensivos.

Por sua vez, participar de discussões referentes aos planos diretores e mobilizar assessorias técnicas para suprir a ausência de providências do poder público local no tocante à execução de medidas previstas em lei mostrou-se mais eficaz quando houve uma efetiva apropriação comunitária dos mecanismos previstos na legislação urbana como medida estratégica para cobrar as garantias legais.

Referindo-se ao plano das disputas que se encaminham para a intervenção jurisdicional, as medidas, em geral, versam sobre valer-se do Ministério Público como intermediador das dissidências e, na impossibilidade dessa mediação, a judicialização dos conflitos. A primeira medida apresentou resultados satisfatórios, quando respeitada a autonomia do órgão ou quando foram respeitados os acordos extrajudiciais estabelecidos. A segunda medida apontou desfechos controversos, oscilando entre situações indesejadas de perda de processo e sentença insuficiente para dirimir a origem do conflito.

Na dimensão ambiental da resistência, adquiriram notoriedade as ações de melhorias das condições do meio em que as comunidades estão inseridas e os usos dos espaços públicos e privados para debates, protestos e atos ligados aos conflitos.

No primeiro conjunto de medidas, constatou-se que todas as comunidades destinaram esforços em limpar e conservar espaços públicos comunitários, muito dessas como resposta ao quadro de abandono promovido pelo poder público, interessado em sufocar as possibilidades de permanência. Entretanto, somente algumas das comunidades foram capazes de promover melhorias e ressignificar os espaços mais diretamente vinculados aos conflitos, destinando-os à novas sociabilidades e atividades culturais, políticas e econômicas, de forma cotidiana ou eventual.

Sobre o uso do espaço público, além da realização de protestos em ruas e avenidas, como forma de chamar a atenção da opinião pública, consideramos exitoso o uso da rua como espaço político a serviço das entidades de representação, para sensibilização interna, esclarecimentos, orientações e prestação de medidas tomadas em relação aos conflitos. Mais inovadora ainda, foi a transformação de espaços comunitários ameaçados em símbolos da luta, uma iniciativa que transformou prédio e áreas públicas e privadas em instrumentos de informações e engajamento sobre seus direitos e possibilidades existenciais.

As ações da dimensão cultural da resistência foram agrupadas em esforços relacionados ao reconhecimento da tradicionalidade das comunidades e práticas de autoafirmação cultural. O primeiro grupo centrou-se em recorrer ao tratamento previsto na Convenção 169 da OIT, na PNPCT e na Portaria nº 89/2010 - SPU, fato que se mostrou dubitável frente à necessidade de certificação de entidades que estavam situadas no outro polo do conflito.

As medidas de afirmação cultural, por meio de eventos e mostras, estiveram presentes em todas as comunidades, denotando a força dessa dimensão em definir territorialidades. Entretanto as práticas de maior repercussão estiveram ligadas à criação de pontos de cultura permanentes no interior das comunidades e ao estímulo às expressões culturais direcionadas aos conflitos e espaços ameaçados, quando possível. Em termos estratégicos, a adoção de um calendário de eventos destinado a reforçar os vínculos com os territórios se mostrou efetiva para ressignificar a relação comunitária quando direcionada ao contexto dos conflitos.

O plano da dimensão econômica se mostrou um dos mais adversos para as comunidades analisadas, denotando a dificuldade em responder aos processos de desterritorialização que buscam capturar seus territórios como plataforma para ganhos com as atividades vinculadas ao turismo e à urbanização que lhe é típica. Os contextos de expropriação, precarização e exclusão, típicos da lógica capitalista, encontraram rarefeitas medidas de resistência.

Mas, como afirma Santos (2009), o lugar é onde se escondem as possibilidades alternativas construídas com as mesmas bases técnicas que caracterizam o mundo atual, servindo, entretanto, a outros propósitos sociais e políticos. Dessa forma, num típico exemplo de apropriação contra-hegemônica, uma das comunidades utilizou as próprias agruras conflituosas para desenvolver iniciativas de TBC, que logo adquiriram protagonismo estratégico ao promover outras frentes de resistência. As fissuras deixadas pelas acusações e ofensivas serviram como guias para a comunidade contrapor argumentos que justificavam sua desterritorialização, utilizando essa modalidade de turismo como uma ferramenta de oposição. Embora ainda não gere ganhos econômicos suficientes, o TBC tem repercutido de maneira incontestável nos planos político, cultural e ambiental.

Considera-se importante ressaltar que o desenvolvimento de uma concepção de turismo diferente da que é estimulada pelos agentes hegemônicos – o turismo de massa – tomou centralidade no contexto da luta. Assim, dispor de uma forma própria de desenvolver a atividade - que se constitui o motivo do conflito - denota a força do turismo como uma possibilidade de (re)aproximar população e território, desde que pensado com essa finalidade.

Após a exposição das ações desenvolvidas pelas comunidades da Vila dos Pescadores do Jaraguá, Titanzinho, Porto do Capim e Vila de Ponta Negra, permaneceu uma inquietação, especificamente, relacionada aos motivos de haver resultados díspares nos desfechos dos conflitos.

Uma das explicações possíveis considera o fato de que, em um conflito, fatores externos podem atuar na definição dos resultados obtidos em termos de ganhos e perdas. Um fator fundamental se relaciona à violência e poder operados pelos atores ofensivos, que, por sua vez,

chocam-se com as ações tomadas pelas comunidades dentro das dimensões ora definidas. Enfim, é preciso considerar não somente o empenho na resistência, mas também as ações e estratégias dos atores ofensivos no jogo de forças que se estabelece pelo domínio territorial. Exemplos dessa situação foram as ofensivas da prefeitura de Maceió sobre a dimensão jurisdicional, as quais contribuíram para um desfecho desfavorável à comunidade da Vila dos Pescadores do Jaraguá; ou a ação dos agentes imobiliários/fundiários na Vila de Ponta Negra, comprometendo a força de suas ações na dimensão urbanística de resistência. Os relatos dos casos trazem outros exemplos.

Na leitura destas considerações finais, é possível constatar que evitou-se denominar as medidas tomadas por cada uma das comunidades. Afastamo-nos da injusta possibilidade de comparações, pois acredita-se que os resultados das ações de resistência estão dialeticamente relacionados com a capacidade da ação ofensiva.

Dessa forma, buscamos uma outra camada de análise para as ações empreendidas pelas comunidades em questão. E encontramos resposta na capacidade que cada uma desenvolveu em articular as dimensões da resistência. Em termos teóricos, continuamos coerentes com a noção da conformação de uma reterritorialização que se faz de forma híbrida e integradora, a partir das dimensões constituintes do território.

Nesse sentido, avaliamos que cabe tão somente a cada grupo e suas lideranças desenvolver estratégias de resistência, para as quais a articulação entre as dimensões sinalizou ser uma possibilidade concreta e portadora de resultados positivos.

Quando focamos na análise para a estratégia de integração entre as ações tomadas nas dimensões, é possível inferir que os cenários mais promissores para o desfecho dos conflitos territoriais foram encontrados nas comunidades do Titanzinho e do Porto do Capim, quando suas populações não somente reverteram o quadro de desterritorialização que as ameaçava, mas sinalizam com conquistas populares sobre demandas históricas. Na primeira, a reforma e adaptação do símbolo da comunidade, o Antigo Farol do Mucuripe; na segunda, a inclusão no Programa Periferia Viva, levando equipamentos urbanos que melhorem a qualidade de vida de sua população.

Por outro lado, os contextos de maiores adversidades foram apresentados pela Vila dos Pescadores do Jaraguá e pela Vila de Ponta Negra. A primeira, dada pela combinação entre a remoção total das habitações e a controversa construção do Centro Pesqueiro distante do novo local de moradia, o que resultou na (quase) desterritorialização integral dessa comunidade, agora vinculada somente pelas relações de trabalho. A Vila de Ponta Negra, por seu turno, tem passado por sucessivos eventos que afastam os habitantes dos espaços de trabalho, lazer e

sociabilidade que lhes são característicos, a partir do avanço de outras lógicas de reprodução socioeconômica, da chegada de novos habitantes e das pressões sobre a terra operada pela coalizão de forças pró-crescimento.

Pelo exposto, chega-se à conclusão de que, em relação aos processos de resistência, as ações desenvolvidas pelas comunidades podem ter sua efetividade comprometida pelo jogo de forças com os agentes ofensivos. No entanto, densificar a estrutura dessa resistência passa tão somente pela capacidade que esses grupos possuem de articular ações entre as diferentes dimensões, tornando essa articulação a efetiva estratégia de resistência.

As considerações apresentadas ao longo da pesquisa estão permeadas por limitações típicas de um estudo múltiplo de casos. Dessa forma, para cada conflito e dentro de cada uma das dimensões da resistência identificada, haveria aprofundamentos a serem realizados. Entretanto a natureza do estudo e os objetivos envolvidos nos obrigaram a fazer delineamentos nos quais as particularidades não estariam no foco de análise.

Assim, há aspectos encontrados neste estudo que, pelos motivos supracitados, não foram aprofundados e, por isso, possuem potencial para compor uma agenda futura de pesquisa, em particular: I – se há diferenças entre dimensões e ações de resistência no considerável número de conflitos territoriais motivados pela constituição de Unidades de Conservação dedicadas ao uso turístico; II – se há, em outros conflitos, a possibilidade de reverter os processos de desterritorialização por meio de formas alternativas de turismo, algo que foi sinalizado nas estratégias de resistência; e III - a verificação das razões do protagonismo feminino entre as lideranças comunitárias e uma possível percepção diferenciada dos impactos dessa atividade entre os gêneros.

Ademais, há a consciência de que o turismo desencadeia processos muito distintos em relação às dimensões do território. No decurso desta pesquisa, priorizou-se fazer uma síntese das ações de resistência frente às contradições que a tomada do território como um recurso impôs às comunidades, a despeito de outros aspectos que gravitam em torno dos conflitos relacionados ao turismo.

As limitações, entretanto, não abalaram a relevância desta pesquisa, pois, considera-se que o esforço empreendido para uma mensagem concreta sobre as formas de resistência construídas pelos grupos populacionais envolvidos em conflitos territoriais motivados pela atividade turística foi alcançada. E, dessa forma, apresentada uma contribuição para a área do estudo do turismo que tensione as lógicas de desterritorialização presentes nos processos de turistificação dos espaços que tomam o território exclusivamente como recurso. E, mais do que isso, espera-se que o conhecimento possibilite consolidar a natureza do território como abrigo

das populações afetadas por contextos adversos, e que, por isso mesmo, são capazes de mostrar um novo caminho, possível e justo, para a prática do turismo no litoral do Nordeste brasileiro.

Assim, os resultados demonstram ser imperativo rever o uso turístico do território como uma plataforma centrada unicamente no crescimento econômico, desconsiderando outras dimensões existentes e vinculadas ao abrigo das populações.

Enquanto isso não ocorre, conformamo-nos com a chance de ratificar nossa mais importante hipótese de pesquisa: de que as comunidades envolvidas em conflitos motivados pela urbanização turística precisam mobilizar ações multidimensionais de reterritorialização, articulando as dimensões em consonância com o movimento de resistência, a estratégia de organização à qual denominamos de Resistência Territorial.

## REFERÊNCIAS

- ABEOC; SEBRAE. (2014). *II Dimensionamento econômico da indústria de eventos no Brasil*. Brasília: Eventos Expo Editora. Disponível em: <http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2014/10/II-dimensionamento-setor-eventos-abeoc-sebrae-171014.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- Abrahão, C. S., Tomazzoni, E. L. (2018) Turismo de segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. *Rev. Bras. Pesq. Tur.* São Paulo, 12(1), p.80-101.
- Acseirad, H. (2004). Conflitos Ambientais: A atualidade do objeto. In: H. Acseirad, (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll.
- Aguar, D. P. & Sá, L. D. (2015). A dimensão do urbano no Serviluz e a configuração socioespacial das guerras e suas fronteiras simbólicas: a perspectiva das crianças. In: Reunião Equatorial de Antropologia, Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 5., 14., 2015, Maceió. *Anais...* Maceió: EDUFAL, p. 1-26.
- Aledo, A. (2008). De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el nuevo turismo residencial. *Arbor*. 189 (729), pp. 99-113.
- Almeida Filho, P. G. (2014), "*Aqui se faz Gostoso*": uma etnografia do turismo em São Miguel do Gostoso (RN). 100f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Alves, T. A. (2010). *Encantos da Vila*. Natal/RN. Editora: EDUFRN.
- AMAJAR – Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Jaraguá. (2009). Censo Demográfico e Social da Vila de Pescadores. Maceió. Disponível em: <http://amajar.blogspot.com/2009/10/censo-social-e-demografico-da-vila-os.html>. Acesso em: 23 maio. 2017.
- Andrade, L. M. C. de O. (2005). *Jogos de Poder na revitalização de centros históricos: o caso do bairro do Jaraguá em Maceió*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE.
- Andrade, M. M. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação*. São Paulo: Atlas.

- Araújo, C. P. & Abreu, L.M (2022). From fishing villages to international tourist destinations: where are the citizens? The cases of Cabo Frio, Rio de Janeiro, and Porto Seguro, Bahia - Brazil. *Sociedade & Natureza* (UFU On-line), v. 34, p. 1-16.
- Araújo, C. P. (2011) *Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários*. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.16.2011.tde-19012012-140819. Acesso em: 01/10/2023.
- Araújo, C. P. (2023). A atividade turística frente aos modos de acumulação capitalista. In: Paiva, R. A; Diógenes, B. H. N & Pereira, A. Q. (Org.) *Turismo, democracia e direito ao território*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2024.
- Arroyo, M. (2004). Território, mercado e Estado: uma convergência histórica. *GEOgraphia*. 6(2).
- Assis, L. F. (2012). *Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.8.2012.tde-23052012-220752.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Barreira, C. & Sá, L. D. Favela, comunidade ou bairro? A espacialização das relações sociais na perspectiva de jovens surfistas do Titanzinho. In: Encontro Anual da Anpocs, 35., 2011, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 2011. p. 1-23.
- Bauer, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: M. W, Bauer &, G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4 ed. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Beni, M. C. (1998). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac SP.
- Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento do turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Benson, M. (2015) Lifestyle migration: from the State of the Art to the future of the field. [Online]. *Magazine Dve Domovini, Two Homelands*. Issue 42. <http://twohomelands.zrcsazu.si/en/articles/show/40/lifestyle-migration-from-the-state-of-the-art-to-the-future-ofthe-field> (10.06.2015).
- Bezerra, K. A. C. (2010). *Urbanização turística em Ponta Negra: relações de força e processos sociais no período de 1979-2009*. 226 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Desenvolvimento Regional e Gestão em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

- Boaventura Santos, (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [On-line], 63.
- Boaventura Santos, (2019). *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Boaventura, F. (2016). *Diretrizes e alternativas de urbanização para área Frei Vital: consolidação e viabilização das relocações parciais da Comunidade do Porto do Capim*. 56 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Bahia, João Pessoa.
- Bonnemaison, J. & Cambrezy, L. (1996). Le Lien Territorial: entre frontières et identités. *Géographie et Cultures*. n. 20.
- Boyer, M. (2003). *História do turismo de massa*. São Paulo: EDUSC.
- Braga, E. O., & Moraes, C. G. M. S. (2016). Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no centro histórico de João Pessoa/PB. *Revista Ñanduty*, 4(4), 20-52.
- Brasil, A. B. (2021). Os conflitos pelo Direito à Cidade em Fortaleza: disputas entre a visão estratégica da cidade e a regulamentação das Zeis. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 13, e20200341. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200341>.
- Brasil. Ministério das Cidades (2023). *Periferia viva – urbanização de favelas: manual de instruções para apresentação de propostas*. Distrito Federal: Brasília.
- Brenner, N. (2018). *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital.
- Bursztyn, M. (Org.). (2001). *A difícil sustentabilidade: A política energética e os conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- Campodónico, R.; Chalar, L. (2017). Una propuesta teórica y metodológica para los estudios del turismo desde la perspectiva de la complejidad. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Volumen 26. pp. 461 – 477, 2017.
- Capel, H. (2013). *La Morfología de las Ciudades: agentes urbanos y mercado inmobiliario*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Carlos, A. F. A. (2007). *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 123p.
- Carvalho, R. C. P. (2022). *Olhares sobre o Delta do Parnaíba: conflitos na construção de um território turístico*. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Castro, I. E. (2010). *Geografia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Cataia, M. A. (2011). Território político: fundamento e fundação do Estado. *Sociedade & Natureza*, 23(1): 115-125.
- Catarino, A. J. L.; Morais, H. B.; Silva, M. A. F.; Gonçalves, R. C. (2025). *Relatório Técnico Multidisciplinar Comunidade Porto do Capim*. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Extensão Universitária [On-line].
- Cavalcante, F. M. L. (2016). *O direito à moradia adequada e à segurança jurídica da posse – um estudo das normas internacionais e brasileiras aplicadas ao caso da Vila dos Pescadores de Jaraguá, em Maceió*. 207f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió.
- Cazes G. & Courade G. (2004). As máscaras do turismo. *Revue Tiers Monde*, N. 178, pp. 247-268. doi: 10.3917/rtm.178.0247.
- Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH/UFPB. (2015). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Jurídicas. *Porto do Capim: Relatório de Violações aos Direitos Humanos*. [https://issuu.com/crdhufpb/docs/relat\\_rio\\_porto\\_do\\_capim](https://issuu.com/crdhufpb/docs/relat_rio_porto_do_capim).
- Clavé, S. A. (1998). La urbanización turística: De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, p. 17-43.
- Corbari, S. D. (2020). *Todos os caminhos levam ao mar: os usos do território e o turismo no discurso dos envolvidos no conflito socioambiental referente ao complexo portuário-industrial de Pontal do Paraná (PR)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento: Curitiba.
- Corbin, A. (1989). *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Corrêa, R. L. (2007). Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. *Revista Cidades*, 4(6).
- Corrêa, R. L. (1995). *O espaço urbano*. (3a ed). São Paulo: Editora Ática.
- Costa, A. K. B.; Morais, H. B.; Cardoso, M. S. B.; Costa, M. K. (2023). A (re)existência das mulheres do Porto do Capim em João Pessoa (PB) contra a colonialidade do poder (municipal). *Open Science Research X*, 10(1), 1766-1782.
- Costa, W. F. & Fonseca, M.A.P. (2022). Produção do espaço no litoral potiguar: processos, contradições e conflitos. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, Vol. 11, pp.1-18.
- Cruz, R. C. (2000). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto.
- Cruz, R. C. (2018). Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. *Confins*, v. 36.

- Cruz, R. C. A. (2002) As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YAZIGI, E. (Org.) Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto.
- Cunha, G. B., & Pereira, A. Q. (2014). Os impactos das obras da copa de 2014 no porto do Mucuripe (Fortaleza-Ceará): a implantação do terminal marítimo de passageiros. In *Congresso Brasileiro De Geógrafos* (Vol. 7, pp. 01-12).
- Dantas, E. W. (2019). *Maritimidade nos trópicos*. Fortaleza: Edições UFC.
- Dantas, E. W. (2010). Efeitos do Prodetur na reestruturação do espaço. In: E. W. Dantas, A. L. Ferreira & M. M. Clementino. *Turismo e imobiliário nas metrópoles* (pp. 55-68). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Dantas, E. W. C. & Pereira, A. Q. (2021). Turismo, vilegiatura e práticas esportivas na configuração das cidades litorâneas na américa. In, Dantas, E. W. C & Pereira, A. Q, (Orgs.). *Espacialidades Turísticas: do regional ao global*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Dantas, E. W., Ferreira, A. L. & Clementino, M. M. (2010). *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- De Paula, C. Q. (2020). Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. *Revista NERA*, v. 23, n. 51, pp. 180-204.
- Demajorovic, J., Aledo, A., Landi, B. & Mantovani, K. A. L. (2011). Complejos turísticos residenciales: Análisis del crecimiento del turismo residencial en el Mediterráneo español y en el Litoral Nordeste (Brasil) y su impacto socio-ambiental. *Estudios y perspectivas en turismo*, 20(4), pp. 772-796.
- Denker, A. (1998). *Pesquisa em turismo*. São Paulo: Atlas.
- Dias, G. da M. (2015). *Praias urbanas e racionalidade ambiental: avaliação da gestão, das intervenções urbanísticas e dos usos na Praia de Ponta Negra*. 152f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Diegues, A. C. (1996). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: P. F. Vieira e J. Weber (Orgs.), *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. pp. 407-432. São Paulo: Cortez Editora.
- Diegues, A. C. (2008). *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC.
- Dimoulis, D. (2011). *Manual de introdução ao estudo do direito: definição e conceitos básicos, norma jurídica*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Duarte, M.C.S. et al. (Orgs.). (2021). *Conflitos socioambientais: compreensões, constatações e novos diálogos*. 1. ed., Salvador, BA: Motres.
- Elden, S. (2007). Land, terrain, territory. *Progress in Human Geography*. 34(6), pp. 799–817.

- Escobar, A. (2005a). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Mato, D. (Coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 17-31.
- Escobar, A. (2005b) *Más allá del Tercer Mundo Globalización y Diferencia*. Bogotá, Colombia: Instituto Colombiano de Antropología e História.
- Escobar, A. (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton; Oxford: Princeton University Press.
- Fechine, E. R. de C. B. (2011). *Configurando a cidade contemporânea em Natal: os processos espaciais em Ponta Negra*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Ferreira, D. C. (2009). *Impact elicited for urban construction projects in the vicinity of environmental protection area (zpa-6), Vila de Ponta Negra, Natal /RN*. 111 f. Dissertação (Mestrado em Estratégia; Qualidade; Gestão Ambiental; Gestão da Produção e Operações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Fonseca, M. A. (2005). *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal/RN: EDUFRN.
- Fonseca, M. A. (2012). *Turismo, lazer e segunda residência*. Natal/RN: EDURF.
- Fonseca, M. A. P., & da Costa, A. A. (2004). A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante (rationality of touristic urbanisation in depressed zones: the specific space for visitors). *Mercator*, 3(6).
- Fonseca, M. A; Lima, R. M. M. (2012). A segunda residência no contexto da atividade turística: quando estamos falando de um alojamento turístico? In: M.P, Fonseca. *Turismo, lazer e segunda residência*. Natal/RN: EDURF.
- Fonseca, M., Costa, W., Fagerlande, S., & Todesco, C. (2022). Urbanização e desenvolvimento desigual do turismo no litoral brasileiro. *Mercator*, 21. doi:10.4215/rm2022.e21013.
- Fontanelli, M. M. (2018). Rio-Santos: a promessa da modernização e do turismo, conflitos de terras e resistência caiçara. *Tempos Históricos*. Vol. 22, pp. 715-735.
- Freitas Jr, A. R. (2014). Entendendo os conflitos: para um conceito de conflito intersubjetivo de justiça. *Rev. Parlamento e Sociedade*, São Paulo, 2(3), pp. 39-50.
- Gaja I Diaz. (2013). Paisajes devastados. Después del ciclo inmobiliario: Impactos regionales y urbanos de las crisis. *Revista ALMENARA*.

- Garay, L., y Cànoves, G. (2011). Life cycles, stages and tourism history: the Catalonia (Spain) experience. *Annals of Tourism Research*, 38 (2), 651-671. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160738310001659>
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed). São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995b). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 35(2), pp. 57-63.
- Godoy, A. S. A (1995a) pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 35(3), pp. 20-29.
- Gomes, R. (1994). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: M. Minayo. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. São Paulo: HUCITEC-ABRAS.
- Gonçalves, H. T. (2014). *O porto e a casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.
- Gonçalves, H. T. (2021). Mulheres em ação e categorias em movimento: a luta pelo território na Comunidade Ribeirinha do Porto do Capim. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202125>.
- Gondim, C. B. & Rocha, F. D. C. (2010). Planejamento Participativo e Turismo Cultural no Centro Histórico de João Pessoa - PB: análise do Projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim. *VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. São Paulo/SP.
- González R. & Mantecón A. (2014). Turismo y Negócio Inmobiliario: La Crisis de un Modelo de Desarrollo Tres estudios de casos de Canadá, Argentina y España. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Volumen 23, pp 685.
- Goode, W. J. & Hatt, P. K. (1979). *Métodos em pesquisa social*. 7.ed. São Paulo: Ed. Nacional.
- Gorczewski, D. (Org) (2015). *Arte que inventa afetos*. Fortaleza: Imprensa Universitária.
- Gorczewski, D., Albuquerque, A. M., & de Araújo Lima, J. M. D. (2021). Artes de Intervenção, Inventar Cidades. *ILUMINURAS*, 22(56).
- Gorczewski, D., et al. (Orgs.). (2019b). *Nossas ruas com cinema: cine ser ver luz*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019. 4,94 Mb: il. color.; PDF.
- Gottdiener, Mark. (2016). *A produção social do espaço urbano*. (2a ed). EDUSP: São Paulo.
- Gottmann, J. (2012). A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, pp. 523-545.

- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.). *Handbook of qualitative research*. pp. 105–117.
- Haesbaert, R. & Tramontani, T. R. (2004). O mito da desterritorialização econômica. *GEOgraphia*, 6(12).
- Haesbaert, R. (1997). *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói (RJ): EDUFF.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2018). *Viver no limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2020). Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, 22(48).
- Haesbaert, R. (2021). A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da terra. *Geographia*, 23(50).
- Haguet, T. M. F. (2010). *Metodologias qualitativas na sociologia*. (12a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Harvey, D. (2013). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2018). *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Hüning, S. M. (2014). Encontros e confrontos entre a vida e o direito. Maringá: Psicologia em estudo, 19(3).
- Hurtado, L. M., & Porto-Gonçalves, C. W. (2022). Resistir y re-Existir. *GEOgraphia*, 24(53).
- Hutta, J. S. (2019). Affective territories: cartography of aconchego as cartography of power. *Revista Geografia em Atos*, UNESP, 5(12), pp. 8-36.
- IBGE (2022). *Censo Demográfico 2022 - população e domicílios: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, Coordenação Técnica do Censo Demográfico.
- Irving, M. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R; Sansolo, D. G; Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p.108-121. PDF.
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y Sociedad*, 42(1), pp. 39-56.

- Jafari, J., & Ritchie, J. B. (1981). Toward a framework. Problems and prospects. *Annals of tourism research*, pp. 13-34.
- Janoschka, M. (2011). Imaginarios del turismo residencial en Costa Rica. Negociaciones de pertenencia y apropiación simbólica de espacios y lugares: una relación conflictiva. In: T. Mazón, R. Huete & A. Mantecón. *Construir una nueva vida. Los espacios del turismo y la migración residencial*. Santander: Milrazones, pp. 81-102.
- Janoschka, M. (2013). Nuevas geografías migratorias en América Latina: prácticas de ciudadanía en un destino de turismo residencial. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 17 (439).
- Kiyotani, I. B.; Costa, W. F. & Fonseca, M. A. P. Community-based tourism in the context of the neoliberal paradigm: counter-hegemonic initiatives and land disputes in northeastern Brazil. *Via@ Tourism Review*, v. 26, p. 1-17, 2024.
- Knox, W.; Araújo, M. J. & Bethânia. (2020). A dimensão sociocultural e econômica da Vila. In: Knox, W; Moura, J. T. V. (Orgs.). *Saberes dialógicos: Intervenções universitárias na Vila de Ponta Negra* [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN. 195p, PDF.
- Kowarick, L. (1993). *A espoliação urbana*. (2a ed). RJ: Paz e Terra.
- Lage, B. H., & Milone, P. (2001). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Lefebvre, H. (2008). *A revolução urbana*. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG.
- Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*. 4e éd. Madrid: Capitán Swing Libros, S. L.
- Leff, E. (2003). La Ecología Política en América Latina. Un campo en construcción, [En línea], *Polis*, N. 5.
- Leite, R.F & Diógenes, B.H.N. (2022). Os usos litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza: mapeamento e reflexões sobre a urbanização turística. *Revista Paisagens Híbridas: turismo e produção do espaço litorâneo* – [periódico eletrônico], 2(2).
- Limonad, E. (2011). Na trilha do sol: urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro. In: Mendonça, J. G. & Costa, H. S. M. (Org.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: Arte.
- Lins, I. R. G. (2018). *Protagonismo político importa sim! A luta das mulheres do Porto do Capim pela moradia*. 49f. Monografia (Curso de Direito). Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita/PB.
- Little P. E. (2001). Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: M. BURSZTYN (Org.). *A difícil sustentabilidade: A política energética e os conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.

- Little P. E. (2006). Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 12(25), pp. 85-103.
- Lohmann, G.; Fraga, C. & Castro, R. (2013). *Transporte terrestre e destinos turísticos*. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2013.
- Lopes, F. W. R. (2019). *Destinos turísticos e populações nativas: experiência e narrativas de mudança social*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza/CE.
- Lopes, G. B. B. (2015). *Origem, desenvolvimento e impactos dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis*. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina.
- Luchiari, Maria Tereza D. P. (1998). Urbanização turística - um novo nexu entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: Ed. UECE. p. 15-29.
- Maciel B. A. E., (2015). A (re)produção do espaço no Grande Mucuri, em Fortaleza - Ceará - Brasil. *GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais*, 6(3), 469-478.
- Maciel, A. B. C. (2011). Praia de Ponta Negra: uma abordagem da paisagem costeira de 1970 a 2010, Natal/RN. 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Mancuso, R. C. (2009). *A resolução de conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Mantecón, A.; Membrado, J. C. & Huete, R. (2016). Fragmentación socio-espacial, inmigración europea y discursos políticos em la Provincia de Alicante. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 72, pp. 67-90.
- Marchioni, A. (2016). Comunidade da Vila dos pescadores do Jaraguá, Maceió/AL e a (in)efetividade do direito internacional (“Direito à moradia adequada”). *Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL*, 7(1).
- Martínez, J.; Mazón, T. (2016). Consecuencias de la crisis en el turismo: Un estudio sobre la Vega Baja del Segura. *Gran Tour*, (13), pp. 63–69.
- Martínez-Alier, J. (1997). Conflictos de Distribución Ecológica. *Revista Andina*, Vol. 29, Año 15, Núm. 1, pp. 41-66.
- Mascarenhas, G. (2004). Cenários contemporâneos da urbanização turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 4, 1-11.

- Matias, M. (2013). *Organização de eventos: Procedimentos e técnicas*. (6a ed), rev. e atual. Barueri/SP: Manole.
- Mazón, T., Huete, R. & Mantecón, A. (Eds.). (2009). *Turismo, urbanización y estilos de vida. Las nuevas formas de movilidad residencial*. Editorial Icaria.
- Mendes, M. C. (2018). Os ventos que movem as velas do mercado: intervenções urbanas em frentes de água no contexto da produção do espaço da cidade de Fortaleza-CE. 206f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Mendonça, L. K. M. (2017). Impactos da aplicação da Lei Complementar nº 27/2000 sobre a produção imobiliária no bairro de Ponta Negra - Natal/RN. 140f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Mullins, P. (1991). Tourism Urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 15(3).
- Nascimento, E. P. (2001). Os Conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual. In: M. Bursztyrn (Org.). *A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- Nascimento, J. dos S., & Vianna, M. P. (2019). A desocupação da Vila dos Pescadores devido à construção do projeto do centro pesqueiro. *Caderno De Graduação - Ciências Humanas e Sociais* - UNIT - Alagoas, 5(2), 207.
- Nechar, M. C. (2011). Epistemología crítica del turismo ¿qué es eso? *Turismo em Análise*, pp. 516-538.
- Neverovsky, C. (2005). *De gata borralheira a Cinderela: nova espacialidade decorrente do desenvolvimento turístico, diferenciada pelo estilo de vida em Ponta Negra*. 188 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Nogueira, A. A. (2006). *Fogo, vento, terra e mar: Migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza (1960-2006)*. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Nogueira, A. A. (2023). *Nas ondas do Titanzinho: Natureza, memória, corpo e cultura em Fortaleza*. Fortaleza: Estante Ceará.
- Oliveira, L. D., Souza Ramão, F., & Mascarenhas, G. (2020). Urbanização turística e produção do espaço na cidade de Cabo Frio–RJ: um balanço crítico (1997-2018). *Revista Tamoios*, 16(2).

- OMT (2021), *International Tourism Highlights, 2020 Edition*, UNWTO, Madrid, doi: <https://doi.org/10.18111/9789284422456>.
- OMT. (2017). *Tourism Highlights 2017 edition*. Madrid: World Tourism Organization (UNWTO).
- Paiva, R. A. & Diógenes, B. H. N. (2022) Urbanização turística e infraestrutura na Região Metropolitana de Fortaleza: impactos e conflitos *Revista Paisagens Híbridas: turismo e produção do espaço litorâneo* – [periódico eletrônico], 2(2).
- Paiva, R. A. (2013). Sobre a relação turismo e urbanização. *PosFAUUSP*, 20(33), 126-145. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v20i33p126-145>.
- Paiva, R. A., & Diógenes, B. H. N. (2017). “Learning From Beach Park”: O lugar do complexo turístico-imobiliário no processo de urbanização turística da Região Metropolitana de Fortaleza (Ceará). In: ENANPUR, 17., *Anais...* São Paulo: ENANPUR.
- Paiva, R. A., Pereira, A. Q. & Diógenes, B.H. N. (2023). Turismo, democracia e direito ao território. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2024. 288 p.
- Panosso Netto, A. & Nechar, M. C. (2014). Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, p. 120-144.
- Pequeno, R. & Pinheiro, V. (2020). Planejamento Popular como estratégia de resistência e existência frente à ameaça de remoção do Serviluz/Titanzinho em Fortaleza. In: Moreira, F.A., Rolnik, R., Santoro, P. F., (Org.). Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico]: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020. São Paulo: Raquel Rolnik.
- Pequeno, R. (2020) Mais de uma década de remoções em Fortaleza: uma análise espaço-temporal. In: Moreira, F.A., Rolnik, R., Santoro, P. F., (Org.). Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico]: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020. São Paulo: Raquel Rolnik.
- Pequeno, R., Pinheiro, V., & Barreto, V. S. (2021). Grande problema urbano: tentativas de remoção e resistência no grande Serviluz. Observatório das Metrópoles. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/regimes-urbanosea-caracterizacao-da-dinamica-local-estudos-de-caso>.
- Pereira, A. Q. (2014). *A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC.
- Pereira, A. Q., Dantas, E. W. & Vieira, K. D. (2024). Brasil: país das segundas residências metropolitano-litorâneas. *Confins* [En ligne], 62. URL: <http://journals.openedition.org/confins/57002>

- Pereira, P. E. A. (2024). Turismo e mercado imobiliário na Vila de Ponta Negra/Natal/RN: segregação residencial. 160f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Pereira, P. J. (2015). *Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano em Maceió: a resistência da vila de pescadores de Jaraguá*. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP. Campinas/SP.
- Pinheiro, M. de V. (2011). Reprodução do capital e metamorfoses espaciais: um estudo da verticalização de Ponta Negra, Natal/RN. 188 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Pires Do Rio, G. A. & Drummond, H. R. (2013). Água e espaços transfronteiriços na América do Sul: questões a partir do território. *Sustentabilidade em Debate* - Brasília, 4(1), pp. 209-230.
- PMN. *Anuário Natal 2023*. Natal: SEMURB, 2024.
- Pontes, M. A., Garcia-Marin R., Moreno-Munoz D. (2020). Tourism, real estate production and space processes: The diffusion of the Spanish tourist model towards Brazil. *Eure*, 46(137), p. 135-156.
- Porto, M. F., Pacheco, T., & Leroy, J. P., (Orgs). (2013). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [Online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2012a). A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, 9(1), pp.16-50.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2001). *Geo-grafias, movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Editorial siglo XXI.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2002). Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: A. E, Ceceña & E. Sader. (Org.). *La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros*. Seção Três Lagoas – Três Lagoas/ MS, 1(3), ano 3.

- Porto-Gonçalves, C. W. (2012b). A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. *Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestros tiempo*. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2017). De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala). *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, 3(2), pp. 10-58.
- Porto-Gonçalves, C. W., & Cuin, D. P. (2016). Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013): Expropriação, Violência e R-Existência. In: P. C. L. Flores & L. G. Guerreiro (Eds.), *Pueblos Originarios en lucha por las Autonomías: Experiencias y desafíos en América Latina* (pp. 241–273). CLACSO.
- Rabelo, P. V. M. (2023). *Fortaleza em disputa: contradições da política urbana e processos de re-existências no Serviluz e Cais do Porto*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática.
- Richardson, R. J. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, A. B. (1997). *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec.
- Rodrigues, A. B. (1999). *Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. (2a ed). São Paulo: Hucitec.
- Rodrigues, A. M. (1996). A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In Yázigi, E. et al. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*, ed. Hucitec.
- Rodrigues, M. H. Y. (2007). *Zona adensável de Ponta Negra em Natal/ RN: as consequências decorrentes da lei complementar 27/2000 na visão dos moradores da área*. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estratégia; Qualidade; Gestão Ambiental; Gestão da Produção e Operações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Ruiz, M. R. (2016). *Política e devoção na festa de Nossa Senhora da Conceição no Porto do Capim, João Pessoa (PB)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 113f.
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus.
- Sabino, A. L. (2012). *Turismo e expansão de domicílios particulares de uso ocasional no Litoral Sudeste do Brasil*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo.

- Sánchez, L. E. (2013). *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. (2a ed). São Paulo: Oficina de Textos.
- Santos, M. (1997). Da política dos estados à política das empresas. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 3(6), pp.9-23.
- Santos, M. (2008). *Espaço e método*. (5a ed). São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2009). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. (4a ed). São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2012). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (22a ed). Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. et. al. (2000). O papel ativo da geografia: um manifesto. In: PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral; PROVESI, José Roberto (Org.) *Milton Santos: globalização, território e política em debate*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2000 pp. 57-66 (Manifesto divulgado no XII Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Florianópolis no ano de 2000).
- Selltiz, C., Wrightsman, L. & Cook, S. (1987). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. (23a. ed). São Paulo: Cortez.
- Severo, A. L. F. (2022). *Conflito jurídico-institucional socioambiental na comunidade Porto do Capim – João Pessoa – Paraíba*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais, da Universidade Federal de Campina Grande, 212f., Campina Grande.
- Severo, A. L. F., & Barbosa, E. M. (2021). Social and environmental conflict between the Porto do Capim community and the ecological park. *Research, Society and Development*, 10(13), e158101320839. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i13.20839>.
- Silva, A. C. (2019). *Os filhos da Vila: um estudo etnográfico sobre o processo de gentrificação na Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió, Alagoas*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, p. 44-63.
- Silva, A. C. A. B. (2017). *As águas do rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP.
- Silva, A. F. (2014). Território de resistência e empoderamento, na busca do direito ao Porto do Capim/Varadouro - João Pessoa/PB. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*, Vitória/ES.

- Silva, A. F. (2020). Espaço urbano e gênero: resistência e luta das mulheres do Porto do Capim em João Pessoa, Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese (Doutorado). 313f. João Pessoa, 2020.
- Silva, A. F. C. (2010). Estratégias do Mercado e Investimento Privado Imobiliário Turístico. In: E. W. Dantas, A. L. Ferreira & M. M. Clementino. *Turismo e imobiliário nas metrópoles* (p. 171-190). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Silva, H. L. (2014). *Percepções do ser jovem no Titanzinho: uma análise da autoimagem juvenil em Fortaleza/CE*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal/RN, 121 f.
- Silva, I. D. F. (2018). *Porto do Capim: mobilização e resistência nas redes sociais*. 145f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- Silva, M. J. D. (2011). O conflito social e suas mutações na sociologia. *Qualit@as Revista Eletrônica*, 1(2).
- Silva, M. S. P. (2006). *Um lugar que passa e sobrevive: o passado e o presente na Vila de Ponta Negra*. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Silva, R. C. (2019). *Em terra de especulação a expropriação é lei: uma análise do avanço do capital imobiliário na Vila de Ponta Negra, em Natal/RN*. 181f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Silva, R. C. N. (2016). *A revitalização do centro histórico de João Pessoa: uma estratégia para a reprodução do capital*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese (Doutorado), versão corrigida. 312f. São Paulo/SP.
- Simmel, G. (1983). A natureza sociológica do conflito. In E. Moraes Filho (Org.). *Simmel*. São Paulo, Ática.
- Smith, Neil. (1988). *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Sobral M. N. R. & Diógenes, B. H. N. (2023). Turismo e urbanização no litoral da Região Metropolitana de Fortaleza: impactos e conflitos. In: Paiva, R. A; Diógenes, B. H. N & Pereira, A. Q. (Org.) *Turismo, democracia e direito ao território*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2024.
- Soja, E. W. (1993). *Geografias Pós Modernas: A reafirmação do espaço na teoria crítica social*. (2a ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- Sousa, A. L. *Fortaleza metrópole distópica: formação socioespacial e produção do espaço transitório no século XXI*. 2018. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Souto, E. S. (2016). *Aqui tem gente: as mulheres em ação do Porto do Capim*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB.
- Souza, I. (2008). *Nova História de Natal*. (2a ed). Natal/RN. Editora Departamento Estadual de Imprensa.
- Souza, I. (2008). *Nova história de Natal*. (2a ed). Natal/RN. Editora Departamento Estadual de Imprensa.
- Souza, L. A. (2014). *O urbanismo na interface do turismo: uso e apropriações especulativas do litoral da Bahia* / Luiz Antonio de Souza. 2014. 489 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura.
- Souza, M. C. C. (2021). O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID 19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 15(1), 2137.
- Souza, M. C. O. & Corazza, R. I. (2017). Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Vol. 42, pp. 52-80.
- Souza, M. L. (2019). *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, M. L. (2020). Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. *Ambientes*, 2(1).
- Souza, R. D., da Silva, R. D. & Turetta, A. P. D. (2022). Expulsos do paraíso: a influência do capital turístico-imobiliário na produção do espaço em Angra dos Reis/RJ. In: RAMOS, D. A. L.; PEREIRA, D. de A. (Org.). *Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas*. Ponta Grossa: Atena, 2022. cap. 10, p. 177-202.
- Sposito, M. E. B. (2009). Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço – temporais contemporâneos. In: Reis Filho, N. G. (Org.). *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes, p. 35-54.
- Tartuce, F. (2018). *Mediação nos conflitos civis*. (4a ed). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método.
- Teixeira, R.& Morais, M. C. (2015). A AEIS de Ponta Negra, Natal-RN: uma proposta de regulamentação. Anais do 7º Seminário PROJETAR. Natal/RN.

- Théry, H. (2008). Globalização, desterritorialização e reterritorialização. *Revista da ANPEGE*, 4(04), 89-96.
- Tribe, J. & Liburd, J.J. (2016). The tourism knowledge system. *Annals of tourism research*, v. 57 p. 44-61.
- Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, 24(3), pp. 638-657.
- Urry, J. (1996). *O olhar do Turista: viagens e lazer na sociedade contemporânea*. São Paulo: Studio Nobel/Sesc.
- Valls, J.-F. (2006). *Gestão de Destinos Turísticos Sustentáveis*. Rio de Janeiro: FGV.
- Vasconcelos, D. A. L. de. (2005). Turistificação do Espaço e Exclusão Social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió - AL, Brasil. *Turismo em Análise*, 16(1), 47-67.
- Vasconcelos, D. A. L; Araújo, L. M. (2014). Espaço Público “Revitalizado” e Contradições: Enobrecimento e Antienobrecimento no Bairro de Jaraguá, Maceió-AL. *Anais do XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR*. Fortaleza/CE.
- Vasconcelos, S. F., Rebouças, R. B. M., & Vasconcelos, F. P. (2013). O ordenamento urbano da Praia do Titanzinho na voz de seus moradores. *Scientia Plena*, 9(6).
- Vieira, L. V. L. (2010). *Conflitos ambientais no litoral do norte de Sergipe*. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia - NPGeo, Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão.
- Vieira, S. T. S. (2010). A Relevância da Função Jurisdicional e do Processo como seu Instrumento. *Revista da EMERJ*, 13(51).
- Weber, M. (1999). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. (4a ed). Brasília: Ed. UNB.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (3a ed). Porto Alegre: Bookman.
- Zhour, A. & Laschefski, K. (2010). Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: A. Zhour & K. Laschefski, (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais* [Online]. Belo Horizonte: Editora UFMG.

## APENDECE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### **Configuração do conflito**

|                                                                                |
|--------------------------------------------------------------------------------|
| - Em que momento percebeu que deveria mobilizar-se para resistir às ofensivas? |
|--------------------------------------------------------------------------------|

#### **Dimensão político**

|                                                                                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Quais as articulações/organizações políticas/jurídicas comunitárias existiam antes dos conflitos? |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                            |
|------------------------------------------------------------|
| - Essas articulações foram afetadas pelos conflitos? Como? |
|------------------------------------------------------------|

|                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| - Essas articulações conseguiram permanecer frente as ofensivas? Ou foram reformuladas? |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------|
| - As reformulações surtiram melhorias ou piores dentro do conflito? |
|---------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - No contexto do conflito, em algum momento houve a formação de um grupo específico (associação, fórum ou coletivo local) para tratar o conflito? |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                        |
|--------------------------------------------------------|
| - Se sim, qual a avaliação/contribuição desse recurso? |
|--------------------------------------------------------|

|                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| - No contexto do conflito, em algum momento houve procura de políticos ou órgão de governo? |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                        |
|--------------------------------------------------------|
| - Se sim, qual a avaliação/contribuição desse recurso? |
|--------------------------------------------------------|

|                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------|
| - No contexto do conflito, em algum momento houve a procura de Universidades? |
|-------------------------------------------------------------------------------|

|                                                        |
|--------------------------------------------------------|
| - Se sim, qual a avaliação/contribuição desse recurso? |
|--------------------------------------------------------|

|                                                                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - No contexto do conflito, em algum momento houve a procura de Ong's ou alguma mobilização social? Se sim, qual a avaliação/contribuição desse recurso? |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

#### **Dimensão jurisdicional**

|                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - No contexto do conflito, em algum momento houve procura de recursos jurisdicionais (Ministério Público, Defensoria, OAB, Advogados populares ou particulares)? |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Se sim, qual a avaliação da atuação deste recurso? Que contribuições esse recurso trouxe para a resistência no conflito? |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

#### **Dimensão urbanística**

|                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - No contexto do conflito, em algum momento houve procura de regularização fundiária? (Termo de Autorização de Uso Sustentável para Comunidades Tradicionais (TAUS), concessão de uso especial para fins de moradia -CUEM, Zona Especial de Interesse Social - ZEIS)? |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Se sim, qual a avaliação da atuação deste recurso? Que contribuições esse recurso trouxe para a resistência no conflito? |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

### Dimensão cultural

|                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Quais as principais formas de representações de autoafirmação cultural utilizadas historicamente pela comunidade antes dos conflitos?                            |
| - Como essas formas eram transmitidas?                                                                                                                             |
| - Essas formas de expressão cultural/identitária foram afetadas pelos conflitos? Como?                                                                             |
| - Há alguma ação para estimular a representação cultural do território?                                                                                            |
| - Como são essas ações?                                                                                                                                            |
| - Se sim, qual a avaliação da atuação deste recurso? Que contribuições esse recurso trouxe para a resistência no conflito?                                         |
| - Quais das formas de expressão cultural/identitária representam uma forma de resistência? Qual o papel desta no contexto de luta para a permanência da população? |

### Dimensão ambiental

|                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Quais os principais ambientes e espaços de reprodução e vivência utilizados pela comunidade antes das ofensivas?                                   |
| - Qual a avaliação que se fazia desse ambiente?                                                                                                      |
| - Esses ambientes e espaços foram afetados ou perdidos pelos conflitos? Como?                                                                        |
| - Há (houve) alguma ação para melhorar as condições ambientais do território?                                                                        |
| - Como são (eram) essas ações?                                                                                                                       |
| - Se sim, qual a avaliação da atuação deste recurso? Que contribuições esse recurso trouxe para a resistência no conflito?                           |
| - Quais dos atuais ambientes e espaços representam uma forma de resistência? Qual o papel desta no contexto de luta para a permanência da população? |

### Dimensão econômica

|                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Quais as possibilidades de trabalho, sobrevivência e consumo que existiam antes dos conflitos?                                                       |
| Essas possibilidades foram afetadas pelos conflitos? Como?                                                                                           |
| Essas atividades conseguiram permanecer frente as ofensivas? Como?                                                                                   |
| Que transformações (melhorias ou piora) podem ser identificadas considerando os quadros pré-conflito e atualmente?                                   |
| Quais das atuais atividades econômicas representam uma forma de resistência? Qual o papel desta no contexto de luta para a permanência da população? |